

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO ANO BASE 2022

-  [infrasaoficial](#)
-  [infra.oficial](#)
-  [infra-oficial](#)
-  [infrasa.oficial](#)

INFRA S.A.

www.infrasa.gov.br

Ministério dos Transportes

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho – Ministro de Estado dos Transportes

Diretoria Executiva

Jorge Luiz Macedo Bastos – Diretor-Presidente

Elisabeth Braga – Diretora de Administração e Finanças

Marcelo Vinaud – Diretor de Mercado e Inovação

Cristiano Della Giustina – Diretor de Planejamento

André Luís Lodolfo da Silva – Diretor de Empreendimentos

Superintendência de Governança e Estratégia (SUGOE)

Rodrigo Lemos Arteiro – Superintendente de Governança e Estratégia

Patrícia Alves Tillmann – Assessora da SUGOE

Sergio Luis Machado Rodrigues da Cunha – Gerente de Estratégia

Ivania Dolores Cruz Bezerra – Assistente Administrativa

Amarilyls Dantas Bezerra – Bióloga

Neydler Capdeville Fajardo – Engenheiro Civil

Colaboradores:

Adriano da Silva Pedreira – SUGEP - Superintendência de Gestão de Pessoas

Alan Silva Bispo – SUGEP - Superintendência de Gestão de Pessoas

Alexandre Barros dos Santos – SUPOF - Superintendência de Orçamento e Finanças

Ana Carla Alves da Silva – SUGAT - Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial

Ana Clara Moreira Lima – SUINT - Superintendência de Integridade e Riscos

Bárbara Evelem da Silva Barbiero – GETEP - Gerência de Terminais e Parcerias

Bruno de Jesus Viana – SUADM - Superintendência Administrativa

Carlos Eduardo Castro – SUGAT - Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial

Eliezer Efraim da Silva – GETEP - Gerência de Terminais e Parcerias

Kauê Geraldo Fernandes – SUGEP - Superintendência de Gestão de Pessoas

Lívia Cristina Oliveira de Souza – SUADM - Superintendência Administrativa

Luciana Madeiro Ximenes – Assessora da SULIC (tema: contratos)

Luciana Muniz Costa – SUPTI - Superintendência de Tecnologia da Informação

Manoela Sousa Leite – Corregedoria

Marco Antonio Rezende Soares – GEOFI - Gerência de Operações e Fiscalização

Colaboradores (cont.):

Maria Cecília Mattesco Caixeta – Superintendente de Licitações e Contratos Adjunta (tema: licitações)

Marilton Lupatini Chrispim – SUDEM - Superintendência de Desenvolvimento de Empreendimentos

Matias Mesquita Junior da Silva – SUADM - Superintendência Administrativa

Michelle Maura Ribeiro – SUGAT - Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial

Paulo Ricardo Maestrello – SUGAT - Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial

Sérgio Nunes de Faria – SUPRO - Superintendência de Projetos e Custos

Wagner Edson Ribeiro Ferreira – DIPLAN - Diretoria de Planejamento

Walney Bezerra Mário – Ouvidoria

Washington Saraiva da Souza – SUADM - Superintendência Administrativa

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

O ano de 2022 marca o nascimento de uma empresa sustentável e inovadora. Resultado da primeira incorporação da história entre empresas públicas federais, a Infra S.A. surge com o foco na eficiência do serviço público prestado.

A segunda etapa da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL II), que conecta as cidades baianas de Caetité e Barreiras, alcançou 180 km de trilhos lançados em grade em agosto de 2022 tendo sido investidos cerca de R\$ 308 milhões em 2022. Com destaque no setor de logística foram entregues 2.363 km de rodovias concedidas, 3 contratos de arrendamentos de terminais portuários e 2 terminais ferroviários assinados, além de mais de R\$ 28 bilhões de investimentos contratados somente em 2022.

Sob a missão de Contribuir para aprimorar a logística no Brasil de forma sustentável, além do avanço nos empreendimentos, há também a preocupação em recuperar a degradação causada por eles. Com isso, a Infra S.A. avançou mais uma etapa no projeto para plantar mais de 150 mil árvores nativas e reflorestar uma área de 93 hectares com a aprovação do projeto por lideranças indígenas Xavantes. Cabe destaque também à preservação da memória ferroviária sob posse da Infra S.A., com a publicação do livro “A Traição” que conta a história ancestral da comunidade quilombola na área de influência da FICO.

Em relação aos recursos em 2022, a Infra S.A. recebeu R\$ 492,4 milhões em recursos orçamentários, dos quais, R\$ 337,6 milhões para realização dos empreendimentos, estudos e projetos da empresa e 154,8 milhões para custeio e pessoal. A Infra S.A., também contou com receitas próprias, através do recebimento de aluguéis dos pátios já construídos e em operação que totalizaram, em 2022, cerca de R\$ 2,2 milhões.

Mantendo o modelo de gestão que se baseia nos pilares Tecnologia e Inovação; Receitas e Novos Negócios; Comunicação; e Sinergia, a Diretoria Executiva emitiu diretrizes que alinham a empresa aos programas ministeriais. A Infra S.A., por intermédio de sua Diretoria de Empreendimentos, está envolvida na construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL II) e na fiscalização das obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO). Destaca-se, neste contexto, o trabalho desenvolvido pela Diretoria de Administração e Finanças na viabilização do investimento cruzado, que viabilizou a construção da FICO com capital privado, que por sua vez trouxe enormes desafios administrativos e contábeis. Em outra direção, ressalta-se o trabalho desenvolvido pela Diretoria de Mercado e Inovação na crescente inserção da empresa no mercado. A Diretoria de Planejamento por destaca-se pela estruturação de projetos para concessão ao setor privado. A adesão ao Programa de Prevenção à Corrupção já trouxe frutos e permitiu a seleção de quadros experientes e capacitados, fortalecendo a cultura de integridade na empresa.

Com mais de 130 projetos em fase de execução em todos os modos de transportes e na área de planejamento, o foco da Infra S.A. para o ano de 2023 está na ampliação dos negócios para o planejamento do setor de infraestrutura de transportes, a estruturação de projetos para concessão de ativos à iniciativa privada, a gestão sustentável e ambiental de projetos, a consolidação da inteligência de informações do setor, a execução de grandes obras de engenharia ferroviária, a desburocratização de operações de transportes e o fornecimento de diversos serviços para o mercado e para estados e municípios interessados em desenvolver a infraestrutura.

Jorge Luiz Macedo Bastos
Diretor-Presidente da Infra S.A.



SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	10
ÍNDICE DE FIGURAS	12
DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES.....	14
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	17
1.1. Competências	17
1.2. Principais normas direcionadores de atuação da Infra S.A.....	19
1.3. Missão e visão	21
1.4. Estrutura organizacional	21
1.5. Modelo de negócio.....	24
1.6. Cadeia de valor	25
1.7. Empreendimentos ferroviários	31
1.7.1. EF-151 (Ferrovia Norte-Sul).....	32
1.7.2. EF-334 (Ferrovia de Integração Oeste-Leste)	33
1.7.2.1. Das obrigações de investimento realizadas na FIOLE.....	38
1.7.3. EF-354 (Ferrovia Transcontinental e Ferrovia de Integração Centro-Oeste) ..	39
1.7.3.1. Das obrigações de investimento realizadas na FICO	40
1.7.4. EF-170 (Ferrogrão)	40
1.7.5. EF-267 (Ferrovia Pantanal).....	43
1.7.6. Terminais Logísticos de Carga: Gestão e fiscalização dos contratos ao longo de 2021	44
1.7.7. Terminais Logísticos de Carga: Credenciamento para realização de estudos	45
1.7.8. Cenário nacional e internacional do modal ferroviário	46
1.8. Empreendimentos Rodoviários	48
1.8.1. Rodovia BR 158/MT	49
1.8.2. Rodovia BR-364 MT/RO	50
1.8.3. Rodovia BR-101/BA	51
1.8.4. Rodovia BR-364/060-MT/GO.....	52
1.8.5. Rodovia BR-476/ BR-282 /BR-153/ PR/ SC.....	52
1.8.6. Rodovia BR-040/DF/GO/MG	53
1.8.7. Rodovia BR-116/MG	54
1.9. Empreendimentos Portuários.....	54
1.9.1. Terminal Portuário IRGO2	55
1.9.2. Terminal Portuário PAR14.....	55
1.9.3. Terminal Portuário PAR15.....	55
1.9.4. Plano Mestre do Complexo Portuário de São Francisco do Sul.....	56
1.9.5. Plano Mestre do Complexo Portuário de Santana	56
1.9.6. Plano Mestre do Complexo Portuário de Cabedelo	56
1.9.7. Plano Mestre do Complexo Portuário de Manaus	56
1.9.8. Plano Mestre do Complexo Portuário de Imbituba	57

1.9.9.	Plano Mestre do Complexo Portuário de Laguna.....	57
1.10.	Participação em outras sociedades.....	57
1.10.1.	Transnordestina Logística S/A	58
1.10.2.	Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A	59
2.	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	61
2.1.	Gestão de Riscos e Controles Internos.....	61
2.1.1.	Principais riscos identificados	62
2.1.2.	Oportunidades e perspectivas	62
2.1.3.	Matriz de riscos, fonte de riscos e planos de tratamentos	63
2.2.	Integridade Institucional.....	67
3.	GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA.....	70
3.1.	Estrutura de governança	70
3.2.	Planejamento estratégico institucional	70
3.3.	Plano de curto prazo – ano 2022	83
3.4.	Gestão de mercado e inovação	102
3.4.1.	Pesquisa de mercado	102
3.4.2.	Prospecção de clientes	103
3.4.3.	Inovação: Projeto Carcará.....	104
3.4.4.	Observatório Nacional de Transporte e Logística - ONTL	104
3.4.5.	Auditores e Verificadores Independentes	106
3.4.6.	Documento Eletrônico de Transporte DT-e (Lei no 14.206/2021)	106
4.	RESULTADOS DA GESTÃO	108
4.1.	Desempenho estratégico	108
4.1.1.	Alinhamento entre Estratégia e Cadeia de Valor	121
4.2.	Gestão orçamentária e financeira	122
4.2.1.	Execução da Lei Orçamentária Anual (LOA 2022)	122
4.2.2.	Execução do orçamento por categoria da despesa	123
4.2.2.1.	Pessoal, encargos e benefícios e indenizações trabalhistas (judicial).	123
4.2.2.2.	Investimento	123
4.2.2.3.	Custeio	125
4.2.2.4.	Indicadores de gestão orçamentária	125
4.2.2.4.1.	Valor empenhado / Limite de empenho	125
4.2.2.4.2.	Liquidado no exercício / Empenhado no exercício	126
4.2.2.4.3.	Indicador de necessidade de recursos do Tesouro Nacional.....	126
4.3.	Gestão de custos	127
4.3.1.	Conformidade legal (art. 50, §3º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria-STN 157, de 9 de março de 2011)	127
4.3.2.	Estimativa de custos por área de atuação, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte	127
4.3.3.	Estimativa de custos por programa governamental, demonstrando em que medida eles se relacionam com o alcance da missão institucional da UPC e contribuem para ele.	128
4.3.4.	Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos.	128

4.4. Gestão de pessoas	129
4.4.1. Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamentos e na gestão de pessoas	129
4.4.2. Avaliação da força de trabalho Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamentos e na gestão de pessoas	130
4.4.2.1. Por faixa salarial.....	131
4.4.2.2. Por gênero	131
4.4.2.3. Por necessidade especial	132
4.4.2.4. Por faixa etária.....	132
4.4.2.5. Por situação funcional e por carreira	133
4.4.2.6. Por local de trabalho.....	134
4.4.2.7. Por estagiários por área	134
4.4.2.8. Lotação por diretoria	135
4.4.3. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas, situação de empregados com condições de aposentadoria;	135
4.4.3.1. PDV 2022	135
4.4.4. Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/a diminuição.	137
4.4.4.1. Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	137
4.4.5. Estratégia de valorização por desempenho e levantamento de necessidades de treinamento; estratégias para alavancar o desempenho e a eficiência, sistemas/ferramentas de apoio, trabalho remoto, valorização do ambiente e das condições de trabalho etc.....	138
4.5. Gestão de licitações e contratos	139
4.5.1. Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas utilizados.	140
4.5.2. Resumo dos valores de contratações classificadas pelos principais tipos de serviço ou bens, bem como com a indicação das áreas da organização favorecidas com a aquisição	140
4.5.3. Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações	142
4.5.4. Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização.....	143
4.5.5. Planejamento Anual de Contratações	144
4.5.6. Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.....	145
4.6. Gestão patrimonial e de infraestrutura	146
4.6.1. Serviços por Natureza	146
4.6.2. Série Histórica de Despesas Administrativas.....	146
4.6.3. Despesas com diárias e passagens.....	147
4.6.4. Gastos por Estado	147
4.6.5. Maiores custos administrativos	148
4.6.6. Gestão Patrimonial	148
4.6.7. Infra S.A. – Outubro a Dezembro de 2022	149
4.6.8. Despesas com diárias e passagens.....	149
4.6.9. Gestão Patrimonial e de infraestrutura.....	150
4.6.10. Normas Aplicáveis à Gestão Patrimonial e de Infraestrutura	150
4.6.11. Locação de Imóveis e Equipamentos	151
4.6.12. Principais Desafios para 2023	152
4.7. Gestão tecnologia da informação	152
4.7.1. Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	153
4.7.2. Alinhamento Estratégico	154
4.7.3. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	154
4.7.4. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	154
4.7.5. Infraestrutura de Tecnologia da Informação.....	155
4.7.6. Relatórios de Gestão de TIC	156

4.7.7.	Sistemas.....	156
4.7.8.	Segurança da Informação	157
4.7.9.	Limites Orçamentários	158
4.7.10.	Resultados	158
4.7.10.1.	Objetivo: Modernizar a Infraestrutura de TI	158
4.7.10.2.	Objetivo: Fortalecer a integridade, confiabilidade e transparência	158
4.7.10.3.	Objetivo: Adequar o ambiente tecnológico para apoiar os negócios da empresa	159
4.7.11.	Principais desafios	159
4.7.11.1.	Datacenters (Centros de Processamento de Dados)	159
4.7.11.2.	Nuvem Computacional	160
4.7.11.3.	Estrutura	160
4.7.11.4.	Programa de Privacidade e Segurança da Informação	160
4.7.11.5.	Sistema de Gestão e Continuidade de Negócio	161
4.7.12.	Conclusão	161
4.7.13.	Conformidade legal	161
4.7.14.	Documentos de Referência	162
4.8.	Sustentabilidade ambiental.....	163
4.8.1.	2º Relatório de Execução da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P	163
4.8.2.	Selo A3P 2021	163
4.8.3.	VIII Relatório de Execução do Plano Gestor de Logística Sustentável - PLS	163
4.8.4.	Política Ambiental e Territorial da Infra S.A.	164
4.8.5.	Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições.....	164
4.8.6.	Ações para redução do consumo de recursos naturais	164
4.8.7.	Resíduos Sólidos	166
4.8.8.	Inventário de Gases de Efeito Estufa.....	166
4.9.	Gestão da comunicação com a sociedade	168
4.9.1.	Ações de supervisão, controle e correção	168
4.9.1.1.	Resultados dos serviços da Ouvidoria.....	168
4.9.1.2.	Tempo de resposta e ranking da CGU	170
4.9.1.3.	Resultados do SIC e da Ouvidoria	170
4.9.1.4.	Resultados qualitativos	173
4.9.1.5.	Denúncias e comunicações (denúncias anônimas).....	174
4.9.1.6.	Serviço de informação ao cidadão – SIC.....	175
4.9.2.	Atendimentos de expropriados FICO/FIOL II pela Ouvidoria	175
4.9.3.	Oportunidades de aprimoramento, Desafios e Sugestões de Melhoria	176
4.9.4.	Avaliação.....	177
4.9.5.	Comitê Técnico de Ouvidoria – CTO.....	181
4.9.5.1.	Interlocução da Ouvidoria com entidades e órgãos externos	181
5.	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS..	183
5.1.	Demonstrações contábeis	183
5.1.1.	Balanço Patrimonial de 2022	183
5.1.2.	Demonstração do Resultado do Exercício de 2022	185
5.2.	Incorporação da Empresa de Planejamento e Logística	186
5.3.	Base de preparação das demonstrações e principais critério e políticas contábeis	186
5.4.	Notas explicativas das demonstrações contábeis.....	188
5.4.1.	Créditos de curto e longo prazo	189
5.4.1.1.	Tributos a compensar	189
5.4.1.2.	Depósitos judiciais	190
5.4.1.3.	Permissão de uso de pátio a receber	191

5.4.2.	Investimentos	192
5.4.2.1.	Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A – FERROESTE	192
5.4.2.2.	Transnordestina Logística S/A – TLSA	192
5.4.3.	Imobilizado	193
5.4.3.1.	Composição e fluxo do ativo imobilizado:	193
5.4.3.2.	Ferrovias Norte Sul (FNS)	198
5.4.3.3.	Ferrovias de Integração Oeste Leste (FIOL)	199
5.4.3.4.	Investimento Cruzado	200
5.4.3.5.	Intangível	202
5.4.4.	Obrigações de curto e longo prazo	204
5.4.4.1.	Depósitos retidos sobre fornecedores	204
5.4.4.2.	Provisões de ações judiciais	205
5.4.5.	Receita a diferir	210
5.4.5.1.	Receita a diferir – pátios e terminais	210
5.4.5.2.	Receita e diferir – subconcessão – FIOL I	211
5.4.6.	Passivo investimento cruzado	212
5.4.7.	Direitos de uso e passivos de arrendamentos	212
5.4.8.	Patrimônio líquido	214
5.4.8.1.	Capital social	214
5.4.8.2.	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	214
5.4.8.3.	Prejuízos acumulados	215
5.5.	Principais contas de resultados	215
5.5.1.	Receita líquida	216
5.5.2.	Despesas com pessoal	216
5.5.3.	Despesas gerais e administrativas	216
5.5.4.	Outras receitas/ despesas operacionais 2021	217
5.5.5.	Receitas financeiras	218
5.5.6.	Subvenção do Tesouro Nacional	218
5.6.	Execução descentralizada com transferência de recursos	219
5.7.	Aprovação das demonstrações contábeis de 2022	221
5.8.	Setor de contabilidade da Infra S.A.	221

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Distribuição da responsabilidade pelo conteúdo do RGI 2022	16
Tabela 2 – Lista de processos de 1º e 2º nível da Cadeia de Valor Agregado da Valec	31
Tabela 3 – Resumo do andamento das obras na FIOLE II	34
Tabela 4 – Quantidade e Tipo de Imóveis Presentes na Faixa de Domínio	42
Tabela 5 – Valores das áreas atingidas pela Desapropriação	43
Tabela 6 – EVTEA Contrato 093/10 - Consórcio Contécnica-CEPPLA	44
Tabela 7 – Probabilidade, impacto, nível de confiança (risco de controle) e nível de risco residual	65
Tabela 8 – Planos de Tratamento - Riscos Estratégicos 1 a 5	65
Tabela 9 – Planos de Tratamento - Riscos Estratégicos 6 a 12	66
Tabela 10 – Planos de Tratamento - Oportunidades	67
Tabela 11 – Quadro-resumo do PEI 2020-2024	83
Tabela 12 – Quadro-resumo das metas e iniciativas do Plano de Negócios de 2022	102
Tabela 13 – Resultado das metas do Plano de Negócios de 2022	116
Tabela 14 – Resultado das iniciativas do Plano de Negócios de 2022	121
Tabela 15 – Execução da Lei Orçamentária Anual (LOA 2022) (R\$ 1,00)	122
Tabela 16 – Execução de Restos a Pagar em 2022 (R\$ 1,00)	123
Tabela 17 – Despesas com pessoal em 2022 (R\$ 1,00)	123
Tabela 18 – Orçamento de Investimentos 2022 (R\$ 1,00)	124
Tabela 19 – Outras Despesas Correntes 2022 (R\$ 1,00)	125
Tabela 20 – Valor empenhado / Limite de empenho	126
Tabela 21 – Liquidado no exercício / Empenhado no exercício	126
Tabela 22 – Resultados da Necessidade de Recursos do Tesouro Nacional	127
Tabela 23 – Distribuição de empregados com necessidades especiais	132
Tabela 24 – Distribuição dos empregados por situação funcional e por carreira	133
Tabela 25 – Despesas do pessoal: 31/12/2022	137
Tabela 26 – Principais Normativos	140
Tabela 27 – Resumo das contratações	140
Tabela 28 – Contratações mais relevante	143
Tabela 29 – Resumo das contratações diretas	143
Tabela 30 – Indicadores de Consumo de Energia Elétrica	164
Tabela 31 – Quantidade de manifestações e Ranking de SIC e de Ouvidoria da Infra S.A. entre os anos de 2019 a 2022*	169
Tabela 32 – Variação do tempo de resposta nas manifestações de Ouvidoria	170
Tabela 33 – Atendimento de expropriados FICO/FIOLE em 2022	176
Tabela 34 – (Ativo) Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro ..	184
Tabela 35 – (Passivo) Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021	184
Tabela 36 – Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro	185
Tabela 37 – Variações do período entre 30/06/2022 e 30/09/2022 da EPL	186
Tabela 38 – Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	188
Tabela 39 – Tributos a compensar	189
Tabela 40 – Crédito previdenciário a compensar	190
Tabela 41 – Depósitos judiciais	190
Tabela 42 – Realizáveis a curto prazo	191
Tabela 43 – Realizável a longo prazo	191
Tabela 44 – Investimentos	192
Tabela 45 – Composição e fluxo do ativo imobilizado	196
Tabela 46 – Investimento cruzado	201

Tabela 47 – Intangível	203
Tabela 48 – Depósitos retidos sobre fornecedores	204
Tabela 49 – Ações com risco de perda provável.....	207
Tabela 50 – Ações com riscos de perdas possíveis	210
Tabela 51 – Receita a diferir – pátios e terminais.....	211
Tabela 52 – Receita a Diferir – Subconcessão FIOLE I.....	212
Tabela 53 – Conta “Direito de Uso de Veículos”.....	213
Tabela 54 – Contratos de arrendamento	214
Tabela 55 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	215
Tabela 56 – Receitas líquidas	216
Tabela 57 – Despesa com pessoal	216
Tabela 58 – Despesas gerais e administrativas	217
Tabela 59 – Outras receitas / despesas operacionais	217
Tabela 60 – Resultado da equivalência patrimonial	218
Tabela 61 – Receitas financeiras	218
Tabela 62 – Subvenção do Tesouro Nacional	218
Tabela 63 – Termos de execução descentralizada	219

Índice de Figuras

Figura 1 – Atividades do RGI 2022	14
Figura 2 – Estrutura Organizacional da Valec (até 29/09/2022)	22
Figura 3 – Estrutura Organizacional da Infra S.A. (a partir de 30/09/2022).....	23
Figura 4 – Modelo de Negócios - CANVAS	24
Figura 5 – Cadeia de Valor da Infra S.A.	27
Figura 6 – Previsão de utilização do saldo de outorga.....	33
Figura 7 – Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOI.....	34
Figura 8 – Avanços financeiro da FIOI II	35
Figura 9 – Distribuição do Custo Total FIOI II	35
Figura 10 – Custo Total da FIOI II por lote	36
Figura 11 – Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOI.....	37
Figura 12 – EF-354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO I) - Trecho Mara Rosa (GO) - Água Boa (MT)	40
Figura 13 – Serviços em execução no Lote 1 da FICO.....	40
Figura 14 – Mapa de Localização Ferrogrão.....	41
Figura 15 – Empresas – tipo de cargas – localização.....	45
Figura 16 – Comparativo de densidade das malhas ferroviárias.....	47
Figura 17 – Comparativo da participação do modo ferroviário na matriz de transporte.....	47
Figura 18 – Empreendimentos Rodoviários sob responsabilidade da Infra S.A.	49
Figura 19 – Composição acionária TLSA	58
Figura 20 – Traçado da Ferrovia Nova Transnordestina.....	58
Figura 21 – Avanço Geral de Obras	59
Figura 22 – Traçado Ferroeste	60
Figura 23 – Matriz de Riscos Estratégicos	63
Figura 24 – Estrutura de Governança da Infra S.A.	70
Figura 25 – Mapa estratégico da Valec 2020-2024.....	71
Figura 26 – Análise de SWOT.....	72
Figura 27 – Esquema de cores do desempenho dos objetivos estratégicos.....	108
Figura 28 – Cadeia de Valor da Valec e objetivos estratégicos correlatos.....	122
Figura 29 – Média salarial dos empregados.....	131
Figura 30 – Distribuição por gênero dos cargos comissionados.....	131
Figura 31 – Distribuição de empregados com necessidades especiais	132
Figura 32 – Faixa etária dos empregados atuantes na Infra S.A.....	132
Figura 33 – Faixa etária dos empregados cedidos	133
Figura 34 – Distribuição dos empregados atuantes na Infra S.A.....	134
Figura 35 – Distribuição dos estagiários por área	134
Figura 36 – Distribuição dos empregados por diretoria.....	135
Figura 37 – Valor total dos contratos formalizados	141
Figura 38 – Contratos formalizados	141
Figura 39 – Contratos por tipo	141
Figura 40 – Valor por contratos por tipo	142
Figura 41 – Quantidade por Modalidade	144
Figura 42 – Valor por Modalidade.....	144
Figura 43 – Quantidade de demandas de 2022 por status	144
Figura 44 – Porcentagem de demandas de 2022 por status	145
Figura 45 – Distribuição por natureza – Valec – Janeiro a setembro de 2022 Fonte: Registros de pagamentos constantes do SEI e do SIAFI – Valec.....	146
Figura 46 – Evolução das despesas por ano – Valec – Janeiro a setembro de 2022.....	146
Figura 47 – Despesas com diárias e passagens.....	147
Figura 48 – Mapa de gastos por estados – Valec – Janeiro a setembro de 2022	147
Figura 49 – Valor por objeto – Valec – Janeiro a setembro de 2022.....	148
Figura 50 – Quantidade de bens por conta contábil – Valec – Janeiro a setembro de	

2022.....	148
Figura 51 – Distribuição por natureza – Infra – Setembro a dezembro de 2022.....	149
Figura 52 – Quantidade de bens por conta contábil – Infra – Setembro de 2022.....	150
Figura 53 – Boas Práticas de GovTIC adotadas na Infra S.A.....	153
Figura 54 – Principais referências de GovTIC.....	154
Figura 55 – Instrumentos de Planejamento de TIC.....	154
Figura 56 – Boas Práticas de Governança de TIC.....	155
Figura 57 – Principais temas tratados pela InfraTIC.....	155
Figura 58 – Sustentação dos Serviços de InfraTIC.....	155
Figura 59 – InfraTIC em números.....	156
Figura 60 – Principais contratos gerenciados pela InfraTIC.....	156
Figura 61 – Principais temas tratados pela área de Sistemas de Informação.....	156
Figura 62 – Sistemas de Informação em números.....	157
Figura 63 – Principais contratos gerenciados pela área de Sistemas de Informação.....	157
Figura 64 – Principais temas tratados pela área de Segurança da Informação.....	157
Figura 65 – Segurança da Informação em números.....	158
Figura 66 – Orçamento de TIC.....	158
Figura 67 – Selo A3P 2021, concedido à Infra S.A. pelo Ministério do Meio Ambiente.....	163
Figura 68 – Selo Prata conferido à Infra S.A.....	167
Figura 69 – Selo de membro do Programa Brasileiro GHG Protocol 2022.....	167
Figura 70 – Quantidade de processos correcionais concluídos no decorrer do período.....	168
Figura 71 – Evolução da quantidade das manifestações de SIC e de Ouvidoria entre os anos de 2019 a 2022.....	169
Figura 72 – Evolução mês a mês da quantidade de manifestações de SIC e de Ouvidoria da Infra S.A em 2022.....	170
Figura 73 – Porcentagem de respostas dentro do prazo da Ouvidoria.....	171
Figura 74 – Porcentagem de respostas dentro do prazo do SIC.....	171
Figura 75 – Percentual de cada tipo de resposta dentro do prazo.....	172
Figura 76 – Assuntos das Manifestações de Ouvidoria da Infra S.A. em 2022.....	172
Figura 77 – Assuntos do Pedidos de Acesso à Informação da Infra S.A. em 2022... ..	173
Figura 78 – Comparativo dos tipos de manifestações de Ouvidoria.....	174
Figura 79 – Percentual de cada tipo de respostas dentro do prazo.....	175
Figura 80 – SIC - Pesquisa de Satisfação do Usuário solicitações da LAI na Infra S.A., entre 01/12/2022 e 31/12/2022.....	177
Figura 81 - Comparação quantitativa, em porcentagem, da satisfação dos usuários em relação ao “atendimento ao pedido” e “Compressão da resposta” nos anos de 2021 e 2022.....	178
Figura 82 – SIC - Pesquisa de Satisfação do Usuário para solicitações da LAI do Governo Federal, entre 01/12/2022 e 31/12/2022.....	178
Figura 83 – Pesquisa de Satisfação do Usuário solicitações da Ouvidoria na Infra S.A., entre 01/12/2022 e 31/12/2022.....	179
Figura 84 – Pesquisa de Satisfação do Usuário solicitações da Ouvidoria do Governo Federal, entre 01/12/2022 e 31/12/2022.....	180
Figura 85 – Omissões nos pedidos de acesso à informação e período sem perda dos prazos.....	181

Determinação da Materialidade das Informações

Este trabalho é coordenado pela Superintendência de Governança e Estratégia, órgão da Presidência da Infra S.A. A estrutura do documento foi definida com base nas orientações do inciso III e no § 3º do art. 8º da IN-TCU 84/2020, de 22 de abril de 2020, detalhado no anexo II da Decisão Normativa TCU 187/2020, de 9 de setembro de 2020, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 198/2022, de 23 de março de 2022. São atribuídas às unidades organizacionais a elaboração dos temas de sua competência, de acordo com o Regimento Interno da Infra S.A., aprovado pela Resolução Normativa - Valec Nº 20/2022/CONSAD-Valec, de 30 de setembro de 2022.

Este documento mostra as principais entregas realizadas pela Infra S.A. no exercício de 2022. A produção de conteúdo é realizada de forma descentralizada com a participação de todas as Diretorias da Infra S.A. O desenvolvimento deste trabalho é executado como um projeto, organizando-se por atividades (Figura 1).

Relatório de Gestão Integrado 2022	1. Instruir o processo
	2. Elaborar cronograma
	3. Atualizar o template
	4. Disponibilizar material de apoio
	5. Designar responsável pela prestação de informações
	6. Elaborar conteúdo, conforme <i>template</i>
	7. Consolidar o material preliminar
	8. Enviar a versão preliminar do RGI para deliberação da DIREX
	9. Aprovar a versão preliminar do RGI e propor eventuais ajustes
	10. Enviar ao COAUD a versão aprovada pela DIREX
	11. Realizar eventuais ajustes propostos pela DIREX
	12. Enviar a versão preliminar do RGI para aprovação do CONSAD
	13. Aprovar o Relatório de Gestão Integrado 2022
	14. Realizar eventuais ajustes na versão aprovada
	15. Publicar o Relatório de Gestão Integrado 2022

Figura 1 – Atividades do RGI 2022

A estrutura do documento foi organizada por afinidade temática com as unidades organizacionais, conforme Tabela 1.

Item	Área Responsável
Elementos pré-textuais	GESTR/SUGOE
Carta do Presidente	GAB/PRESI
1. Visão geral organizacional e ambiente externo	
1.1. Competências	GESTR/SUGOE
1.2. Principais normas direcionadores de atuação da Infra S.A.	GESTR/SUGOE
1.3. Missão e visão	GESTR/SUGOE
1.4. Estrutura organizacional	SUINT
1.5. Modelo de negócio	SUGOE
1.6. Cadeia de valor	GESTR/SUGOE
1.7. Empreendimentos ferroviários	DIREM
1.7.1. EF-151 (Ferrovia Norte-Sul)	DIREM
1.7.2. EF-334 (Ferrovia de Integração Oeste- Leste)	DIREM
1.7.3. EF-354 (Ferrovia Transcontinental e Ferrovia de Integração Centro-Oeste)	DIREM
1.7.4. EF-170 (Ferrogrão)	DIREM
1.7.5. Terminais Logísticos de Carga: Gestão e fiscalização dos contratos ao longo de 2021	DIREM
1.7.6. Terminais Logísticos de Carga: Credenciamento para realização de estudos	DIREM
1.7.7. Cenário nacional e internacional do modal ferroviário e da infraestrutura logística	DIPLAN
1.8. Empreendimentos Rodoviários	DIREM
1.9. Empreendimentos Portuários	DIREM
1.10. Capital social e participação em outras sociedades	DIREM
2. Riscos, oportunidades e perspectivas	SUINT
3. Governança e estratégia	
3.1. Estrutura de governança	GESTR/SUGOE
3.2. Planejamento estratégico institucional	GESTR/SUGOE
3.3. Planos de curto prazo - ano 2022	GESTR/SUGOE
3.4. Gestão de mercado e inovação	DIMEI
4. Resultados da gestão	
4.1. Desempenho estratégico	GESTR/SUGOE
4.2. Gestão orçamentária e financeira	DIRAF
4.3. Gestão de custos	DIRAF
4.4. Gestão de pessoas	DIRAF
4.5. Gestão de licitações e contratos	DIRAF

Item	Área Responsável
4.6. Gestão patrimonial e de infraestrutura	DIRAF
4.7. Gestão tecnologia da informação e comunicação	DIRAF
4.8. Sustentabilidade ambiental	DIREM
4.9. Gestão da comunicação com a sociedade	COGER/OUVIR
5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	DIRAF
Anexos	Todas as áreas

Tabela 1 – Distribuição da responsabilidade pelo conteúdo do RGI 2022

Por fim, ressalta-se que as informações concernentes às atividades da EPL compreendidas entre janeiro e setembro de 2022, ou seja, período anterior à incorporação, foram contempladas pelo Relatório de Gestão 2022 para prestação de contas extraordinária, conforme as recomendações do Tribunal de Contas da União e as orientações da Controladoria Geral da União. O referido relatório compõe o Anexo I deste Relatório de Gestão Integrado.

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1. Competências

A Infra S.A. é o nome fantasia da empresa pública resultante da incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. pela Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., nos termos da autorização do Decreto nº 11.081, de 24 de maio de 2022 e da aprovação da 79ª Assembleia Geral Extraordinária da Valec S.A., de 30 de setembro de 2022.

É organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada pela União e vinculada ao Ministério dos Transportes, conforme preconizam as Leis nº 11.772, de 17 de setembro de 2008 e nº 12.404, de 4 de maio de 2011. Está sujeita ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

Tem por função social a prestação de serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes e a construção e exploração de infraestrutura de transportes e logística.

De acordo com o art. 9º da Lei nº 11.772, e art. 5º da Lei nº 12.404 citadas, compete à Infra S.A., em conformidade com as diretrizes do Ministério dos Transportes:

- Administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária, nas ferrovias a ela outorgadas;
- Coordenar, executar, controlar, revisar, fiscalizar e administrar obras de infraestrutura ferroviária que lhes forem outorgadas;
- Desenvolver estudos e projetos de obras de infraestrutura ferroviária;
- Construir, operar e explorar estradas de ferro, sistemas acessórios de armazenagem, transferência e manuseio de produtos e bens a serem transportados e, ainda, instalações e sistemas de interligação de estradas de ferro com outras modalidades de transportes;
- Promover o desenvolvimento dos sistemas de transporte de cargas sobre trilhos, objetivando seu aprimoramento e a absorção de novas tecnologias;
- Celebrar contratos e convênios com órgãos nacionais da administração direta ou indireta, com empresas privadas e com órgãos internacionais para prestação de serviços técnicos especializados;
- Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, conforme previsão em seu Estatuto social; e
- Participar minoritariamente do capital de empresas que tenham por objeto construir e operar a EF 232, de que trata o item 3.2.2 - Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, do Anexo da Lei no 5.917, de 10 de setembro de 1973,

com as alterações introduzidas por esta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009).

- Elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;
- Realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;
- Planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;
- Participar das atividades relacionadas ao setor de transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;
- Promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas ao setor de transportes;
- Subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;
- Planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transportes em outros segmentos da economia;
- Obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes;
- Desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;
- Acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;
- Promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor de transportes;
- Elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento

- de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes;
- Propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação para esse fim;
 - Coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;
 - Administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;
 - Promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor;
 - Promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República;
 - Administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;
 - Prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;
 - Elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
 - Elaborar projetos básico e executivo de obras de infraestrutura de transportes; e
 - Exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto, conforme previsão do Estatuto social.

1.2. Principais normas direcionadoras de atuação da Infra S.A.

Compõem a legislação referente à Infra S.A.:

- **Decreto nº 11.081, de 24 de maio de 2022** - Autoriza a incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. pela Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
- **Decreto nº 8875, de 11 de outubro de 2016** – Revoga o Decreto nº 8.129, de 23 de outubro de 2013, que institui a política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal e dispõe sobre a atuação da Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para o desenvolvimento dos sistemas de transportes ferroviário;

- **Decreto nº 8134, de 28 de outubro de 2013** – Estrutura a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para a execução das atividades de desenvolvimento dos sistemas de transporte ferroviário e aprova o Estatuto Social da empresa;
- **Decreto nº 8129, de 23 de outubro de 2013** – Institui a política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal; dispõe sobre a atuação da Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., para o desenvolvimento dos sistemas de transporte ferroviário; e dá outras providências;
- **Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011** - Autoriza a criação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL; estabelece medidas voltadas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e Campinas, Estado de São Paulo; e dá outras providências.
- **Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008** – Dispõe sobre a reestruturação da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; e
- **Lei nº 11.297, de 9 de maio de 2006** – Acrescenta e altera dispositivos na Lei no 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória no 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Compõem os principais normativos internos da Infra S.A.:

- Estatuto social:

<https://www.infrasa.gov.br/estatuto-social>

- Regimento Interno:

<https://www.infrasa.gov.br/regimento-interno>

- Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD):

<https://portal.valec.gov.br/documentos/auditoria/comite/Regimento-Interno-do-Comit%C3%AA-de-Auditoria-COAUD.pdf>

- Normativos de Auditoria Interna:

<https://portal.valec.gov.br/a-valec/auditorias/auditoria-interna>

<https://portal.epl.gov.br/auditoria>

- Políticas:

<https://portal.valec.gov.br/a-valec/governanca/politicas>

Compõem a legislação referente à Infra S.A.:

1.3. Missão e visão

Fonte: <https://portal.valec.gov.br/documentos/governanca/Planejamento-Estrategico-2020-2024-v11.11.pdf>

Missão: Contribuir para aprimorar a logística no Brasil de forma sustentável, competitiva e integrada, executando seus empreendimentos com efetividade.

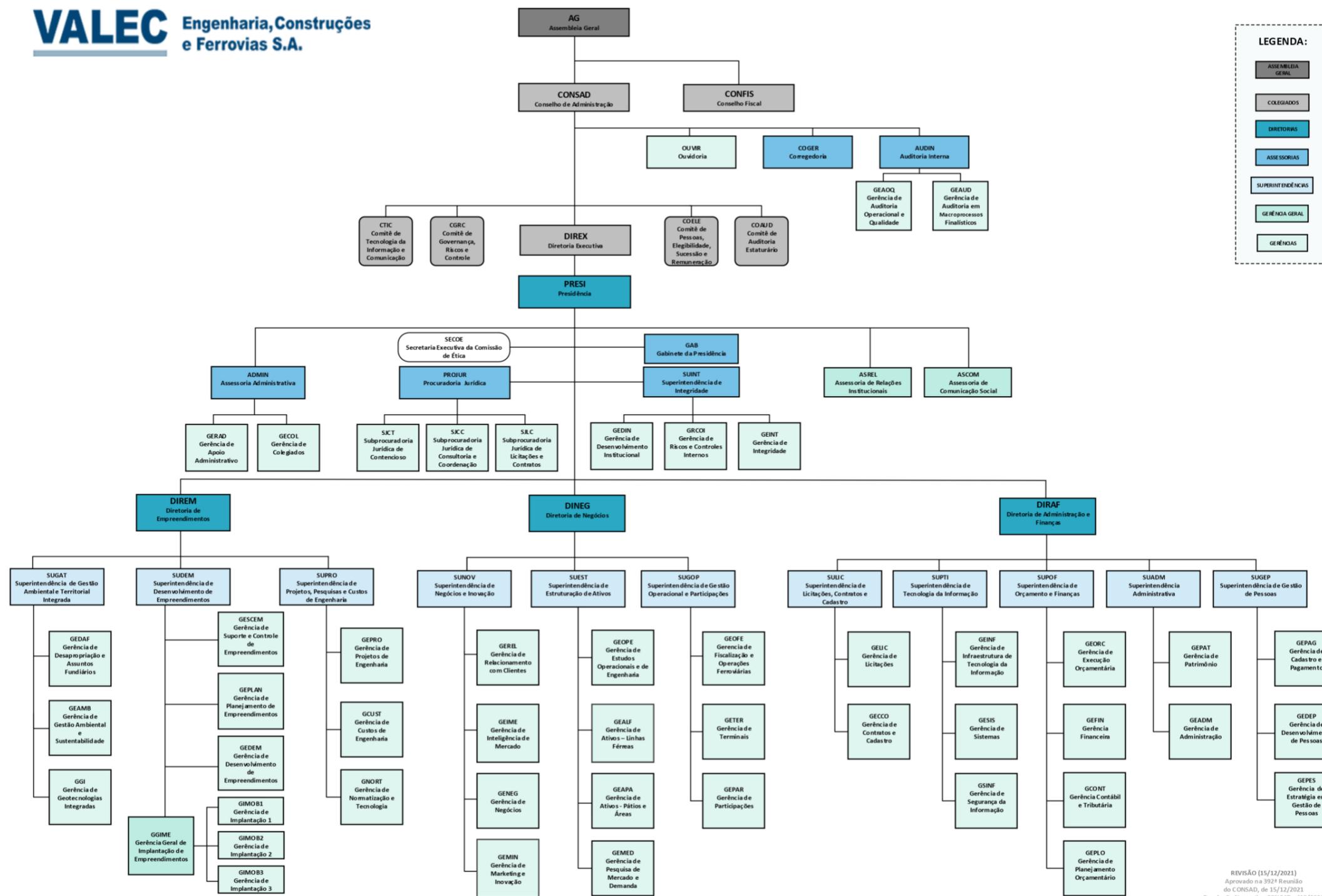
Visão: Tornar-se uma empresa pública moderna, inovadora, confiável e ser reconhecida pela sociedade e pelos órgãos de controle como instituição que realiza e entrega empreendimentos prioritários de infraestrutura até 2024.

1.4. Estrutura organizacional

A estrutura organizacional é uma ferramenta de organização e hierarquia da empresa, que busca ordenar as atividades e recursos, de forma eficiente, para o cumprimento dos objetivos estratégicos.

Em setembro de 2022, tivemos um acontecimento de relevância que alterou a nossa estrutura organizacional, a incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL à Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., autorizada pelo Decreto nº 11.081, de 24/05/2022, que teve sua concretização pela 79ª Reunião Extraordinária da Assembleia Geral em 30/09/2022, tendo seu nome fantasia denominado Infra S.A.

Assim, até 29/09/2022, a estrutura organizacional estava definida conforme a Figura 2, e a partir de 30/09/2022, sua representação passou a ser conforme a Figura 3, de forma simplificada, excetuando-se as gerências que não estão ali representadas, podendo essa ser verificada pelo link: <https://portal.valec.gov.br/documentos/OrganogramalNFRA.pdf>



REVISÃO (15/12/2021)
Aprovado na 392ª Reunião do CONSAD, de 15/12/2021
Resolução Normativa CONSAD nº19/2021

Figura 2 – Estrutura Organizacional da Valec (até 29/09/2022)

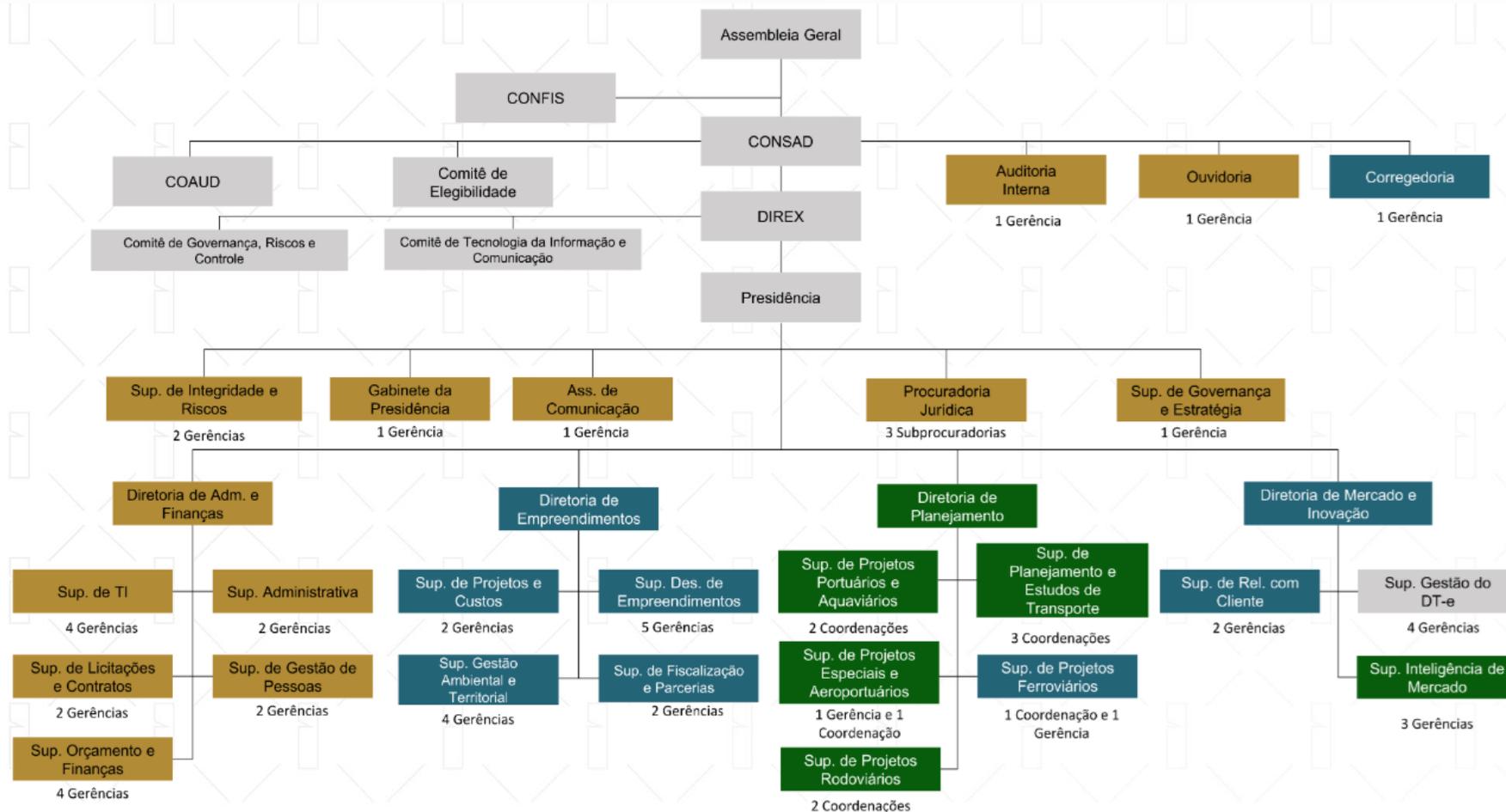


Figura 3 – Estrutura Organizacional da Infra S.A. (a partir de 30/09/2022)

1.5. Modelo de negócio

O Modelo de Negócio da Infra S.A. em 2022 é representado pela Figura 4. Nessa representação enfatiza a capacidade de desenvolver produtos relacionados à infraestrutura de transporte ferroviário.

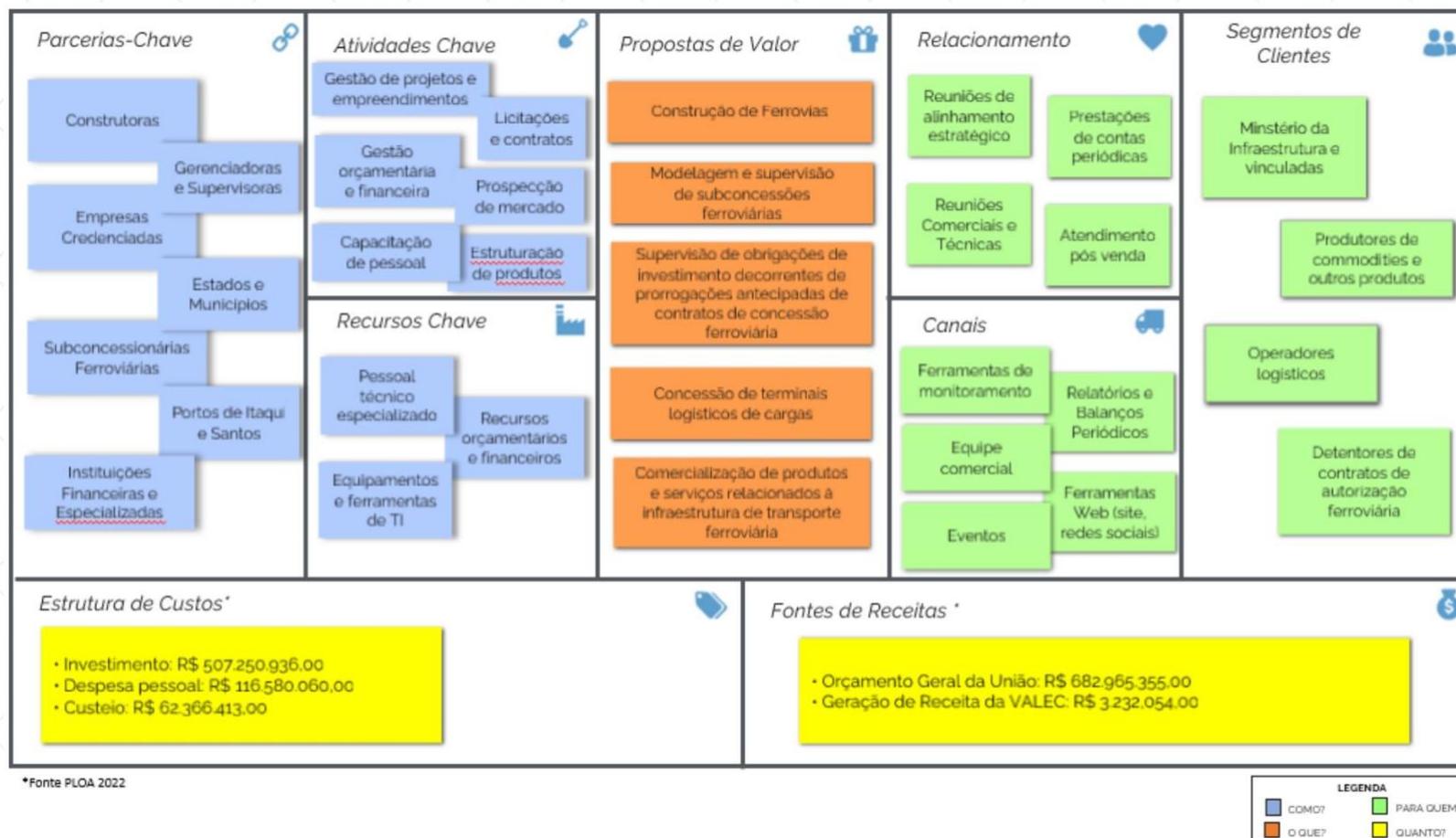


Figura 4 – Modelo de Negócios - CANVAS

Fonte: sítio eletrônico da Valec https://portal.valec.gov.br/documentos/governanca/Plano_de_Negocios_Setembro_2022.pdf

A Figura 4 mostra que, em 2022, basicamente os clientes da Empresa são Ministério da Infraestrutura (MINFRA), produtores de commodities, operadores logísticos e detentores de contratos de autorização ferroviária.

Em atendimento ao cliente MINFRA, a Infra S.A. atuou como braço executor de políticas públicas que objetivam fomentar o transporte ferroviário nacional, prestando serviços relacionados à construção e subconcessão de ferrovias, além da supervisão de obrigações de investimentos decorrentes de prorrogações antecipadas dos contratos de concessão ferroviária.

Outro relevante segmento de clientes remete aos produtores de commodities os quais enxergam a possibilidade de reduzir seus custos de transporte ao movimentar suas cargas por meio da Ferrovia Norte Sul.

Há ainda cenário favorável para a exploração de terminais logísticos por operadores independentes, cujo modelo de negócio consiste na prestação de serviços de armazenagem e transbordo de cargas para terceiros.

Dada expertise da Infra S.A. para auxiliar na implantação e operação de ferrovias, os detentores de contratos de autorização ferroviária representam um segmento de potenciais clientes.

Os fornecedores e parceiros são selecionados, em regra, mediante prévio procedimento licitatório, excetuadas as situações previstas em Lei que admitem a contratação direta.

Especificamente sobre os parceiros, a Infra S.A. adota ainda diretrizes de governança para a escolha de seus parceiros comerciais, incluindo em seus contratos cláusulas referentes ao comportamento ético, antinepotismo e sustentabilidade ambiental.

1.6. Cadeia de valor

A cadeia de valor representa o “sistema de valor” da empresa e é composta dos processos de mais alto nível da Infra S.A.. Nela são apresentados os principais insumos que são transformados em entregas de valor para a sociedade. Essa transformação ocorre por meio de macroprocessos, que na cadeia de valor da Valec são organizados em 3 tipos: processos estratégicos, processos finalísticos e processos de apoio. Os processos estratégicos são relacionados as questões estratégicas e de governança. Os processos finalísticos são relacionados ao negócio, aos produtos e aos serviços que a Empresa entrega aos clientes externos. Os processos de apoio relacionados às atividades que suportam a execução dos processos estratégicos e finalísticos.

No nível estratégico temos 2 macroprocessos:

- 01 - Aperfeiçoar e Promover a Gestão e a Governança Corporativa; e
- 02 - Gerir Comunicação.

No nível finalístico temos 4 macroprocessos:

- 03 - Criar Produtos e Serviços;
- 04 - Comercializar Produtos e Serviços;
- 05 - Produzir Produtos e Serviços; e

- 06 - Gerir Atendimento ao Cliente.

No nível de apoio temos 7 macroprocessos:

- 07 - Realizar Contratação;
- 08 - Executar Contratos;
- 09 - Gerir Pessoas;
- 10 - Gerir Recursos Orçamentários e Financeiros;
- 11 - Gerir Tecnologia da Informação;
- 12 - Gerir Logística; e
- 13 - Realizar Atuação Jurídica.

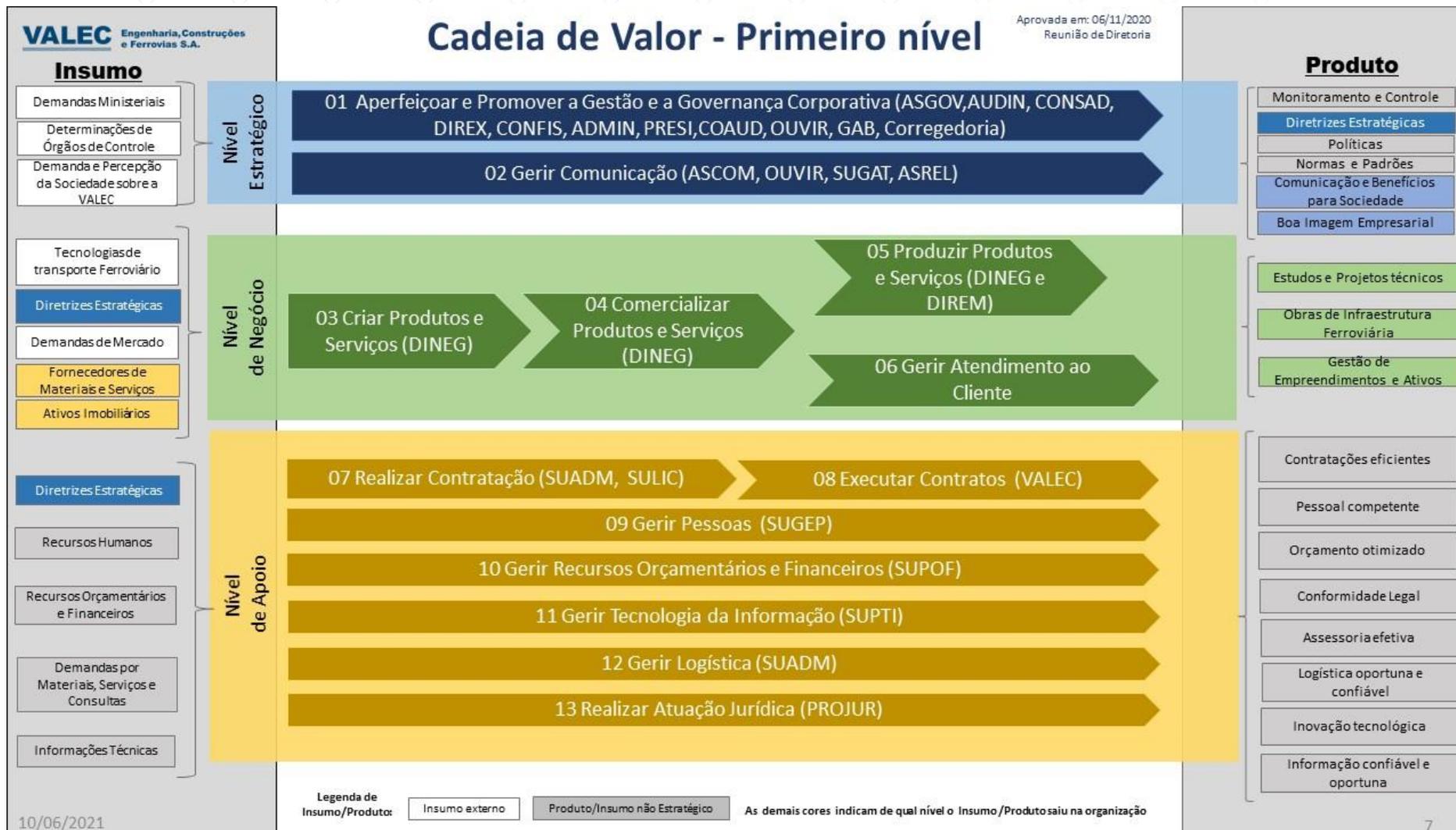


Figura 5 – Cadeia de Valor da Infra S.A.

Fonte: sítio eletrônico da Infra S.A. (<https://portal.valec.gov.br/documentos/governanca/Internet-Cadeia%20de%20Valor%20da%20Valec%20v23.1.png>)

A cadeia de valor é detalhada por meio da cadeia de valor agregado, que mostra como os macroprocessos são detalhados em camadas até se obter o desenho dos fluxos de atividades. Na Tabela 2 podemos ver os macroprocessos de 1º nível, os (macro)processos de 2º nível e os produtos por eles produzidos.

Macroprocessos de 1º Nível	Macroprocessos de 2º Nível	Produtos
01 Aperfeiçoar e Promover a Gestão e a Governança Corporativa	01.01 Realizar Governança Corporativa 01.02 Realizar Gestão Estratégica 01.03 Avaliar e apoiar processos de governança de riscos e controles	Expedição dos atos decorrentes dos Colegiados (atas, resoluções etc.); CGU: plano anual de auditoria, parecer de auditoria interna, relatório anual de auditoria interna (RAINT); TCU: RAINTE; COAUD: relatório trimestral de execução do PAINT; Diretoria: relatórios de auditoria, relatório de consultoria, planos de ação, notas técnicas, RAINTE; CONSAD: PAINT, relatório trimestral de execução do PAINT; relatórios de auditoria, relatório de consultoria, planos de ação, notas técnicas, RAINTE; MINFRA: informações que a CGU demanda para supervisão ministerial; Donos de macroprocessos (superintendentes e chefes de assessoria): Ofício de comunicação de achados, minuta de relatório com achados; Diretoria: relatório com achados. Diretoria, CONFIS, COAUD e CONSAD: Acompanhamento dos planos de ação e atendimento de recomendações da CGU
02 Gerir Comunicação	02.01 Tratar Manifestação da Ouvidoria; 02.02 Comunicar informações de Ouvidoria 02.03 Executar Plano de Comunicação 02.04 Gerir Relações Institucionais	Formalização da percepção do usuário; esclarecimento (função pedagógica) para compreensão das rotinas e das atribuições da Valec; denúncia ou reclamação à área apuratória; feedback ao usuário (origem pelo FALA.BR); monitoramento dos indicadores da Ouvidoria; resposta às demandas LAI (SIC); Hotsite; publicação; publicação publicitária; matéria jornalística; e-mail marketing; produto audiovisual; identidade visual. 02.04.01: Avaliação crítica do ambiente externo (social, político e econômico) para auxílio à tomada de decisão da alta administração 02.04.02: Proteção ao orçamento da Valec; Recurso de emendas; Fortalecimento da imagem institucional.

Macroprocessos de 1º Nível	Macroprocessos de 2º Nível	Produtos
03 Criar Produtos e Serviços	03.01 Realizar Pesquisa Mercadológica; 03.02 Desenvolver Produtos e Serviços (Funil de Inovação)	Serviço de consultoria em desapropriação estruturado Serviço de consultoria de licenciamento ambiental estruturado
04 Comercializar Produtos e Serviços	04.01 Prospectar Clientes 04.02 Negociar Produtos e Serviços 04.03 Firmar contrato comerciais	Contrato firmado.
05 Produzir Produtos e Serviços	05.01 Gerir Serviços Preparatórios 05.02 Gerir Empreendimento Ferroviário 05.03 Gerir Contratos de Concessão e Subconcessão 05.04 Gerir Processo de Delegação de Áreas 05.05 Gerir Pátios e Terminais; 05.06 Gerir Áreas Remanescentes 05.07 Destinar Economicamente as Áreas (em desenvolvimento) 05.08 Gerir Participações Societárias 05.09 Realizar Consultoria	Coordenação da gestão e fiscalização das operações ferroviárias; Contrato de concessão de uso; Verificações de cumprimento de obrigações (pecuniárias, habilitações, investimentos, movimentações de carga, garantias, seguros, procurações, taxas e impostos, entrega de alvarás, licenças e projetos); Ações de fiscalização (manutenção dos terminais e áreas afins, segurança do trabalho, meio ambiente, vigilância sanitária e outros); Monitoramento das movimentações de carga, relatórios de gestão, de fiscalização; notificações; solicitação de penalidades; atividades para liberar áreas de frente de obras por meio de desapropriação; atividades e estudos sequenciais ou concomitantes com a finalidade de conseguir autorizações ambientais para execução de empreendimentos pela Valec; Fiscalização e Manutenção das áreas desapropriadas e obtidas pela Valec; Relatório de gestão das participações; Relatório de monitoramento; Orientação de voto para conselheiros da Valec na TLSA; Manifestação para liberação de recursos; Equacionamento da participação societária na TLSA.

Macroprocessos de 1º Nível	Macroprocessos de 2º Nível	Produtos
06 Gerir Atendimento ao Cliente	06.01 Gerenciar Comunicação com o Cliente 06.02 Gerenciar Entregas 06.03 Realizar Pesquisa de Qualidade e de Satisfação com o Cliente	Norma de atendimento ao cliente produzida
07 Realizar Contratação	07.01 Realizar planejamento geral 07.02 Revisar planejamento geral 07.03 Planejar a contratação 07.04 Elaborar minuta 07.05 Atender recomendações jurídicas 07.06 Aprovar contratação 07.07 Realizar fase de publicidade 07.08 Realizar procedimento licitatório 07.11 Formalizar contrato 07.09 Realizar contratação direta 07.10 Aderir a Ata de registro de preço	Contrato; Ata de Registro de preço.
08 Executar Contratos	08.01 Elaborar Planejamento de Execução do Serviço ou Fornecimento de Materiais 08.02 Nomear gestor e fiscal do contrato 08.03 Fiscalizar Execução do Contrato 08.04 Elaborar Medição e Fatura dos Demais Contratos 08.05 Negociar Requerimento Administrativo das Contratadas 08.06 Elaborar Termo Aditivo 08.07 Gerir contratos 08.08 Realizar Pagamento 08.09 Encerrar Contrato 08.10 Gerir Conta Vinculada	Produtos; serviços; termos aditivos; termos de apostilamento, solicitação de pagamento; termo de rescisão; processos sancionatórios; decisão administrativa; encerramento contratual; processo de constituição de débito.
09 Gerir Pessoas	09.01 Gerir Recrutamento e Seleção 09.02 Gerir Admissão 09.03 Gerir Cadastro de Pessoal 09.04 Gerir Pagamento 09.05 Gerir Benefícios 09.06 Gerir Competências 09.07 Gerir Qualidade de Vida no Trabalho 09.08 Realizar Desligamento	Pagamentos, Benefícios, Capacitações, Desligamentos, Contratações, Programas, Férias, Resposta aos órgãos de controle.

Macroprocessos de 1º Nível	Macroprocessos de 2º Nível	Produtos
10 Gerir Recursos Orçamentários e Financeiros	10.01 Gerir Orçamento 10.02 Realizar Procedimentos Fiscais e Tributários 10.03 Gerir Recursos Financeiros 10.04 Realizar Procedimentos Contábeis 10.05 Gerir Recursos de Transferências Voluntárias 10.06 Gerir Receita Própria 10.07 Gerir Custos	Disponibilidades orçamentárias, notas de empenho, bloqueios, remanejamentos, cancelamentos, relatório mensal e trimestral; obrigações principais e acessórias fiscais e tributárias, recolhimentos fiscais e relatório mensal; programações financeiras, emissão de documentos de arrecadação (DARs), emissão de guias de recolhimento (GRUs), emissão de ordens bancárias, relatório mensal e demais documentos financeiros; balancetes patrimoniais, demonstrações financeiras trimestrais e anuais, demonstração de resultado de exercício (DRE), atualização monetária e patrimonial, baixa patrimonial (tombamento), qualificação econômico financeira, análise de minutas contratuais, notas explicativa e relatórios mensais, trimestrais e anuais; notas de crédito e programação financeira; pagamentos diversos (custeio e investimento); análises de custos e relatórios gerenciais e painéis de custos.
11 Gerir Tecnologia da Informação	11.01 Gerir Governança de TI 11.02 Gerir Demanda Interna de TI 11.03 Gerir Desenvolvimento 11.04 Gerir Entrega 11.05 Gerir Infraestrutura de TI	Sistemas Estruturantes e não estruturantes, Sustentação da Infraestrutura de TIC, manutenção do parque tecnológico, instrução processual para aquisição/subscrição de softwares, políticas e normas de TIC.
12 Gerir Logística	12.01 Gerir bens móveis 12.02 Gerir os bens imóveis edificadas 12.03 Gerir material de consumo 12.04 Gerir serviços administrativos	Sustentação das atividades da área finalística, prover bens e serviços imprescindíveis ao funcionamento do negócio de maneira qualificada e sustentável.
13 Realizar Atuação Jurídica	13.01 Representar Judicialmente 13.02 Representar Extra Judicialmente 13.03 Prestar Consultoria e Assessoramento Jurídico	Petições judiciais e extrajudiciais; Pareceres, notas e outras informações jurídicas.

Tabela 2 – Lista de processos de 1º e 2º nível da Cadeia de Valor Agregado da Valec

1.7. Empreendimentos ferroviários

A Infra S.A. tem relevante papel na ampliação da malha ferroviária e de sua infraestrutura, sendo associado ao desenvolvimento de estudos e projetos, soluções e serviços para os sistemas de transporte

sobre trilhos, com impacto positivo na economia brasileira, aumentando a eficiência da matriz de transporte nacional, reduzindo os custos logísticos, além de promover a inovação e utilização de tecnologias mais sustentáveis ao meio ambiente.

Estão sob a responsabilidade da Infra S.A., por meio de outorga legal, quatro ferrovias federais, a saber:

- EF-151 (Ferrovia Norte-Sul, Trecho: Belém/PA - Panorama/SP);
- EF-334 (Ferrovia de Integração Oeste-Leste);
- EF-354 (Ferrovia Transcontinental/Ferrovia de Integração Centro Oeste);
- EF-267 (Ferrovia do Pantanal).

A Infra S.A. é ainda empreendedora responsável por conduzir os estudos de viabilidade e de licenciamento ambiental da EF-170 (Ferrogrão).

1.7.1. EF-151 (Ferrovia Norte-Sul)

A construção da Ferrovia Norte-Sul – FNS teve início em 1987 com um traçado inicial de aproximadamente 1.550 km de extensão, entre Açailândia/MA e Anápolis/GO, passando pelos estados do Maranhão e Tocantins (Tramo Norte) e ampliado até Estrela D'Oeste/SP (Tramo Central e Extensão Sul).

Atualmente a FNS encontra-se subconcedida à iniciativa privada. O Tramo Norte, trecho com extensão de 720Km entre Açailândia/MA e Porto Nacional/TO, é operada pela FNS S.A. desde 2007. Já os trechos Tramo Central e Extensão Sul, de 1.537 Km entre Porto Nacional/TO e Estrela D'Oeste/SP, foi subconcedido à empresa Rumo Malha Central S.A em julho de 2019. Nesse sentido, a atuação da empresa visa o monitoramento da prestação do serviço público de transporte, captação de receitas provenientes dos ativos ferroviários, bem como em atividades de meio ambiente e desapropriação que ainda se encontram sob a responsabilidade da Infra S.A..

Além da gestão, fiscalização e delegação de áreas e terminais contidos nos pátios da Ferrovia Norte Sul, compete a Infra S.A. a fiscalização operacional, a análise e a aprovação de projetos concernentes ao Tramo Norte da FNS.

Estão sendo feitas diversas tratativas junto à ANTT com vistas a equacionar os entendimentos sobre as responsabilidades pelos passivos ambientais, construtivos e judiciais entre a subconcessionária e a Infra S.A.:

- Assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão.
- Apoio à SUGAT nas tratativas de transferência de titularidade da Licença de Operação nº 1381/2017 e retirada de invasões e ocupações irregulares da faixa de domínio com rodada de reuniões quinzenais entre as empresas FNS S.A. e Infra S.A. para tratar de vários assuntos pertinentes à relação subconcessionária-subconcedente, incluindo a transferência de L.O.
- Tratativas quanto a definição de metodologia para cessão da Oficina de Locomotivas e Vagões de Imperatriz/MA. 3. Apoio à SUPRO com os subsídios solicitados referentes aos pontos de obras para reparação dos passivos ambientais do Tramo Norte da FNS.

- Análise de demonstrações financeiras para apuração de Receitas Alternativas que porventura não tenham sido auferidas.

Cumprido destacar a existência de saldo de outorga devido à Infra S.A., no montante de aproximadamente R\$ 377.228.344,27, atualizado para novembro de 2022, em decorrência dos valores envolvidos no Termo de Compromisso firmado com o IBAMA. A perspectiva de gastos com o pagamento de todas as obras de reparação dos passivos ambientais (custos diretos) é de aproximadamente R\$ 78.131.687,09, restando uma diferença a receber de R\$ 299.096.657,18, ambos atualizados para novembro de 2022.

A compensação de valores está distribuída da seguinte forma: (atualização GEOFI/SUFIP)

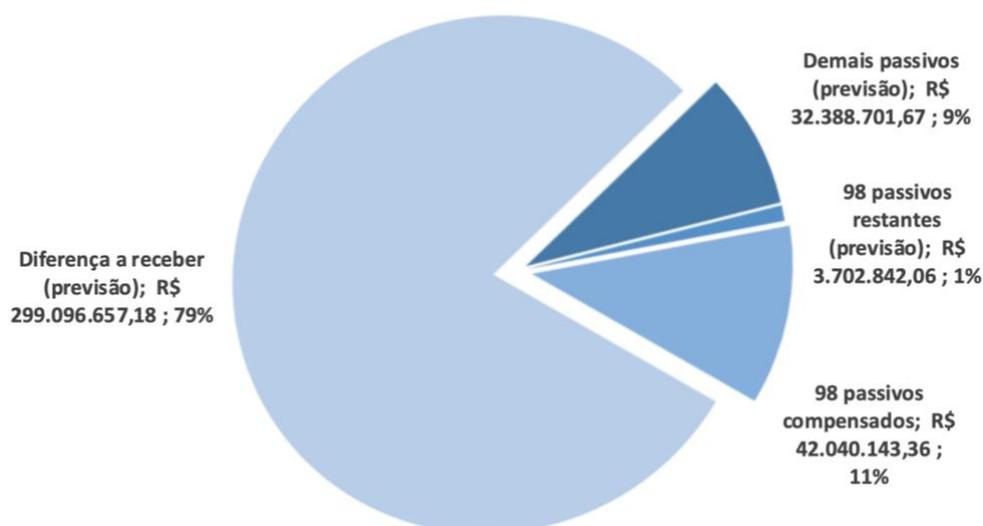


Figura 6 – Previsão de utilização do saldo de outorga

Em relação às atividades desenvolvidas no âmbito da gestão fundiária e ambiental cabe relatar que foram realizados trabalhos voltados à resolução de passivos cartorários e judiciais para regularização de áreas sem registro, bem como a manutenção da Licença de Operação 1381/07 referente ao Tramo Norte da Ferrovia, em tratativas para transferência à subconcessionária responsável pelo trecho.

1.7.2. EF-334 (Ferrovia de Integração Oeste-Leste)

Com aproximadamente 1500 km de extensão, a Ferrovia de Integração Oeste Leste – FIOL ligará o futuro porto de Ilhéus/BA a Figueirópolis/TO, ponto em que se conectará com a Ferrovia Norte Sul.

Para sua implantação, o empreendimento FIOL foi dividido em três trechos, a saber:

- FIOL I (Ilhéus/BA a Caetité/BA);
- FIOL II (Caetité/BA a Barreiras/BA), e
- FIOL III (Barreiras/BA a Figueirópolis/TO).

O trecho denominado FIOL I encontra-se subconcedido desde o leilão ocorrido em 08/04/2021. O Contrato da subconcessão foi assinado em 02/09/2021.

O trecho denominado FIOL II, com 485 km de extensão, encontra-se em fase de construção e é subdividido entre os lotes 05F, 05FA (Ponte sobre o Rio São Francisco), 06FA, 06FEB (TED com o Exército Brasileiro) e 07F.

O projeto será expandido até a Ferrovia Norte-Sul por meio da futura construção da FIOL III. A Figura 7 apresenta as informações relativas a cada um dos lotes que compõem a FIOL I e II.

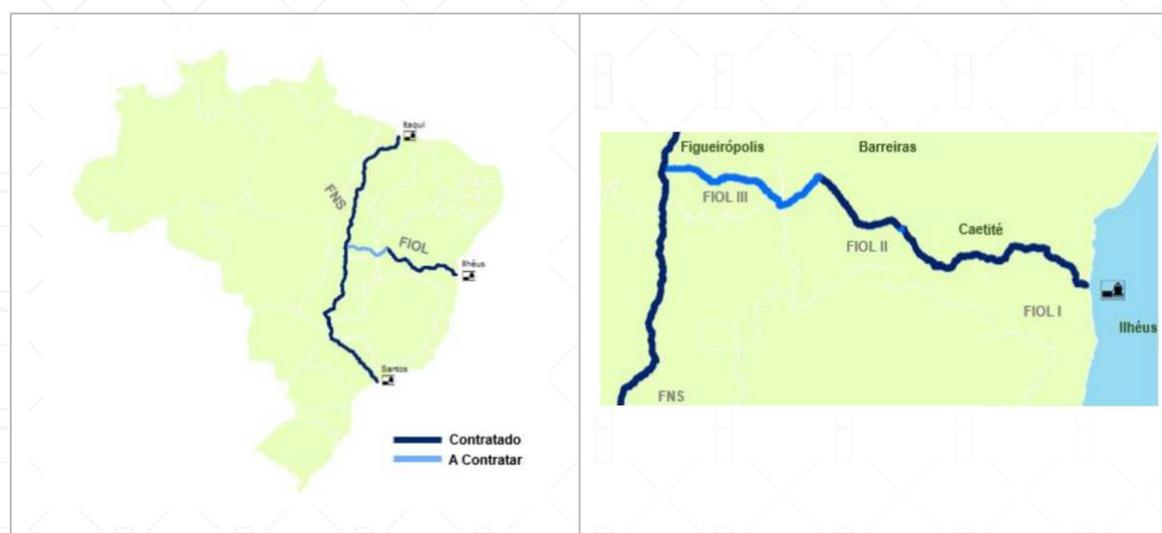
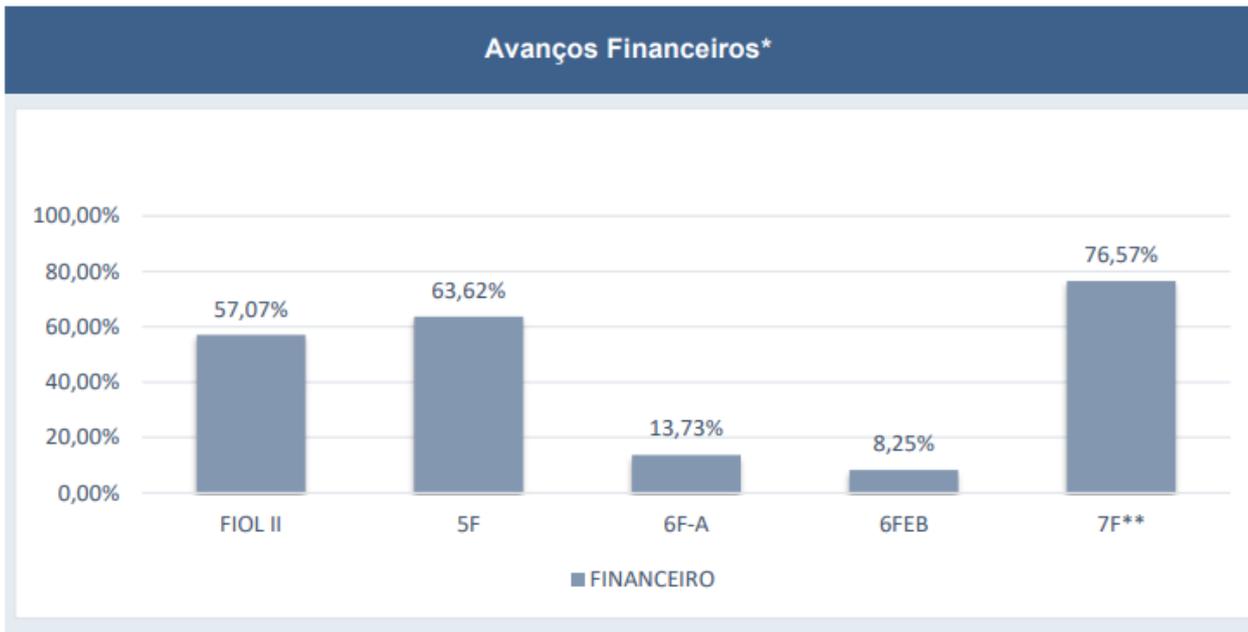


Figura 7 – Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL

Na FIOL II pode-se destacar a assinatura do contrato do lote 06FA Contrato nº 033/2021 em dezembro/21 e com início efetivo das obras em 2022. Também tivemos o encerramento do Contrato nº 060/2010 em dezembro. O contrato de gerenciamento Contrato nº 005/2022 foi assinado conforme recomendações do Acórdão nº 84/2020 do Tribunal de Contas da União ao realizar, de forma inovadora, a contratação de serviços por produtos.

Lote	Avanço Físico em 2022	Avanço Físico Acumulado
05F	0,06%	66,31%
05FA	0%	100%
06FA	13,73%	13,73%
06FEB	3,55%	8,25%
07F	10,72%	77,09%
FIOL II	5,41%	57,71%

Tabela 3 – Resumo do andamento das obras na FIOL II



*Cálculo em função do valor P0+TA, desde o início de cada contrato

** Sem previsão de medição de dezembro até a data de fechamento deste relatório. O acumulado refere-se até novembro/22.

Figura 8 – Avanços financeiro da FIOL II

As Figuras 9 e 10 ilustram informações dos diversos contratos da FIOL II.

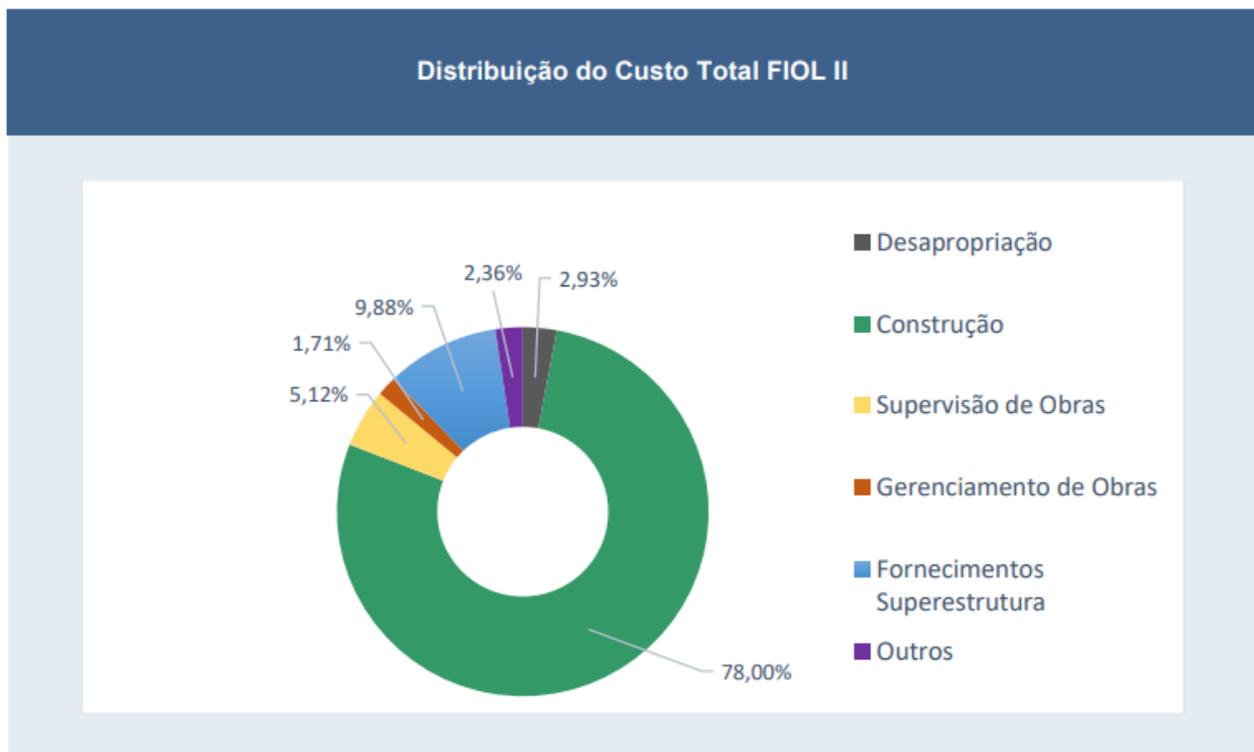


Figura 9 – Distribuição do Custo Total FIOL II

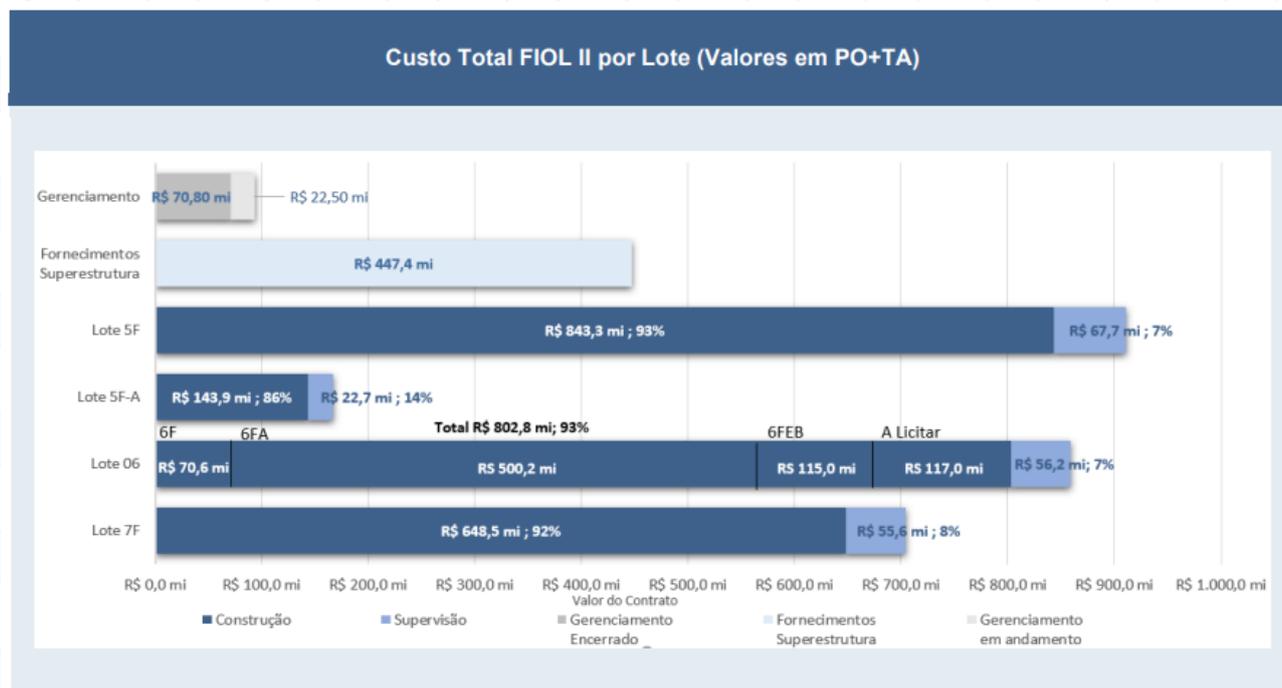


Figura 10 – Custo Total da FIOL II por lote

Estão sendo feitas diversas tratativas junto à BAFER S.A. com vistas a sanar as dúvidas da subconcessionária quanto à inventariança, em especial para tratar da transferência de responsabilidades dos assuntos fundiários:

- Tratativas junto ao Minfra e ANTT para definição quanto ao pagamento dos recursos da outorga variável à Infra S.A.
- Tratativas junto à BAFER S.A. para assunção das ações de desapropriação e ressarcimentos de custos dispendidos pela Infra S.A.
- Tratativas junto à ANTT para assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da FIOL I. (atualização GEOFI/SUFIP)

O trecho denominado FIOL II, com 485 km de extensão, encontra-se em fase de construção e é subdividido entre os lotes 05F, 05FA (Ponte sobre o Rio São Francisco), 06F e 07F. O projeto será expandido até a Ferrovia Norte-Sul por meio da futura construção da FIOL III. A Figura 11 apresenta as informações relativas a cada um dos lotes que compõem a FIOL I e II.



Figura 11 – Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL

A Infra S.A. também atua na Revisão de Projeto em Fase de Obra – RPFO e na elaboração de projetos de obras de arte especiais da FIOL 2, na análise dos novos projetos básicos de engenharia da FIOL 3, recentemente foram entregues as análises de 100 Km do projeto básico da FIOL 3 e no atendimento à órgãos de controle.

Para tal, recentemente a Infra S.A. inovou ao lançar no mercado dois editais de credenciamento de empresas, sendo um para elaboração de projetos de OAE e outro para revisão/atualização ou análise de projetos executivos. Em que pese as dificuldades de gestão e fiscalização desses instrumentos, os credenciamentos foram utilizados para viabilizar a execução de serviços represados no setor de projetos durante o ano de 2021.

Visando melhorias nessas gestões foram elaborados checklists padrões contendo elementos básicos e conteúdos mínimos para aceitação de projetos a serem analisados, no intuito de otimizar procedimentos, evitar reanálises e conferir maior eficiência e celeridade nas tratativas. No mesmo sentido, foi realizado um mapeamento preliminar dos fluxos processuais envolvendo ações de gestão e de fiscalização dos credenciamentos, resultando no tratamento de eventuais riscos. Também, foram distribuídas as gestões e as fiscalizações destes instrumentos entre os analistas da unidade, de modo a descentralizar os trabalhos em desenvolvimento, transferir conhecimento, diminuir a dependência de colaboradores específicos e aumentar a produtividade da equipe. Em que pese as melhorias implantadas, registra-se que ainda há várias oportunidades de avanço nesta sistemática, principalmente quanto a trâmites de elaboração e assinaturas de Ordens de Serviço, padronização de relatórios de análise, e normativo específico para gestão e fiscalização de credenciamentos na área de projetos.

Os Credenciamentos vigentes ocorreram por meio dos Editais nº 5/2021 e 9/2021, cujos objetos são, respectivamente, a elaboração de projetos de obras de arte especiais; e, a revisão/atualização ou análise de projetos executivos. No total, foram credenciadas 23 empresas no âmbito do edital nº 05/2021 e 14 no edital nº 9/2021 para prestação de serviços de elaboração e análise de projetos, sobretudo para a FIOL II.

Ainda em 2021, por força da subconcessão da FIOI I, a Licença de Instalação N° 1200/2018 foi retificada e dividida por trechos, FIOI I e II, além de emitidas autorizações de captura, coleta e transporte de material biológico - ABIO n° 68/2021 e 69/2021 para estudos e manejo de fauna, Autorização para Supressão de Vegetação - ASV n° 1053.9.2021.35879 e Portarias permissivas do Iphan n° 36/2021 e n° 45/2021 para execução das atividades de arqueologia na FIOI II. Além das licenças, a Infra S.A. também avançou na liberação de frentes de obra por meio de processos de desapropriação. Em 2022, alcançou-se um total de 98,57% das frentes de obra liberadas.

1.7.2.1. Das obrigações de investimento realizadas na FIOI

Fornecimento de Trilhos

O Anexo 9 destinou-se a disciplinar as condições de realização das Obrigações de Investimento assumidas pela Concessionária VALE S.A, em razão da celebração do 3º Termo Aditivo, destacando a aquisição de trilhos para o aproveitamento no projeto de infraestrutura da Ferrovia de Interligação Oeste-Leste (FIOI), EF-334, localizado no estado da Bahia, entre os municípios de Caetité e Barreiras.

Com isso, temos todo o contexto envolvendo o recebimento dos trilhos a partir de outubro de 2021 no Porto de Salvador, onde posteriormente, via transporte terrestre, foram enviados para os lotes 5, 6, 6-EB e 7 da FIOI II, concretizado em fevereiro de 2022.

Conforme o Termo Aditivo ao Contrato EFVM – Anexo 9, o objeto das Obrigações de Investimento relativas à aquisição de Trilhos a serem incorporados no Projeto de Infraestrutura da FIOI pela concessionária Vale compreende, para além da aquisição, a armazenagem até a entrega, carregamento, transporte e descarregamento de 56.432,25 toneladas de Trilhos, até os canteiros de obras instalados nas seguintes localidades da FIOI II, de acordo com o Apêndice 1 do anexo supracitado:

- Canteiro de obras do Lote 5F - Guanambi/BA: 14.914,24 toneladas;
- Canteiro de obras do Lote 6F - São Félix do Curibe/BA: 18.819,87 toneladas;
- Canteiro de obras do Exército Lote 6FEB - Santa Maria da Vitória/BA: 2.200,80 toneladas; e
- Canteiro de obras do Lote 7F - São Desidério/BA: 20.497,33 toneladas.

A entrega dos Trilhos foi realizada no primeiro e segundo anos da vigência do Anexo 9 (2021 e 2022), seguindo cronograma que foi apresentado pela Concessionária e aprovado pela ANTT.

Fornecimento de Dormentes

O Anexo 9 também se destinou a disciplinar o fornecimento de dormentes para aproveitamento na Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOI (EF-334), compreendendo a fabricação, carregamento, transporte e descarregamento de 32.095 peças de dormentes monobloco de concreto protendido que foram destinados ao canteiro de obras do Exército Brasileiro, denominado "Lote 6F-EB", localizado no município de Santa Maria da Vitória - BA, próximo ao km 650 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOI, conforme previsto no Apêndice 2 do Anexo 9.

Na data de 26 de fevereiro de 2022, foi finalizada a entrega do volume total de dormentes (32.095

peças), em conformidade com os quantitativos previstos no referido Ato Deliberativo ANTT nº 180, onde foram realizados todos os ensaios de homologação, seguindo os preceitos das normas Arema e NBR 11709 da ABNT.

1.7.3. EF-354 (Ferrovia Transcontinental e Ferrovia de Integração Centro-Oeste)

A Ferrovia Transcontinental foi planejada para ter aproximadamente 4.400 km de extensão em solo brasileiro, entre o Porto do Açu, no litoral do estado do Rio de Janeiro e a localidade de Boqueirão da Esperança/AC, como parte da ligação entre os oceanos Atlântico, no Brasil, e Pacífico, no Peru. O trecho entre Mara Rosa/GO e Vilhena/RO, com extensão aproximada de 1.641 km, é a parte mais conhecida de seu traçado e encontra-se subdividida nos seguintes trechos:

- FICO I (Mara Rosa/GO a Água-Boa/MT) com 383 km de extensão;
- FICO II (Água-Boa/MT a Lucas do Rio Verde/MT) com 505 km de extensão;
- FICO III (Lucas do Rio Verde/MT a Vilhena/RO) com 646 km de extensão;

Ressalta-se que a retificação de traçado realizada na FICO I sinalizou a extensão de 363 km, com o projeto já certificado pelo Organismo de Inspeção Acreditada e aprovado pela ANTT.

A construção da FICO I será realizada por meio do Investimento Cruzado celebrado entre a VALE S/A, a Agência Nacional de Transportes Terrestres- ANTT e a Infra S.A., mediante a assinatura do Anexo 9 do 3º Termo Aditivo de prorrogação antecipada do Contrato de Concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Dentre as obrigações assumidas pela Infra S.A., no âmbito do anexo 9 supracitado, está a execução de todo o procedimento de desapropriação disposto na legislação e em conformidade com a Deliberação nº 174, de 31 de março de 2020, expedida pela Diretoria Colegiada da ANTT, que declara a utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação para fins ferroviários, em favor da União, dos bens relacionados à implantação da FICO. Nesse sentido, em 2022 foi alcançada a meta de 100,00 % de área liberada de área referente aos 30,00 km iniciais previstos.

De forma complementar, está previsto ainda no Acordo de Obrigações de Investimento a aquisição de 56.432,25 toneladas de trilhos e 32.095 peças de dormentes monoblocos protendidos de concreto para implantação da FICOL II, obrigação de investimento já finalizada.

A Ferrovia Transcontinental também engloba o trecho entre Vilhena a Porto Velho, cuja extensão é de 770 km. O trecho interligará a região produtora de grãos e outros produtos agroindustriais do oeste do estado de Mato Grosso e do Sul de Rondônia à Hidrovia do Rio Madeira, em Porto Velho. Além disso, estabelecerá um corredor logístico intermodal importante para acesso aos portos de Itacoatiara/AM e Santarém/PA, que são vias de exportação e importação relevantes em direção à América do Norte, Europa e Ásia.

1.7.3.1. Das obrigações de investimento realizadas na FICO

Do início das atividades na FICO



Figura 12 – EF-354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO I) - Trecho Mara Rosa (GO) - Água Boa (MT)

A Vale iniciou as obras de infraestrutura no mês de março de 2022 no denominado lote 01 de construção. Atualmente a FICO tem suas atividades de construção concentradas no lote 01 com a execução dos seguintes serviços conforme descrito a seguir:



Figura 13 – Serviços em execução no Lote 1 da FICO

Ao final de 2022, havia a quantidade de 711 colaboradores e 274 equipamentos dando apoio à implantação da FICO, considerando todos os lotes e as várias tipicidades de serviços.

Cumprir informar que do lote 02 até o lote 07 ocorrem atividades antecedentes a obra desde serviços de topografia e sondagem para elaboração de projeto executivo assim como atividade voltadas ao meio ambiente e desapropriação.

1.7.4. EF-170 (Ferrogrão)

A Infra S.A. é a empreendedora responsável por conduzir os estudos de viabilidade e de licenciamento ambiental da EF-170 a Ferrogrão.

A EF-170, figura abaixo, denominada Ferrogrão, é um projeto que visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. A ferrovia conta com uma extensão de 933 km, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Estado do Pará, desembocando no Porto de Miritituba. Estão previstos, também, o ramal de Santarenzinho, entre Itaituba e Santarenzinho, no município de Rurópolis/PA, com 32 km, e o ramal de Itapacurá, com 11 km.

Um projeto de grande relevância, valor e extensão, como é a Ferrogrão, deve constituir um programa de desenvolvimento de Estado. Uma política de infraestrutura inconteste do Estado Brasileiro. Assim, ao

se estabelecer o propósito de construção de uma ferrovia, como a Ferrogrão, os debates, planejamento e consultas, de envolvidos, afetados, interessados e impactados, deveria ser feita desde quando concebida a ideia de se estabelecer uma ferrovia.

A integração entre os diversos Ministérios, população, poderes executivo, legislativo e judiciário, deve se fazer presente ao longo de todo o tempo do projeto. Pois, uma ferrovia, dessa magnitude, não se instala e opera apenas durante um mandato eletivo, é necessária a continuidade do desenvolvimento do projeto, e da execução de políticas públicas voltadas a evitar e mitigar os impactos diagnosticados, à fim de promover um bom fluxo de diálogo com a sociedade.

Desde a sua concepção, busca alinhar o desenvolvimento da infraestrutura com a sustentabilidade socioambiental. Essa premissa de desenvolvimento sustentável foi reconhecida pelo Climate Bonds Initiative (CBI), diante da potencialidade de redução de emissões de GEE, que pré-certificou o projeto para a emissão de títulos verdes via instrumentos de crédito.

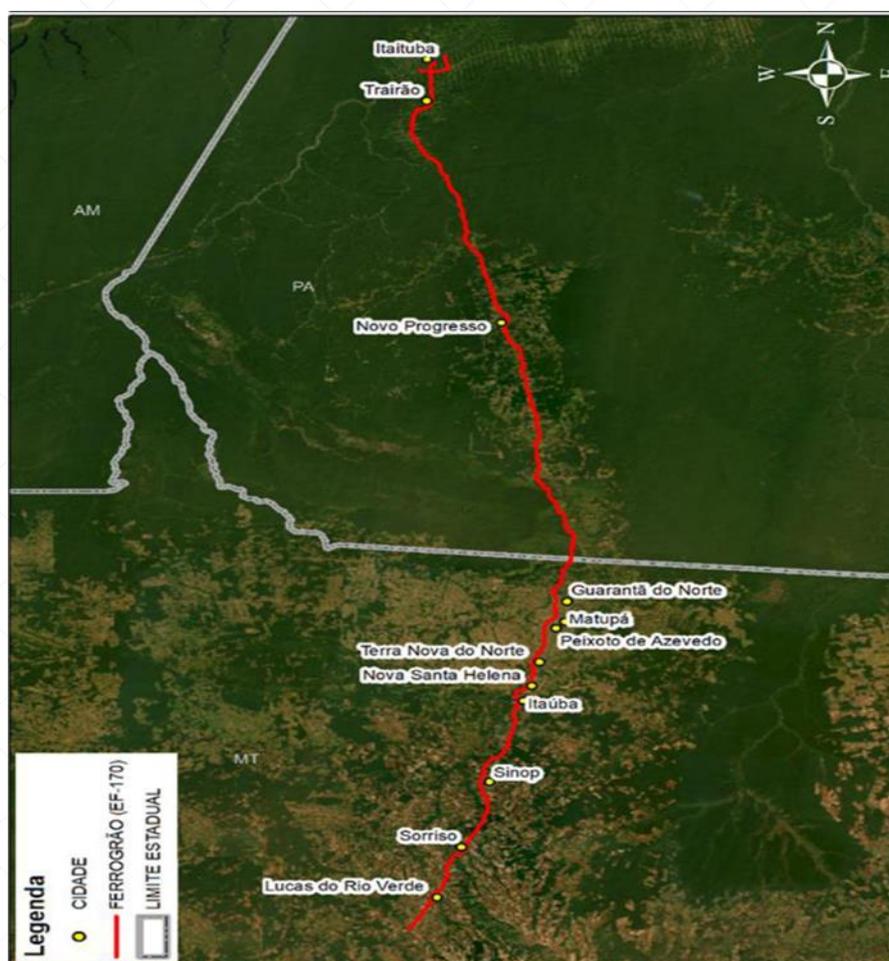


Figura 14 – Mapa de Localização Ferrogrão

A instalação de uma ferrovia que perpassa o bioma amazônico, e que tem por premissa de traçado proposto, se valer da Faixa de Domínio da Rodovia BR-163, para transpor o Parque Nacional do Jamanxim, além de se aproximar de áreas tradicionalmente ocupadas por povos originários, já é em si, um grande desafio. Como consequência de tantas matérias polêmicas e complexas, os principais

entraves à continuidade do projeto, decorrem da Judicialização.

No momento, por força de decisão do STF, no bojo da ADI 6553, o processo de licenciamento, nos termos propostos na FCA, encontra-se suspenso.

Como proposta alternativa de continuidade dos estudos, o Ibama, em 22/12/2022, oficiou a Infra S.A., para que manifestasse interesse de prosseguimento no processo, mediante apresentação de proposta de traçado, que não atingisse os limites da UC. Por se tratar de medida de extrema relevância, a Infra S.A. irá questionar o Ministério, para a tomada de decisão.

Caso o processo seja retomado pela via ordinária, com liberação do STF, para prosseguimento no traçado proposto, os próximos passos serão a execução da Consulta (OIT 169), aos indígenas, e realização dos Estudos do Componente Indígena, para protocolo no IBAMA.

Sem que haja a possibilidade de avançarmos no processo, nos termos iniciais, será necessária a reavaliação de utilidade, dos trabalhos já desenvolvidos, para aproveitamento no traçado alternativo. Nesse caso, será necessária a contratação de novos estudos.

Atualmente, além da ADI 6553, que suspendeu cautelarmente a eficácia da Lei 13.452/2017, e os processos relacionados à Ferrogrão, temos a Ação Civil Pública 00541.011394/2020-66, que por força de decisão liminar, estabeleceu que o diálogo com os povos confessadamente afetados, Reservas Indígenas Praia do Mangue e da Praia do Índio, ambas da etnia Munduruku, bem como às 17 comunidades indígenas do Baú e Menkragno, da etnia Kayapó, ou quaisquer atos de consulta (reuniões, audiências e etc.) que não se amoldem aos protocolos de consulta editados pelas próprias comunidades indígenas, estão proibidos com previsão de multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de descumprimento.

Para viabilizar o Licenciamento Ambiental do empreendimento foi destinado o valor de R\$ 7.711.196,21 (sete milhões, setecentos e onze mil cento e noventa e seis reais e vinte e um centavos), o que viabilizou a contratação de empresa (contrato 05/2019) para elaboração dos Estudos voltados ao Licenciamento Ambiental prévio. O Estudo de Impacto Ambiental da Ferrogrão foi protocolado no IBAMA em novembro de 2020.

Foram realizados também os levantamentos fundiários na região dos Estados de Mato Grosso e Pará, apontaram para os resultados descritos na Tabelas 4 e 5:

Situação	Mato Grosso	Pará
Propriedade privada	242	512
Terras devolutas da União	3	07
Assentamentos de Reforma Agrária	8	-
Outros	4	02
Total	257	521

Tabela 4 – Quantidade e Tipo de Imóveis Presentes na Faixa de Domínio

Estado	Valor estimado para Indenização (Terra Nua + Benfeitorias Reprodutivas)	Valor estimado para Indenização (Benfeitorias Não Reprodutivas)	Valor estimado para Indenização Total
Mato Grosso	R\$ 39.855.900,99	R\$ 44.749.342,11	R\$ 84.605.243,10
Pará	R\$ 28.188.519,77	R\$ 10.571.777,25	R\$ 38.760.297,02
Total	R\$ 68.044.420,76	R\$ 55.321.119,36	R\$ 123.365.540,12

Tabela 5 – Valores das áreas atingidas pela Desapropriação

No momento a ferrovia encontra-se em fase de projeto geométrico, em análise locacional do traçado que intercepta o Parque Nacional do Jamanxim.

Dada a situação descrita acima, ressalta-se o interesse da Infra S.A. na continuidade da Ferrogrão tendo em vista os benefícios frente a sua consolidação, que contemplam objetivos sustentáveis relacionados a trabalho e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; e ação contra a mudança do clima global. A expectativa de geração de mais de 300 mil empregos; arrecadação tributária de R\$ 625 milhões com o investimento e de R\$ 5,3 bilhões com a operação; e redução de R\$ 19,2 bilhões no custo do frete em relação à rodovia são exemplos do potencial avanço econômico.

Além desse aspecto, o empreendimento também contempla a sustentabilidade em seu conceito ambiental, com a redução em 50% do total de emissões de CO2 gerado a BR 163; a recuperação de 723 áreas degradadas pré-existentis; o reflorestamento de 1,5 milhões de mudas em 700 há; e as compensações socioambientais estimadas em mais de R\$ 700 milhões. Ademais, com o foco na vida humana, a implantação da Ferrogrão irá reduzir números de acidentes na rodovia BR-163, que entre 2015 e 2020 teve 2.648 mortos e 6.529 acidentes. Esse número é maior do que os acidentes ocorridos no mesmo período em toda a malha ferroviária federal (3.919).

1.7.5. EF-267 (Ferrovia Pantanal)

A Ferrovia Pantanal (EF-267) liga a FNS (partindo de Panorama/SP) à Porto Murtinho/Maracaju, na fronteira Brasil-Paraguai, atravessando o estado do Mato Grosso do Sul. Sobre a ferrovia foi desenvolvido em 2011 o estudo de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, através do contrato 093/10 entre o Consórcio Contécnica-CEPPLA e a Infra S.A., mesmo contrato que também executou os estudos da Ferrovia Norte Sul (EF-151) no trecho Estrela d'Oeste/SP a Panorama/SP. Sendo essa uma informação importante uma vez que era na época pré-condição, para a operação da EF-267, sua conexão com a EF-151, no município de Panorama/SP.

Foram estudadas duas alternativas conforme abaixo:

- Alternativa 4 - Maracaju/MS: Percurso: Panorama/SP - Brasilândia/MS – Maracaju/MS, extensão de 444,0km;
- Alternativa 5 – Porto Murtinho/MS: Percurso: Panorama/SP - Brasilândia/MS – Maracaju/MS - Porto Murtinho/MS, extensão de 734,0km

A conclusão do Estudo de Viabilidade foi pela opção do traçado parcial, partindo de Panorama/SP até Maracaju/MS (Alternativa 4), com Valor da Obra estimado em R\$ 2.219.026.639,74, VPL de

R\$ 2.013.639.878,17, TIR de 13,53% e B/C (2,31).



Contrato 093/10

Alternativa	Ferrovias	Polos	Valor Obra	VPL	TIR	B/C
Alternativa 1	Norte-Sul	P3-P4-P5-P6-P8	R\$ 3.171.485.732,77	R\$ 707.703.809,71	8,17%	1,32
Alternativa 2	Norte-Sul	P4-P6-P8	R\$ 1.572.923.653,20	R\$ 1.246.575.625,90	12,44%	2,14
Alternativa 3	Norte-Sul	P3-P4-P5-P7-P8	R\$ 2.089.691.152,31	R\$ 987.349.329,87	10,24%	1,68
Alternativa 4	Pantanal	P2-P3-P4	R\$ 2.219.026.639,74	R\$ 2.013.639.878,17	13,53%	2,31
Alternativa 5	Pantanal	P1-P2-P3-P4	R\$ 4.934.123.787,27	R\$ 1.568.006.564,55	8,96%	1,45
Alternativa 2 com 4	Norte-Sul com Pantanal	P2-P3-P4-P6-P8	R\$ 3.791.950.292,94	R\$ 3.257.238.270,08	13,07%	2,24

Tabela 6 – EVTEA Contrato 093/10 - Consórcio Contécnica-CEPPLA

1.7.6. Terminais Logísticos de Carga: Gestão e fiscalização dos contratos ao longo de 2021

Em conformidade com a Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, que atribui a Infra S.A. a função social de construção e exploração de infraestrutura ferroviária, tem sido empreendido esforços no sentido de auxiliar o Ministério da Infraestrutura na missão de incrementar a participação do modo ferroviário na matriz de transporte nacional, em linha aos indicativos presentes no Plano Nacional de Logística, por meio da transferência à iniciativa privada da exploração econômica de áreas para implementação de terminais de armazenagem e transbordo.

Estas ações também têm contribuído para reduzir sua dependência futura do Orçamento Geral da União, uma vez que esta transferência à iniciativa privada ocorre mediante contraprestações pecuniárias direcionadas para a Infra S.A..

As principais ações desenvolvidas durante o ano de 2021 se concentraram na consolidação dos seguintes processos de outorga, a saber:

- Lote 05 em Porto Franco - MA, certame este vencido pela VLi cujo objeto foi a operação de terminal de grãos (projeto do tipo *brownfield*);
- Terminal de Minério em Guaraí - TO, certame este vencido pela MSB Minerações (projeto do tipo *greenfield*);
- Permissão de acesso ao Pátio de Porto Franco - MA pela empresa ADM do Brasil Ltda (projeto do tipo *brownfield*), conforme Regulamento para Acesso à Infraestrutura Ferroviária e Cobrança da Tarifa de Instalação e Uso (NGL 1.7.1.1).

Estes certames foram sedimentados após conclusão de rito específico que congrega, além da fase de desenvolvimento dos estudos técnicos que acompanham a licitação – neste caso desenvolvidos diretamente pela equipe técnica desta estatal –, fases de consulta pública, discussão com o Tribunal de Contas da União e fase de publicação de edital e leilão.

Ademais, durante o ano 2021, foi deflagrado processo de Chamamento Público de Estudos - CPE para recebimento de Estudos Técnicos para respaldar potencial processo de outorga de áreas localizadas no Pátio de Santa Helena de Goiás, com fulcro no Decreto nº 8.428/2015 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/Valec.

A Infra S.A. recebeu, por meio deste processo, 5 estudos técnicos que servirão de base para

concessão de terminais de diferentes perfis, quais sejam: 2 Terminais de Graneis Líquidos, 01 Terminal de Fertilizante, 01 Terminal de Carga Geral e 01 Terminal de Graneis Sólidos Agrícolas. Todos os projetos associados são do tipo greenfield.

A Infra S.A. encerrou o ano de 2021 com 16 instrumentos de outorga vigentes, tendo por objeto terminais e instalações de transbordo de cargas, ambos distribuídos ao longo da Ferrovia Norte-Sul (Figura 15):

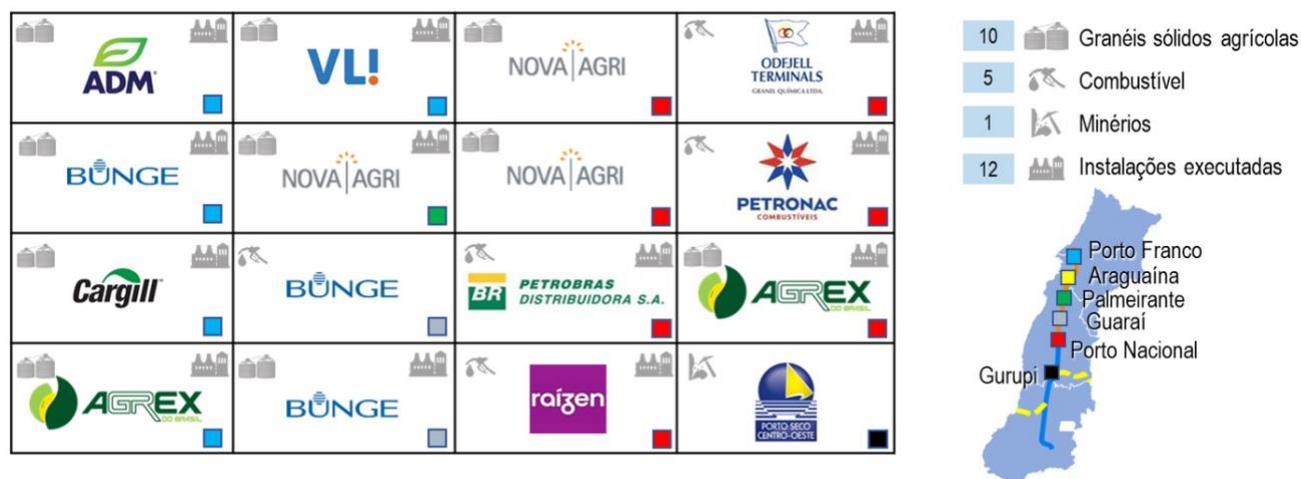


Figura 15 – Empresas – tipo de cargas – localização
Fonte: GETER/SUGOP, 2021.

Desse total, 5 geraram receitas para a Infra S.A. no exercício 2021, alcançando o montante de R\$ 1.976.420,52. Nesse mesmo período, 10 terminais operaram efetivamente, alcançando a marca de movimentação de 2.529.211 TU de granéis sólidos agrícolas e 846.689 TU de granéis líquidos combustíveis.

Em relação ao **Programa Terminais Inteligentes**, destaca-se que em 2021 foram finalizadas as revisitações de 18 processos relacionados aos terminais. Tal iniciativa visa, além de solucionar as pendências contratuais, o aprimoramento da gestão e fiscalização desses ativos.

1.7.7. Terminais Logísticos de Carga: Credenciamento para realização de estudos

A importante missão de prospecção e estruturação de novas oportunidades de negócios da Infra S.A. defrontava-se com a necessidade de realização de estudos com vistas a verificar a viabilidade e estruturação da modelagem de subsídio para o procedimento de outorga desses bens.

A expertise do corpo técnico da Infra S.A. na elaboração de estudos de dessa natureza posiciona a empresa como referência técnica no mercado e, portanto, como potencial prestadora de serviços nesse ramo da infraestrutura de transportes

A estruturação de novos negócios, seja a partir da exploração de seus ativos, seja por meio de contratos comerciais para a prestação de serviços técnicos, coaduna com o atual interesse da Administração de incrementar as receitas da empresa e torná-la cada vez menos dependente do Orçamento Geral da União. Ocorre que atualmente a área técnica responsável pela elaboração desses

estudos possui capacidade operacional limitada para atender o número crescente de demandas, o que, em última análise, restringe as possibilidades de viabilizar novos negócios.

Nesse contexto, o credenciamento de empresas especializadas para apoiar a elaboração e/ou atualização desses estudos materializou a ampliação da capacidade fabril da estatal. Em outras palavras, a possibilidade de mobilizar apoio técnico especializado no tempo oportuno e na quantidade necessária para atender a demandas de difícil previsão, apresentou-se como solução adequada e oportuna à Infra S.A..

Ademais, considerando o cenário de restrição fiscal, a solução demonstrou-se como vantajosa no que tange ao aproveitamento dos escassos recursos disponíveis. Isso se dá porque o credenciamento possibilita que o empenho orçamentário ocorra tão somente no tempo e valor estritamente necessários, em consonância ao Art. 10, § 1º, do RILC/Valec, evitando o comprometimento de volume significativo de recursos.

A fim de evitar que a Infra S.A. deixasse de celebrar novos negócios em função de sua limitação operacional e orçamentária, tornou-se necessário que a DINEG apresentasse solução que permitisse atender quaisquer quantidades e sequências de demandas internas e externas por esses estudos.

Nesse sentido, deu-se início, no ano de 2021, processo de credenciamento com vistas à contratação de empresas especializadas em engenharia consultiva para a elaboração e/ou atualização de estudos de viabilidade técnica econômica e ambiental de terminais logísticos de cargas.

Todo o seu desenvolvimento materializou-se na publicação do Edital de credenciamento nº 021/2021 da Infra S.A., já tendo resultado, até a presente data, em 4 (quatro) requerimentos de credenciamento e 3 (três) empresas habilitadas para a elaboração dos estudos.

Os trabalhos de credenciamento se alinham aos 2 (dois) objetivos previstos no Mapa Estratégico da Infra S.A., quais sejam: i) objetivo estratégico 1.1 - *“contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviário de carga e de passageiros, bem como a redução do custo logístico no Brasil”* e ii) objetivo 2.1 - *“desenvolver produtos e serviços visando a geração de receitas e fomentar a pesquisa de mercado na área logística”*. Ressaltando que a elaboração dos estudos de viabilidade constitui a primeira e fundamental etapa para subsidiar as decisões de investimento. Em verdade, um estudo técnico de qualidade possibilita uma modelagem econômico-financeira mais aderente à realidade e, portanto, mais atraente aos agentes de mercado.

1.7.8. Cenário nacional e internacional do modal ferroviário

Atualmente, o Brasil conta com aproximadamente 29 mil km de malha ferroviária que atravessam 22 Unidades da Federação, revelando sua importância como modo de integração nacional. Ainda assim, comparando-se a outros países, nossa malha ferroviária possui uma baixa densidade, conforme evidencia-se na figura a seguir. A saber:

	Área (milhões km ²)	Ferrovia (Mil Km)	Ferrovias/Área [km /1.000 km ²]
EUA	9,83	293,56	29,85
Índia	3,29	68,52	20,85
China	9,6	131	13,65
África do sul	1,22	20,98	17,21
Argentina	2,78	36,91	13,28
México	1,96	20,82	10,60
Canadá	9,98	77,93	7,81
Rússia	17,1	87,15	5,10
Austrália	7,74	33,34	4,31
Brasil	8,52	30,75	3,61

Figura 16 – Comparativo de densidade das malhas ferroviárias
Fonte: Cia World Factbook e ANTF, 2021.

De acordo com a ANTF, a participação do modo ferroviário na matriz de transporte de cargas do Brasil corresponde hoje a 21,5%, demonstrando seu descompasso em relação a outras nações. Por outro lado, este status pode significar uma grande oportunidade para o país avançar na melhoria da matriz de transporte, otimizando a logística nacional. A figura a seguir apresenta números de outras nações para fins comparativos. A saber:

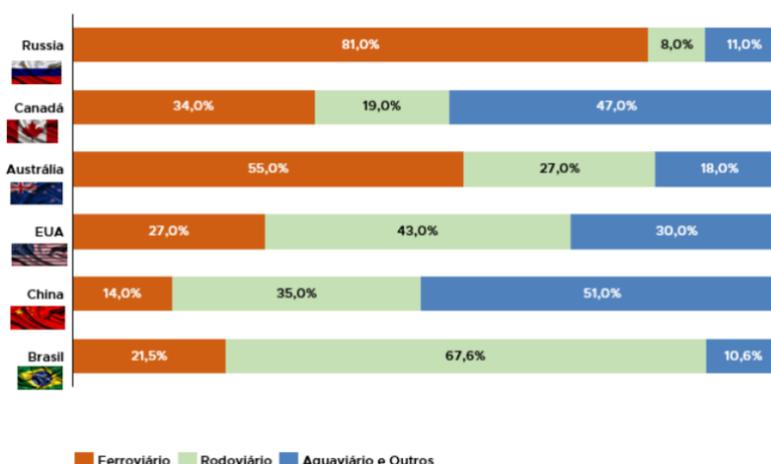


Figura 17 – Comparativo da participação do modo ferroviário na matriz de transporte
Fonte: ANTF, 2021.

O fomento ao transporte ferroviário de cargas e passageiros foi tema central no esforço do então Ministério da Infraestrutura para equilibrar a matriz de transportes nacional. Dado o cenário de grave restrição fiscal, a estratégia da Pasta para elevar a participação do transporte ferroviário na matriz de transportes se assentava basicamente sobre dois grandes pilares, ambos voltados a atrair capital privado para o setor, quais sejam: i) o Programa de Novas Concessões Ferroviárias e ii) o novo Marco Legal das Ferrovias.

O Programa de Novas Concessões Ferroviárias abrangeu a delegação de trechos da FNS e FIOLE e possibilitou a realização de novos investimentos por meio dos mecanismos de prorrogação antecipada e investimento cruzado. Estima-se que o referido Programa envolverá investimentos superiores a R\$ 30

bilhões direcionados ao aumento da capacidade de transporte da malha existente, à redução de conflitos urbanos e à implantação de novos trechos ferroviários para superação de gargalos logísticos.

Neste contexto, esta estatal tem exercido papel de protagonismo no âmbito do referido Programa de Novas Concessões Ferroviárias, uma vez que é a detentora da outorga legal para exploração dos grandes eixos estruturantes ferroviários nacionais, tais como a FNS, a FIOL e a FICO. Do ponto de vista prático, a empresa atuou de maneira marcante em três grandes frentes, quais sejam:

- Construção de ferrovias: abrangendo todas as atividades necessárias à implantação de novos trechos ferroviários, desde a realização dos estudos de viabilidade e elaboração dos projetos de engenharia, passando pela obtenção de licenças e autorizações ambientais, execução de procedimentos de desapropriação e culminando com a execução das obras propriamente ditas.
- Subconcessões ferroviárias: envolvendo o apoio ao Ministério e à ANTT na elaboração dos estudos e modelagem da subconcessão, bem como na formalização e supervisão dos respectivos contratos.
- Prorrogações antecipadas – Investimentos cruzados: englobando atividades de supervisão e validação das obrigações de investimento pactuadas com a concessionária que obteve a prorrogação antecipada do seu contrato.

Em relação à FNS, convém ainda ressaltar que a conclusão das obras dos tramos central e sul transformará a dinâmica das regiões produtoras situadas na região central do território brasileiro, na medida em que estas passarão a contar com um corredor logístico totalmente operacional, permitindo interligar de forma ferroviária os Portos de Itaquí e Santos. Tal condição abre inclusive perspectivas promissoras para a implantação de novos terminais logísticos nos polos de cargas posicionados ao longo da FNS, pertencentes à estatal.

O segundo pilar da estratégia de fomento ao setor ferroviário para atrair capital privado se amparou no novo Marco Legal das Ferrovias, publicado em agosto de 2021.

Desde a regulamentação do procedimento de autorização, em outubro de 2021, foram recebidos, até dezembro de 2022, 99 requerimentos de autorização pelo então Ministério da Infraestrutura.

A Infra S.A. se insere nesse contexto desafiador, agora agregando as expertises e papéis da Valec e EPL, sendo responsável pela realização de relevantes investimentos públicos no setor ferroviário, bem como se posicionando como empresa pública provedora de suporte ao desenvolvimento da infraestrutura de transportes nacional.

1.8. Empreendimentos Rodoviários

Dentre as responsabilidades da Infra S.A., destacam-se aquelas vinculadas às rodovias (Figura 18) BR 158/MT (Contorno Leste e trechos Norte e Sul), BR 364 MT/RO (regularização e duplicação; Licença de Instalação); BR 101/BA (regularização e duplicação; Licença de Instalação); BR-476/BR-153-282/BR-282/BR-480 (Trechos BR-476 entre Lapa/PR e União da Vitória/PR; BR-153, entre União da Vitória/PR e divisa SC/RS; BR-282, entre BR-153 e BR-480) com extensão total de 454,2 km; BR 364/060/MT/GO (trecho Rondonópolis/MT à Jataí/GO), com extensão total de 387,5 km; BR-153/PR/SC (trecho entre a

BR-476/PR e a divisa SC/RS), com 198,6 km de extensão; BR-476/PR (trecho entre Lapa/PR e União da Vitória/PR), com 163,7 km de extensão; e BR-262/SC (trecho entre BR-153/SC e BR-480/SC), com extensão total de 99,5 km.

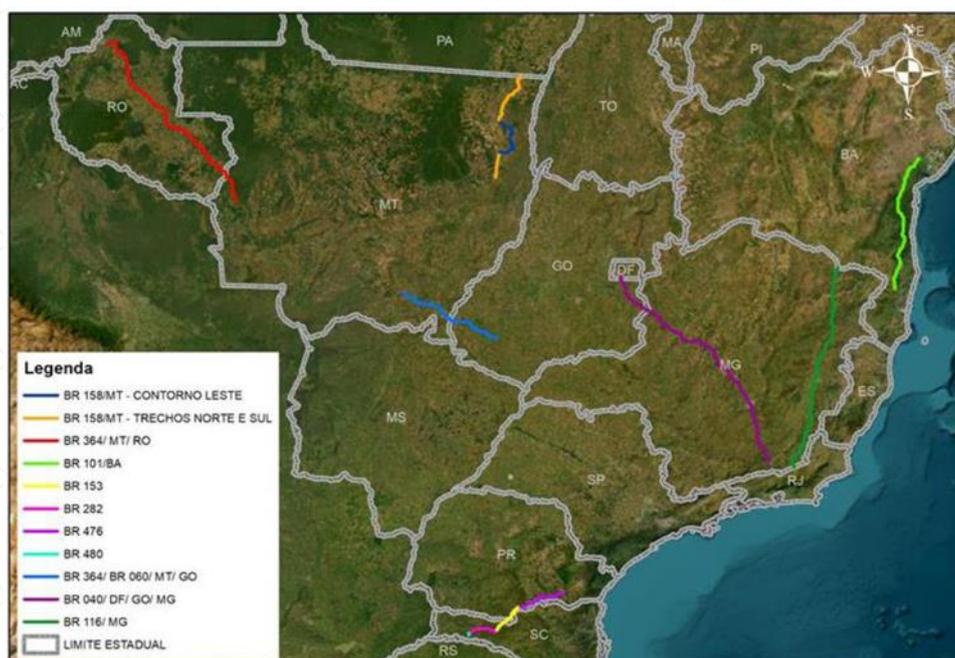


Figura 18 – Empreendimentos Rodoviários sob responsabilidade da Infra S.A.

A SUGAT, por determinação do Ministério dos Transportes, desenvolve os estudos de licenciamento ambiental, voltados aos empreendimentos rodoviários prioritários, qualificados pela carteira do PPI.

Atualmente, em sua ampla maioria, os estudos de licenciamento ambiental são voltados apenas para a fase de licença prévia, em que se pretende a obtenção de licença ambiental que ateste a viabilidade do projeto licenciado.

Nesse viés, é importante observar, que o desenvolvimento do projeto executivo de engenharia, voltado à instalação do empreendimento, assim como, o atendimento de condicionantes e programas socioambientais das licenças, ficam sob a responsabilidade e escrutínio do responsável pela instalação (DNIT, Concessionárias etc.).

1.8.1. Rodovia BR 158/MT

O projeto de concessão da BR-158/155/MT/PA foi qualificado na 11ª Reunião do Conselho do PPI, por meio da Resolução nº 104, de 19/11/2019. O trecho rodoviário em questão constitui importante rota de escoamento da produção de grãos do nordeste de Mato Grosso, integrando a região à ferrovia Carajás e permitindo a exportação da produção pelo Porto de Itaquí/MA.

O projeto consiste na proposta de estudos para Concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e manutenção do nível de serviço do Trecho da Rodovia BR-158/MT entre Ribeirão Cascalheira/MT (entroncamento com a BR-080) até Vila Rica/MT, incluindo contorno à TI Marãiwatsédé. Considerando o futuro contorno à terra indígena, o trecho para concessão passa a ter

cerca de 1.135 km.

As atividades estão divididas em quatro contratos, Gestão Ambiental do Trecho Norte e Sul, Gestão Ambiental do Contorno Leste, Execução Parcial do Programa de Apoio à Terra Indígena Urubu Branco – PAINDIO e Execução do Plantio Compensatório.

Para viabilizar o desenvolvimento dos projetos para a concessão da BR 158/MT desse projeto foi destinado um total de R\$ 28.508.458,16 (vinte e oito milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos) viabilizando quatro contratos.

Ressalta-se que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-DNIT é o empreendedor responsável pelo licenciamento, instalação das obras remanescentes e pela operação dos segmentos já construídos da rodovia.

Entretanto, por se tratar de um empreendimento prioritário do Ministério, e, que demanda atuação especializada, foi requerida à Infra S.A., que atuasse em apoio ao DNIT. Para tanto, por meio de instrumento de procuração emitida pelo Diretor Geral do DNIT, a Infra S.A. foi autorizada a desenvolver as atividades de licenciamento ambiental da BR 158/MT. Ressalto que a titularidade do projeto é do DNIT, e que a atuação da Infra S.A. no projeto se dá em caráter excepcional.

No momento, o projeto da BR 158/MT Trecho Norte e Sul, está aguardando a emissão da Licença de Instalação do trecho de 13 kms que necessitam de pavimentação, uma vez que todas as condicionantes foram cumpridas, enquanto o trecho que corresponde a BR 158/MT Contorno Leste está aguardando a definição de traçado por parte do DNIT.

Por ora, estuda-se junto à DIPLAN a pertinência e possibilidade de incluir a SUPRO para elaboração e/ou análise de projetos rodoviários. Para tanto, entende-se que uma diretriz formalizada, indicando os empreendimentos, trechos e quilometragem de rodovias a projetar seria um passo fundamental para que a SUPRO possa iniciar o processo de contratação de elaboração e de análise desses projetos.

A interface com outros órgãos da administração, como o IBAMA e FUNAI (Licenciamento), DNIT (Projeto de Engenharia), têm interferido diretamente no atendimento do cronograma do projeto, sendo o principal embaraço à continuidade do projeto

As próximas ações do licenciamento da BR 158/MT serão o início do pré-plantio compensatório na terra indígena Maraiwatsede, uma das terras indígenas mais degradadas do Brasil. Nesse momento, o projeto de execução do plantio, foi apresentado ao IBAMA, e aguarda aprovação, para início das atividades.

No mesmo sentido, tão logo quanto o DNIT conclua a elaboração e aprovação do projeto executivo de engenharia do Contorno da Terra Indígena, a Infra S.A. irá solicitar a emissão da Licença de Instalação, tanto para o segmento de 12 km do Trecho Norte, quanto para o próprio Contorno (Trecho Central). Insta afirmar ainda, que os programas de gestão ambiental relacionados ao monitoramento das atividades de obra, só serão iniciados, quando superadas as etapas necessárias para a emissão da LI.

1.8.2. Rodovia BR-364 MT/RO

O licenciamento da rodovia 364 MT/RO segue o desenvolvimento do projeto de duplicação e

ampliação de capacidade da rodovia BR 364, que começou com a concessão da rodovia BR 364/365 MG/GO, continua pelo trecho da rodovia 364/060 GO/MT, e finda com o segmento da 364 MT/RO.

A Infra S.A. é responsável pela execução dos estudos de licenciamento prévio relativos às obras de duplicação e regularização da rodovia federal, com extensão total de 793,2 km. O trecho rodoviário em questão constitui importante rota de escoamento da produção de grãos do norte de Mato Grosso, integrando a região ao Rio Madeira e permitindo a exportação da produção por Porto Velho/RO.

O Orçamento destinado ao desenvolvimento dos estudos de licenciamento da BR 364 MT/RO tem um total de R\$ 5.350.955,18 (cinco milhões, trezentos e cinquenta mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos). A responsabilidade pelo licenciamento ambiental prévio da BR 364 MT/RO está a cargo da Infra S.A. até a concessão da rodovia. Conforme modelo de concessão do sistema viário, caberá à futura concessionária, a elaboração do projeto executivo e a adoção das medidas necessárias para a instalação e regularização fundiária.

A rodovia 364, no trecho que segue do estado do Mato Grosso até Rondônia, tem por principal entrave, no momento, o desenvolvimento do produto relacionado ao Componente Indígena. Diz-se por entrave, em razão dos impactos advindos ao projeto, em virtude do período de vigência da Portaria 419 da FUNAI, que limitou o acesso às Terras Indígenas, durante o período da Pandemia de COVID-19. Assim, uma vez revogada a Portaria, nesse momento estão sendo adotadas as medidas para retorno dos trabalhos de desenvolvimento dos estudos de coleta de dados primários. Quanto ao processo licenciamento ambiental, recentemente, a FUNAI, aprovou a proposta de atualização do Plano de Trabalho, com a designação de datas, para apresentação aos indígenas.

1.8.3. Rodovia BR-101/BA

O licenciamento da rodovia 101 BA tem por objetivo viabilizar a realização das obras de duplicação e regularização da rodovia federal, com extensão total de 565,7 km, no trecho situado entre Eunápolis e o entroncamento com a rodovia BR-324.

O Orçamento destinado ao desenvolvimento dos projetos para a concessão da BR364 MT/RO tem um total de R\$ 2.974.896,18 (dois milhões, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e dezoito centavos). A responsabilidade pelo licenciamento ambiental da BR 101/BA ficará a cargo da Infra S.A. até a concessão da rodovia, após a assinatura do contrato, a responsabilidade será do futuro concessionário. Conforme modelo de concessão do sistema viário, caberá à futura concessionária, a elaboração do projeto executivo e a adoção das medidas necessárias para a instalação e regularização fundiária.

A rodovia BR 101 BA, tem por principal entrave, no momento, o desenvolvimento do produto relacionado ao Componente Indígena. Diz-se por entrave, em razão dos impactos advindos ao projeto, em virtude do período de vigência da Portaria 419 da FUNAI, que limitou o acesso às Terras Indígenas, durante o período da Pandemia de COVID-19. Assim, uma vez revogada a Portaria, nesse momento estão sendo adotadas as medidas para retorno dos trabalhos de desenvolvimento dos estudos de coleta de dados primários. Quanto ao licenciamento ambiental, as próximas ações remontam à atualização do

Plano de Trabalho e retomada do diálogo com os indígenas.

1.8.4. Rodovia BR-364/060-MT/GO

O projeto tem por objetivo a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), do Projeto Básico Ambiental (PBA), dos estudos para obtenção da Autorização da Supressão de Vegetação (ASV), do Estudo de Componente Indígena (ECI), dos Estudos para o Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico e assessoria técnica para acompanhamento do processo de licenciamento ambiental referente à regularização e duplicação da rodovia federal BR-364/060/MT/GO, trecho de Rondonópolis/MT a Jataí/GO, com extensão total de 387,5 km. O trecho rodoviário em questão constitui importante rota de escoamento da produção de grãos do Mato Grosso, integrando a região Sul e Sudeste e permitindo a exportação da produção agrícola.

O Orçamento destinado ao desenvolvimento do licenciamento para a concessão da BR364 MT/RO tem um total de R\$ 2.957.028,63 (dois milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, vinte e oito reais e sessenta e três centavos). A responsabilidade pelo licenciamento ambiental da BR-364/060-MT/GO está a cargo da Infra S.A. até a obtenção da Licença Prévia e a concessão da rodovia. Após a assinatura do contrato, a responsabilidade será do futuro concessionário.

Conforme modelo de concessão do sistema viário, caberá à futura concessionária, a elaboração do projeto executivo e a adoção das medidas necessárias para a instalação e regularização fundiária, assim como a realização de desapropriação ao longo do trecho da rodovia BR-364/060-MT/GO.

O EIA/RIMA do empreendimento foi apresentado ao IBAMA em 2017 e analisado por este Instituto em 2022. Foram solicitadas complementações, as quais foram apresentadas em agosto de 2022. O IBAMA informou que não há prazo para a realização da análise das complementações, nem tampouco para a realização das audiências públicas. Devido a morosidade na análise do IBAMA, houve a emissão de RTID para a comunidade Cedro no município de Mineiros/MG, fato que motivou o INCRA a exigir a realização dos estudos do componente quilombola (ECQ). Os estudos se encontram em fase de emissão de ordem de serviço (OS) para serem iniciados.

A continuidade dos estudos de licenciamento ambiental depende da emissão de OS para o produto relacionado à Elaboração do ECQ para a comunidade Cedro. Em paralelo, temos por prioridade continuar cobrando do IBAMA a conclusão da análise dos estudos e a marcação das datas das audiências públicas.

1.8.5. Rodovia BR-476/ BR-282 /BR-153/ PR/ SC

As ações relativas as rodovias federais BR-476/PR, BR-153/PR/SC e BR-282/SC, tem por objetivo o licenciamento ambiental das obras de duplicação nos trechos de pista simples, regularização ambiental de todo o trecho, pistas laterais, ampliação da capacidade e construção de obras de arte especiais e obras de arte correntes das rodovias: BR-476/BR-153-282/BR-282/BR-480, Trecho BR-476 entre Lapa/PR e União da Vitória/PR, Trecho BR-153, entre União da Vitória/PR e divisa SC/RS, Trecho BR-282 entre BR-153 e BR-480, extensão total de 454,2 km, para fins de obtenção das licenças ambientais necessárias ao início das obras por parte de futuro concessionário.

Foi destinado ao desenvolvimento do licenciamento ambiental da BR-476/BR-153/BR-282 um total de R\$ 4.176.553,21 (quatro milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e um centavos). A responsabilidade pelo licenciamento ambiental das Rodovias BR-476/BR-282/BR-153/PR/SC ficará a cargo da Infra S.A. até a concessão das rodovias, após a assinatura do contrato, a responsabilidade será do futuro concessionário.

Conforme modelo de concessão do sistema viário, caberá à futura concessionária, a elaboração do projeto executivo e a adoção das medidas necessárias para a instalação e regularização fundiária, assim como a desapropriação.

Os principais embaraços à continuidade do projeto de licenciamento da BR-476/BR-282/BR-153/PR/SC são os atrasos na realização das atividades previstas nos contratos, decorrentes da morosidade na manifestação dos órgãos ambientais, bem como o cumprimento dos prazos contratuais. No momento a SUGAT/Infra S.A. está executando as atividades previstas no âmbito dos quatro contratos, elaborando os estudos envolvidos para a obtenção das licenças ambientais necessárias para a realização da concessão no âmbito do planejamento do Governo Federal.

Para a BR-282/SC em 6/05/2021 foi obtida a Licença Ambiental Prévia - LAP nº 1611/2021 no Instituto de Meio Ambiente (IMA) de Santa Catarina, referente ao processo de licenciamento ambiental das obras de regularização, duplicação, ampliação da capacidade e construção de obras de arte especiais da Rodovia Federal BR-282/SC, entre o quilometro 436+400 e o quilometro 535+300, perfazendo 99,5 km.

Para a BR-153/PR/SC, trecho entre a BR-476/PR e a divisa SC/RS, com 198,6 km, foram feitas as audiências públicas e requerida no Ibama a Licença Prévia como e encaminhamento dos Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Para a Rodovia Federal BR-476/PR, localizada no trecho entre Lapa/PR e União da Vitória/PR, com 163,7 Km de extensão, o EIA/RIMA foi protocolado no Instituto Água e Terra do Paraná em solicitação a Licença Previa. A SUGAT está aguardando marcar as audiências públicas para março de 2023.

1.8.6. Rodovia BR-040/DF/GO/MG

O licenciamento ambiental da rodovia BR-040/DF/GO/MG tem como objetivo a regularização e duplicação do trecho compreendido entre o entroncamento das BR-050(a)/BR-251/DF-001/003 (Brasília) ao entroncamento da Ant. União e Indústria (Barreira do Triunfo), com extensão total de 941,20 km.

A Infra S.A. atuou no licenciamento ambiental prévio e de instalação do empreendimento, tendo como resultado a obtenção da Licença de Instalação (LI) nº 1121/2016 e da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) nº 1131/2016. O trecho rodoviário em questão constitui importante rota de escoamento da produção de grãos dos estados de Mato Grosso e Goiás, integrando as regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul e permitindo a exportação da produção, principalmente, pelo porto do Rio de Janeiro e Santos.

Para esse empreendimento foi destinado um total de R\$ 825.701,96 (oitocentos e vinte cinco mil, setecentos e um reais e noventa e seis centavos), visando o desenvolvimento dos estudos de licenciamento da BR- 040/DF/GO/MG. A responsabilidade pelo licenciamento ambiental das Rodovia BR-040/DF/GO/MG ficará a cargo da Infra S.A. até a nova concessão da rodovia.

Conforme modelo de concessão do sistema viário, caberá à futura concessionária, a elaboração do projeto executivo e a adoção das medidas necessárias para a instalação e regularização fundiária. A rodovia BR-040/DF/GO/MG, no trecho em estudo, tem por principal entrave, a morosidade do órgão ambiental na manifestação quanto a renovação das licenças ambientais já emitidas.

No momento a Infra S.A está em tratativas junto ao Ibama para renovação da LI nº 1121/2016 e da ASV nº 1131/2016 e a definição de data para a relicitação do trecho para nova concessão.

1.8.7. Rodovia BR-116/MG

O licenciamento ambiental da rodovia BR-116/MG tem como objetivo a regularização e duplicação do trecho compreendido entre a divisa MG/RJ (Além Paraíba), segmento km 0,0 – km 818,1, com 818 quilômetros de extensão. A Infra S.A. atuou no licenciamento ambiental prévio do empreendimento, tendo como resultado a obtenção da Licença Prévia (LP) nº 645/2020.

O trecho rodoviário em questão constitui importante rota de escoamento da produção de grãos dos estados de Mato Grosso e Goiás, integrando as regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul e permitindo a exportação da produção, principalmente, pelo porto de Santos. Para o desenvolvimento desse empreendimento foi destinado um total de R\$. 8.107.211,36 (oito milhões, cento e sete mil, duzentos e onze reais e trinta e seis centavos).

A responsabilidade pelo licenciamento ambiental prévio da Rodovia BR-116/MG estará a cargo da Infra S.A. até a transferência da titularidade da LP nº 645/2020 a EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., concessionária vencedora do leilão referente ao Edital nº 01/2022, responsável pela exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário da BR-116/465/493/MG/RJ. Conforme modelo de concessão do sistema viário, caberá à futura concessionária, a elaboração do projeto executivo e a adoção das medidas necessárias para a instalação e regularização fundiária.

A rodovia BR-116/MG, no trecho em estudo, tem por principal entrave os atrasos na realização das atividades e articulações, junto ao órgão ambiental para a retificação da LP nº 645/2020 modificando o texto original, para o segmento entre a Divisa BA/MG até o Entr. BR-381/451(B) (Viaduto Contorno Gov. Valadares) Km 408,5, e a exclusão da Condicionante 2.12, aplicável apenas ao trecho do Entr. BR-381/451(B) (Viaduto Contorno Gov. Valadares) Km 408,5 até a Divisa MG/RJ (Além Paraíba) Km 818,73.

Para o momento está programado o desmembramento da licença existente junto ao Ibama, para que parte do trecho fique com a EcoRioMinas e parte fique com a Infra S.A.

1.9. Empreendimentos Portuários

Dentre as responsabilidades da Infra S.A., destacam-se aquelas vinculadas à elaboração da Seção F – Meio Ambiente dos Estudos de Viabilidade Técnico, Econômica e Ambiental (EVTEA) dos terminais portuários ITG02, PAR14 e PAR15 (Figura 19), bem como o desenvolvimento das questões socioambientais dos Planos Mestres Portuários dos Portos de São Francisco do Sul, Santana, Manaus,

Cabedelo, Imbituba e Laguna. Ressalta-se que a atuação da SUGAT se dá pela elaboração dos componentes socioambientais dos estudos, porém é a SUPAQ a titular dos processos.

1.9.1. Terminal Portuário IRGO2

Os estudos são elaborados com recursos próprios da Infra S.A., sendo que o retorno do investimento se dá quando da concessão da área para um novo arrendatário, o qual fica responsável por ressarcir os custos com o projeto.

A SUGAT/Infra S.A. apresenta o componente ambiental do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA de instalação portuária destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais no Complexo Portuário de Itaguaí, localizado no estado do Rio de Janeiro nos municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Rio de Janeiro na área denominada ITG02 no âmbito do planejamento do Governo Federal.

Estudos enviados para análise e manifestação da equipe técnica do Ministério dos Portos e Aeroportos; Realização de ajustes ao projeto, caso necessário; Aprovação dos estudos pelo TCU; Realização de audiência pública; e Realização do leilão de concessão.

A responsabilidade pelo licenciamento ambiental da atividade ficará a cargo do novo arrendatário, após a assunção da área.

1.9.2. Terminal Portuário PAR14

Os estudos são elaborados com recursos próprios da Infra S.A., sendo que o retorno do investimento se dá quando da concessão da área para um novo arrendatário, o qual fica responsável por ressarcir os custos com o projeto.

A SUGAT/Infra S.A. apresenta o componente ambiental do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA de instalação portuária destinada à movimentação, armazenagem e distribuição de granéis sólidos no Complexo Portuário de Paranaguá, localizado no estado do Paraná, no município de Paranaguá, na área denominada PAR14 no âmbito do planejamento do Governo Federal.

Atualmente A SUGAT/Infra S.A está atendendo as contribuições apresentadas em audiência pública a saber: Realização de ajustes ao projeto; Aprovação dos estudos pelo TCU; Realização de audiência pública; e Realização do leilão de concessão.

A responsabilidade pelo licenciamento ambiental da atividade ficará a cargo do novo arrendatário, após a assunção da área.

1.9.3. Terminal Portuário PAR15

Os estudos são elaborados com recursos próprios da Infra S.A., sendo que o retorno do investimento se dá quando da concessão da área para um novo arrendatário, o qual fica responsável por ressarcir os custos com o projeto.

A SUGAT/Infra S.A. apresenta o componente ambiental do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA de instalação portuária destinada à movimentação, armazenagem e

distribuição de granéis sólidos no Complexo Portuário de Paranaguá, localizado no estado do Paraná, no município de Paranaguá, na área denominada PAR15 no âmbito do planejamento do Governo Federal

A responsabilidade pelo licenciamento ambiental da atividade ficará a cargo do novo arrendatário, após a assunção da área.

Atualmente A SUGAT/Infra S.A está atendendo as contribuições apresentadas em audiência pública a saber: Realização de ajustes ao projeto; Aprovação dos estudos pelo TCU; Realização de audiência pública; e Realização do leilão de concessão.

1.9.4. Plano Mestre do Complexo Portuário de São Francisco do Sul

O orçamento para a realização da análise do Plano Mestre de São Francisco do Sul é proveniente de descentralização financeira realizada pelo Secretaria de Portos.

Por se tratar de projetos que ainda em estruturação não se aplicam questões relacionadas ao licenciamento ambiental, à desapropriação e aos projetos. O Plano Mestre apresentado pela empresa Ramboll (contratada para a elaboração do estudo) se encontra sob análise da equipe técnica da Infra S.A.

Atualmente Plano Mestre está em análise pela equipe técnica da SUGAT para realização de ajustes por parte da Contratada, caso necessário; e Realização de audiência pública.

1.9.5. Plano Mestre do Complexo Portuário de Santana

O orçamento para a realização da análise do Plano Mestre de Santana é proveniente de descentralização financeira realizada pelo Secretaria de Portos.

Por se tratar de projetos que ainda em estruturação não se aplicam questões relacionadas ao licenciamento ambiental, à desapropriação e aos projetos. O Plano Mestre apresentado pela empresa Ramboll (contratada para a elaboração do estudo) se encontra sob análise da equipe técnica da Infra S.A.

Atualmente Plano Mestre está em análise pela equipe técnica da SUGAT para realização de ajustes por parte da Contratada, caso necessário; e Realização de audiência pública.

1.9.6. Plano Mestre do Complexo Portuário de Cabedelo

O orçamento para a realização da análise do Plano Mestre de Cabedelo é proveniente de descentralização financeira realizada pelo Secretaria de Portos.

Por se tratar de projetos que ainda em estruturação não se aplicam questões relacionadas ao licenciamento ambiental, à desapropriação e aos projetos. O Plano Mestre apresentado pela empresa Ramboll (contratada para a elaboração do estudo) se encontra sob análise da equipe técnica da Infra S.A.

Atualmente Plano Mestre está em análise pela equipe técnica da SUGAT para realização de ajustes por parte da Contratada, caso necessário; e Realização de audiência pública.

1.9.7. Plano Mestre do Complexo Portuário de Manaus

O orçamento para a realização da análise do Plano Mestre de Manaus é proveniente de descentralização financeira realizada pelo Secretaria de Portos.

Por se tratar de projetos que ainda em estruturação não se aplicam questões relacionadas ao licenciamento ambiental, à desapropriação e aos projetos. O Plano Mestre se encontra em fase de elaboração pela equipe técnica da Infra S.A.

Atualmente Plano Mestre está em análise pela equipe técnica da SUGAT para realização de ajustes por parte da Contratada, caso necessário; e Realização de audiência pública.

1.9.8. Plano Mestre do Complexo Portuário de Imbituba

Por se tratar de projetos que ainda em estruturação não se aplicam questões relacionadas ao licenciamento ambiental, à desapropriação e aos projetos.

O orçamento para a realização da análise do Plano Mestre de Imbituba é proveniente de descentralização financeira realizada pelo Secretaria de Portos.

Atualmente Plano Mestre está em análise pela equipe técnica da SUGAT para realização de ajustes por parte da Contratada, caso necessário; e Realização de audiência pública.

1.9.9. Plano Mestre do Complexo Portuário de Laguna

Por se tratar de projetos que ainda em estruturação não se aplicam questões relacionadas ao licenciamento ambiental, desapropriação e projetos.

O orçamento para a realização da análise do Plano Mestre de Laguna é proveniente de descentralização financeira realizada pelo Secretaria de Portos.

Entrega do Plano Mestre para análise e manifestação; Realização de ajustes por parte da Infra S.A., caso necessário; e Realização de audiência pública.

Atualmente Plano Mestre está em análise pela equipe técnica da SUGAT para realização de ajustes por parte da Contratada, caso necessário; e Realização de audiência pública.

1.10. Participação em outras sociedades

Observando as diretrizes de política pública estabelecidas pelo Ministério dos Transportes, a estatal possui participação acionária em duas outras empresas responsáveis por grandes empreendimentos ferroviários, são elas: Transnordestina Logística S/A e a Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A.

No âmbito da gestão de participações, em 2022 houve a emissão de determinações fundamentais proferidas pelo Tribunal de Contas da União, mais precisamente no Acórdão nº 2769/2022, TC nº 012.179/2016-7. No referido Acórdão o Tribunal de Contas da União autorizou a Agência Nacional dos Transportes Terrestres a celebrar termo aditivo ao contrato de concessão da Malha II do Nordeste a fim de cindir o trecho Salgueiro-Suape retirando-o da malha concedida à Transnordestina Logística S/A, com a consequente indenização dos ativos reversíveis à concessionária. A celebração de tal acordo tem o potencial de causar alterações participação acionária da Infra S.A. S.A naquela companhia.

1.10.1. Transnordestina Logística S/A

Concessionária responsável pela construção e exploração da ferrovia Nova Transnordestina (EF-232 e EF-116 – Malha II), com extensão total de 1.753 km, passando pelos Estados do Piauí, Ceará e Pernambuco.

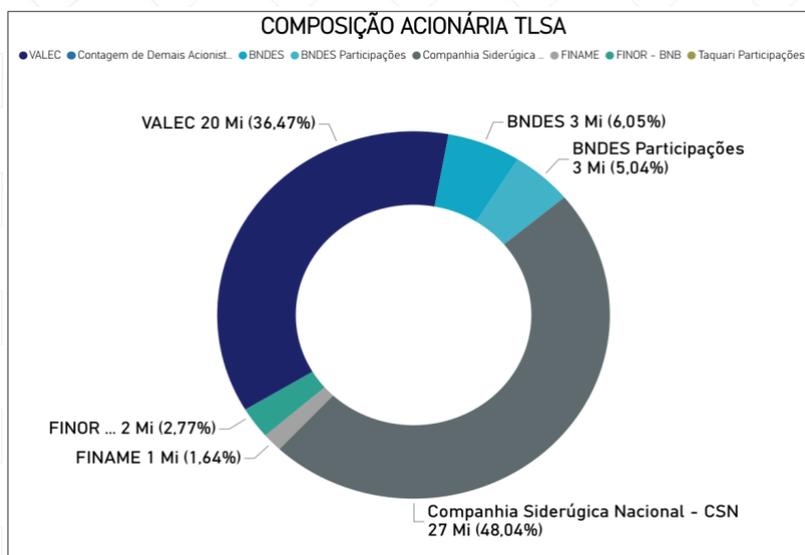


Figura 19 – Composição acionária TLSA

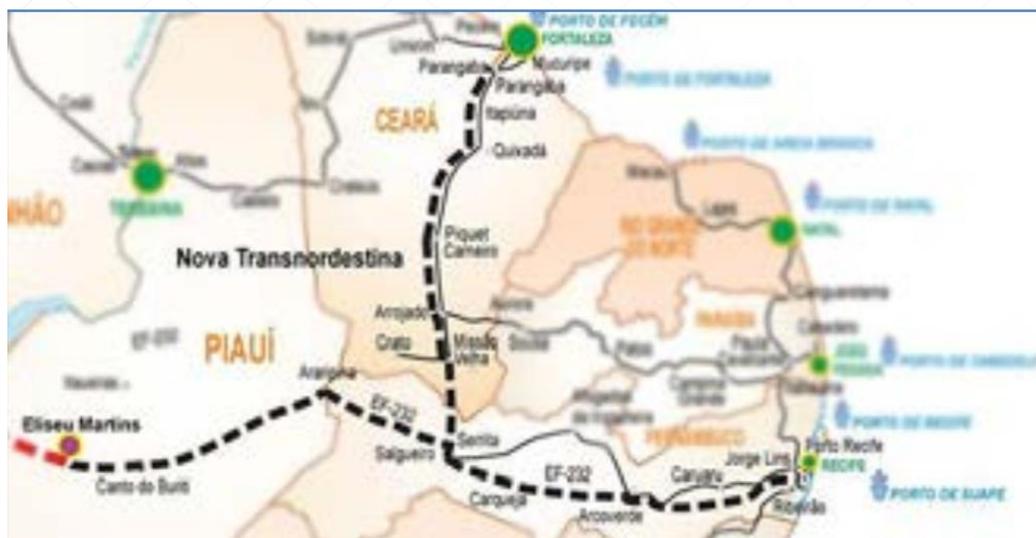


Figura 20 – Traçado da Ferrovia Nova Transnordestina

A participação da Infra S.A. se deu com amparo da Lei nº 11.772/2008, mediante aporte de R\$ 1,1 bilhão para aquisição de ações. Os demais aportes do bloco público foram suspensos por determinação do Tribunal de Contas da União.

No ano de 2022, a análise econômico-financeira-social do empreendimento apoiada por uma consultoria especializada contratada pela então Valec, com o levantamento de alternativas viáveis para o seu desenvolvimento, foi fundamental para subsidiar o processo decisório no âmbito do Ministério da Infraestrutura e as tratativas junto ao Tribunal de Contas da União que culminaram na emissão do Acórdão

nº 2769/2022.

Também em 2022, devido às movimentações ocorridas para equalização do empreendimento, houve maior empenho da acionista controladora no que diz respeito ao avanço de obras, com aplicação de R\$ 335 milhões em obras com recursos próprios, o que representa um montante aproximado R\$ 100 milhões maior do que aplicado em 2021. Isso possibilitou um maior avanço no trecho entre Missão Velha e Pecém, com instalação de serviços de infraestrutura nos trechos MVP02 e MVP03. Segue panorama geral do avanço de obras: (atualização GETEP)

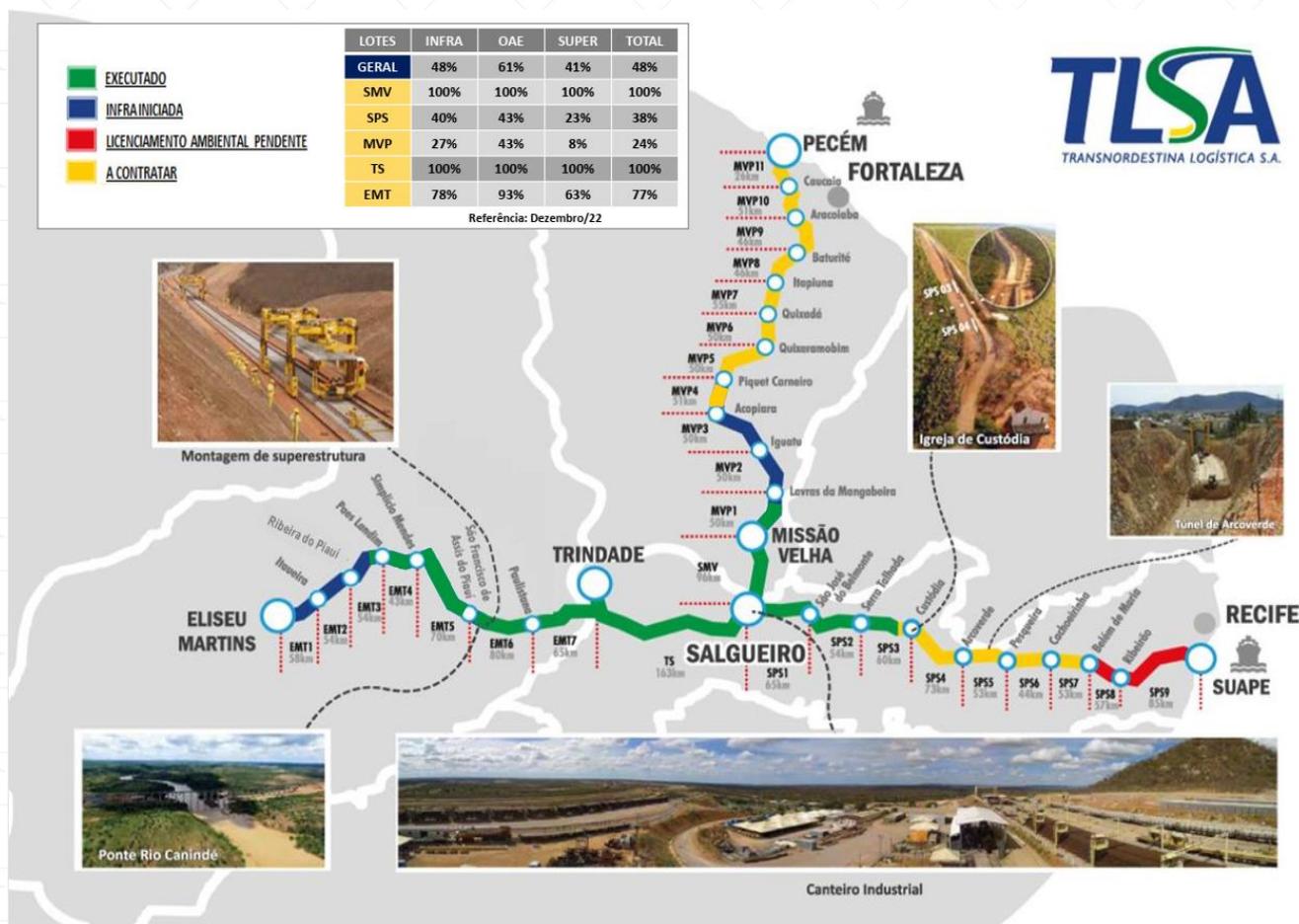


Figura 21 – Avanço Geral de Obras

1.10.2. Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A

A Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A é sociedade anônima de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, que detém a outorga para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro (EF-484) na direção geral leste-nordeste, estendendo a malha ferroviária do Estado do Paraná a partir da região de Guarapuava até a região de Cascavel, além de um ramal ferroviário partindo da região de Cascavel até a região de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul. A própria Ferroeeste detém 99,68% de participação acionária. O restante das ações pertence a 46 empresas nacionais, 3 estrangeiras e 6 pessoas físicas. Atualmente, a Infra S.A. detém 0,028% das ações totais.

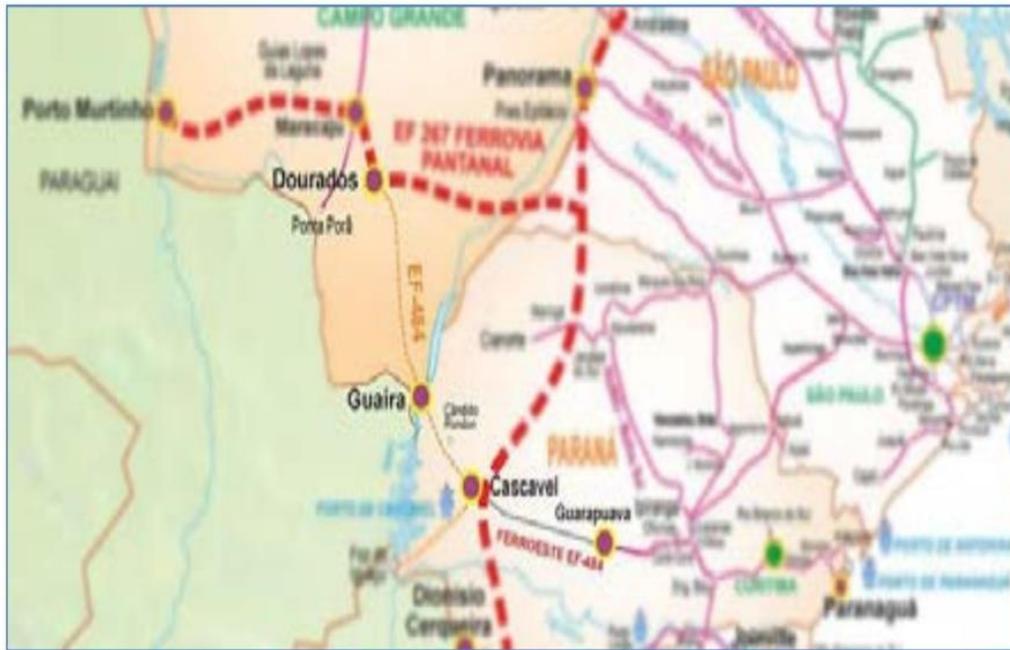


Figura 22 – Traçado Ferroeste

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A gestão de riscos é essencial para a boa governança, uma vez que fornece garantia razoável para que os objetivos organizacionais sejam alcançados e, evita possíveis prejuízos ou ações que abalem a empresa, que prejudiquem o seu crescimento ou gerem depreciação.

Essa questão também está diretamente ligada à falha humana, que talvez seja o ponto mais complexo para sanar, sem ruídos ou prejuízos internos.

Nessa perspectiva, o tema integridade também vem ganhando destaque em escala mundial, tornando-se decisivo para a credibilidade, a ética e as boas práticas de qualquer instituição.

Nos próximos tópicos abordaremos a evolução que a empresa realizou ao longo de 2022, tanto na perspectiva de gestão de riscos e controles internos, como também na integridade institucional.

2.1. Gestão de Riscos e Controles Internos

O processo de gestão de riscos na Infra S.A. é realizado conforme metodologia constante do Manual e Tutorial de Gestão de Riscos e Controles Internos, Resolução Normativa Valec nº 12/2022/CONSAD/Valec, aprovado pelo Conselho de Administração em 28/04/2022.

De acordo com os princípios e diretrizes da política, o principal objetivo do processo de gestão de riscos corporativos é o cumprimento dos principais objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional.

Todas as etapas do processo de gestão de riscos, nos termos da CGPAR/ME nº 33/2022 e Estatuto Social da Infra S.A, são conduzidas pela unidade de riscos, controles internos e integridade, em específico a Superintendência de Integridade e Riscos - SUINT.

Os riscos estratégicos são os eventos que podem impactar no cumprimento das políticas públicas e principais objetivos estratégicos. Portanto, os riscos estratégicos são os riscos no qual a organização busca a proteção e, especificamente, são os riscos que afetam a organização em curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, o gerenciamento de riscos estratégicos envolve os principais projetos e políticas públicas da Infra S.A. de acordo com o Estatuto Social, Planejamento Estratégico Institucional e Plano de Negócios, com destaque para:

- Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO);
- Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL);
- Plano Nacional de Logística PNL 2055;
- Plano Setoriais;
- Projetos de concessão;
- Ferrovia Transnordestina-TLSA;
- Documento de Transporte Eletrônico - DT-e;
- Observatório Nacional de Transporte e Logística-ONTL; e

- Contratos de subconcessão das ferrovias.

2.1.1. Principais riscos identificados

Considerando os temas acima relacionados, foram definidos pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, 14 (quatorze) eventos de riscos estratégicos, conforme segue:

- Risco 1 - Orçamento Insuficiente;
- Risco 2 - Licitações anuladas, desertas, suspensas ou fracassadas;
- Risco 3 - Não dispor de pessoal qualificado para executar o Plano de Negócios da Infra S.A. (todos objetos de riscos estratégicos);
- Risco 4 - Não dispor de projetos adequados no prazo;
- Risco 5 - Não ingresso de benefícios financeiros oriundos de subconcessões e outras atividades econômicas da empresa;
- Risco 6 - Alteração do acordo de acionistas com impacto financeiro à Infra S.A.
- Risco 7 - Surgimento/ações contrárias à integridade;
- Risco 8 - Extinção da Valec (risco mitigado no 3º Trimestre/2022);
- Risco 9 - Falhas no controle e governança das obrigações definidas no Anexo 9 no âmbito do Investimento Cruzado da FICO;
- Risco 10 - Falta de dados e informações no processo de elaboração e conclusão do PNL 2055;
- Risco 11 - Carteira priorizada de projetos não entregue pelos planos setoriais;
- Risco 12 - Paralisação na elaboração/acompanhamento de estruturação de projetos de concessão em andamento;
- Risco 13 - Não formalização da participação da Infra S.A. no empreendimento do DT-e; e
- Risco 14 - Não dispor dos recursos e meios necessários para implantação do DT-e.

2.1.2. Oportunidades e perspectivas

Considerando o processo de incorporação da Empresa de Planejamento e Logística - EPL pela Valec, conforme aprovação do novo Estatuto Social da Infra S.A (Ata da 79ª Assembleia Geral Extraordinária, de 30/09/2022), a Infra S.A. teve uma expansão no seu escopo de atuação, função social e políticas públicas, de forma a assegurar sua continuidade operacional com os novos empreendimentos e projetos.

Conforme Resolução nº 20/2022/CONSAD-Valec, de 30/09/2022, a estrutura organizacional foi reformulada com a instituição da Diretoria de Planejamento e incorporação das atribuições relacionadas com a elaboração do Plano Nacional de Logística - PNL 2055, plano setoriais e projetos de concessão.

No âmbito da Diretoria de Mercado e Inovação, também foram incorporadas as atribuições relacionadas com o Observatório Nacional de Transporte e Logística-ONTL.

Adicionalmente, após o processo de incorporação, o Projeto DT-e voltou a ser objeto de trabalho a nível estratégico na empresa.

Resumidamente, a partir do processo de gestão de riscos do exercício de 2022, as principais oportunidades institucionais e de mercado estão relacionadas ao escopo de trabalho da Diretoria de

Mercado e Inovação -DIMEI, destacando-se:

- A estruturação de produtos e das fábricas (unidades técnicas) da empresa para prestação de serviços e consultoria ao mercado de infraestrutura de transportes;
- A participação da Infra S.A. na implementação do Documento Eletrônico de Transporte - DT-e, nos termos do art. 11 da Lei 14.206/2021; e
- O fortalecimento da utilidade estratégica do Observatório Nacional de Transporte e Logística - ONTL.

2.1.3. Matriz de riscos, fonte de riscos e planos de tratamentos

Conforme metodologia e apetite a riscos da empresa, para os riscos situados na região laranja e vermelha da Matriz de Riscos é necessário a elaboração de planos de tratamentos e implementação de ação para mitigação.

Segue a Matriz de Riscos atinente aos riscos estratégicos inerentes com o respectivo grau de exposição:

IMPACTO	Catastrófico 10		Risco 5	Risco 3	Risco 14	
	Significativo 8			Risco 6 Risco 7 Risco 9 Risco 12 Risco 13	Risco 4 Risco 10	Risco 1 Risco 2
	Moderado 5					
	Pequeno 2			Risco 11		
	Mínimo 1					
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 5	Alta 8	Muito Alta 10
		PROBABILIDADE				

Figura 23 – Matriz de Riscos Estratégicos

Na Tabela 6, constam as informações de probabilidade, impacto, nível de confiança (risco de controle) e nível de risco residual.

Processo de Gestão dos Riscos Estratégicos							Planos de Ação	
Unidade	Risco Estratégico	Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	RC – Risco de Controle	Risco Residual	Sim	Não
DIREM	Risco Estratégico 1 - Orçamento Insuficiente	10	8	80	1	80	X	
DIRAF DIREM	Risco Estratégico 2 - Licitações anuladas, desertas, suspensas ou fracassadas	10	8	80	0,6	48	X	
DIRAF	Risco Estratégico 3 - Não dispor de pessoal qualificado para executar o Plano de Negócios da Infra S.A.	5	10	50	1	50	X	
DIREM	Risco Estratégico 4 - Não dispor de projetos adequados no prazo	8	8	64	0,6	38,4	X	
DIREM DIRAF	Risco Estratégico 5 - Não ingresso de benefícios financeiros oriundos de subconcessões e outras atividades econômicas da empresa	2	10	20	1	20	X	
DIREM	Risco Estratégico 6 - Alteração do acordo de acionistas com impacto financeiro à Infra S.A.	5	8	40	1	40	X	
DIREM DIPLAN DIRAF DIMEI	Risco Estratégico 7 - Surgimento/ações contrárias à integridade	5	8	40	0,6	24	X	
DIREM	Risco Estratégico 9 - Falhas no controle e governança das obrigações definidas no Anexo 9 no âmbito do Investimento Cruzado da FICO	5	8	40	1	40	X	
DIPLAN	Risco Estratégico 10 - Falta de dados e informações no processo de elaboração e conclusão do PNL 2055	8	8	64	0,4	25,6	X	
DIPLAN	Risco Estratégico 11 - Carteira priorizada de projetos não entregue pelos planos setoriais	5	2	10	1	10	X	
DIPLAN	Risco Estratégico 12 - Paralisação na elaboração/acompanhamento de estruturação de projetos de concessão em andamento	5	8	40	1	40	X	
Processo de Gestão dos Riscos Estratégicos							Planos de Ação	
Unidade	Riscos e Oportunidades	Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	RC – Risco de Controle	Risco Residual	Sim	Não
DIMEI	Risco Estratégico 13 - Não formalização da participação da Infra S.A. no empreendimento do DT-e	5	8	40	1	40	X	
DIMEI	Risco Estratégico 14 - Não dispor dos recursos e meios necessários para implantação do DT-e	5	10	50	1	50	X	
DIMEI	Risco Tático 23 - Prestação de serviços inadequada e não entrega de produtos ao cliente	5	8	40	1	40	X	
DIMEI	Risco Tático 24 - Fragilidades na estruturação da empresa para a prestação de serviços especializados e consultoria	5	8	40	0,6	16	X	
DIMEI	Risco Tático 25 - Ausência de instrumentos para fortalecimento da utilidade estratégica do Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL)	8	8	64	1	64	X	

Tabela 7 – Probabilidade, impacto, nível de confiança (risco de controle) e nível de risco residual

Seguem as principais fontes de riscos internas e/ou externas associadas às causas dos eventos de riscos e as informações dos planos de tratamento com os controles internos implementados ou em implementação.

Planos de Tratamento - Riscos Estratégicos			Situação	
Risco Estratégico	Causas	Ações/Controles Internos	✓	✗
Risco Estratégico 1 - Orçamento Insuficiente	1) Falta de orçamento suficiente na LOA para cumprimento das metas de execução física da FIOL 2) Planejamento adequado das obras Gestão da execução orçamentária ineficiente 4) Corte orçamentário 5) Baixa performance das áreas finalísticas	Elaboração da Política de Planejamento de Obras		✗
		Sala de situação da DIREX para avaliação da execução orçamentária periódica	✓	
		Planejamento e remanejamento bimestral de recursos orçamentários, considerando as diretrizes do MINFRA e estratégias da DIREX	✓	
		Atualização do conjunto de normativos administrativos		✗
		Execução do plano de atuação institucional		✗
Risco Estratégico 2 - Licitações anuladas, desertas, suspensas ou fracassadas	1) Prazo insuficiente definido no planejamento geral de contratação 2) Judicialização do processo licitatório 3) Empresas com registros irregulares	Ciclo de Lições Aprendidas		✗
		Conformidade no processo licitatório, na avaliação das empresas e check-lists	Em andamento	
		Institucionalização do Mapa de Riscos para contratações estratégicas (obras e apoio e engenharia consultiva às obras)		✓
Risco Estratégico 3 - Não dispor de pessoal qualificado para executar o Plano de Negócios da Infra S.A.	1) Perda de conhecimento 2) Alta rotatividade dos empregados 2) Alteração das diretrizes de negócios ao longo do ano 4) Empregados não capacitados para execução de determinada atividade-fim da empresa	Execução do Plano Educacional Anual - PEA	Em andamento	
		Execução do Programa de Desenvolvimento de Líderes	Em andamento	
Risco Estratégico 4 - Não dispor de projetos adequados no prazo	1) Processos, fluxos e procedimentos não definidos e consolidados 2) Falta de equipe capacitada para a elaboração de projetos nas diversas disciplinas	Elaboração e normatização dos checklists para avaliação dos requisitos e documentos na submissão de projetos à SUPRO		✗
		Identificação do caminho crítico e riscos de processo através do mapeamento do macroprocesso (cadeia de valor), referente à revisão do projeto de engenharia em fase de obra		✗
		Especialização dos empregados da SUPRO nas diversas disciplinas, para a gestão das equipes das empresas credenciadas e elaboração de projetos de engenharia		✗
Risco Estratégico 5 - Não ingresso de benefícios financeiros oriundos de subconcessões e outras atividades econômicas da empresa	1) Diretrizes acerca da utilização e destinação dos ativos susceptíveis à mudança no caso de alteração dos ocupantes da Alta Administração. e 2) Falta de atuação da Infra S.A. junto aos agentes externos de forma a assegurar o ingresso financeiro dos ativos.	Aprovação da proposta para fins de contabilização das ferrovias	Em andamento	
		Definição formal das receitas junto à ANTT	Em andamento	
		Elaboração da Política Perene de Contabilização dos Ativos	Em andamento	

Tabela 8 – Planos de Tratamento - Riscos Estratégicos 1 a 5

Planos de Tratamento - Riscos Estratégicos			Situação	
Risco Estratégico	Causas	Ações/Controles Internos	✓	✗
Risco Estratégico 6 - Alteração do acordo de acionistas com impacto financeiro à Infra S.A.	1) Insegurança jurídica 2) Ingerência do empreendimento 3) Atribuições constantes no acordo societário	Escolha da alternativa viável do empreendimento	✓	
		Execução das ações operacionais da SUFIP para consecução da alternativa viável		✗
		Alteração do Acordo de Acionistas e Acordo de Investimentos		✗
Risco Estratégico 7 - Surgimento/ações contrárias à integridade	1) Ausência de normas 2) Conjunto de normas e políticas com necessidade de revisão, aprimoramento e ampla divulgação	Execução e monitoramento dos Planos de Ação do Programa de Integridade 2016-2020	✓	
		Execução e monitoramento dos Planos de Ação do Programa de Integridade 2021-2022	✓	
Risco Estratégico 8.2 - Extinção da Valec (não criação da empresa Infra S.A.) (mitigado)	1) Despesas operacionais e dependência do Orçamento Geral da União-OGU 2) Redução significativa da atividade-fim da empresa com a futura subconcessão da FIOL II	Estruturação do modelo de negócios para a Infra S.A.	✓	
		Criação e monitoramento de receitas e despesas para o Relatório Trimestral de Execução Orçamentária - deliberação da DIREX e CONSAD	✓	
Risco Estratégico 9 - Falhas no controle e governança das obrigações definidas no Anexo 9 no âmbito do Investimento Cruzado da FICO	1) Modelo inovador de construção 2) Ausência de normativo interno que discipline o processo	Elaboração de Política Normativa para disciplinar a gestão dos investimentos cruzados.		✗
Risco Estratégico 10 - Falta de dados e informações no processo de elaboração e conclusão do PNL 2055	1) Dificuldade de acesso à fonte de dados que envolvem outros órgãos e entidades da Administração Pública 2) Fonte de dados e informações incompletas e insuficientes 3) Falta de suporte de tecnologia de informação para a carga de dados que será gerada	Contratação do SERPRO	Em andamento	
Risco Estratégico 11 - Carteira priorizada de projetos não entregue pelos planos setoriais	1) PNL não entregue 2) Dificuldade e interesses divergentes no alinhamento das políticas públicas com os stakeholders 3) Indefinição dos aspectos regulatórios antes da execução dos projetos 4) Alterações do escopo do projeto decorrente das diretrizes do Minfra	Elaboração dos planos setoriais com a metodologia e priorização dos projetos	Em andamento	
Risco Estratégico 12 - Paralisação na elaboração/acompanhamento de estruturação de projetos de concessão em andamento	1) Alterações de planos e diretrizes do Minfra 2) Descontinuidade por questões políticas envolvendo os empreendimentos 3) Falta de orçamento 4) Descontinuidade estratégica do empreendimento	Normativo com procedimentos de governança entre Minfra e Infra S.A.	Em andamento	

Tabela 9 – Planos de Tratamento - Riscos Estratégicos 6 a 12

Planos de Tratamento - Oportunidades			Situação	
Risco Estratégico	Causas	Ações/Controles Internos	✓	✗
Risco Estratégico 13 - Não formalização da participação da Infra S.A. no empreendimento do DT-e	1. Acordo ou convênio com o Minfra ainda não formalizado nos termos da legislação correlata 2. Variabilidade das atribuições da Infra S.A. no projeto DT-e e no caso de alteração de diretrizes do Minfra	Formalização do convênio entre a Infra S.A. e Minfra	Em andamento	
Risco Estratégico 14 - Não dispor dos recursos e meios necessários para implantação do DT-e	1. Proposta de orçamento para operação do DT-e em definição 2. Falta de pessoal e falta de capacitação 3. PDTIC e PGC não atualizados com base na previsão das demandas e necessidades de TI da DIMEI 4. Arranjo institucional dos órgãos e entidades envolvidas em definição	Publicação da portaria com a proposta de preço da tarifa do DT-e	✓	
		Previsão orçamentária para o exercício 2022/2023	Em andamento	
		Revisão do PDTIC e PGC de forma a prever os recursos necessários para execução das atividades previstas no plano de trabalho do projeto DT-e	Em andamento	
Risco Tático 23 - Prestação de serviços inadequada e não entrega de produtos ao cliente	1. Falta de priorização e diretriz estratégica empresarial para prestação de serviços 2. Falta de pessoal nas unidades prestadoras de serviços 3. Esvaziamento contínuo das unidades técnicas, perda de conhecimento e capacidade produtiva 4. Centro de custos não desenvolvido para tomada de decisões estratégicas	Estruturação das fábricas para prestação de serviços especializados ao mercado		✗
		Norma de relacionamento com o cliente		✗
Risco Tático 24 - Fragilidades na estruturação da empresa para a prestação de serviços especializados e consultoria	1. Produtos não estruturados no Funil de Inovação 2. Modelos dos produtos e serviços em processo de estruturação 3. Falta de engajamento das unidades (fábricas) para prestação de serviços 4. Processos comerciais ainda em desenvolvimento 5. Falta de pessoal 6. Competitividade mercadológica, outras empresas do setor aptas para prestação de serviços 7. Centro de custos não desenvolvido para tomada de decisões estratégicas	Normativo com a metodologia de precificação e cálculo de esforço	Em andamento	
		Estruturação dos produtos no Funil de Inovação		✗
		Manual de pesquisa de mercado e desenvolvimento da inteligência de mercado	Em andamento	
		Estruturação do centro de custos	Em andamento	
Risco Tático 25 - Ausência de instrumentos para fortalecimento da utilidade estratégica do Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL)	1. Ausência de diretrizes no que tange à finalidade estratégica do ONTL para a Infra S.A. 2. Falta de recursos humanos 3. Excesso de ações desvinculadas à finalidade estratégica do ONTL	Elaboração de estudo para a diretoria e apresentação de proposta para reposicionamento do ONTL para as devidas finalidades estratégicas	Em andamento	

Tabela 10 – Planos de Tratamento - Oportunidades

2.2. Integridade Institucional

A cultura de integridade é também elemento fundamental da boa governança, que confere às ações dos gestores não apenas legitimidade e confiabilidade, mas também transparência e lisura.

Nesse sentido, o Plano Anual de Integridade 2021/2022 da empresa contou com um conjunto de ações destinadas a prevenir, detectar e remediar atos de fraudes, irregularidades e desvios de conduta,

com ações que visaram o tratamento dos riscos identificados, ações de capacitação e comunicação afetas ao tema, bem como ações de monitoramento contínuo às ações do Plano. Seu percentual de conclusão foi de aproximadamente 84% (oitenta e quatro).

Cumprir destacar algumas relevantes entregas que foram realizadas pela execução das ações do Plano Anual de Integridade 2021/2022, a saber:

- Aprovação da Norma que regula os serviços de atendimento ao usuário feitos pela Ouvidoria e SIC - RESOLUÇÃO NORMATIVA Valec Nº 9/2022/CONSAD-Valec, de 29/04/2022;
- Aprovação da Norma que dispõe sobre o recebimento, tratamento e tramitação de denúncias no âmbito da empresa - RESOLUÇÃO NORMATIVA Valec Nº 10/2022/CONSAD-Valec, de 29/04/2022;
- Aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas - RESOLUÇÃO NORMATIVA Valec Nº 11/2022/CONSAD-Valec, de 11/05/2022; e
- Aprovação do Manual e do Tutorial de Gestão de Riscos - RESOLUÇÃO NORMATIVA Valec Nº 12/2022/CONSAD-Valec, de 23/05/2022.

Além disso, concomitantemente, ao longo de 2022, foi executado também o Plano de Ação do Programa de Integridade 2016/2020, que teve importantes resultados, a saber:

- Aprovação da Norma de Aumento de Capital - RESOLUÇÃO NORMATIVA Valec Nº 8/2022/CONSAD-Valec, de 28/04/2022;
- Aprovação da Política de Patrocínios - RESOLUÇÃO NORMATIVA Valec Nº 13/2022/CONSAD-Valec, de 30/06/2022;
- Aprovação do Regimento Interno da Comissão de Ética - RESOLUÇÃO NORMATIVA Valec Nº 14/2022/CONSAD-Valec, de 21/07/2022; e
- Aprovação da Norma de Salvaguarda para os Membros da CEV e da Secretaria Executiva da Comissão de Ética - RESOLUÇÃO NORMATIVA Valec Nº 9/2022/DIREX-Valec/PRESIVALEC, de 11/08/2022.

Ademais, a Superintendência de Integridade e Riscos - SUINT elaborou, trimestralmente, por meio de suas 2 (duas) Gerências, de Integridade e de Riscos, os Relatórios de Riscos, Controles Internos e Integridade, aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Infra S.A., que constam os monitoramentos da gestão dos riscos, bem como da execução das ações do Plano Anual de Integridade 2021/2022 e do Plano de Ação do Programa de Integridade 2016/2020.

Desse modo, o Plano Anual de Integridade 2021/2022 representou mais um passo significativo na consolidação dos princípios de governança, cumprindo com seu objetivo, promovendo valores como a integridade, a ética e a transparência, contribuindo não só para a melhoria no ambiente organizacional e para o fortalecimento da cultura de integridade institucional, mas também para o aperfeiçoamento na gestão dos recursos públicos.

Por fim, cumpre destacar o Código de Ética da estatal que estabelece os comportamentos entre a empresa e seus colaboradores, pautando-se nos princípios da legalidade, eficiência, impessoalidade, publicidade, moralidade, autenticidade, cordialidade e integridade, bem como o Código de Conduta e

Integridade, que orienta os empregados e terceiros sobre a conduta e o cumprimento das regras de integridade no âmbito da estatal, estando, também, em fase de finalização, a Política de Integridade da Infra S.A..

As informações sobre a gestão da integridade da empresa estão disponíveis na página oficial:

<https://www.valec.gov.br/a-valec/integridade>

3. GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

3.1. Estrutura de governança

Com o objetivo de fortalecer sua estrutura de governança, a empresa criou a Superintendência de Governança e Estratégia – SUGOE, além da já existente Superintendência de Integridade - SUINT, com suas respectivas gerências de: Integridade - GEINT, Gestão de Riscos e Controles Internos – GRCOI e Estratégia – GESTR, esta última alocada na SUGOE, trazendo a definição e o fortalecimento à instância interna responsável pela integridade.

As competências da Superintendência de Integridade, da Superintendência de Governança e Estratégia e de suas respectivas gerências consubstanciam a estrutura de integridade da empresa, permitindo, o pleno desenvolvimento do Plano de Integridade e sua fiscalização.

Ressalta-se que, em sua estrutura, a empresa conta, ainda, com a Auditoria Interna - AUDIN, Corregedoria - COGER, Ouvidoria - OUVIR e Secretaria Executiva da Comissão de Ética - SECOE, além dos Conselhos e Comitês. A Figura 24 representa essa estrutura.



Figura 24 – Estrutura de Governança da Infra S.A.

3.2. Planejamento estratégico institucional

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) é o direcionamento que a empresa deverá adotar em um período de longo prazo. A Lei nº 13.303/2016, art. 95, inciso II, define que seja preparado em um

horizonte de, no mínimo, cinco anos (2020 a 2024). Nesse planejamento estão contidos todos os objetivos e as metas a serem alcançadas no período em questão, podendo ocorrer, eventualmente, de um ano para o outro, ajustes no planejamento.

No período entre junho e julho de 2020 foram revisadas a missão, a visão e os valores da Organização, seus objetivos estratégicos, suas metas e iniciativas estratégicas.

O atual mapa estratégico (Figura 25) está alinhado ao Plano Nacional de Logística (PNL), às prioridades do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) e ao Plano Plurianual (PPA) especialmente no que se refere às orientações do Ministério da Infraestrutura em relação ao seu próprio Plano Estratégico Ministerial, e à visão de futuro que o Ministério tem em relação à Infra S.A..



Figura 25 – Mapa estratégico da Valec 2020-2024

Os objetivos expostos no mapa estratégico (Figura 25) são desdobrados em metas e em iniciativas que serão apresentados nas próximas seções. Insta frisar que na Infra S.A. os resultados são verificados trimestralmente na Reunião de Avaliação Estratégica (RAE). Além disso, a Empresa adotou uma dinâmica mais flexível para correção dos rumos da estratégia, similar ao método *Objectives and Key Results* (OKR). Assim, nas RAEs é possível avaliar se meta/indicador ainda são úteis para o alcance do objetivo ou se são passíveis de paralisação, de alteração ou de inclusão. Por tanto, tem-se uma gestão estratégica que se adapta rapidamente aos cenários e às novas diretrizes de negócio.

Para o desenvolvimento da estratégia, foi desenvolvida a SWOT que serve tanto para a gestão

estratégica quando para a gestão de riscos da organização (Figura 26).

OPORTUNIDADE	AMEAÇA
OP01 Pró-Brasil	AM01 Emenda supressiva ao orçamento
OP02 Investimento cruzado	AM2 Contingenciamento orçamentário
OP03 Emendas parlamentares	AM03 Remanejamento orçamentário involuntário
OP04 Aprovação da PL 261	AM04 Alteração de legislação que afeta a operação da VALEC
OP05 Criação da Infra S.A.	AM05 Extinção da VALEC
OP06 Atuação pró-ativa da VALEC perante órgãos de controle	AM06 Paralisações das obras por órgãos de controle e judiciário
OP07 Atuação pró-ativa da VALEC em questões ambientais	AM07 Paralisação das obras por questões ambientais
OP08 Ampliação da atuação do exército nas obras (Melhoria da eficácia)	AM08 Redução do ritmo de execução das obras por ineficiência das contratadas
OP09 Sensibilização dos empregados cedidos para retornarem à VALEC	AM09 Redução da força de trabalho por requisição legal
PE01 Diretoria técnica e alinhada às diretrizes do MINFRA	P001 Redução da força de trabalho
PE02 Qualidade técnica das chefias	P002 Projetos desatualizados e/ou insuficientes
PE03 Rede de assessores atuantes	P003 Falta de capacitação da fiscalização/gestão de contratos
PE04 Existência de empregados altamente qualificados	P004 Processo de pagamento ineficiente (demora)
PE05 Área de meio-ambiente altamente especializada	P005 Processo de aditivo contratual ineficiente (demora)
PE06 Conhecimento técnico diferenciado em acompanhamento de obras ferroviárias	P006 Falta de capacitação em elaboração de projetos de engenharia
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS

Figura 26 – Análise de SWOT

A Tabela 10 apresenta os objetivos estratégicos com o detalhamento de suas metas e indicadores de longo prazo, considerando o horizonte até 2024. Destaca-se que as informações referentes a EPL entre janeiro e setembro de 2022 foram contempladas na apresentação de contas extraordinária conforme o anexo I.

O documento “Planejamento Estratégico Institucional” apresenta em seu anexo as alterações realizadas ao longo ciclo e pode ser acessado pelo link:

<https://portal.valec.gov.br/documentos/governanca/Planejamento-Estrategico-2020-2024-v11.11.pdf>

Objetivos estratégicos	Metas (2020-2024)	Indicadores	Observações
Objetivo 1.1 - Contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviário de carga e de passageiros, assim como a redução do custo logístico no Brasil	1. Concluir 85% da FIOL II até dezembro de 2022	Avanço Físico acumulado da FIOL II	

Objetivos estratégicos	Metas (2020-2024)	Indicadores	Observações
Objetivo 1.1 - Contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviário de carga e de passageiros, assim como a redução do custo logístico no Brasil (cont.)	2. Participar na execução de 02 novos empreendimentos ferroviários até dezembro de 2022	[(Número de laudos aprovados / Número total de laudos dos 30km) x 40] + (Somatório do percentual das ações das ações de governança e de desapropriação para o início da execução da FICO)	Meta paralisada, em atendimento à solicitação do CONSAD em sua 392ª Reunião Ordinária, e desmembrada em três novas metas (10, 11 e 12).
	3. Ter 01 cenário viável para continuidade do empreendimento Nova Transnordestina até dezembro de 2021	Nº de cenários viáveis apresentados	
	4. Ter 100% dos procedimentos de governança implementados nas participações societárias da Valec até dezembro de 2021	Percentual de execução da iniciativa 1.1.4 Implantar um modelo de governança para participações societárias	
	5. Apresentar 01 proposta de fomento para transporte de passageiros até dezembro de 2021	Número de propostas de fomento de transporte de passageiros apresentadas	Meta paralisada por redefinição de mérito, sendo substituída pela meta 1.1.7 permanecendo neste documento a fim de permitir a rastreabilidade da evolução da meta
	6. Garantir 100% da manutenção do trecho FIOL I até assinatura do contrato	Número de km mantidos / Total km FIOL I	Meta paralisada em virtude do leilão da FIOL que dispensa a Valec de responsabilidades estratégicas.
	7. Identificar 6 oportunidades de prestação de serviço de transporte ferroviário de passageiros até dezembro 2022	Percentual de execução da iniciativa 1.1.6 Identificar oportunidades de transporte ferroviário de passageiros	

Objetivos estratégicos	Metas (2020-2024)	Indicadores	Observações
Objetivo 1.1 - Contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviário de carga e de passageiros, assim como a redução do custo logístico no Brasil (cont.)	8. Executar 100% das ações necessárias para equacionar a sua participação societária até dezembro de 2022	[Número de cenários viáveis apresentados x 0,33] + [Número de soluções apresentadas x 0,33] + [Número de propostas apresentadas x 0,33]	
	9. Implantar 80km de superestrutura na FIOI II até dezembro de 2022	Quantidade de Km de superestrutura	
	10. Aprovar 100% dos laudos de desapropriação com vistas à imissão de posse de 50km adicionais da FICO I até dezembro de 2022	(Número de laudos aprovados / Número total de laudos dos novos 50km)	
	11. Cumprir 100% das etapas necessárias para solicitação de Licença de Instalação da FICO II até dezembro de 2022	Percentual das iniciativas de solicitação de licença para a FICO II	
	12. Cumprir 100% das etapas necessárias para solicitação de Licença de Instalação da FIOI III até dezembro de 2022	Percentual das iniciativas para solicitação de licença para a FIOI III	
	13. Realizar 2 seminários a fim de promover maior inserção da Valec nos cenários de investimento cruzado, regimes de autorizações e concessões até dezembro de 2022	Percentual de execução das etapas de realização do evento	
	14. Realizar 1 evento relacionado ao transporte ferroviário de passageiros até dezembro de 2022	Percentual de execução de desenvolvimento do evento	
	15. Implementar 100% do programa de governança das operações ferroviárias até 2024	15.1 {(Percentual da execução da elaboração do manual de gestão e fiscalização) x 0,5} + {(Percentual de execução da	

Objetivos estratégicos	Metas (2020-2024)	Indicadores	Observações
		instrução normativa de gestão e fiscalização) x 0,5} 15.2 {(Percentual da execução da elaboração do manual de inspeção e fiscalização) x 0,5} + {(Percentual de execução do manual de travessias) x 0,5}	
Objetivo 1.2 - Buscar reconhecimento como empresa pública	1. Ampliar o alcance nas redes sociais até dezembro de 2024: Ingressar no Facebook – 40.000 seguidores; Instagram – 40.000 seguidores; e LinkedIn - 30.000 seguidores	Total de seguidores por mídia social	
	2. Participar como convidado protagonista em 12 eventos e/ou seminários por ano	Total acumulado de participação da Valec em eventos como convidado protagonista durante o ano	
	3. Promover 4 eventos presenciais ou online por ano	Total acumulado de eventos promovidos pela Valec, com convidados externos, por ano	
	4. Promover a inserção anual em 05 pautas nas principais mídias especializadas anualmente	Quantidade de pautas nas principais mídias	
	5. (Re)lançar 7 produtos de comunicação até dezembro de 2022	Número de produtos (re)lançados	
	6. Lançar o novo e moderno portal da Valec em maio de 2022	Percentual de execução do desenvolvimento do novo e moderno portal da Valec	
Objetivo 2.1 - Desenvolver produtos/serviços visando geração de receitas e	1. Atingir o faturamento de R\$17 milhões de receita operacional a partir de junho de 2020 até dezembro de 2022	Receita operacional anual bruta em regime de competência	

Objetivos estratégicos	Metas (2020-2024)	Indicadores	Observações
fomentar pesquisa de mercado na área logística	2. Lançar 9 novos produtos para o mercado até dezembro de 2024	Somatório de produtos lançados	
	3. Realizar 5 novas concessões ou renovações de uso de terminais até dezembro de 2022	Delegação de terminais de carga – RVADTC	
	4. Pesquisar 4 segmentos de mercado até dezembro de 2021	Percentual de execução da iniciativa 2.1.7 Mapear e realizar pesquisa nichos de mercado de interesse da Valec	
	5. Promover 05 benchmarkings de mercado até dezembro de 2021	Nº de benchmarkings realizados	
Objetivo 2.1 - Desenvolver produtos/serviços visando geração de receitas e fomentar pesquisa de mercado na área logística (cont.)	6. Implantar 100% do Documento de Transporte Eletrônico (DTE) até junho de 2022	% de execução do projeto	A meta 2.1.6 foi paralisada tendo em vista a orientação do MInfra de que o projeto seja conduzido pelo SERPRO
	7.2 Celebrar 9 contratos ou parcerias comerciais até dezembro de 2024	Número de contratos comerciais celebrados	
	8. Realizar 2 análises de mercado por vocação de carga até dezembro de 2022	Somatório do percentual de execução das análises	Meta paralisada por se transformar em iniciaiva da meta 2.1.7.2
	9. Prospectar 90 clientes no segmento de mercado prioritárias para Valec até dezembro de 2024	Número de clientes prospectados	Meta paralisada por se transformar em iniciaiva da meta 2.1.7.2
	10. Realizar até dezembro de 2024, 6 análises de mercado para apoiar a captação comercial da Valec	Número de análises de mercado realizadas	Meta paralisada por se transformar em iniciaiva da meta 2.1.7.2

Objetivos estratégicos	Metas (2020-2024)	Indicadores	Observações
Objetivo 2.2 - Promover melhoria contínua em estudos, projetos e obras para o sistema ferroviário	1. Firmar 05 parcerias com instituições renomadas para cooperação técnica e internalização de conhecimento até setembro de 2022	Total acumulado de parcerias firmadas com instituições renomadas a partir de julho de 2020	
	2. Modernizar 100% dos normativos até 2024	$[(\text{Número de normativos revisados} / \text{Número de normativos a serem revisados no ano} = 25) \times 0,25] + [(\text{Percentual das etapas de elaboração de inventário GHG}) \times 0,25] +$	
Objetivo 2.2 - Promover melhoria contínua em estudos, projetos e obras para o sistema ferroviário (cont.)	2. Modernizar 100% dos normativos até 2024 (cont.)	$[(\text{Percentual das etapas de publicação de livro}) \times 0,25] + [(\text{Percentual das etapas de contratação de consultoria especializada para apoio para revisão de normativos técnicos}) \times 0,25]$	
	3. 100% dos empreendimentos gerenciados em metodologia BIM até dezembro de 2024	$[(\text{Percentual das etapas de elaboração do BIM Mandate}) \times 0,4] + [(\text{Percentual das etapas de elaboração do sistema de gestão}) \times 0,6]$	
	4. 100% dos analistas/técnicos que atuam com BIM capacitados até dezembro de 2021	Nº analistas capacitados em BIM / Número de engenheiros em exercício na Valec	
	5. Implantar Portal Corporativo de Banco de Conhecimento até julho de 2022	Percentual de estruturação do Portal Corporativo de Banco de Conhecimento	
	Objetivo 2.3 - Otimizar a gestão de custos e gastos	1. Preservar o orçamento tal qual como na PLOA	LOA atual + Emendas / PLOA
	2. Reduzir despesa de custeio em R\$ 6 milhões (anualizados), com base de	\sum Projeção Inicial mensalizada - \sum Execução financeira mensal. Sendo \sum	

Objetivos estratégicos	Metas (2020-2024)	Indicadores	Observações
	comparação do orçamento de 2019, até março de 2021	Projeção Inicial mensalizada = [(Executado de jan/20 a mai/20) / 5] x N° meses	
	3. Reduzir nível de dependência da Valec para 80% do OGU até dezembro de 2024	(Despesas totais – Receitas totais) / Despesas Totais	
	4. Manter o crescimento da despesa abaixo da inflação (IPCA) até dezembro de 2024	Somatório da despesa mensal	
	5. Desligar 40% do público-elegível ao PDV até dezembro de 2022	Empregados desligados GEIPOT+RFFSA+Valec 2007 / Público elegível de 267 pessoas	
Objetivo 2.3 - Otimizar a gestão de custos e gastos (cont.)	6. Desligar 20 empregados que não estejam aderentes às atividades desempenhadas pela Valec até dezembro de 2022	Número de empregados desligados	
	7. Reduzir em R\$ 1 milhão (anualizado) o total da despesa de custeio realizada em 2022 em comparação às despesas de mesma natureza em 2021	RVADAF = {[(Despesa de Custeio em 2021) x (1+IPCA/DEZ 22)] – (Despesa de Custeio em 2022)} / R\$1.000.000,00	
	8. Executar 5% a mais que a média dos percentuais de execução dos últimos 5 anos até dezembro de 2022	(Executado Acumulado / (LOA Atualizada - Descentralizado + RAP Inscrito - RAP Cancelado - RAP Bloqueado)) / (67%)	
	9. Estruturar em 100% a Tesouraria da Valec até dezembro de 2022	Média aritmética do percentual alcançado nas iniciativas	
	Objetivo 3.1 - Modernizar a infraestrutura de TI, visando	1. Assegurar a disponibilidade da Infraestrutura dos serviços de TIC em 99,97% até dezembro de 2021	Tempo de rede disponível

Objetivos estratégicos	Metas (2020-2024)	Indicadores	Observações
utilizá-la como instrumento de inovação para tomada de decisão	2. Executar 100% do PDTI vigente	Percentual global de execução dos projetos do PDTI para o exercício	
	3. Renovar 100% do parque tecnológico até dezembro de 2024	Total de ativos de TI atualizados / Total de ativos de TI	A meta foi acompanhada até o final de 2021, sendo descontinuada para o ano de 2022
	4. Manter no mínimo 20% disponível de reserva de espaço em disco	Percentual de reserva de espaço em disco	
	5. Implantar 100% do Documento de Transporte Eletrônico (DTE) até junho de 2022	Percentual de execução do projeto	A meta foi designada para o SERPRO e não será mais gerenciada, apenas apoiada, pela Valec
	6. Implantar 100% das práticas de governança de TI da Resolução 11/2016 CGPAR aplicáveis à Valec até dezembro de 2024	Número de práticas em situação regular / Número total de práticas de governança de TI previstas na Resolução CGPAR nº 11/2016	A meta foi paralisada no Objetivo 3.1 e transferida para o Objetivo 3.4.
	Objetivo 3.1 - Modernizar a infraestrutura de TI, visando utilizá-la como instrumento de inovação para tomada de decisão (cont.)	7. Elaborar 100% do PETIC 2022-2024	Percentual de elaboração do PETIC 2022-2024

Objetivos estratégicos	Metas (2020-2024)	Indicadores	Observações
	8. Elaborar 100% do PDTIC 2022-2024	Percentual de desempenho do PDTIC 2022-2024	Meta paralisada tendo em vista que, uma vez que o documento foi elaborado, não há mais o que acompanhar em relação à elaboração. Essa meta foi considerada inadequada e foi elencada como iniciativa da Meta "Implantar práticas de governança de TI", no Objetivo 3.4.
	9. Executar 100% do PDTIC 2022-2024 até dezembro de 2024	$IE = (NAE + NAP \times (P)) / (NTA - NAC)$	
	10. Alcançar a execução de no mínimo 50% do Projeto de Migração para nuvem	Percentual de execução do Projeto de migração para Nuvem	Meta paralisada, pois, a contratação relacionada à migração para nuvem está prevista no PDTIC.
	11. Manter a disponibilidade da Infraestrutura de redes e sistemas superior à 95%	Percentual da disponibilidade de rede e sistemas de TIC	
Objetivo 3.1 - Modernizar a infraestrutura de TI, visando utilizá-la como instrumento de inovação para tomada de decisão (cont.)	12. Integrar 100% dos sistemas elegíveis até dezembro de 2024	Sistemas integrados / Total de Sistemas elegíveis para integração	
	13. Manter 75% do parque tecnológico atualizado até dezembro de 2024	Total de ativos de TI dos usuários atualizados / Total de ativos de TI dos usuários	
Objetivo 3.2 - Desenvolver, valorizar e atrair talentos	1. Capacitar 75% dos empregados anualmente.	Nº Empregados capacitados / Total Empregados	
	2. Capacitar 100% gestores anualmente.	Nº Gestores capacitados / Total Gestores	

Objetivos estratégicos	Metas (2020-2024)	Indicadores	Observações
	3. Atingir 80% de satisfação com o clima organizacional da Valec até dezembro de 2022	Média do percentual de satisfação dos funcionários	
	4. Prover 50% dos cargos gerenciais vagos (por escolha da diretoria) da Valec por meio de processos seletivos até dezembro de 2024	Nº processos seletivos / Total cargos gerenciais vagos na Valec	
	5. Revisar 100% dos normativos de gestão de pessoas da Valec até dezembro de 2024	Número de normativos atualizados / Número total de normativos de gestão de pessoas	
Objetivo 3.3 - Modernizar e simplificar processos e instituir cultura de gestão de resultados	1. (Re)desenhar 2 processos por Diretoria anualmente conforme lista de processos prioritizados	$[(\text{Percentual dos processos redesenhados PRESI}) \times 0,25] + [(\text{Percentual dos processos redesenhados DIRAF}) \times 0,25] + [(\text{Percentual dos processos redesenhados DIREM}) \times 0,25] + [(\text{Percentual dos processos redesenhados DINEG}) \times 0,25]$	
Objetivo 3.3 - Modernizar e simplificar processos e instituir cultura de gestão de resultados (cont.)	2. Implantar 100% da gestão de riscos a partir dos principais riscos identificados até março de 2022	Número de eventos de riscos com o primeiro ciclo do processo de gestão de riscos concluído / Número de Riscos Identificados	
	3. Tornar público as informações sobre metas, indicadores, projetos e riscos estratégicos até julho de 2021	$(\text{Percentual de Metas e Indicadores disponibilizados}) + (\text{Percentual de Iniciativas disponibilizadas}) + (\text{Percentual de Riscos disponibilizados}) / 3$	A meta não estava clara sobre o objetivo de transparência dessa divulgação, se era para público interno ou externo. Por isso, optouse por uma meta que refletisse a transparência, considerando boas práticas, como o Grau de

Objetivos estratégicos	Metas (2020-2024)	Indicadores	Observações
			Transparência Ativa da CGU. Meta substituída pela nova meta 3.3.4, permanecendo neste documento a fim de permitir a rastreabilidade da meta.
	4. Alcançar 100% de transparência ativa conforme as dimensões do Grau de Transparência Ativa (GTA)	Dimensões do GTA atendidas / Total de dimensões do GTA	
	5. Implantar a gestão dos controles internos a partir dos principais riscos identificados até dezembro de 2022	Número de riscos com a gestão dos controles internos realizada / Número de principais riscos identificados	
Objetivo 3.4 - Fortalecer a integridade, confiabilidade, transparência e promover ações de melhoria de gestão de riscos e de controles internos	1. Atender 100% do passivo existente em novembro de 2021 até dezembro de 2022	(Ações unitárias executadas x 2) + (Conclusão de todas ações previstas para um apontamento/ atendimento/entregas x 8) + (Rejeições ocorridas x -8)	
	2. Indicador de Governança do Sest – IG-Sest (Un) RVAIGSest no valor de 9,10 em 2022	Nota do IG-Sest	
Objetivo 3.4 - Fortalecer a integridade, confiabilidade, transparência e promover ações de melhoria de gestão de riscos e de controles internos (cont.)	3. Ter no máximo duas dimensões com fragilidade intermediária e quatro dimensões com fragilidade baixa no Índice de Fragilidade de Controles até dez 2021 (mediante autoavaliação)	Dimensões do Índice de Fragilidade de Controles	Indicador sobre índice de fragilidade interrompido pelo Tribunal de Contas da União
	4. Ter 70% dos itens do IGG-TCU avaliados como atendidos	Quantidade de itens dados como atendidos / Total de itens no questionário	
	5. Atender 100% da Resolução 4/2020 da DIREX até dezembro de 2021	Nº de Editais Publicados / Nº Total de Editais Propostos na Resolução	

Objetivos estratégicos	Metas (2020-2024)	Indicadores	Observações
	6. Avaliar 100% da execução das ações do Plano de Integridade, anualmente	Quantidade de ações cumpridas / Total de ações do Plano de Integridade	
	7. Indicador de Conformidade do Sest – ICSEst (un) RVAICSEst no valor 834 pontos em 2022 Quantidade de pontos	Quantidade de pontos	
	8. Implementar 100% do Comitê da Infra S.A. até maio de 2022	Percentual de execução das ações de implantação do Comitê da Infra S.A.	As medidas para a incorporação da EPL pela Valec estão sendo conduzidas em conjunto com a EPL e a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP/MINFRA). Portanto, não serão abordadas exclusivamente pela Valec, caracterizando perda do objeto desta meta.
	9. Implantar 100% das práticas de governança de TI da Resolução 11/2016 CGPAR aplicáveis à Valec até dezembro de 2024	Número de práticas em situação regular / Número total de práticas de governança de TI previstas na Resolução CGPAR nº 11/2016	
	10. Alcançar 100% de publicação dos dados abertos elegíveis até dezembro de 2024	Bases de dados disponibilizadas / Bases de dados elegíveis para disponibilização aberta no Plano de Dados Abertos	

Tabela 11 – Quadro-resumo do PEI 2020-2024

Paralisação de metas

3.3. Plano de curto prazo – ano 2022

O plano de curto prazo da Infra S.A. é organizado a partir do Plano de Negócios. Esse Plano mostra quanto a Empresa pretende caminhar em relação ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2020-2024. Para isso, metas e iniciativas do Plano de Negócio possuem códigos que fazem referência às metas e às iniciativas do PEI. Os resultados obtidos em relação às metas e iniciativas de 2022 constam no Capítulo 4.1.

A última versão do Plano de Negócio 2022 está disponível em:

https://portal.valec.gov.br/documentos/governanca/Plano_de_Negocios_Setembro_2022.pdf

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
Objetivo 1.1 - Contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviário de carga e de passageiros, assim como a redução do custo logístico no Brasil	1. Concluir 85% da FIOL II até dezembro de 2022	1. Concluir 65% da FIOL II até dezembro de 2022	1. Controlar a execução contratual da FIOL II	
	2. Participar na execução de 02 novos empreendimentos ferroviários até dezembro de 2022	2.1. Iniciar a execução da FICO		Meta paralisada, em atendimento à solicitação do CONSAD em sua 392ª Reunião Ordinária, e desmembrada em três novas metas (10, 11 e 12).
		2.2. Finalizar os procedimentos no âmbito da Valec para imissão na posse dos 30 km iniciais da FICO até o final de dezembro de 2021		
	3. Ter 01 cenário viável para continuidade do empreendimento Nova Transnordestina até dezembro de 2021	-	-	Meta concluída em 2021
4. Ter 100% dos procedimentos de governança implementados nas participações societárias da Valec até dezembro de 2021	-	-	Meta concluída em 2021	
Objetivo 1.1 - Contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviário de	5. Apresentar 01 proposta de fomento para transporte de passageiros até dezembro de 2021	5. Apresentar 01 proposta de fomento para transporte de passageiros até dez 2021		A meta 1.1.5 foi paralisada por redefinição de mérito, sendo substituída pela meta 1.1.7.

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
carga e de passageiros, assim como a redução do custo logístico no Brasil (cont.)	6. Garantir 100% da manutenção do trecho FIOL I até assinatura do contrato	6. Publicar Edital de Licitação / Iniciar a execução do contrato / 100% de km mantidos		A meta 1.1.6 fica suspensa em virtude do leilão da FIOL que dispensa a Valec de responsabilidades estratégicas. Ressalta-se que essa meta, no que tange ao ano de 2021, foi concluída antes da sua paralisação no período do PEI 2020-2024
	7. Identificar 6 oportunidades de prestação de serviço de transporte ferroviário de passageiros até dezembro 2022	-	-	Meta concluída em 2021
	8. Executar 100% das ações necessárias para equacionar a sua participação societária até dezembro de 2022	8 Executar 100% das ações necessárias para equacionar a sua participação societária até dezembro de 2022	8. Equacionar a participação societária até dezembro de 2022	
Objetivo 1.1 - Contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviário de carga e de passageiros,	9. Implantar 80km de superestrutura na FIOL II até dezembro de 2022	9. Implantar 80km de superestrutura na FIOL II até dezembro de 2022	16. Implantar superestrutura na FIOL II	
	10. Aprovar 100% dos laudos de desapropriação com vistas à	10. Aprovar 100% dos laudos de desapropriação de	5. Aprovar os laudos de desapropriação de	

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
assim como a redução do custo logístico no Brasil (cont.)	imissão de posse de 50km adicionais da FICO I até dezembro de 2022	50km adicionais da FICO I em 2022	50km adicionais da FICO	
	11. Cumprir 100% das etapas necessárias para solicitação de Licença de Instalação da FICO II até dezembro de 2022	11. Cumprir 100% das etapas necessárias para solicitação de Licença de Instalação da FICO II em 2022	9. Requerer Licença Ambiental da FICO II até dezembro de 2022	
	12. Cumprir 100% das etapas necessárias para solicitação de Licença de Instalação da FIOI III até dezembro de 2022	12. Cumprir 100% das etapas necessárias para solicitação de Licença de Instalação da FIOI III em 2022	10. Requerer Licença Ambiental da FIOI III até dezembro de 2022	
	13. Realizar 2 seminários a fim de promover maior inserção da Valec nos cenários de investimento cruzado, regimes de autorizações e concessões até dezembro de 2022	13. Realizar 2 seminários a fim de promover maior inserção da Valec nos cenários de investimento cruzado, regimes de autorizações e concessões até dezembro de 2022	11. Estruturar eventos para maior inserção da Infra nas discussões das políticas públicas relacionadas à sua função social, a exemplo da FICO II e FIOI III, até dezembro de 2022	
Objetivo 1.1 - Contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviário de	14. Realizar 1 evento relacionado ao transporte ferroviário de passageiros até dezembro de 2022	14. Realizar 1 evento relacionado ao transporte ferroviário de passageiros até dezembro de 2022	12. Realizar evento relacionado ao transporte ferroviário de passageiros até dezembro de 2022	

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
carga e de passageiros, assim como a redução do custo logístico no Brasil (cont.)	15. Implementar 100% do programa de governança das operações ferroviárias até 2024	15.1 Implementar 100% dos mecanismos de governança relacionados à gestão de terminais logísticos de cargas até dezembro de 2022	1.1.13 Elaborar manual de gestão e fiscalização de contratos de terminais logísticos de cargas 1.1.14 Elaborar Manual e uma instrução normativa relacionadas à gestão e fiscalização contratual	
		15.2 Implementar 100% dos mecanismos de governança relacionados às subconcessões ferroviárias até dezembro de 2022.	1.1.15 Elaborar instrução normativa relacionada ao manual de inspeção e a execução do manual de travessias	
Objetivo 1.2 - Buscar reconhecimento como empresa pública	1. Ampliar o alcance nas redes sociais até dezembro de 2024: Ingressar no Facebook – Instagram – 40.000 seguidores; Twitter: 40.000 seguidores; e LinkedIn - 30.000 seguidores	1. Ampliar o alcance nas redes sociais até dez/2022: Instagram: 12.000 seguidores; Twitter: 12.000 seguidores; e LinkedIn: 15.000 seguidores	7. Aumentar o engajamento dos seguidores de todas as plataformas digitais até dezembro de 2022	
Objetivo 1.2 - Buscar reconhecimento como empresa pública (cont.)	2. Participar como convidado protagonista em 12 eventos e/ou seminários por ano	2. Participar como convidado protagonista em 12 eventos e/ou seminários	10. Identificar oportunidades de evento que a Infra possa participar (a partir do 1º trimestre	

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
			até o fechamento do 4º trimestre)	
	3. Promover 4 eventos presenciais ou online por ano	3. Promover 4 eventos presenciais ou online em 2022	9. Promover 1 evento de entregas Ferroviárias, em parceria com o MInfra e o Governo Federal até julho de 2022 11. Definir agenda de eventos até abril do ano vigente	
	4. Promover a inserção anual em 05 pautas nas principais mídias especializadas anualmente	4. Promover a inserção anual em 5 pautas nas principais mídias especializadas anualmente	8. Identificar oportunidades de incluir pautas positivas da Infra nas principais mídias especializadas (a partir do 1º trimestre até o fechamento do 4º trimestre)	
	5. (Re)lançar 7 produtos de comunicação até dezembro de 2022	5. (Re)lançar 7 produtos de comunicação até dezembro de 2022	6. Modernizar produtos de comunicação lançados em 2021 até dezembro de 2022	
	6. Lançar o novo e moderno portal da Valec em maio de 2022	6. Lançar o novo e moderno portal da Valec em maio de 2022	12. Realizar ações para lançar o novo e moderno portal da Infra até dezembro de 2022	
Objetivo 2.1 - Desenvolver produtos/ serviços	1. Atingir o faturamento de R\$17 milhões de receita operacional	-	-	Meta concluída em 2021

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
visando geração de receitas e fomentar pesquisa de mercado na área logística	a partir de junho de 2020 até dezembro de 2022			
	2. Lançar 9 novos produtos para o mercado até dezembro de 2024	2. Lançar 3 novos produtos para o mercado até dezembro de 2022	2. Estruturar produtos comerciais até dezembro de 2022	As comparações “De” “Para” da iniciativa 2.1.2 está no Anexo do Plano de Negócios 2021, disponível em: https://www.valec.gov.br/documentos/governanca/Plano_de_%20Negocios_2021_Agosto_2021-v3.3.pdf
	3. Realizar 5 novas concessões ou renovações de uso de terminais até dezembro de 2022	3. Realizar 5 novas concessões ou renovações de uso de terminais até dezembro de 2022	6. Promover a delegação de terminais ou áreas	
	4. Pesquisar 4 segmentos de mercado até dezembro de 2021	-	-	Meta concluída em 2021
	5. Promover 05 benchmarkings de mercado até dezembro de 2021	-	-	Meta concluída em 2021
	6. Implantar 100% do Documento de Transporte Eletrônico (DTE) até junho de 2022	-	-	Meta paralisada, pois a operação do DTE ficou sob responsabilidade do SERPRO
Objetivo 2.1 - Desenvolver produtos/ serviços	7.2 Celebrar 9 contratos ou parcerias	7.1 Formalizar 4 propostas comerciais para autorizatárias até dezembro de 2022		Meta paralisada com o objetivo de transformá-la em

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
visando geração de receitas e fomentar pesquisa de mercado na área logística (cont.)	comerciais até dezembro de 2024			iniciativas da meta 2.1.7.2
		7.2 Celebrar 2 contratos comerciais com autorizatárias até dezembro de 2022	<p>12. Realizar 2 análises de mercado para apoiar captação comercial da Infra até dezembro de 2022</p> <p>13. Prospectar 30 clientes nos segmentos de autorizações ferroviárias e terminais logísticos de cargas até dezembro de 2022</p> <p>14. Formalizar 4 propostas comerciais para autorizatárias até dezembro de 2022</p> <p>15. Validar, assinar e publicar extrato do contrato comercial até dezembro de 2022</p>	
	8. Realizar 2 análises de mercado por vocação de carga até dezembro de 2022	8. Realizar 2 análises de mercado por vocação de carga até dezembro de 2022 (cada análise terá 50% de peso)	-	Meta paralisada, pois apresenta o mesmo objetivo da meta 2.1.10.
Objetivo 2.1 - Desenvolver produtos/	9. Prospectar 90 clientes no segmento de	9. Prospectar 30 clientes nos segmentos de autorizações	-	Meta paralisada com o objetivo de transformá-la em

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
serviços visando geração de receitas e fomentar pesquisa de mercado na área logística (cont.)	mercado prioritárias para Valec até dezembro de 2024	ferroviárias e terminais logísticos de cargas até dezembro de 2022		iniciativas da meta 2.1.7.2
	10. Realizar até dezembro de 2024, 6 análises de mercado para apoiar a captação comercial da Valec	10. Realizar 2 análises de mercado para apoiar a captação comercial da Valec até dezembro de 2022	-	Meta paralisada com o objetivo de transformá-la em iniciativas da meta 2.1.7.2
Objetivo 2.2 - Promover melhoria contínua em estudos, projetos e obras para o sistema ferroviário	1. Firmar 05 parcerias com instituições renomadas para cooperação técnica e internalização de conhecimento até setembro de 2022	1. Firmar 5 parcerias com instituições renomadas para cooperação técnica e internalização de conhecimento até setembro de 2022	9. Firmar parcerias com instituições renomadas para cooperação técnica e internalização de conhecimento até setembro de 2022	
	2. Modernizar 100% dos normativos até 2024	2. Modernizar 100% dos normativos até 2024 a) Revisão de 25 normativos técnicos com apoio da ABNT (25%) b) Elaborar 1 Inventário de Emissões de GEEs (25%) c) Publicar 1 livro técnico (25%) d) Contratar consultoria/entidade especializada para apoio na revisão dos normativos técnicos (25%)	3. Projeto de Modernização e Revisão Técnicos, ações 2022	
Objetivo 2.2 - Promover melhoria contínua em	3. 100% dos empreendimentos gerenciados em metodologia BIM	a) Finalizar a elaboração do Plano de Execução BIM (BIM	5. Implantar sistema de gerenciamento de empreendimento em BIM	

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
estudos, projetos e obras para o sistema ferroviário (cont.)	até dezembro de 2024	Mandate) da Valec (40%) b) Finalizar 100% das etapas de desenvolvimento do sistema de gestão ambiental e territorial da FICO (60%)		
	4. 100% dos analistas/técnicos que atuam com BIM capacitados até dezembro de 2021	-	-	Meta concluída em 2021
	5. Implantar Portal Corporativo de Banco de Conhecimento até julho de 2022	Implantar Portal Corporativo de Banco de Conhecimento até julho de 2022	1. Implantar Portal Corporativo de Banco de Conhecimento até julho de 2022	
Objetivo 2.3 - Otimizar a gestão de custos e gastos	1. Preservar o orçamento tal qual como na PLOA	1. Preservar o orçamento tal qual como na PLOA 2022	6. Definir e implementar estratégia orçamentária no Congresso Nacional até dezembro de 2022	
	2. Reduzir despesa de custeio em R\$ 6 milhões (anualizados), com base de comparação do orçamento de 2019, até março de 2021	-	-	Meta concluída em 2021
Objetivo 2.3 - Otimizar a gestão de	3. Reduzir nível de dependência da Valec para 80% do	3. Reduzir nível de dependência da Valec	2.1.2 Estruturar produtos comerciais	

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
custos e gastos (cont.)	OGU até dezembro de 2024	para 90% até dezembro de 2022	até dezembro de 2022 2.1.6 Promover a delegação de terminais ou áreas 2.1.15 Elaborar, validar, assinar e publicar extrato do contrato comercial até dezembro de 2022 2.3.8 Implantar programa de desligamento voluntário 2022 até dezembro de 2022 2.3.9 Implantar a readequação da força de trabalho com desligamento de empregados com desempenho de atividades não aderentes ao plano de negócios da empresa	
	4. Manter o crescimento da despesa abaixo da inflação (IPCA) até dezembro de 2024	4. Manter a despesa mensal de funcionamento em até R\$ 1,1 milhão (sem gasto de TI) até dezembro de 2022	7. Desenvolver painéis de acompanhamento e ambiente de monitoramento no COO até março de 2022	
	5. Desligar 40% do público-elegível ao PDV até dezembro de 2022	5. Desligar 40% do público-elegível ao PDV até dezembro de 2022	8. Implantar programa de desligamento voluntário 2022 até dezembro de 2022	
Objetivo 2.3 - Otimizar a	6. Desligar 20 empregados que	6. Desligar 20 empregados que não	9. Implantar a readequação da	

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
gestão de custos e gastos (cont.)	não estejam aderentes às atividades desempenhadas pela Valec até dezembro de 2022	estejam aderentes às atividades desempenhadas pela Valec até dezembro de 2022	força de trabalho com desligamento de empregados com desempenho de atividades não aderentes ao plano de negócios da empresa	
	7. Reduzir em R\$ 1 milhão (anualizado) o total da despesa de custeio realizada em 2022 em comparação às despesas de mesma natureza em 2021	7. Reduzir em R\$ 1 milhão (anualizado) o total da despesa de custeio realizada em 2022 em comparação às despesas de mesma natureza em 2021	11. Realizar ações contínuas para a redução da despesa de custeio realizada em 2022 em comparação às despesas de mesma natureza em 2021	
	8. Executar 5% a mais que a média dos percentuais de execução dos últimos 5 anos até dezembro de 2022	8. Executar 5% a mais que a média dos percentuais de execução dos últimos 5 anos até dezembro de 2022	1.1.1 Controlar a execução contratual da FIOI II, ações 2022	
	9. Estruturar em 100% a Tesouraria da Valec até dezembro de 2022	9. Estruturar em 100% a Tesouraria da Valec até dezembro de 2022	10. Realizar ações para estruturação da Tesouraria da Infra até dezembro de 2022	
Objetivo 3.1 - Modernizar a infraestrutura de TI, visando utilizá-la como instrumento de inovação para tomada de decisão	1. Assegurar a disponibilidade da Infraestrutura dos serviços de TIC em 99,97% até dezembro de 2021	-	-	Meta concluída em 2021
Objetivo 3.1 - Modernizar a	2. Executar 100% do PDTI vigente	-	-	Meta concluída em 2021

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
infraestrutura de TI, visando utilizá-la como instrumento de inovação para tomada de decisão (cont.)	3. Renovar 100% do parque tecnológico até dezembro de 2024	-	-	A meta foi acompanhada até o final de 2021, sendo descontinuada para o ano de 2022
	4. Manter no mínimo 20% disponível de reserva de espaço em disco	-	-	Meta concluída em 2021
	5. Implantar 100% do Documento de Transporte Eletrônico (DTE) até junho de 2022	5. Realizar operação assistida do Documento de Transporte Eletrônico até dezembro de 2021	-	A meta foi designada para o SERPRO e não será mais gerenciada, apenas apoiada, pela Valec
	6. Implantar 100% das práticas de governança de TI da Resolução 11/2016 CGPAR aplicáveis à Valec até dezembro de 2024	6. Implantar 80% das práticas de governança de TI da Resolução 11/2016-CGPAR aplicáveis à Valec até dezembro de 2022	-	A meta foi paralisada no Objetivo 3.1 e transferida para o Objetivo 3.4.
	7. Elaborar 100% do PETIC 2022-2024	7. Elaborar 100% do PETIC 2022-2024 até fevereiro de 2022	-	Meta paralisada tendo em vista que, uma vez que o documento foi elaborado, não há mais o que acompanhar em relação à elaboração. Essa meta foi considerada inadequada e foi elencada como iniciativa da Meta "Implantar práticas de governança de TI", no Objetivo 3.4.
Objetivo 3.1 - Modernizar a infraestrutura de	8. Elaborar 100% do PDTIC 2022-2024	8. Elaborar 100% do PDTIC 2022-2024 até fevereiro	-	Meta paralisada tendo em vista que, uma vez que o

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
TI, visando utilizá-la como instrumento de inovação para tomada de decisão (cont.)				documento foi elaborado, não há mais o que acompanhar em relação à elaboração. Essa meta foi considerada inadequada e foi elencada como iniciativa da Meta "Implantar práticas de governança de TI", no Objetivo 3.4.
	9. Executar 100% do PDTIC 2022-2024 até dezembro de 2024	9. Executar 30% das ações previstas no PDTIC 20222024 até dezembro de 2022	12. Coordenar e acompanhar a execução do PDTIC e dos planos de trabalho anuais até dezembro de 2024	
	10. Alcançar a execução de no mínimo 50% do Projeto de Migração para nuvem	10. Prover ambiente computacional em Nuvem de no mínimo 35% até dezembro 2022		Meta paralisada, pois, a contratação relacionada à migração para nuvem está prevista no PDTIC.
	11. Manter a disponibilidade da Infraestrutura de redes e sistemas superior à 95%	11. Manter a disponibilidade da Infraestrutura de redes e sistemas superior à 95%	13. Prover a infraestrutura tecnológica requerida para garantir a disponibilidade dos serviços até dezembro de 2024	
Objetivo 3.1 - Modernizar a infraestrutura de TI, visando	12. Integrar 100% dos sistemas elegíveis até dezembro de 2024	12. Integrar 35% dos sistemas elegíveis até dezembro de 2022	5. Promover a integração de todos os sistemas elegíveis e ampliar a	

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
utilizá-la como instrumento de inovação para tomada de decisão (cont.)			interoperabilidade até dezembro de 2024	
	13. Manter 75% do parque tecnológico atualizado até dezembro de 2024	13. Manter 75% do parque tecnológico atualizado até dezembro de 2024	11. Modernizar segunda fase de modernização da sala gestão e do auditório até abril de 2022 14. Prover desktops de alto desempenho e outros equipamentos até dezembro de 2022	
Objetivo 3.2 - Desenvolver, valorizar e atrair talentos	1. Capacitar % dos empregados anualmente.	1. Capacitar 75% dos empregados anualmente ¹	10. Implantar certificação de agentes até junho 2022	
	2. Capacitar 100% gestores anualmente.	2. Capacitar 100% dos gestores anualmente	13.1. Realizar Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) até dezembro de 2022 13.2 Realizar a capacitação dos Conselheiros e Membros da Diretoria Executiva até dezembro de 2022	
Objetivo 3.2 - Desenvolver,	3. Atingir 80% de satisfação com o clima	1. Atingir 40% de satisfação com o clima organizacional até julho	-	Acredita-se que houve erro material na criação da meta

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
valorizar e atrair talentos (cont.)	organizacional da Valec até dezembro de 2022	de 2022 (PARALISADO EM 2022)		
		2. Atingir 80% de satisfação com o clima organizacional até dezembro de 2022	12. Realizar 2 pesquisas de clima organizacional até dezembro de 2022 14 Realizar 6 ações relacionadas à QVT até dezembro de 2022	
		4. Prover 50% dos cargos gerenciais vagos (por escolha da diretoria) da Valec por meio de processos seletivos até dezembro de 2024	4. Realizar, no mínimo, 1 processo seletivo por quadrimestre em 2022	15. Realizar, no mínimo, 1 processo seletivo por quadrimestre em 2022
	5. Revisar 100% dos normativos de gestão de pessoas da Valec até dezembro de 2024	5. Revisar e promover a atualização de, no mínimo, 4 normativos de gestão de pessoas em 2022	4. Propor atualização do PCS até março de 2022 11. Revisar os normativos de Gestão de Pessoas	
Objetivo 3.3 - Modernizar e simplificar processos e instituir cultura de gestão de resultados	1. (Re)desenhar 2 processos por Diretoria anualmente conforme lista de processos prioritizados	1. (Re)desenhar 2 processos por Diretoria até dezembro de 2022	3. (Re)desenhar todos os processos-chave até dezembro 2022	

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
Objetivo 3.3 - Modernizar e simplificar processos e instituir cultura de gestão de resultados (cont.)	2. Implantar 100% da gestão de riscos a partir dos principais riscos identificados até março de 2022	2. Implantar 100% da gestão de risco a partir dos principais riscos identificados até março de 2022	4. Implementar avaliação do Grau de Transparência Ativa (GTA) na Infra até dezembro de 2022	
	3. Tornar público as informações sobre metas, indicadores, projetos e riscos estratégicos até julho de 2021	-	-	A meta não estava clara sobre o objetivo de transparência dessa divulgação, se era para público interno ou externo. Por isso, optouse por uma meta que refletisse a transparência, considerando boas práticas, como o Grau de Transparência Ativa da CGU. Meta substituída pela nova meta 3.3.4, permanecendo neste documento a fim de permitir a rastreabilidade da meta.
	4. Alcançar 100% de transparência ativa conforme as dimensões do Grau de Transparência Ativa (GTA)	4. Alcançar 100% de transparência ativa conforme as dimensões do Grau de Transparência Ativa (GTA) até dezembro de 2022	4. Implementar avaliação do Grau de Transparência Ativa (GTA) na Infra até dezembro de 2022	

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
Objetivo 3.3 - Modernizar e simplificar processos e instituir cultura de gestão de resultados (cont.)	5. Implantar a gestão dos controles internos a partir dos principais riscos identificados até dezembro de 2022	5. Implantar a gestão dos controles internos a partir dos principais riscos identificados até dezembro de 2022	6. Analisar e avaliar os controles internos até dezembro de 2022	
Objetivo 3.4 - Fortalecer a integridade, confiabilidade, transparência e promover ações de melhoria de gestão de riscos e de controles internos	1. Atender 100% do passivo existente em novembro de 2021 até dezembro de 2022	1. Atender 100% do passivo existente em novembro de 2021 até dezembro de 2022	12. Monitorar e controlar as ações referentes aos passivos mensalmente	
	2. Indicador de Governança do Sest – IG-Sest (Un) RVAIGSest no valor de 9,10 em 2022	2. Alcançar nota 9,10 no IG-Sest	8. Coordenar o preenchimento do formulário e coleta de evidências do IG-SEST em 2022	
	3. Ter no máximo duas dimensões com fragilidade intermediária e quatro dimensões com fragilidade baixa no Índice de Fragilidade de Controles até dez 2021 (mediante autoavaliação)	-	-	Indicador sobre índice de fragilidade interrompido pelo Tribunal de Contas da União
	4. Ter 70% dos itens do IGG-TCU avaliados como atendidos	4. Ter 70% dos itens do IGG-TCU avaliados como atendidos	9. Coordenar a simulação do preenchimento do formulário e coleta de evidências do IGG-TCU no ano de levantamento 2022	

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
Objetivo 3.4 - Fortalecer a integridade, confiabilidade, transparência e promover ações de melhoria de gestão de riscos e de controles internos (cont.)	5. Atender 100% da Resolução 4/2020 da DIREX até dezembro de 2021	-	-	Meta concluída em 2021
	6. Avaliar 100% da execução das ações do Plano de Integridade, anualmente	6. Avaliar 100% da execução das ações do Plano de Integridade, anualmente	4. Modernizar normativos relacionados ao fomento da integridade e combate à corrupção até dezembro de 2022 10. Implementar boas práticas de integridade e combate à corrupção estabelecidas pelos órgãos de controle até dezembro de 2022	
	7. Indicador de Conformidade do Sest – IC Sest (un) RVAICSest no valor 834 pontos em 2022 Quantidade de pontos	7. Alcançar a meta de pelo menos 834 pontos no IC-Sest	Sem iniciativa	
	8. Implementar 100% do Comitê da Infra S.A. até maio de 2022	Implementar 100% do Comitê da Infra S.A. até maio de 2022	-	As medidas para a incorporação da EPL pela Valec estão sendo conduzidas em conjunto com a EPL e a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP/MINFRA). Portanto, não serão abordadas exclusivamente pela Valec, caracterizando perda do objeto desta meta.

Objetivos estratégicos	Metas PEI (2020-2024)	Metas PN (2022)	Iniciativas	Observações
Objetivo 3.4 - Fortalecer a integridade, confiabilidade, transparência e promover ações de melhoria de gestão de riscos e de controles internos (cont.)	9. Implantar 100% das práticas de governança de TI da Resolução 11/2016 CGPAR aplicáveis à Valec até dezembro de 2024	9. Implantar 80% das práticas de governança de TI da Resolução 11/2016-CGPAR aplicáveis à Valec até dezembro de 2022	13. Implementar práticas de governança da TIC preconizadas no Guia de Governança de TIC do SISP, Resolução nº 41/2022-CGPAR e recomendações do TCU	
	10. Alcançar 100% de publicação dos dados abertos elegíveis até dezembro de 2024	10. Alcançar 20% de publicação dos dados abertos elegíveis até dezembro de 2022	14. Elaborar Plano de Dados Abertos (PDA) até setembro de 2022	
				Paralisação de metas ou iniciativas

Tabela 12 – Quadro-resumo das metas e iniciativas do Plano de Negócios de 2022

3.4. Gestão de mercado e inovação

3.4.1. Pesquisa de mercado

No ano de 2022, a Infra S.A. deu continuidade às pesquisas de mercado com o objetivo de identificar o potencial de negócios para cada serviço que está sendo estruturado. O resultado da pesquisa tem direcionado a estratégia de atuação e de negócio com ênfase na prestação de serviços especializados:

- **Serviços de consultoria:** pesquisa de mercado para mapear as oportunidades de oferecer serviços de consultoria no mercado de transporte junto aos estados e municípios. Pela ótica de serviços ferroviários, a principal necessidade mapeada para este segmento são estudos de pré-viabilidade, EVTEA e consultoria em projetos.
- **Pátios e Terminais:** a pesquisa de mercado visa mapear o fluxo de cargas da FNS, de empresas potenciais interessadas em investir em algumas das áreas disponíveis e cargas de maior interesse.
- **Áreas remanescentes:** Pesquisa de mercado com empresas potenciais para mapear o interesse em investimentos em diferentes tipos de negócios nas áreas disponíveis.

Oportuno destacar que nesse processo de identificação de oportunidades de negócios no âmbito estratégico, foram realizadas diversas abordagens que contribuirão sobremaneira para a consolidação da imagem da Empresa junto ao mercado, como destacado a seguir:

- **Porto do Itaquí:** Aproximação que visa potencializar a sinergia que há entre as duas empresas para fomentar a logística ferroviária na Ferrovia Norte-Sul (FNS), com a

identificação de players interessados em investir nas áreas da Infra S.A. para implantação de pátios e terminais, e que queiram exportar através do Porto do Itaquí, gerando maior inteligência no investimento por parte as empresas privadas por tipo de carga a ser transportada.

- **Porto de Santos:** Aproximação que visa potencializar a região da zona de influência do Porto com a da Infra S.A. relativa às áreas disponíveis para implantação de Pátios e que tenham o objetivo de exportar pelo porto de Santos.
- **Estados e municípios:** Aproximação com os estados e prefeituras onde a Infra S.A. possui áreas a serem concedidas, de modo a potencializar ação dos órgãos municipais e estaduais para a atração do investimento privado na região. Assim como, mapear as oportunidades de investimento em trechos ferroviários seja de greenfield ou brownfield.
- **Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI:** Aproximação com a Secretaria do PPI visando potencializar a melhor forma de apresentar ao mercado as áreas Infra S.A. disponíveis para a concessão, disponíveis ao longo da FNS.
- **Bancos nacionais e internacionais:** Aproximação que visa convergir a necessidade de recursos do setor privado para facilitar o acesso ao crédito junto a instituições financeiras que possam oferecer opções atrativas para fomentar o investimento dos pátios ao longo da FNS.
- **Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF:** Aproximação que visa divulgar junto aos associados as diversas áreas de competências da Infra S.A., em especial no âmbito ambiental, para fomentar oportunidades de negócio como consultoria e projetos ambientais para futuros projetos de ferrovias no Brasil.
- **Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ:** Aproximação que visa realizar o benchmarking da melhor forma de modelagem realizada aos portos que pode ser utilizada pela Infra S.A. para a estruturação de modelagem das áreas destinadas a implantação de pátios, a fim de otimizar recursos e conceder a melhor solução ao mercado no menor tempo possível.

3.4.2. Prospecção de clientes

Em 2022, a área de negócios da Companhia realizou ao menos 77 reuniões com potenciais clientes, sobretudo com o foco intensificado no processo de Autorizações Ferroviárias, que, com o advento da Lei 14.273 de 23 de dezembro de 2021 (Lei das Ferrovias), passou a ser um tema de extrema relevância para o portfólio de negócios da Empresa, naturalmente, sempre de forma integrada com a ampla exploração de todos os segmentos de negócios.

Outra importante iniciativa voltada para a prospecção de clientes para as diversas frentes de atuação da Companhia tem sido o Programa Cidade Ferrovia, que surgiu com o objetivo de promover rodadas de negócios ferroviários, sobretudo nas cidades onde existem áreas disponíveis para exploração junto ao modo ferroviário. A iniciativa ocorre em parceria com as prefeituras locais com o objetivo de identificar empresas potencialmente interessadas na inclusão do modo ferroviário em suas operações logísticas,

além dos players já citados no item Pesquisa de Mercado, como portos e operadores logísticos especializados, o que contribuiu para esclarecer aos participantes sobre os processos de integração e otimização logística possíveis através da ferrovia.

O evento foi realizado em 6 municípios e diversas oportunidades já foram identificadas com novas demandas de clientes potenciais usuários de ferrovias, totalizando 389 participantes, com 55 oportunidades de negócios mapeadas.

Ainda em 2022, foram abertas as seguintes oportunidades:

- Início de tratativas comerciais junto à Prefeitura de Paranaguá – PR, para oferta de estudo de viabilidade visando a exploração turística de trecho ferroviário, ligando Morretes – PR a Paranaguá – PR, sob concessão da RUMO LOGÍSTICA;
- Início de tratativas comerciais junto à Prefeitura de Caxias do Sul – RS, para a oferta de EVETEA, para implantação de aeroporto da Serra Gaúcha e acessos rodoviários;
- Participação em concorrência privada, cujo objeto foi a desapropriação de áreas a serem afetadas pela futura construção de ferrovia da Autorizatória Eldorado Celulose. A Infra S.A. apresentou proposta técnica e comercial, mas não foi a vencedora, devido ao preço final ofertado ficar acima do preço da concorrente vencedora.

3.4.3. Inovação: Projeto Carcará

Dentro da nova concepção estratégica da Empresa, em junho de 2022 foi firmado o primeiro contrato comercial com um cliente autorizatário de um trecho ferroviário, conforme previsto na Lei 14.273 de 23/12/2021 (Lei das Ferrovias). Trata-se da Fazenda Campo Grande Empreendimentos e Participações Ltda, que contratou a Infra S.A. para prestação de serviços técnicos especializados para subsidiar a obtenção de Declaração de Utilidade Pública (DUP) junto ao órgão responsável, visando a implantação de ramais ferroviários no município de Santo André/SP, conectando um centro logístico ao porto de Santos e, por sua vez, com a FNS.

Merece destaque a avaliação da satisfação desse cliente junto aos serviços prestados pela Empresa, que auferiu a nota 9,7 na avaliação geral da experiência com a Infra S.A.

3.4.4. Observatório Nacional de Transporte e Logística - ONTL

No intuito de aprimorar ferramentas tecnológicas para o planejamento de transporte e logística, a empresa desenvolveu a construção de um sistema de informações logísticas que é a base do Observatório Nacional de Transporte e Logística – ONTL. Esse sistema vinha sendo maturado a cada dia pela área técnica da empresa como uma forma nítida da necessidade de colocar, de maneira escalonada e de acordo com as prioridades do setor, um sistema de informações de transportes e logística a serviço do próprio Governo Federal, das demais esferas de Governo, de instituições não governamentais e da própria sociedade.

Os dados eram fornecidos por parceiros e colaboradores do Observatório, obtidos por meio de acordos de cooperação e outras relações de parcerias, ou, também, das publicações disponibilizadas por

instituições e ou órgãos provedores de dados públicos.

A moderna ferramenta de análise e apoio ao processo decisório produzia painéis analíticos que expõem de forma gráfica e interativa a extensa gama de dados e informações, bem como publicações técnicas com a análise estatística, a partir de dados e pesquisas obtidos junto aos parceiros e colaboradores do Observatório, envolvendo diversas fontes e os modais de transporte,

A contribuição do Observatório Nacional de Transporte e Logística em 2022, atuando como um indutor no aperfeiçoamento da informação do Setor:

- 12 (doze) edições do Panorama Transporte;
- 06 (seis) edições de Boletins de Logística;
- Boletim de Logística – Os Entraves à Expansão do Transporte Hidroviário Brasileiro;
- Boletim de Logística – A Importância do Modo Rodoviário para o Brasil;
- Boletim de Logística – Infraestrutura de Transportes no Brasil;
- Boletim de Logística – Desmistificando a Cabotagem e o Programa BR do Mar;
- Boletim de Logística – A Importância do Transporte Aéreo para o Brasil;
- Boletim de Logística – A Retomada dos Investimentos Ferroviários para Aumentar a Eficiência da Matriz de Transportes;
- 01 (um) Anuário Estatístico de Transportes;
- 01 (um) Diagnóstico Logístico;
- 01 (um) Artigo Técnico “Importância do Corredor Rodoviário Bioceânico para o Brasil”;
- Reformulação e disponibilização de Aplicações - Simulador de Custo de Transporte, Simulador de Custo de Transbordo, Simulador de Gases de Efeito Estufa, Calculadora de Empregos, Pesquisa;
- Atualização e revitalização de Painéis Analíticos por modo de transporte e tema da logística;
- Renovação do Portal GEO com dados por modo de transporte;
- Apresentação dos dados do Planejamento Integrado de Transporte e do PNL;
- Base de dados acessível e para download;
- **Prestação de serviços via contrato com:**
 - Elaboração e entrega do Diagnóstico Logístico do estado do Mato Grosso do Sul;
 - Elaboração de 4 (quatro) primeiros relatórios do Plano Estadual de Logística e Transporte PELT do estado de Rondônia;
 - Elaboração da Análise Estratégica do novo Aeroporto da Serra Gaúcha;
- Revisão da metodologia do Piso Mínimo da Tabela de Frete Rodoviário para a ANTT;
- Construção de dois novos módulos para o Sistema de Informações Ambientais de Infraestrutura – SIAI;
- Fornecimento de dados e indicadores para o Planejamento Estratégico do Ministério, de forma periódica e recorrente;
- Desenvolvimento do painel analítico do programa inov@BR do Ministério;

- Estudos para tratamento estatístico de #NFe para suporte às contraprestações de serviços em terminais ferroviários;
- Apoio ao levantamento rodoviário de dados em campo;
- Recebimento do prêmio #Lideralnfra pelo Panorama Transportes (Periódicos do ONTL).

3.4.5. Auditores e Verificadores Independentes

A empresa também atua como apoio técnico para contratação dos trabalhos a serem realizados por empresa de auditoria independente previstos no Decreto nº 9.957/2019, que regulamenta os procedimentos para relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário de que trata a Lei nº 13.448/2017.

É um serviço preponderantemente associada a contratos de PPP, mas pode ocorrer em concessões comuns, em que se coloca uma entidade isenta, entre o Poder Concedente e a Concessionária, tendo a missão de acompanhar a execução do contrato e verificar o desempenho das atividades realizadas pela concessionária, nos termos e obrigações previstas no contrato.

A empresa contrata e acompanha serviços de auditoria e verificação independente de ativos de infraestrutura, como dos seguintes empreendimentos: BR-040 - ViaA40; BR 163/MS - MSVIA; BR-060/153/262/DF/GO/MG - Triunfo CONCEBRA; Aeroporto São Gonçalo do Amarante/RN - ASGA; Aeroporto Viracopos - VCP.

3.4.6. Documento Eletrônico de Transporte DT-e (Lei no 14.206/2021)

O Documento Eletrônico DT-e foi instituído pela Medida Provisória no 1.051, de 18 de maio de 2021, convertida na Lei no 14.206, de 27 de setembro de 2021, atual marco legal do DT-e. O Decreto de regulamentação no 11.313, de 28 de dezembro de 2022, estabeleceu atribuições para a Infra S.A. (ali citada como Valec) em relação à:

- exploração do serviço de emissão de DT-e, mediante convênio com o Ministério dos Transportes (art. 5º, parágrafo único);
- composição do comitê gestor do DT-e (art. 13, XI);
- fiscalização das entidades geradoras, mediante convênio com o Ministério dos Transportes (art. 19, §1º);
- promoção do desenvolvimento e execução dos instrumentos de gestão da Política Nacional do DT-e (art. 29, parágrafo único).

Importante destacar que o DT-e ainda não foi implantado no sistema transportes, devendo ser desenvolvido e estruturado para tal.

Em 2022, com a autorização da incorporação da EPL pela Valec (Decreto 11.081, de 24 de maio de 2022), foi aprovado em Assembleia Geral do 30 de setembro de 2022, o novo Estatuto Social da Valec, em cujo art. 5º, inciso XXXVI, consta nova competência específica sobre DT-e, especificamente: “instituir, desenvolver e gerenciar o sistema de emissões do Documento de Transporte Eletrônico (DT-e) previsto na Lei nº 14.206/2021, nos termos da *regulamentação expedida pelo Ministério da Infraestrutura*”. Ato

contínuo, em decorrência da nova estrutura organizacional aprovada para a Infra S.A., foi publicada a Portaria de Pessoal nº 78, de **5 de outubro de 2022**, contendo o novo quadro de lotação dos empregados em comissão da Empresa, onde está identificada a atual Diretoria de Mercado e Inovação e suas superintendências, dentre as quais, a **Superintendência de Gestão do DT-e**, em processo atual de estruturação. Deste modo, a SUDTE tem envidado esforços desde outubro de 2022 para, dentro de suas competências, avançar nas atividades que estão sob sua responsabilidade, especificamente:

- Participação em reuniões técnicas com equipe do então Ministério da Infraestrutura, SERPRO e equipe "SQUAD" (servidores lotados na extinta Secretaria de Gestão Digital do Ministério da Infraestrutura designados para prover apoio técnico ao Ministério da Infraestrutura no projeto DT-e), que prosseguem em 2023; e
- Início dos levantamentos de informações para elaboração de termo de referência para contratação do SERPRO, pela Infra S.A., com fins de desenvolvimento, manutenção e operação da Plataforma DT-e, por diretriz ministerial.

Em paralelo, foram inseridas metas específicas para DT-e tanto no Plano Estratégico PEI 2023-2027 e no Plano de Negócio 2023, ambos aprovados pela Diretoria Executiva da Infra S.A.

Com a nova estrutura de governo e a separação das competências do Ministério da Infraestrutura nos atuais Ministério dos Transportes e no Ministério de Portos e Aeroportos, as iniciativas relativas ao DT-e deverão ser reavaliadas e redimensionadas no primeiro semestre de 2023, a partir de eventuais novas diretrizes e do disciplinamento do DT-e em normativa do Ministério dos Transportes. Portanto, o ano de 2022 foi dedicado ao estabelecimento de competências e à estruturação organizacional para que a Infra S.A. possa atuar com DT-e.

4. Resultados da gestão

4.1. Desempenho estratégico

Os resultados da gestão do ano de 2022 tem como referência as metas e iniciativas do Plano de Negócio 2022. Para acompanhamento das metas são realizadas, trimestralmente, as Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE). Durante essas reuniões, a diretoria apresenta e discute o desempenho dos objetivos estratégicos, por meio de um esquema de cores (Figura 27) para demonstrar de forma rápida e visual qual o desempenho de determinado indicador (o seu status).

São utilizadas as cores verde escuro, verde claro, amarela e vermelha para expressar o desempenho, de forma que a cor verde-escura representa um desempenho em relação à meta igual ou maior que 80%, a cor verde claro um desempenho em relação à meta entre 50% e 79,99%, a cor amarela um desempenho em relação à meta entre 30% e 49,99% e, a cor vermelha um desempenho em relação à meta abaixo de 30%. As metas que obtiveram resultado superior à 100% são normalizadas em 100% para que o cálculo de desempenho dos objetivos estratégicos não seja enviesado pelo desempenho de determinadas metas.

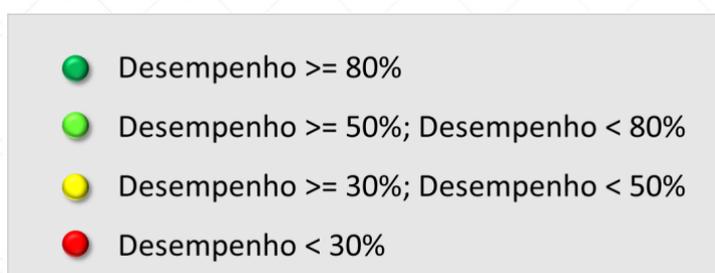


Figura 27 – Esquema de cores do desempenho dos objetivos estratégicos

Objetivos estratégicos	Desempenhos dos objetivos estratégicos	Metas Plano de Negócios 2022	Resultados obtidos	Observações
Objetivo 1.1 - Contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviário de carga e de passageiros, assim como a redução do custo logístico no Brasil	68,84%	1. Concluir 65% da FIOI II até dezembro de 2022	89,23%	
		2.1. Iniciar a execução da FICO		Metas paralisadas, em atendimento à solicitação do CONSAD em sua 392ª Reunião Ordinária.
		2.2. Finalizar os procedimentos no âmbito da Valec para imissão na posse dos 30 km iniciais da FICO até o final de dezembro de 2021		

Objetivos estratégicos	Desempenhos dos objetivos estratégicos	Metas Plano de Negócios 2022	Resultados obtidos	Observações
Objetivo 1.1 - Contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviário de carga e de passageiros, assim como a redução do custo logístico no Brasil (cont.)	68,84%	5. Apresentar 01 proposta de fomento para transporte de passageiros até dez 2021		Meta paralisada por redefinição de mérito, sendo substituída pela meta 1.1.7
		6. Publicar Edital de Licitação / Iniciar a execução do contrato / 100% de km mantidos		Meta paralisada em virtude do leilão da FIOL que dispensa a Valec de responsabilidades estratégica.
		8 Executar 100% das ações necessárias para equacionar a sua participação societária até dezembro de 2022	66,66%	
		9. Implantar 80km de superestrutura na FIOL II até dezembro de 2022	100%	
		10. Aprovar 100% dos laudos de desapropriação de 50km adicionais da FICO I em 2022	100%	
		11. Cumprir 100% das etapas necessárias para solicitação de Licença de Instalação da FICO II em 2022	25%	
		12. Cumprir 100% das etapas necessárias para solicitação de Licença de Instalação da FIOL III em 2022	20%	
		13. Realizar 2 seminários a fim de promover maior inserção da Valec nos cenários de investimento cruzado, regimes de autorizações e concessões até dezembro de 2022	100%	
		14. Realizar 1 evento relacionado ao transporte ferroviário de passageiros até dezembro de 2022	0%	

Objetivos estratégicos	Desempenhos dos objetivos estratégicos	Metas Plano de Negócios 2022	Resultados obtidos	Observações
Objetivo 1.1 - Contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviário de carga e de passageiros, assim como a redução do custo logístico no Brasil (cont.)	68,84%	15.1 Implementar 100% dos mecanismos de governança relacionados à gestão de terminais logísticos de cargas até dezembro de 2022	93,75%	
		15.2 Implementar 100% dos mecanismos de governança relacionados às subconcessões ferroviárias até dezembro de 2022.	93,75%	
Objetivo 1.2 - Buscar reconhecimento como empresa pública	91,57%	1. Ampliar o alcance nas redes sociais até dez/2022: Instagram: 12.000 seguidores; Twitter: 12.000 seguidores; e LinkedIn: 15.000 seguidores	90,51%	
		2. Participar como convidado protagonista em 12 eventos e/ou seminários	100%	
		3. Promover 4 eventos presenciais ou online em 2022	100%	
		4. Promover a inserção anual em 5 pautas nas principais mídias especializadas anualmente	100%	
		5. (Re)lançar 7 produtos de comunicação até dezembro de 2022	71,43%	
		6. Lançar o novo e moderno portal da Valec em maio de 2022	87,50%	

Objetivos estratégicos	Desempenhos dos objetivos estratégicos	Metas Plano de Negócios 2022	Resultados obtidos	Observações
Objetivo 2.1 - Desenvolver produtos/serviços visando geração de receitas e fomentar pesquisa de mercado na área de logística	30%	2. Lançar 3 novos produtos para o mercado até dezembro de 2022	0%	
		3. Realizar 5 novas concessões ou renovações de uso de terminais até dezembro de 2022	40%	
		7.1 Formalizar 4 propostas comerciais para autorizatárias até dezembro de 2022		Meta paralisada com o objetivo de transformá-la em iniciativa da meta 2.1.7.2
		7.2 Celebrar 2 contratos comerciais com autorizatárias até dezembro de 2022	50%	
		8. Realizar 2 análises de mercado por vocação de carga até dezembro de 2022 (cada análise terá 50% de peso)		Meta paralisada pois apresenta o mesmo objetivo da meta 2.1.10
		9. Prospectar 30 clientes nos segmentos de autorizações ferroviárias e terminais logísticos de cargas até dezembro de 2022		Meta paralisada com o objetivo de transformá-la em iniciativa da meta 2.1.7.2
		10. Realizar 2 análises de mercado para apoiar a captação comercial da Valec até dezembro de 2022		Meta paralisada com o objetivo de transformá-la em iniciativa da meta 2.1.7.2
Objetivo 2.2 - Promover melhoria contínua em estudos, projetos e obras para o sistema ferroviário	89,94%	1. Firmar 5 parcerias com instituições renomadas para cooperação técnica e internalização de conhecimento até setembro de 2022	100%	

Objetivos estratégicos	Desempenhos dos objetivos estratégicos	Metas Plano de Negócios 2022	Resultados obtidos	Observações
Objetivo 2.2 - Promover melhoria contínua em estudos, projetos e obras para o sistema ferroviário (cont.)	89,94%	2. Modernizar 100% dos normativos até 2024 a) Revisão de 25 normativos técnicos com apoio da ABNT (25%) b) Elaborar 1 Inventário de Emissões de GEEs (25%) c) Publicar 1 livro técnico (25%) d) Contratar consultoria/entidade especializada para apoio na revisão dos normativos técnicos (25%)	74,75%	
		a) Finalizar a elaboração do Plano de Execução BIM (BIM Mandate) da Valec (40%) b) Finalizar 100% das etapas de desenvolvimento do sistema de gestão ambiental e territorial da FICO (60%)	85%	
		Implantar Portal Corporativo de Banco de Conhecimento até julho de 2022	100%	
Objetivo 2.3 - Otimizar a gestão de custos e gastos	47,51%	1. Preservar o orçamento tal qual como na PLOA 2022	57,05%	
		3. Reduzir nível de dependência da Valec para 90% até dezembro de 2022	56,20%	
		4. Manter a despesa mensal de funcionamento em até R\$ 1,1 milhão (sem gasto de TI) até dezembro de 2022	72,25%	
		5. Desligar 40% do público-elegível ao PDV até dezembro de 2022	27,15%	
		6. Desligar 20 empregados que não estejam aderentes às atividades desempenhadas pela Valec até dezembro de 2022	30%	

Objetivos estratégicos	Desempenhos dos objetivos estratégicos	Metas Plano de Negócios 2022	Resultados obtidos	Observações
Objetivo 2.3 - Otimizar a gestão de custos e gastos (cont.)	47,51%	7. Reduzir em R\$ 1 milhão (anualizado) o total da despesa de custeio realizada em 2022 em comparação às despesas de mesma natureza em 2021	-41,25%	
		8. Executar 5% a mais que a média dos percentuais de execução dos últimos 5 anos até dezembro de 2022	113,72%	
		9. Estruturar em 100% a Tesouraria da Valec até dezembro de 2022	65%	
Objetivo 3.1 - Modernizar a infraestrutura de TI, visando utilizá-la como instrumento de inovação para tomada de decisão	85,99%	5. Realizar operação assistida do Documento de Transporte Eletrônico até dezembro de 2021		Meta designada para o SERPRO e não será mais gerenciada, apenas apoiada, pela Valec
		6. Implantar 80% das práticas de governança de TI da Resolução 11/2016-CGPAR aplicáveis à Valec até dezembro de 2022		Meta paralisada no Objetivo 3.1 e transferida para o Objetivo 3.4
		7. Elaborar 100% do PETIC 2022-2024 até fevereiro de 2022		Meta paralisada tendo em vista que, uma vez elaborado, não há mais o que acompanhar em relação à elaboração.
		8. Elaborar 100% do PDTIC 2022-2024 até fevereiro		Meta paralisada tendo em vista que, uma vez elaborado, não há mais o que acompanhar em relação à elaboração
		9. Executar 30% das ações previstas no PDTIC 2022-2024 até dezembro de 2022	140,89%	

Objetivos estratégicos	Desempenhos dos objetivos estratégicos	Metas Plano de Negócios 2022	Resultados obtidos	Observações
Objetivo 3.1 - Modernizar a infraestrutura de TI, visando utilizá-la como instrumento de inovação para tomada de decisão (cont.)	85,99%	10. Prover ambiente computacional em Nuvem de no mínimo 35% até dezembro 2022		Meta paralisada, pois, a contratação relacionada à migração para nuvem está prevista no PDTIC
		11. Manter a disponibilidade da Infraestrutura de redes e sistemas superior à 95%	100%	
		12. Integrar 35% dos sistemas elegíveis até dezembro de 2022	43,96%	
		13. Manter 75% do parque tecnológico atualizado até dezembro de 2024	100%	
Objetivo 3.2 - Desenvolver, valorizar e atrair talentos	32,42%	1. Capacitar 75% dos empregados anualmente ¹	60,94%	
		2. Capacitar 100% dos gestores anualmente	51,14%	
		3;1 Atingir 40% de satisfação com o clima organizacional até julho de 2022		Acredita-se que houve erro material na criação da meta.
		3. 2. Atingir 80% de satisfação com o clima organizacional até dezembro de 2022	0%	
		4. Realizar, no mínimo, 1 processo seletivo por quadrimestre em 2022	0%	
		5. Revisar e promover a atualização de, no mínimo, 4 normativos de gestão de pessoas em 2022	50%	

Objetivos estratégicos	Desempenhos dos objetivos estratégicos	Metas Plano de Negócios 2022	Resultados obtidos	Observações	
Objetivo 3.3 - Modernizar e simplificar processos e instituir cultura de gestão de resultados	22,50%	1. (Re)desenhar 2 processos por Diretoria até dezembro de 2022	0%		
		2. Implantar 100% da gestão de risco a partir dos principais riscos identificados até março de 2022	100%		
		4. Alcançar 100% de transparência ativa conforme as dimensões do Grau de Transparência Ativa (GTA) até dezembro de 2022	47,50%		
		5. Implantar a gestão dos controles internos a partir dos principais riscos identificados até dezembro de 2022	20%		
Objetivo 3.4 - Fortalecer a integridade, confiabilidade, transparência e promover ações de melhoria de gestão de riscos e de controles internos	73,68%	1. Atender 100% do passivo existente em novembro de 2021 até dezembro de 2022	34,89		
		2. Alcançar nota 9,10 no IG-Sest	102,97%		
		4. Ter 70% dos itens do IGG-TCU avaliados como atendidos	118,48%		
		6. Avaliar 100% da execução das ações do Plano de Integridade, anualmente	83,82%		
		7. Alcançar a meta de pelo menos 834 pontos no IC-Sest	92,09%		
		Implementar 100% do Comitê da Infra S.A. até maio de 2022			As medidas para a incorporação da EPL pela Valec estão sendo conduzidas em conjunto com a EPL e a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP/MINFRA). Portanto não serão abordadas exclusivamente pela Valec, caracterizando perda do objeto desta meta.

Objetivos estratégicos	Desempenhos dos objetivos estratégicos	Metas Plano de Negócios 2022	Resultados obtidos	Observações
Objetivo 3.4 - Fortalecer a integridade, confiabilidade, transparência e promover ações de melhoria de gestão de riscos e de controles internos (cont.)	73,68%	9. Implantar 80% das práticas de governança de TI da Resolução 11/2016-CGPAR aplicáveis à Valec até dezembro de 2022	105%	
		10. Alcançar 20% de publicação dos dados abertos elegíveis até dezembro de 2022		

Tabela 13 – Resultado das metas do Plano de Negócios de 2022

Objetivos estratégicos	Iniciativas Estratégicas	Responsáveis	Resultados	Observações
Objetivo 1.1 – Contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviários de carga e passageiros, assim como a redução do custo logístico no Brasil	1. Controlar a execução contratual da FIOI II	DIREM	72,71%	
	8. Equacionar a participação societária até dezembro de 2022	SUGOP	58,33%	
	16. Implantar superestrutura na FIOI II	DIREM	200%	
	5. Aprovar os laudos de desapropriação de 50km adicionais da FICO	SUGAT	100%	
	9. Requerer Licença Ambiental da FICO II até dezembro de 2022	SUGAT	25%	
	10. Requerer Licença Ambiental da FIOI III até dezembro de 2022	SUGAT	20%	
	11. Estruturar eventos para maior inserção da Infra nas discussões das políticas públicas relacionadas à sua função social, a exemplo da FICO II e FIOI III, até dezembro de 2022	DIREM / DINEG / GAB / ASREL / ASCOM	100%	
	12. Realizar evento relacionado ao transporte ferroviário de passageiros até dezembro de 2022	DINEG	5%	
	1.1.13 Elaborar manual de gestão e fiscalização de contratos de terminais logísticos de cargas	SUGOP	70%	

Objetivos estratégicos	Iniciativas Estratégicas	Responsáveis	Resultados	Observações
Objetivo 1.1 – Contribuir para a ampliação da oferta de transporte ferroviários de carga e passageiros, assim como a redução do custo logístico no Brasil (cont.)	1.1.14 Elaborar Manual e uma instrução normativa relacionadas à gestão e fiscalização contratual	SUGOP	93,75%	
	1.1.15 Elaborar instrução normativa relacionada ao manual de inspeção e a execução do manual de travessias	SUGOP	93,75%	
Objetivo 1.2 - Buscar reconhecimento como empresa pública	7. Aumentar o engajamento dos seguidores de todas as plataformas digitais até dezembro de 2022	ASCOM	100%	
	10. Identificar oportunidades de evento que a Infra possa participar (a partir do 1º trimestre até o fechamento do 4º trimestre)	ASCOM	100%	
	9. Promover 1 evento de entregas Ferroviárias, em parceria com o MInfra e o Governo Federal até julho de 2022	ASCOM	50%	
	11. Definir agenda de eventos até abril do ano vigente	ASCOM	100%	
	8. Identificar oportunidades de incluir pautas positivas da Infra nas principais mídias especializadas (a partir do 1º trimestre até o fechamento do 4º trimestre)	ASCOM	60%	
	6. Modernizar produtos de comunicação lançados em 2021 até dezembro de 2022	ASCOM	80%	
	12. Realizar ações para lançar o novo e moderno portal da Infra até dezembro de 2022	ASCOM	87,50%	

Objetivos estratégicos	Iniciativas Estratégicas	Responsáveis	Resultados	Observações
Objetivo 2.1 – Desenvolver produtos/serviços visando geração de receitas e fomentar pesquisa de mercado na área logística	2. Estruturar produtos comerciais até dezembro de 2022	SUNOV	58,50%	
	6. Promover a delegação de terminais ou áreas	SUEST	68,80%	
	12. Realizar 2 análises de mercado para apoiar captação comercial da Infra até dezembro de 2022	SUNOV	50%	
	13. Prospectar 30 clientes nos segmentos de autorizações ferroviárias e terminais logísticos de cargas até dezembro de 2022	SUNOV	100%	
	14. Formalizar 4 propostas comerciais para autorizatárias até dezembro de 2022	SUNOV	200%	
	15. Validar, assinar e publicar extrato do contrato comercial até dezembro de 2022	SUNOV	50%	
Objetivo 2.2 – Promover contínua em estudos, projetos e obras para o sistema	9. Firmar parcerias com instituições renomadas para cooperação técnica e internalização de conhecimento até setembro de 2022	ASREL	100%	
	3. Projeto de Modernização e Revisão Técnicos, ações 2022	DIREM	75%	
	5. Implantar sistema de gerenciamento de empreendimento em BIM	DIREM	85%	
	1. Implantar Portal Corporativo de Banco de Conhecimento até julho de 2022	DIRAF	100%	
Objetivo 2.3 - Otimizar a gestão de custos e gastos	6. Definir e implementar estratégia orçamentária no Congresso Nacional até dezembro de 2022	ASCOM	11,67%	
	2.1.2 Estruturar produtos comerciais até dezembro de 2022	SUNOV	58,50%	
	2.1.6 Promover a delegação de terminais ou áreas	SUEST	68,80%	

Objetivos estratégicos	Iniciativas Estratégicas	Responsáveis	Resultados	Observações
Objetivo 2.3 - Otimizar a gestão de custos e gastos (cont.)	2.1.15 Elaborar, validar, assinar e publicar extrato do contrato comercial até dezembro de 2022	SUNOV	50%	
	2.3.8 Implantar programa de desligamento voluntário 2022 até dezembro de 2022	SUGEP	0%	
	2.3.9 Implantar a readequação da força de trabalho com desligamento de empregados com desempenho de atividades não aderentes ao plano de negócios da empresa	SUGEP	15%	
	7. Desenvolver painéis de acompanhamento e ambiente de monitoramento no COO até março de 2022	DIRAF	0%	
	8. Implantar programa de desligamento voluntário 2022 até dezembro de 2022	SUGEP	0%	
	9. Implantar a readequação da força de trabalho com desligamento de empregados com desempenho de atividades não aderentes ao plano de negócios da empresa	SUGEP	15%	
	11. Realizar ações contínuas para a redução da despesa de custeio realizada em 2022 em comparação às despesas de mesma natureza em 2021	DIRAF	0%	
	1.1.1 Controlar a execução contratual da FIOL II, ações 2022	DIREM	72,71%	
10. Realizar ações para estruturação da Tesouraria da Infra até dezembro de 2022	DIRAF	65%		

Objetivos estratégicos	Iniciativas Estratégicas	Responsáveis	Resultados	Observações
Objetivo 3.1 - Modernizar a infraestrutura de TI, visando utilizá-la como instrumento de inovação para tomada de decisão	12. Coordenar e acompanhar a execução do PDTIC e dos planos de trabalho anuais até dezembro de 2024	SUPTI	100%	
	13. Prover a infraestrutura tecnológica requerida para garantir a disponibilidade dos serviços até dezembro de 2024	SUPTI	28,75%	
	5. Promover a integração de todos os sistemas elegíveis e ampliar a interoperabilidade até dezembro de 2024	SUPTI	20%	
	11. Modernizar segunda fase de modernização da sala gestão e do auditório até abril de 2022	SUPTI	100%	
	14. Prover desktops de alto desempenho e outros equipamentos até dezembro de 2022	SUPTI	40%	
Objetivo 3.2 - Desenvolver, valorizar e atrair talentos	10. Implantar certificação de agentes até junho 2022	SUGEP	30%	
	13.1. Realizar Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) até dezembro de 2022	SUGEP	60%	
	13.2 Realizar a capacitação dos Conselheiros e Membros da Diretoria Executiva até dezembro de 2022	SUGEP	60%	
	12. Realizar 2 pesquisas de clima organizacional até dezembro de 2022	SUGEP	0%	
	14 Realizar 6 ações relacionadas à QVT até dezembro de 2022	SUGEP	0%	
	15. Realizar, no mínimo, 1 processo seletivo por quadrimestre em 2022	SUGEP	50%	
	4. Propor atualização do PCS até março de 2022	SUGEP	0%	
11. Revisar os normativos de Gestão de Pessoas	SUGEP	85,83%%		

Objetivos estratégicos	Iniciativas Estratégicas	Responsáveis	Resultados	Observações
Objetivo 3.3 - Modernizar e simplificar processos e instituir cultura de gestão de resultados	3. (Re)desenhar todos os processos-chave até dezembro 2022	SUINT	0%	
	5. Revisão dos riscos estratégicos até março de 2022	SUIINT	100%	
	4. Implementar avaliação do Grau de Transparência Ativa (GTA) na Infra até dezembro de 2022	SUINT	50%	
	6. Analisar e avaliar os controles internos até dezembro de 2022	SUINT	48%	
Objetivo 3.4 - Fortalecer a integridade, confiabilidade, transparência e promover ações de melhoria de gestão de riscos e de controles internos	12. Monitorar e controlar as ações referentes aos passivos mensalmente	PRESI	75%	
	8. Coordenar o preenchimento do formulário e coleta de evidências do IG-SEST em 2022	SUINT	100%	
	9. Coordenar a simulação do preenchimento do formulário e coleta de evidências do IGG-TCU no ano de levantamento 2022	SUINT	80%	
	4. Modernizar normativos relacionados ao fomento da integridade e combate à corrupção até dezembro de 2022	SUINT	80%	
	10. Implementar boas práticas de integridade e combate à corrupção estabelecidas pelos órgãos de controle até dezembro de 2022	SUINT	89,17%	
	13. Implementar práticas de governança da TIC preconizadas no Guia de Governança de TIC do SISP, Resolução nº 41/2022-CGPAR e recomendações do TCU	SUPTI	48,75%	
	14. Elaborar Plano de Dados Abertos (PDA) até setembro de 2022	SUPTI	10%	

Tabela 14 – Resultado das iniciativas do Plano de Negócios de 2022

4.1.1. Alinhamento entre Estratégia e Cadeia de Valor

O alinhamento da estratégia organizacional com a cadeia de valor, ocorre por meio dos indicadores estratégicos. Para isso, a Diretoria reuniu-se para indicar os objetivos estratégicos que orientam as operações contidas nos macroprocessos (Figura 28).



Figura 28 – Cadeia de Valor da Valec e objetivos estratégicos correlatos

4.2. Gestão orçamentária e financeira

4.2.1. Execução da Lei Orçamentária Anual (LOA 2022)

Grupos de Despesa	Projeto de Lei Orçamentária Anual PLOA 2022	Dotação Atualizada LOA 2022 +/- Créditos	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
Investimentos	536.996.888	248.480.321	247.456.510	131.345.134
Outras Despesas Correntes (*)	85.330.613	75.138.047	71.967.707	47.188.376
Pessoal e Encargos Sociais (**)	148.580.702	164.500.293	160.071.902	143.792.245
Total	770.908.203	488.118.661	479.496.119	322.325.754

Tabela 15 – Execução da Lei Orçamentária Anual (LOA 2022) (R\$ 1,00)

Fonte: Tesouro Gerencial - Legenda * - Inclui benefícios; ** - inclui despesas com sentenças judiciais

A dotação atualizada do orçamento do exercício de 2022 foi de R\$ 488 Milhões, valor inferior de R\$ 283 Milhões ao consignado no Projeto de Lei proposta Orçamentária Anual, abrangendo R\$ 248 Milhões (51%) para Investimentos, R\$ 75 Milhões para outras Despesas Correntes/Custeio (15%) e R\$ 164,5 Milhões (34%) com Despesas Obrigatórias.

A Infra S.A. empenhou R\$ 247 Milhões relativo aos recursos classificados como Investimento, R\$ 71,9 Milhões da dotação destinada a outras Despesas Correntes e realizou pagamentos no montante de R\$ 143,7 Milhões com despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

Grupos de Despesa	Restos a Pagar Inscritos (Processados e Não Processados)	Dotação Atualizada LOA 2022 +/-Créditos	Despesas Empenhadas
Investimentos	354.127.260	248.480.321	247.456.510
Outras Despesas Correntes	37.647.657	75.138.047	71.967.707
Pessoal e Encargos Sociais	11.704.854	164.500.293	160.071.902
Total	403.479.771	488.118.661	479.496.119

Tabela 16 – Execução de Restos a Pagar em 2022 (R\$ 1,00)
Fonte: Tesouro Gerencial

A empresa no ano de 2022 contou com R\$ 403 Milhões em restos a pagar inscrito e reinscrito.

Destaca-se o maior volume destinados à realização das atividades de Construção de Ferrovias, operando no trecho da Ferrovia de Integração Oeste - EF-334, com R\$ 191 Milhões de RAP inscritos pagos.

4.2.2. Execução do orçamento por categoria da despesa

4.2.2.1. Pessoal, encargos e benefícios e indenizações trabalhistas (judicial).

Descrição	Despesas Pagas
Pessoal e Encargos Sociais	143.919.957
Ativos Cíveis da União	141.334.226
Sentenças Judiciais	1.005.025
Depósitos para Recursos Judiciais	1.580.706
Benefícios	11.566.298
Total	403.479.771

Tabela 17 – Despesas com pessoal em 2022 (R\$ 1,00)
Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas com pessoal e encargos englobam as liquidações com a folha de pagamentos dos empregados (próprio e cedidos), Diretores e Conselheiros, além das incorridas com o pagamento de benefícios (auxílios saúde, alimentação e creche). Consideram-se parte do quadro da Infra S.A. os empregados oriundos da Extinta RFFSA, GEIPOT, e os funcionários da EPL por conta da incorporação, a partir de outubro/2022.

4.2.2.2. Investimento

O principal empreendimento da Infra S.A. é a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Trecho de Caetitê/Barreiras – BA – FIOLE II com recursos consignados na ação orçamentária 124G com

dotação de R\$ 202 Milhões.

Continuam sendo realizadas despesas de atividades remanescentes da Ferrovia Norte Sul – FNS e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Trecho I, mesmo após subconcessão ocorrida em 2019/2020. Os principais gastos são realizados com compromissos de desapropriação, custas cartoriais, despesas com indenizações, além despesas com compromissos ambientais (compensação ambiental e plantio compensatório).

Nessas ações são previstos a execução de obras de engenharia e serviços como desapropriações, compensações ambientais, preservação de sítios arqueológicos, supervisão e gerenciamento. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.

Ação Orçamentária	PLOA 2022	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
116E - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis/GO - Uruaçu/GO - EF-151	3.386.661	36.385	36.385	32.874
116X - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO - EF-151	1.460.323	36.385	36.385	0
11ZD - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste/SP - Estrela D'Oeste/SP - EF-151	1.602.723	126.779	126.779	98.128
11ZE - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus/BA - Caetité/BA - EF-334	5.592.645	74.989	74.988	16.590
11ZH - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouro verde de Goiás/GO - São Simão/GO - EF-151	6.180.650	65.748	65.748	65.748
11ZI - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória/MG - Iturama/MG - EF-151	1.514.722	1.112.958	1.112.958	1.078.474
124G - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334	450.000.000	202.366.664	202.366.663	117.272.746
15P7 - Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	1.177.855	1.023.807	0	0
15V3 - Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) - EF-354	22.190.832	10.552.860	10.552.860	725.759
2000 – Administração da Unidade	1.255.000	377.878	377.877	6.193
20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	38.832.619	32.669.483	32.669.483	12.015.748
5E83 - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis/TO - Palmas	3.802.858	36.385	36.385	32.874

Tabela 18 – Orçamento de Investimentos 2022 (R\$ 1,00)
Fonte: Tesouro Gerencial

Em 2022 foram realizados R\$ 131 Milhões em pagamentos de investimentos, o que representa 53% do montante de recursos orçamentários disponibilizados em 2022. Para o período foram disponibilizados R\$ 424 Milhões considerando recursos provenientes de LOA e RAP para aplicação direta na Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOI II.

Considerando os investimentos realizados na ação 124G ao longo de 2022, foi possível avançar cerca de 29 km na construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Trecho de Caetité/Barreiras – BA – FIOL II.

4.2.2.3. Custeio

As despesas de custeio englobam os pagamentos realizados com administração de polos e sede, despesas de manutenção e em Tecnologia da Informação. Considerando as despesas de 2022, foram empenhados 96% e pagos 63% da Dotação atualizada.

A realização a menor das despesas de custeio teve como principal justificativa a atuação da atual gestão com forte apelo no sentido de otimizar as despesas e proporcionar economia com apoio e suporte administrativo.

Ação Orçamentária	PLOA 2022	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
005 – Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	665.300	0,00	0,00	0,00
022 – Sentenças Judiciais	1.725.000	1.725.000	127.712	127.712
2000 – Administração da Unidade	34.999.870	29.894.954	29.894.951	22.549.102
2004 – Assistência Médica e Odontológica	7.080.031	5.730.031	4.467.735	4.064.312
20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	5.511.000	18.115.416	18.115.416	8.672.756
212B – Benefícios aos empregados	9.047.249	8.697.249	8.386.497	7.501.986
218S – Apoio Ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento de Emp.	5.586.673	5.251.473	5.251.473	2.824.179
218T – Manutenção e Operação de Infraestrutura de TI	20.715.490	5.723.924	5.723.923	1.448.328

Tabela 19 – Outras Despesas Correntes 2022 (R\$ 1,00)
Fonte: Tesouro Gerencial

4.2.2.4. Indicadores de gestão orçamentária

Em atendimento à Lei 13.303 de 2016, LRF (Lei Complementar 101 de 2000) e Portaria nº 65, de 17 de junho de 2020 do MINFRA, foram fixados para efeito de avaliação objetiva das despesas administrativas, indicadores e metas para monitoramento orçamentário durante o exercício orçamentário do ano de 2022, a seguir apresentamos os indicadores e sua evolução a cada trimestre: valor empenhado/limite de empenho; liquidado no exercício/empenhado no exercício.

4.2.2.4.1. Valor empenhado / Limite de empenho

O indicador tem como finalidade retratar o esforço da administração de realizar os gastos previstos na lei orçamentária de 2022, sem considerar os restos a pagar inscritos e reinscritos.

Neste ano a Infra S.A conseguiu empenhar 100% dos recursos orçamentários destinados a

investimentos. Para as despesas de custeio, foram empenhados 96%, da dotação atualizada e disponibilizada a cada trimestre.

		1º TRIMESTRE	JAN-MAR	2º TRIMESTRE	ABR-JUN
Meta 1	EMPENHADO/LIMITE EMPENHO	Valor	Indicador	Valor	Indicador
	EMPENHADO	337.091.363	77%	280.366.704	82%
	LIMITE EMPENHO	435.114.865		343.114.865	
		3º TRIMESTRE	JUL-SET	4º TRIMESTRE	OUT-DEZ
Meta 1	EMPENHADO/LIMITE EMPENHO	Valor	Indicador	Valor	Indicador
	EMPENHADO	242.623.536	95%	274.734.046	100%
	LIMITE EMPENHO	256.501.736		275.757.859	

Tabela 20 – Valor empenhado / Limite de empenho

4.2.2.4.2. Liquidado no exercício / Empenhado no exercício

Esse indicador reflete as liquidações orçamentárias do exercício (LOA 2022) em comparação ao total empenhado, ocorridas nos períodos de análise. Reflete o a realização do que foi planejado para o orçamento de 2022 à medida que foram liberados os recursos para uso durante o ano.

		1º TRIMESTRE	JAN-MAR	2º TRIMESTRE	ABR-JUN
Meta 3	LIQUIDADADO NO EXERCÍCIO / EMPENHADO NO EXERCÍCIO	Valor	Indicador	Valor	Indicador
	LIQUIDADADO NO EXERCÍCIO	7.814.139	2%	9.266.400	3%
	EMPENHADO NO EXERCÍCIO	337.091.363		280.366.704	
		3º TRIMESTRE	JUL-SET	4º TRIMESTRE	OUT-DEZ
Meta 3	LIQUIDADADO NO EXERCÍCIO / EMPENHADO NO EXERCÍCIO	Valor	Indicador	Valor	Indicador
	LIQUIDADADO NO EXERCÍCIO	55.270.566	23%	144.722.253	53%
	EMPENHADO NO EXERCÍCIO	242.623.536		274.734.046	

Tabela 21 – Liquidado no exercício / Empenhado no exercício

4.2.2.4.3. Indicador de necessidade de recursos do Tesouro Nacional

O Indicador de Necessidade de Recursos mede o grau de dependência de uma empresa estatal junto ao Tesouro Nacional. Demonstra o percentual de despesas de funcionamento não cobertas com as receitas geradas pela empresa, necessitando de subvenção do Tesouro Nacional para custeio de suas atividades.

A metodologia, quando comparada ao Relatório do ano anterior, foi alterada para refletir o descrito na Portaria ME nº 6.425, de 7 de junho de 2021.

$$NR = \frac{\text{Despesas Totais} - \text{Receitas Totais}}{\text{Despesas Totais}}$$

Onde,

NR = Necessidade de Recursos do Tesouro Nacional.

Despesas Totais = todas as despesas constantes na DRE, inclusive depreciação e amortização, exceto as provisões e *impairment*.

Receitas Totais = todas as receitas, exceto as reversões de provisões e de *impairment* e as receitas decorrentes de atipicidades.

2022	2021
95,0%	96,2%

Tabela 22 – Resultados da Necessidade de Recursos do Tesouro Nacional

4.3. Gestão de custos

A Infra S.A. aprovou, por meio de deliberação da Diretoria Executiva da empresa, em 02/06/2022, a implantação do modelo de gestão de custos da Empresa, que visa atender às determinações legais e aumentar a capacidade de gerenciamento dos recursos à disposição da estatal. A iniciativa está vinculada ao Planejamento Estratégico da DIRAF e classificada como projeto prioritário pela Alta Administração.

Atualmente a empresa encontra-se em processo de desenvolvimento de sistema informatizado contendo a análise das principais áreas e projetos da empresa.

4.3.1. Conformidade legal (art. 50, §3º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria-STN 157, de 9 de março de 2011)

A referida legislação atrelada ao modelo de gestão de custos proposta é considerada como principal elemento de desenvolvimento do trabalho, a seguir estão elencadas as principais:

- **Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000** – Estabelece que a Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- **Lei nº 4.320, de 17/3/1964** – Estabelece que a Contabilidade deve permitir o acompanhamento dos custos dos serviços públicos industriais.
- **Decreto-Lei nº 200, de 25/2/1967** – Determina que a contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão.
- **Lei nº 10.180, de 6/2/2001** – Determina que a contabilidade deverá evidenciar os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal.
- **Decreto nº 93.872, de 23/12/1986** – Determina que a contabilidade deverá apurar os custos dos projetos e atividades de forma a evidenciar os resultados da gestão.
- **Portarias STN nº 157, de 9/3/2011 e nº 716, de 24/10/2011** – Implementam o Sistema de Custos do Governo Federal com definições das suas atribuições e abrangências.

4.3.2. Estimativa de custos por área de atuação, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte

Estima-se que, com o modelo previsto de trabalho seja possível identificar, por meio do método da

departamentalização, a formação de custos da Infra S.A. e assim, por meio da tecnologia, disponibilizar os dados e análises para o público interno e externo.

4.3.3. Estimativa de custos por programa governamental, demonstrando em que medida eles se relacionam com o alcance da missão institucional da UPC e contribuem para ele.

Além da análise de custo dos empreendimentos identificados, o modelo de implantação prevê a utilização de alocação de custos por meio do método de absorção para os empreendimentos. Considerando que os projetos em desenvolvimento pela empresa preveem recursos em LOA, entende-se que tal informação será disponibilizada após a conclusão da ferramenta computacional. Além disso, há a previsão de estruturação de custos diretos dos empreendimentos e custos indiretos dos empreendimentos, criando uma análise detalhada dos projetos desenvolvidos pela empresa.

4.3.4. Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos.

Com desafios podemos citar os diversos tipos de gastos da empresa com suas diversas naturezas, que atendem uma variedade de objetivos no processo de transformação de seus recursos em produtos e serviços finais. O estudo referente à implantação do sistema de custos na Infra S.A. trata-se de um trabalho dinâmico, cujos primeiros passos foram desenvolvidos neste trabalho. O processo de desenvolvimento das atividades e as mudanças na forma da gestão Pública mostrarão as próximas etapas dessa atividade.

Compete à Superintendência de Planejamento e Orçamento (SUPOF) elaborar relatórios de custos dos empreendimentos e da administração, com informações financeiras extraídas do SIAFI e com informações de dados físicos encaminhadas pelas unidades responsáveis.

A compreensão dos resultados agregados deste trabalho deve ser motivo de comunicações internas, buscando, assim, a máxima efetividade em sua implementação. A forma e os limites devem ser apresentados a todos visando dar visibilidade ao sistema de custos, de maneira útil às tomadas de decisões.

Quanto mais fidedigna for a informação de custos ou dados físicos, maior será o grau de clareza e segurança dos gestores para analisar, planejar e tomar decisões. Conforme Eliseu Martins (2003), a “má informação é, muitas vezes, pior do que nenhuma. Não raro é preferível deixar de se ter um dado do que tê-lo errado, principalmente se nele a gente acreditar.”

A etapa atual do projeto está relacionada ao desenvolvimento do sistema informatizado, no qual se realizará o cruzamento das informações de custos e dados físicos, bem como a abertura das informações de caráter geral para o público interno e externo.

Mudanças de ordem externa, a exemplo da implantação do sistema E-Social, viabilizaram-se como adequações que devem ser utilizadas de forma integrada a ferramenta e útil para o correto desenvolvimento dos dados.

4.4. Gestão de pessoas

A Infra S.A. S.A é uma Empresa Pública que se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis e trabalhistas. Nessa seara, possui uma mão-de-obra composta por empregados públicos que se submetem à Consolidação de Leis Trabalhistas, atuando, então, como celetistas.

Para assegurar a conformidade com a CLT e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas de seus empregados públicos, a Infra S.A. S.A, por meio da Superintendência de Gestão de Pessoas – SUGEP, verifica constantemente eventuais alterações em tais legislações, a fim de atender as regras e diretrizes estabelecidas, além de orientar suas unidades internas para o cumprimento dos regramentos estabelecidos. Atuando regularmente de maneira proativa na atualização de seus normativos internos.

4.4.1. Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamentos e na gestão de pessoas

Gestão de Pessoas:

- **PEA – Plano Educacional Anual 2022-2023** - documento que contém a consolidação das informações do levantamento de necessidades de capacitação, além de uma síntese do Plano de Ações voltado para a melhoria dos processos de capacitação e detalhes sobre os eventos internos e externos a serem promovidos pela empresa, todos alinhados ao planejamento estratégico.
- **Dicionário de Competências** – documento onde estão destacados os objetivos, os normativos reguladores, uma breve conceituação de competência, os subsídios da gestão por competências, a classificação e descrições das competências que compõem o rol de competências da empresa, todas alinhados ao planejamento estratégico.
- **PORTARIA Nº 80**, de 24 de fevereiro de 2021 disciplina a lotação mínima de pessoal de cada unidade no âmbito Valec.
- **RESOLUÇÃO NORMATIVA Valec Nº 16/2021/CONSAD-Valec** de 19 de agosto de 2021 - Institui a Política de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT e define os respectivos programas, projetos e ações de QVT no âmbito da Valec.
- **RESOLUÇÃO NORMATIVA Valec Nº 13/2021/CONSAD-Valec** de 30 de julho de 2021 - Institui a Política de Capacitação e de Desenvolvimento Profissional no âmbito da Valec.
- **RESOLUÇÃO NORMATIVA Valec Nº 18/2021/CONSAD-Valec** de 21 de outubro de 2021 - Institui o Regulamento de Pessoal, o qual dispõe sobre as relações de trabalho entre a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e seus empregados regidos pelos Planos de Cargos e Salários da Valec 2007 e 2012, do extinto GEIPOT, da extinta RFFSA e da extinta FEPASA.
- **RESOLUÇÃO Valec Nº 3/2021/DIREX-Valec/PRESI-Valec** de 31 de março de 2021 - Institui e regulamenta o Teletrabalho no âmbito da Valec.
- **PORTARIA Nº 741**, de 17 de dezembro de 2019, que dispõe sobre critérios, requisitos e procedimentos a serem observados para o provimento dos cargos comissionados da Valec.
- **RESOLUÇÃO Valec Nº 002/2020/DIREX-Valec/PRESI-Valec de 10 de junho de 2020** - Institui

e regulamenta o Controle de Frequência, o qual dispõe sobre a jornada de trabalho, horário de expediente, banco de horas, serviço extraordinário, período noturno e procedimentos para registro, acompanhamento e controle de empregados e servidores públicos lotados na Valec.

- **RESOLUÇÃO Valec Nº5/2020/CONSAD-Valec** de 20 de agosto de 2020 - Institui e normativa os procedimentos relacionados à cessão e requisição de empregado e servidores públicos no âmbito da Valec.
- **RESOLUÇÃO NORMATIVA Valec Nº 6/2022** - Dispõe sobre o programa de estágio obrigatório e não obrigatório no âmbito da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

4.4.2. Avaliação da força de trabalho Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamentos e na gestão de pessoas

O quadro de pessoal da Infra S.A. S.A divide-se em cargos efetivos e cargos comissionados. Atualmente a empresa dispõe de um quadro de pessoal efetivo diverso, em razão da existência de quatro Planos de Cargos e Salários distintos, a saber: PCS Valec 2007, PCS Valec 2012, PCS GEIPOT e PCS RFFSA (dentro do quadro da RFFSA há os empregados da extinta FEPASA). Sendo os dois últimos oriundos de empresas extintas que tiveram o seu quadro de pessoal incorporados pela Valec (incorporou a EPL e deu origem à Infra S.A.).

Em maio de 2022, por meio do DECRETO Nº 11.081, DE 24 DE MAIO DE 2022, foi autorizada a incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL pela Valec -Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. A incorporação foi concretizada em 30 de setembro do mesmo ano, dando origem à Infra S.A. S.A, momento em que houve a incorporação de mais uma estrutura de pessoal.

Essa diversidade de planos de cargos e salários e de estruturas de pessoal impacta na gestão de pessoas, tendo em vista a especificidade de cada grupo devido a sua diferença geracional, que incorre num quadro de pessoal segmentado em escolaridade, atribuições, idade e qualificação.

Por isso, a SUGEP necessita realizar levantamento da atual situação de dimensionamento de pessoas na Empresa, a fim de identificar e adotar as melhores práticas de gestão, visando também, adequar o quadro à realidade do atual cenário em que a empresa se encontra.

No que se refere aos cargos comissionados, salienta-se que os procedimentos e critérios adotados para provimentos de tais cargos estão dispostos na Portaria Valec nº 741/2019.

Frisando-se que o referido normativo visa assegurar a nomeação de pessoas com capacidade e as competências adequadas a cada cargo, priorizar a ocupação dos cargos comissionados pelos empregados públicos efetivos da empresa e proporcionar uma cultura de integridade, essencial para uma boa governança.

Por fim, de modo resumido, conclui-se que a força de trabalho é composta por empregados provenientes de contratação direta, concursados e transferidos de órgão e entidades extintos.

Sendo importante apresentar os dados acerca da distribuição dos empregados por classificações, conforme os tópicos a seguir:

4.4.2.1. Por faixa salarial

Abaixo a média salarial por grupo de empregados:

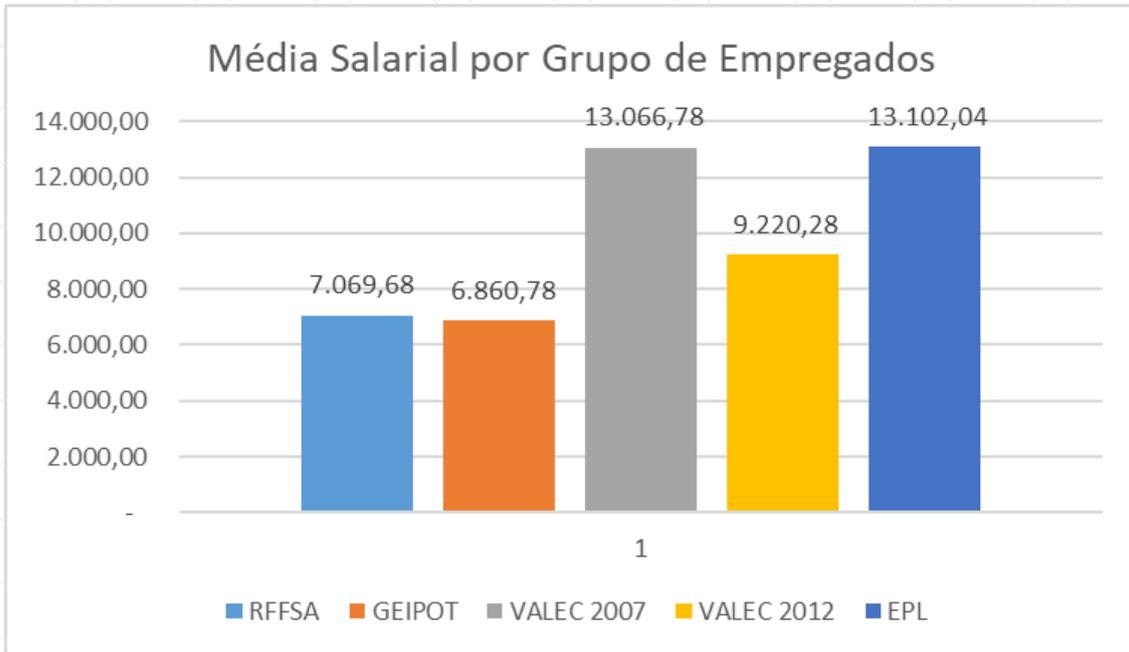


Figura 29 – Média salarial dos empregados

4.4.2.2. Por gênero

A força de trabalho da Infra S.A. é composta em seu quadro por 66,17% do gênero masculino e 33,83% do gênero feminino, mas em se tratando dos cargos comissionados, estes são ocupados 44% por mulheres. Por fim, de modo resumido, conclui-se que a força de trabalho da Infra S.A. é composta por empregados provenientes de contratação direta, concursados e transferidos de órgão extintos.

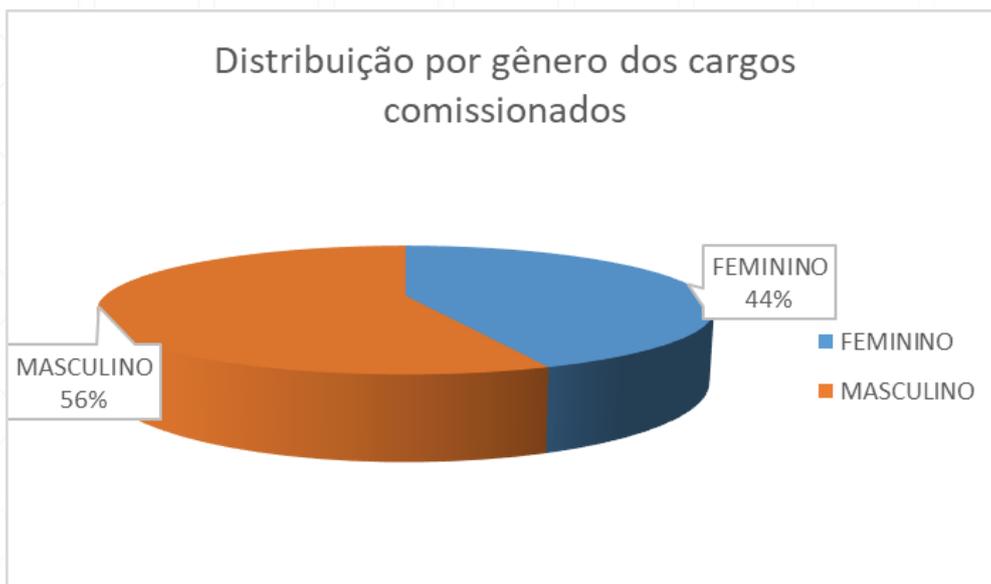


Figura 30 – Distribuição por gênero dos cargos comissionados

4.4.2.3. Por necessidade especial

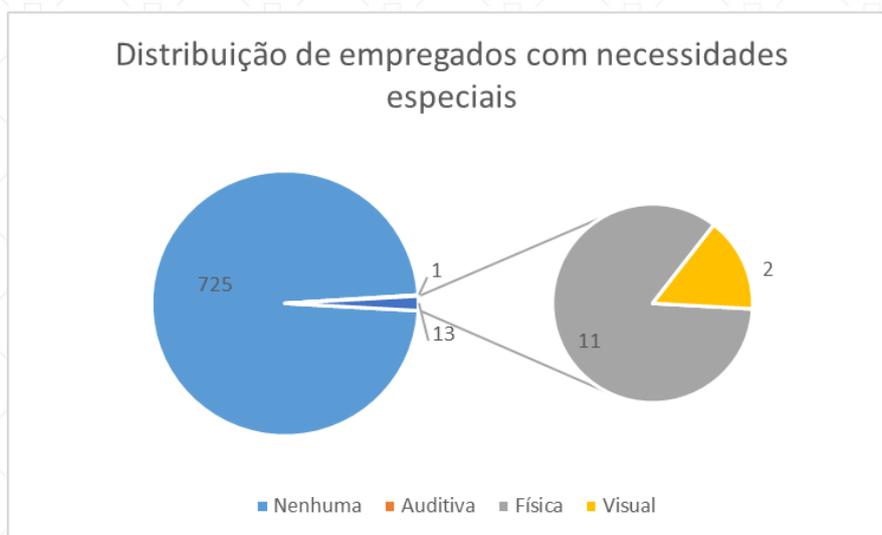


Figura 31 – Distribuição de empregados com necessidades especiais

Deficiência	Atuam na Infra S.A.	Cedidos	Total Geral
Nenhuma	478	247	725
Auditiva	1		1
Física	9	2	11
Visual	1	1	2
Total Geral	489	250	739

Tabela 23 – Distribuição de empregados com necessidades especiais

4.4.2.4. Por faixa etária

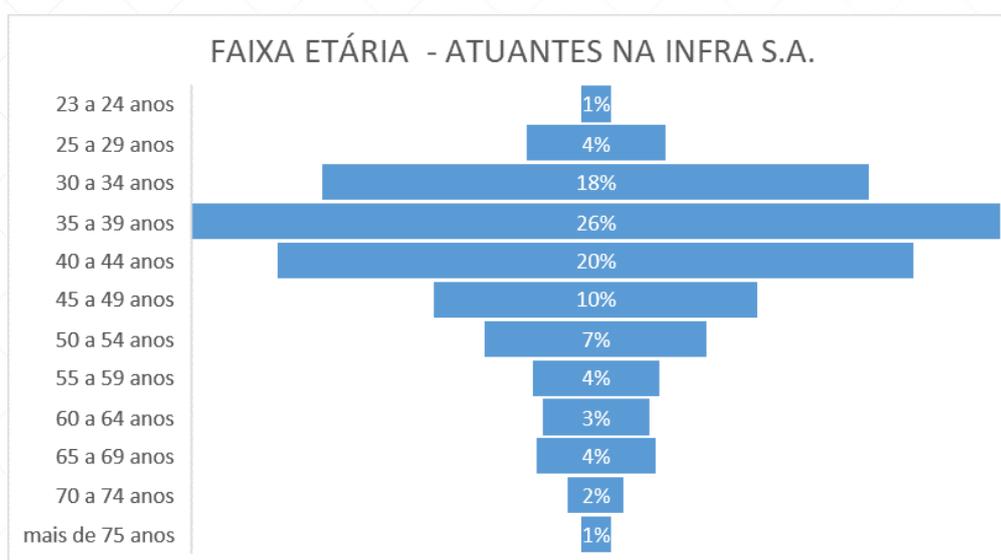


Figura 32 – Faixa etária dos empregados atuantes na Infra S.A.

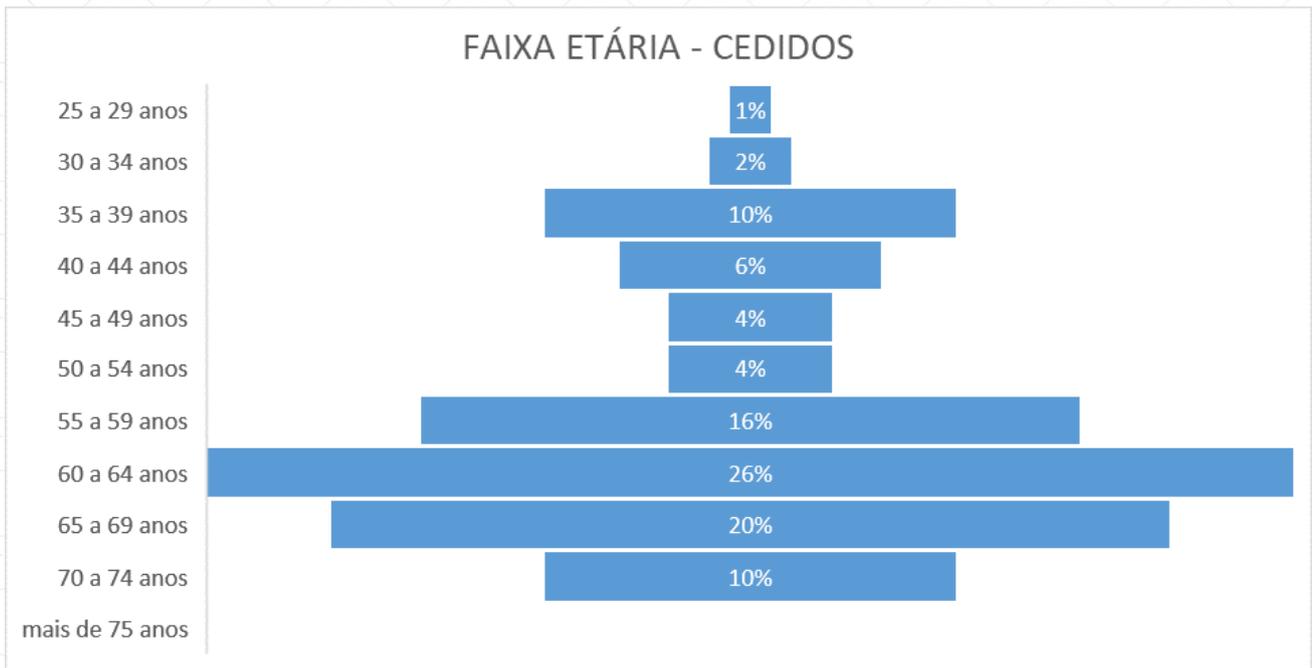


Figura 33 – Faixa etária dos empregados cedidos

4.4.2.5. Por situação funcional e por carreira

QUADRO	LOTAÇÃO AUTORIZADA	LOTAÇÃO EFETIVA	CEDIDOS
VALEC 2012	515	343	64
VALEC 2007	-	57	47
RFFSA	165	134	124
GEIPOT	49	36	15
SUBTOTAL EFETIVOS	872	558	257
PCC	-	46	-
EPL	143	137	-
CONSELHEIROS	-	9	-
DIRETORES	-	5	-
TOTAL GERAL	1015	755	257

Tabela 24 – Distribuição dos empregados por situação funcional e por carreira

4.4.2.6. Por local de trabalho

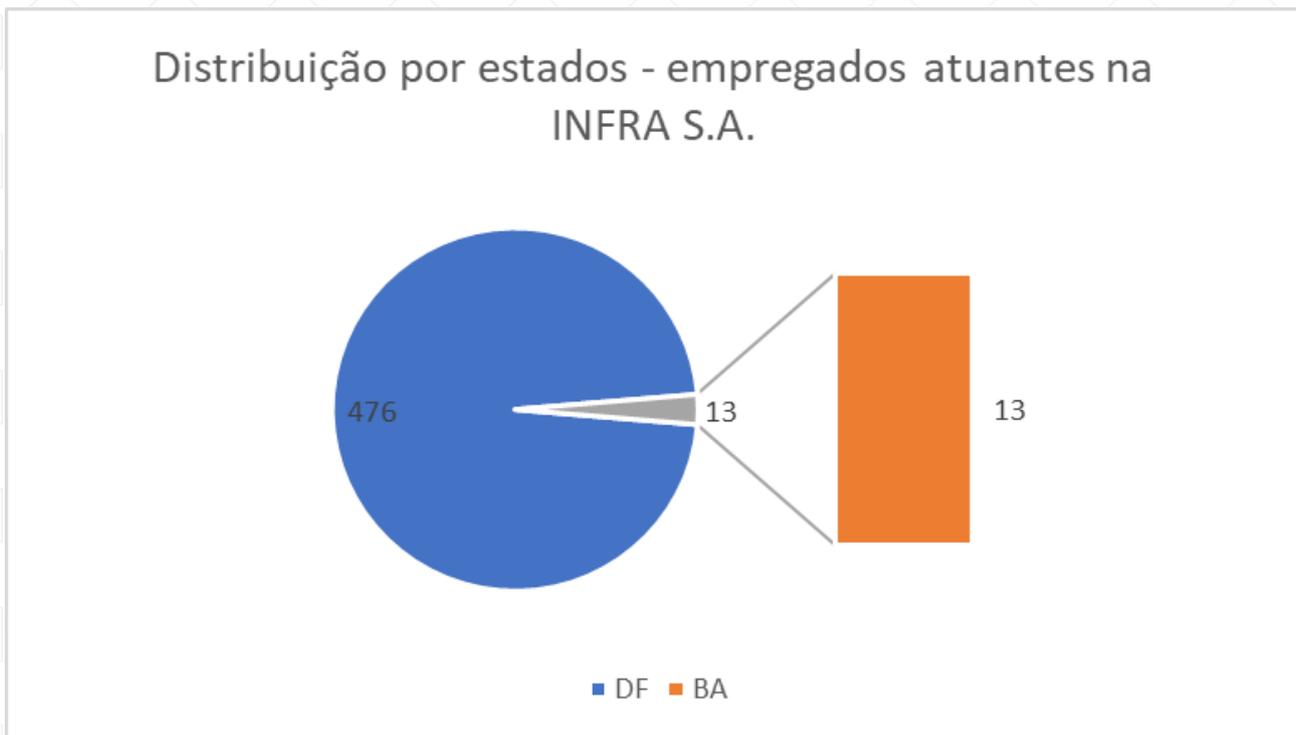


Figura 34 – Distribuição dos empregados atuantes na Infra S.A.

4.4.2.7. Por estagiários por área

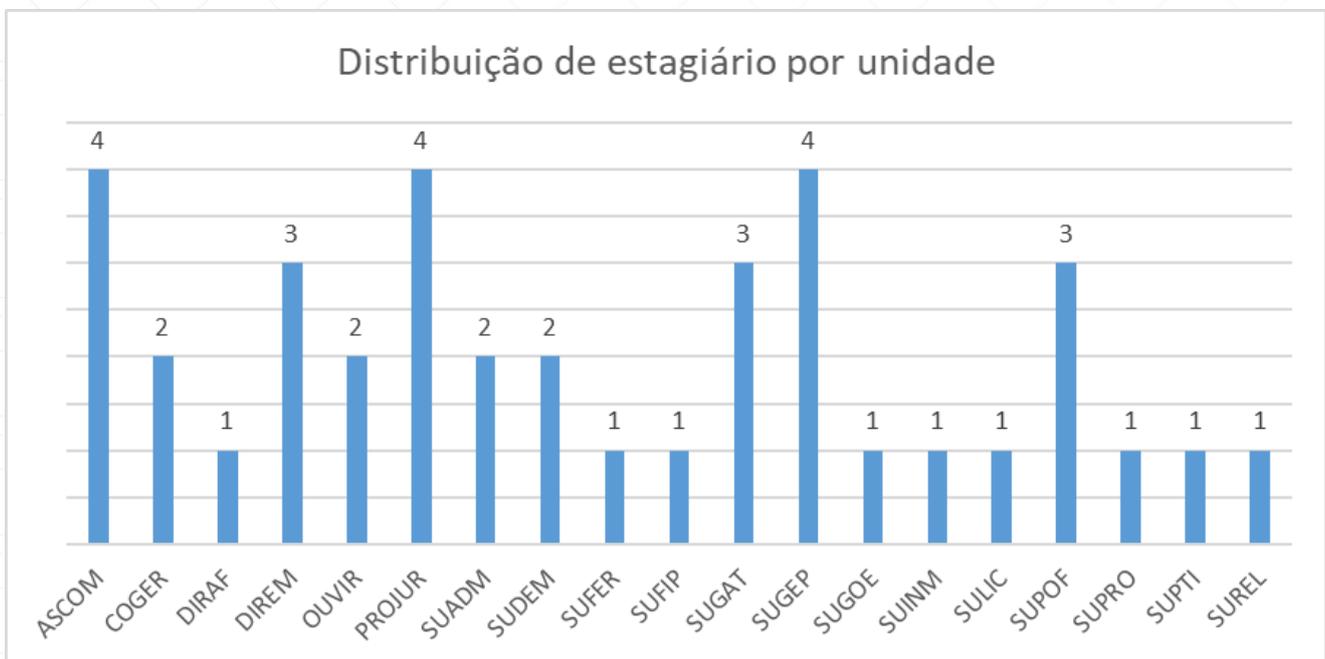


Figura 35 – Distribuição dos estagiários por área

4.4.2.8. Lotação por diretoria

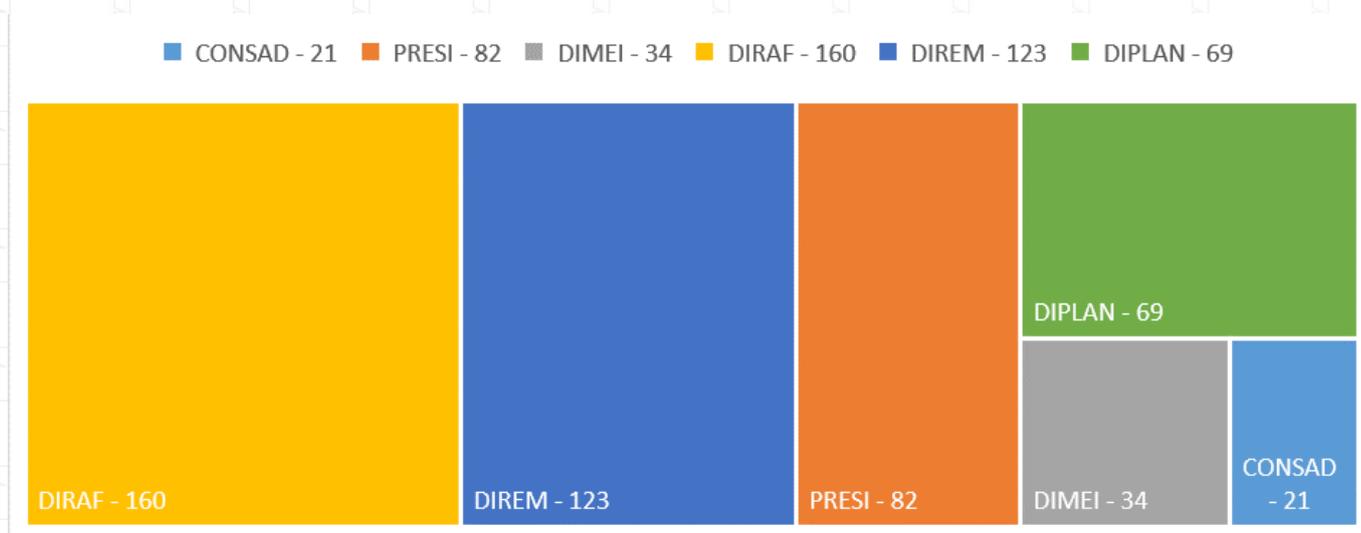


Figura 36 – Distribuição dos empregados por diretoria

4.4.3. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas, situação de empregados com condições de aposentadoria;

O provimento dos cargos efetivos na Infra S.A. S.A ocorre por meio de concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988.

Até a presente data, houve apenas um concurso público que foi realizado pela Valec em 2012, e que teve sua validade vencida em outubro de 2016. A Infra S.A. S.A, até o presente momento, não realizou concurso público.

Por não haver ingresso de novos empregados há muito tempo, visando tornar mais eficiente a distribuição dos empregados nas unidades administrativas, fez-se um estudo em fevereiro de 2021 e editou-se a Portaria de Lotação Mínima (Portaria nº 80, de 24 de fevereiro de 2021). Esta aprovou e disciplinou a lotação mínima de pessoal de cada unidade no âmbito entidade, a época, bem como, as necessidades de pessoal identificadas pelo parâmetro estabelecido, de forma a efetivar a gestão de pessoas com foco em competência e meritocracia.

E conforme consta da já citada Portaria Valec nº 741/2019 os cargos comissionados são providos após habilitação junto ao MINFRA e desde o final de 2020 vem sendo implementada uma cultura de prover os cargos comissionados por meio de processos seletivos internos, priorizando a seleção de empregados ocupantes de cargo efetivo.

Também foram realizados processos seletivos internos, sucessão gerencial, realocação e desligamentos de forma estratégica e planejada como o Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

4.4.3.1. PDV 2022

Entre abril a maio 2022 foi realizado o PDV direcionado aos empregados dos quadros em extinção na Empresa, GEIPOT, RFFSA e Valec 2007.

O Público-alvo do PDV 2022 (109 empregados) foi estimado em 40% do público elegível de 267

empregados, composto pelos empregados dos quadros da exRFFSA, ex-GEIPOT e Valec PCS 2007. Essa meta percentual foi determinada com base no histórico de adesões de programas anteriores e outras experiências de estatais. No total 29 empregados aderiram ao PDV 2022, representando 26,61% do público-alvo estimado e 10,86% do público elegível.

Com relação ao tempo de retorno do investimento feito (pay back), a previsão prevista foi de 9,29 meses para que a Infra S.A recuperasse o valor despendido com o PDV. Após a execução, chegou-se ao pay back de 8,29 meses, superando a estimativa inicial em 01 mês.

O custo com incentivos do PDV 2022 foi de R\$ 3.052.923,00 representando uma economia anual efetiva para a Infra S.A na ordem de R\$ 4.419.641,00.

4.4.4. Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/a diminuição.

4.4.4.1. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2022	33.361.798,74	3.539.272,74	2.892.368,08	2.616.076,97	0,00	0,00	0,00	0,00	469.110,91	42.878.627,43
	2021	32.315.324,80	7.344.673,70	3.225.099,10	3.795.838,56	0,00	0,00	0,00	0,00	136.881,59	46.817.817,76
SERVIDORES DE CARREIRA SEM VÍNCULO COM O ÓRGÃO DA UNIDADE (Requisitados)											
Exercícios	2022	0,00	2.114.602,10	217.185,42	253.261,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.585.049,30
	2021	0,00	1.068.913,09	70.614,75	44.660,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.184.187,99
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2022	0,00	10.361.550,27	1.064.208,54	1.240.982,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.666.741,57
	2021	0,00	4.016.179,82	239.909,10	25.695,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.281.784,16
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2022	22.181.863,91	19.718,77	4.403.454,33	1.575.103,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.718.966,33	29.899.106,51
	2021	24.841.699,14	2.870.436,09	2.463.839,17	4.828.556,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.241.692,47	36.246.223,61
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tabela 25 – Despesas do pessoal: 31/12/2022

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) – Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)

4.4.5. Estratégia de valorização por desempenho e levantamento de necessidades de treinamento; estratégias para alavancar o desempenho e a eficiência, sistemas/ferramentas de apoio, trabalho remoto, valorização do ambiente e das condições de trabalho etc.

No ano de 2022, diversas ações foram adotadas com vistas a potencializar a governança de pessoas no âmbito da Infra S.A. S.A com foco no desempenho, na valorização meritocrática, na capacitação e no desenvolvimento de competências individuais e organizacionais para, assim, subsidiar a condução dos subsistemas de gestão de pessoas e a tomada de decisão alinhadas às necessidades da empresa para a consecução dos seus objetivos estratégicos. Dentre essas ações, destacam-se a continuidade:

Na gestão da capacitação e do desenvolvimento Profissional com foco em competências, na qual foi instituída a **Política de Capacitação e Desenvolvimento Profissional**, por meio da Resolução Normativa Valec nº 13/2021/CONSAD-Valec, cujos principais objetivos são:

- Promover a valorização dos empregados por meio do desenvolvimento permanente;
- Fomentar para que a gestão de desenvolvimento de pessoas na Infra S.A. seja orientada pelo mérito e para o interesse público, tendo em vista o cumprimento da missão institucional;
- Orientar a gestão da capacitação e do desenvolvimento de competências no âmbito da Infra S.A.; e
- Fundamentar o planejamento e a execução do Plano Anual Educacional – PEA.

No **PEA/2022-2023** que foi construído com base nas demandas apresentadas pelas unidades organizacionais da empresa a partir dos respectivos Levantamento das Necessidades de Treinamento – LNT e dos resultados da Avaliação de Desempenho. Isso oportunizou identificar lacunas de competências e foi possível a consolidação de Programas Temáticos balizados no **Dicionário de Competências** vigente.

Essas ações buscaram integrar as diferentes formas de oferta da capacitação, síncronas e assíncronas, por meio de contratações ou parcerias com agentes e entidades públicas. Utilizou-se também a divulgação do catálogo de cursos EaD disponíveis pelas Escolas Virtuais de Aprendizagem públicas e privadas, oferta de Bolsas de Estudos para os cursos de graduação, pós-graduação e cursos de idiomas.

Em 2022, foram capacitados 183 empregados em eventos promovidos ou patrocinados pela **empresa, o que representa 32,8% dos 558 efetivos, subtraindo-se os cedidos**. Ao todo, foram **17** eventos de capacitação, totalizando 288 horas. Já por autodesenvolvimento, foram 19 colaboradores capacitados em 45 tipos diferentes de eventos de capacitação totalizando 1.101 horas.

No Teletrabalho que foi instituído por meio da Resolução Valec Nº 3/2021/DIREX-Valec/PRESI-Valec cujos principais objetivos são:

- Aumentar a produtividade, a qualidade do trabalho dos empregados;
- Promover mecanismos para atrair empregados; e
- Motivá-los e comprometê-los com os objetivos da instituição, tendo por requisitos a estipulação de metas de desempenho (diárias, semanais e/ou mensais) no âmbito da unidade alinhadas aos objetivos estratégico da Empresa, e a elaboração de plano de trabalho individualizado (PTI).

Na implementação da ferramenta Plano de Trabalho Individual (PTI): construído no Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, tem oportunizado aos empregados, a partir do alinhamento com os seus respectivos gestores, planejarem e pactuarem as suas metas e entregas (serviços ou produtos), registrando-as mensalmente, e nessa dinâmica lhes é possível avaliar resultados e discutir questões atinentes ao desempenho individual, coletivo e institucional, numa visão alinhada à estratégia organizacional.

No SIGA, por meio do PTI, que foi planejado e desenvolvido para gerar subsídios para avaliação de resultados com foco em competência. Além disso, oportunizará reflexões relacionadas a melhoria da gestão dos processos de trabalho no âmbito das unidades organizacionais da Infra S.A..

Na instituição da Política de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) com vistas a orientar a gestão e adoção de medidas de intervenção no ambiente e na organização do trabalho com o intuito de valorizar o empregado, sendo definidos os respectivos programas, projetos e ações de QVT no âmbito da Infra S.A. Durante o ano foram realizadas 8 (oito) ações de desenvolvimento que abordaram temas para a construção de espaços laborais éticos e saudáveis:

- Homenagem ao Dia Internacional da Mulher;
- Campanha de vacina antigripal;
- Bate-papo sobre ética;
- Comunicação não violenta em parceria com a EPL;
- O Arraiá da EPL e da Valec;
- Comemoração - Dia do Advogado;
- XVIII Seminário do Fórum Nacional de Gestão da Ética das Empresas Estatais; e
- Workshop de Integração Infra S.A.

4.5. Gestão de licitações e contratos

A Superintendência de Licitações e Contratos, assim como todas as unidades, está em processo de adaptação, remodelagem e modernização, em razão da incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. à empresa Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ocorrida em 30 de setembro de 2022.

Diante da incorporação, os contratos da extinta EPL foram sub-rogados à Valec, a qual passou a geri-los.

Além disso, observou-se que os modelos de gestão são distintos. Enquanto a extinta EPL adotava uma gestão centralizada, a Infra S.A. adota um modelo de gestão descentralizada, no qual as unidades demandantes são responsáveis pela instrução dos processos de dispensa, inexigibilidade, portarias, garantias, aditamentos, apostilamentos, rescisões e processos de apuração de responsabilidade.

Dessa forma, as melhores práticas das empresas estão sendo avaliadas com vistas a aplicar com revisão dos normativos vigentes.

4.5.1. Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas utilizados.

Principais Normativos	
Norma	Objeto
Resolução nº 4/2022 - CONSAD	Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC
Resolução nº 2/2021 - DIREX	Norma de Gestão e Fiscalização de Contratos relacionados às atividades meio
Resolução nº 12/2020 - DIREX	Norma de Gestão e Fiscalização Contratos de Engenharia
Resoluções nº 3/2020 e nº 5/2020 - DIREX	Regramento do sistema de credenciamento como meio de contratação direta
Resolução nº 2/2022 - DIREX	Disciplina as Transferências Voluntárias
Resolução nº 3/2022 - DIREX	Rito ordinário para concessão de áreas e terminais logísticos de cargas
Resolução nº 4/2022 - DIREX	Estabelece o detalhamento para a execução do Planejamento Geral de Contratações Anual
Resolução nº 14/2021 - CONSAD	Estabelece os Limites de Competência para deliberação do CONSAD
Resolução nº 13/2022 - CONSAD	Princípios e Diretrizes para concessão de patrocínio
Resolução nº 4/2022 - DIREX	Processo sancionatório, rescisão unilateral e constituição de débitos

Tabela 26 – Principais Normativos

Além do arcabouço legal interno, as unidades utilizam check-lists para verificação da conformidade dos processos, bem como dispõe de diversos Pareceres Referenciais exarados pela Procuradoria Jurídica, por tema, em observância aos princípios da economicidade, celeridade, padronização e desburocratização.

4.5.2. Resumo dos valores de contratações classificadas pelos principais tipos de serviço ou bens, bem como com a indicação das áreas da organização favorecidas com a aquisição

No exercício de 2022, foram firmados 41 novos instrumentos contratuais, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Norma	Objeto	Unidade Responsável
Contratações de Tecnologia da Informação	R\$ 6.313.295,17	DIRAF
Obras e Serviços de Engenharia	R\$ 84.491.959,63	DIREM
Serviços contínuos	R\$ 2.282.987,85	DIRAF
Serviços continuados com mão de obra exclusiva	R\$ 567.455,45	DIRAF
Serviços não contínuos	R\$ 83.000,00	Diversas
Contratos de Receita**	R\$ 496.086,46	DIMEI

Tabela 27 – Resumo das contratações

*Valores homologados referente às contratações mais relevantes realizadas pela EPL em 2022 discriminadas no subitem 4.5.3.

**Exceto concessões e termos de credenciamento.



Figura 37 – Valor total dos contratos formalizados



Figura 38 – Contratos formalizados

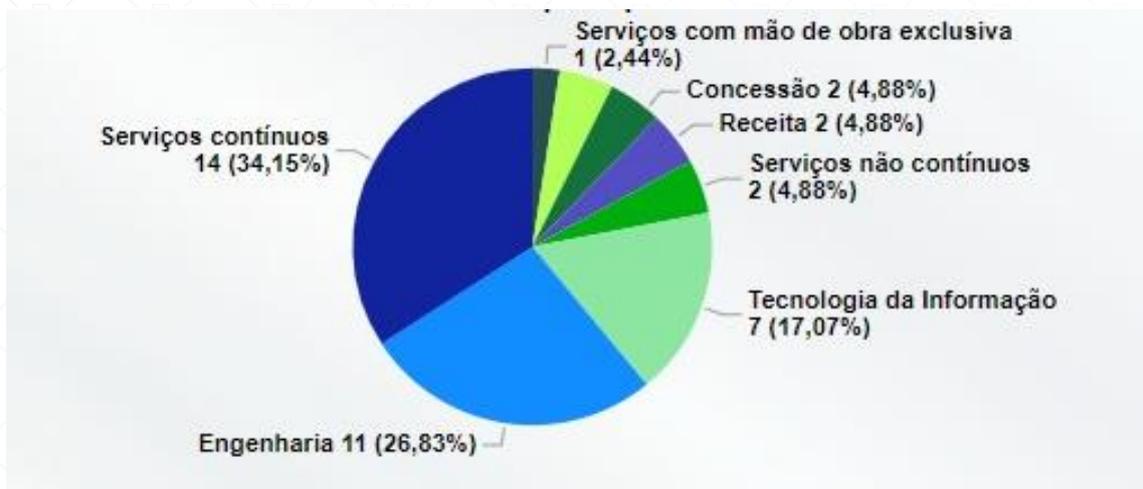


Figura 39 – Contratos por tipo



Figura 40 – Valor por contratos por tipo

4.5.3. Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

As contratações mais relevantes estão alinhadas com os objetivos estratégicos da extinta EPL e da Valec, disponíveis nos endereços eletrônicos: <https://portal.epl.gov.br/missao-visao-e-objetivos-estrategicos> e

<https://portal.valec.gov.br/documentos/governanca/mapa-estrategico-2023-2027-INFRA-21112022.pdf>

As contratações de atividade meio objetivam, de modo geral, garantir condições adequadas de trabalho aos funcionários da Infra S.A. S.A, provendo serviços de suporte logístico e permitindo cumprimento de sua missão institucional.

As contratações mais relevantes são das áreas finalísticas, conforme demonstra-se a seguir:

Objeto Resumido	Justificativa
<p>Edital nº 04/2022 (Valec)</p> <p>Arqueologia na FICO.</p> <p>Contratação consultoria especializada em arqueologia nas obras de construção da ferrovia de integração centro-oeste – FICO.</p>	<p>Atendimento de exigências do IPHAN, interveniente no Licenciamento Ambiental do IBAMA. A ausência dos serviços, poderá implicar a aplicação de multas pelo CNA/IPHAN e IBAMA, embargo das obras e suspensão da Licença de Instalação da FICO.</p>
<p>Objetivo Estratégico: Implementar e valorizar as iniciativas ambientais e sociais.</p>	
<p>Edital nº 05/2022 (Valec)</p> <p>Concessão do Pátio de Santa Helena/GO.</p> <p>Concessão de uso de Área para exploração de Terminal Intermodal no Pátio de Santa Helena de Goiás/GO, destinado à movimentação de granéis líquidos.</p>	<p>Operação e exploração do terminal para geração de receita.</p>
<p>Objetivo Estratégico: Desenvolver, comercializar e gerir produtos/serviços visando geração de receitas.</p>	

Objeto Resumido	Justificativa
<p>Edital nº 12/2022 (Valec)</p> <p>Concessão do Lote 4 de Porto Franco/MA.</p> <p>Concessão de uso de área para exploração de Terminal Intermodal Lote 4 no Pátio de Porto Franco/MA, destinado a movimentação e armazenagem de granéis sólidos agrícolas.</p>	<p>Operação e exploração do terminal para geração de receita.</p>
<p>Objetivo Estratégico: Desenvolver, comercializar e gerir produtos/serviços visando geração de receitas.</p>	
<p>Edital nº 08/2021 (EPL)</p> <p>Projeto BIM da Ferrogrão.</p> <p>Contratação de empresa para elaboração de projeto básico completo em BIM (Building Information Modeling) e estudo operacional para implantação da Ferrovia EF-170 (Ferrogrão).</p>	<p>Diretriz exarada pelo Ministério da Infraestrutura para a Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, por força do Decreto nº 10.368/2020, deve elaborar os estudos mencionados.</p>
<p>Objetivo Estratégico: Centralizar o planejamento de infraestrutura logística.</p>	
<p>Edital nº 01/2022 (EPL)</p> <p>Monitoração BR 040 e BR 163/MS.</p> <p>Contratação de empresa para execução de serviços técnicos especializados quanto a monitoração, por quilômetro, de trechos das rodovias federais BR-040 e BR-163/MS.</p>	<p>Diretriz exarada pelo Ministério da Infraestrutura para a Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, por força do Decreto nº 10.368/2020, deve elaborar os estudos mencionados.</p>
<p>Objetivo Estratégico: Centralizar o planejamento de infraestrutura logística.</p>	
<p>Edital nº 02/2022 (EPL) – EVTEA Rodovia do Aço e Rota do Oeste.</p> <p>Contratação de empresa para elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental de concessões dos seguintes Lotes Rodoviários: LOTE 1 - Rodovia do Aço; e LOTE 2 - Rota do Oeste.</p>	<p>Diretriz exarada pelo Ministério da Infraestrutura para a Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, por força do Decreto nº 10.368/2020, deve elaborar os estudos mencionados.</p>
<p>Objetivo Estratégico: Centralizar o planejamento de infraestrutura logística.</p>	

Tabela 28 – Contratações mais relevante

4.5.4. Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização.

O valor total das contratações diretas processadas, considerando-se tanto as contratações da EPL quanto as da Valec, perfaz o total de R\$ 5.511.570,11 (cinco milhões, quinhentos e onze mil, quinhentos e setenta reais e onze centavos) o que equivale a aproximadamente 5,84% (um inteiro e oitenta e quatro centésimos por cento) do valor total de contratações realizadas no exercício.

Principais Tipos	Quantidade	Valor	Justificativa
Dispensas de Licitação	31	R\$ 511.570,11	Art. 29, incisos V, II, IX e VII, da Lei nº 13.303/2016
Inexigibilidades de Licitação	30	R\$ 2.097.241,04	Art. 30, caput, incisos I e II, alínea “f”, da Lei nº 13.303/2016
Credenciamento Valec*	13	R\$ 2.899.019,67	Art. 30, caput, da Lei nº 13.303/2016

Tabela 29 – Resumo das contratações diretas

* Considerando-se o valor efetivamente pago às credenciadas em 2022.

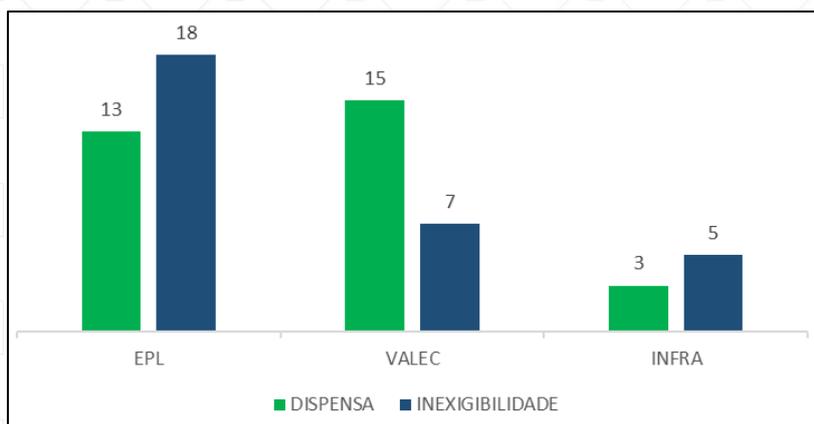


Figura 41 – Quantidade por Modalidade

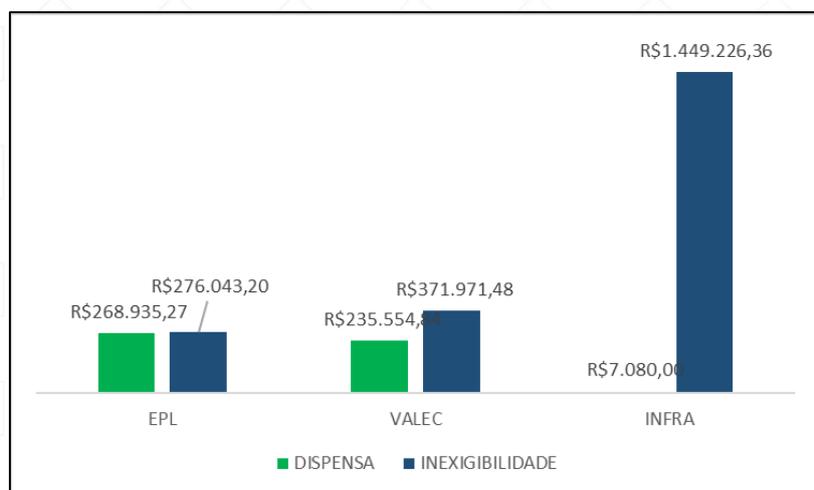


Figura 42 – Valor por Modalidade

4.5.5. Planejamento Anual de Contratações

Com relação ao planejamento anual de contratações, houve a consolidação das demandas da EPL e Valec, resultando no PCA/Infra S.A. AS, conforme cenário de execução de 2022:



Figura 43 – Quantidade de demandas de 2022 por status

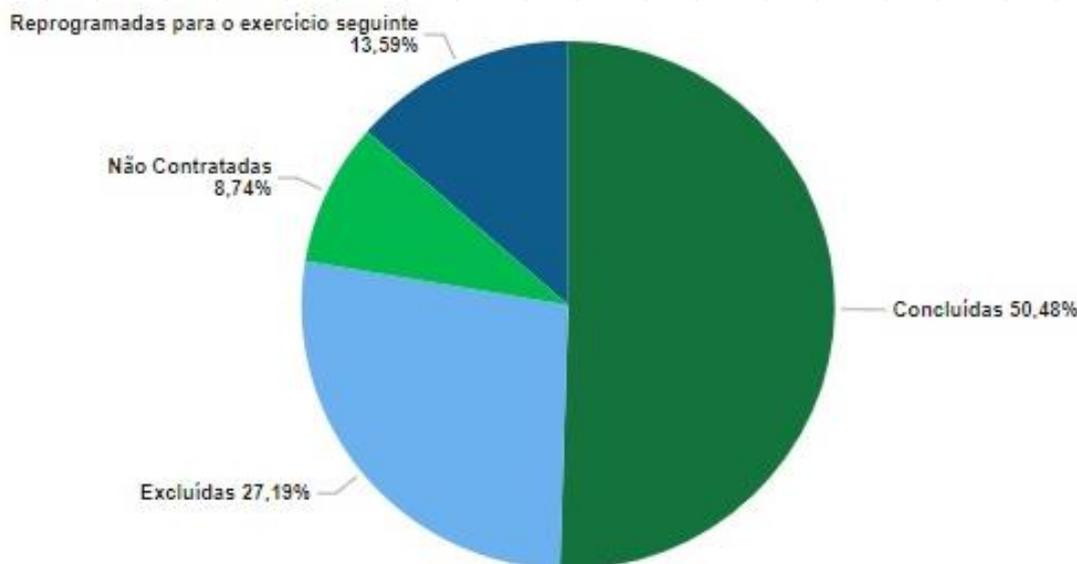


Figura 44 – Porcentagem de demandas de 2022 por status

Em razão da incorporação, as demandas originárias da EPL que não foram finalizadas até 30 de setembro de 2022 foram revisadas no planejamento da Infra S.A. para o exercício de 2023.

4.5.6. Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.

As metas não alcançadas no exercício de 2022 foram diretamente afetadas pelo processo de incorporação. Assim, em 2023 pretende-se ainda finalizar os seguintes procedimentos:

- Atualizar e modernizar o Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC;
- Padronizar os modelos de documentos;
- Formalizar o termo aditivo de sub-rogação de 5 (cinco) instrumentos;
- Solução de sombreamento de contratos.
- A normatização de diversos processos é um dos desafios para os próximos exercícios, em especial:
 - Atualizar e modernizar o Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC.
 - Padronizar os modelos de documentos do planejamento da contratação: Documento de Oficialização de Demanda, Termo de Referência, Edital e Contratos;
 - Gerenciar os riscos referente às licitações e contratos;
 - Centralizar o controle das contratações por dispensa e inexigibilidade;
 - Absorver as boas práticas de licitações e contratos; e
 - Aprimorar os fluxos referente às licitações e contratos.

Além disso, é primordial que haja a qualificação e atualização da equipe alocada por meio de um programa de treinamento constante.

4.6. Gestão patrimonial e de infraestrutura

A Infra S.A. nasce da incorporação da EPL com a Valec, as duas empresas estatais possuíam características comuns, uma vez que a única sócia era a União e ambas eram dependentes de recursos do orçamento.

De janeiro a setembro, as duas empresas faziam a gestão administrativa de contratos, imóveis, bens e acervo patrimonial e documental. A partir da incorporação a DIRAF por meio da Superintendência Administrativa passou a fazer a gestão da qualidade e eficiência dos bens móveis, imóveis edificados, materiais de consumo e serviços administrativos.

4.6.1. Serviços por Natureza

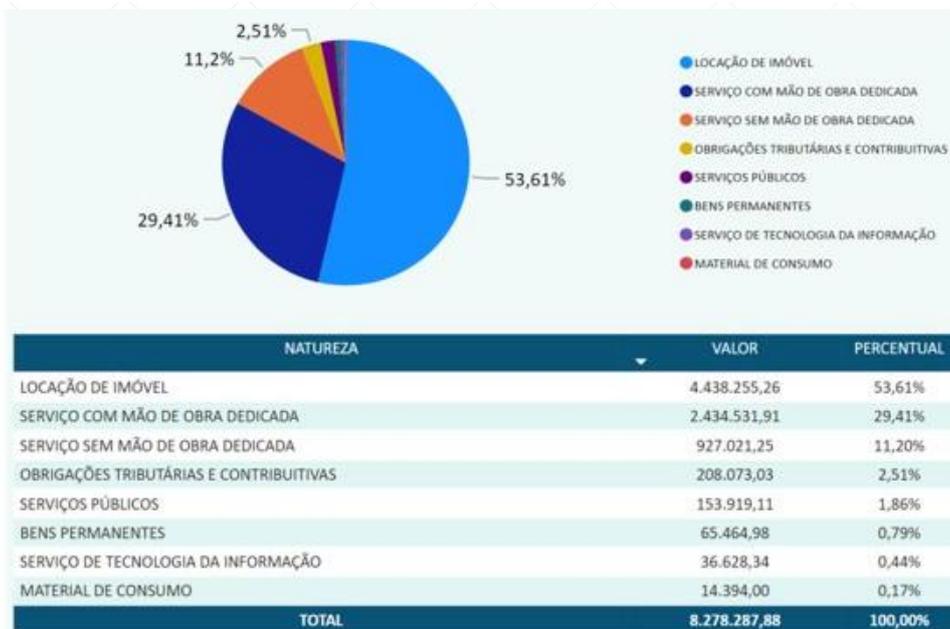


Figura 45 – Distribuição por natureza – Valec – Janeiro a setembro de 2022
Fonte: Registros de pagamentos constantes do SEI e do SIAFI – Valec.

4.6.2. Série Histórica de Despesas Administrativas

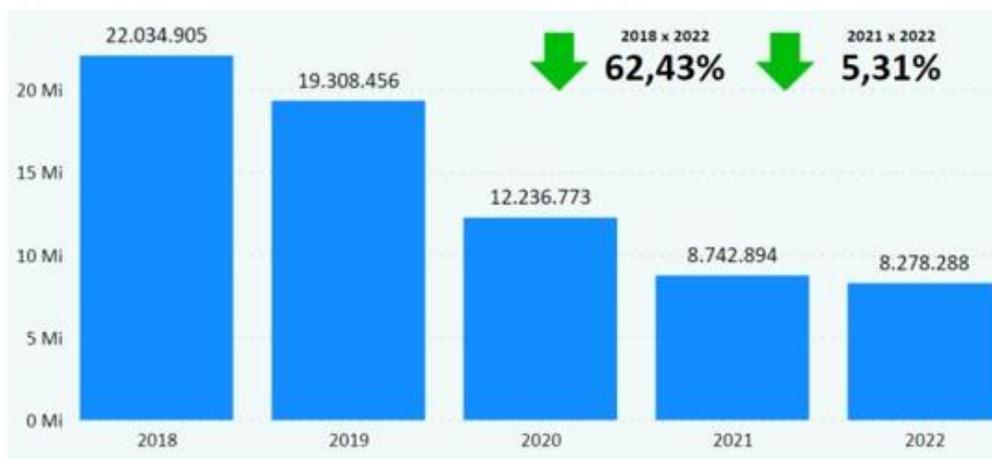


Figura 46 – Evolução das despesas por ano – Valec – Janeiro a setembro de 2022
Fonte: Registros de pagamentos constantes do SEI e do SIAFI - Valec.

Consideradas as despesas realizadas exclusivamente pela Valec até setembro de 2022, nota-se uma expressiva redução quando comparadas ao mesmo período dos últimos 5 (cinco) anos. Tal redução é resultante dos esforços realizados para otimizar a alocação de despesas sem perda da eficiência dos serviços. Embora em um patamar inferior, comparando-se ao ano imediatamente anterior (2021), a redução correspondeu a **5,31%**.

4.6.3. Despesas com diárias e passagens

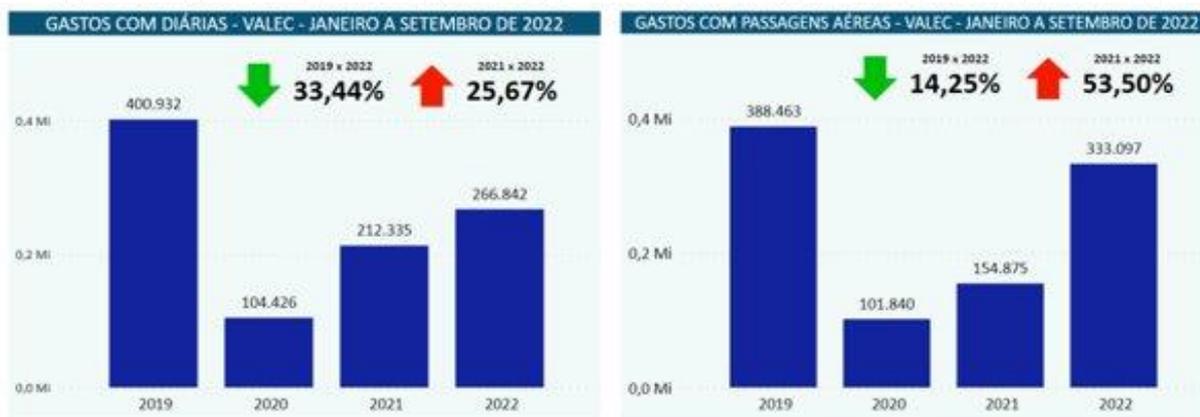


Figura 47 – Despesas com diárias e passagens
Fonte: Registros de viagens constantes do SCDP – Valec

Destacando-se as despesas realizadas com deslocamento de pessoal, pode-se verificar que, embora tenha havido crescimento do total nos últimos 3 (três) anos, ainda sim não se atingiu os níveis pré-pandemia. Isso indica que um menor número de viagens foi necessário, refletindo nas despesas com diárias e passagens. A ilustração acima apresenta os valores executados de janeiro a Setembro nos 4 (quatro) anos em análise, quando a Valec operava de forma separada da EPL. O total gasto nesse período de 2022 correspondeu a **R\$ 609.155,10** (além de diárias e passagens, foram gastos R\$ 9.215,69 com restituições).

4.6.4. Gastos por Estado



Figura 48 – Mapa de gastos por estados – Valec – Janeiro a setembro de 2022
Fonte: Registros de pagamentos constantes do SEI e do SIAFI – Valec

As despesas de custeio para funcionamento e apoio logístico geridas pela SUADM, no período de Janeiro a Setembro de 2022, se dividiram em 5 (cinco) estados do território nacional: Distrito Federal, Bahia, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. A maior parcela se concentrou no Distrito Federal (**94,26%**).

4.6.5. Maiores custos administrativos

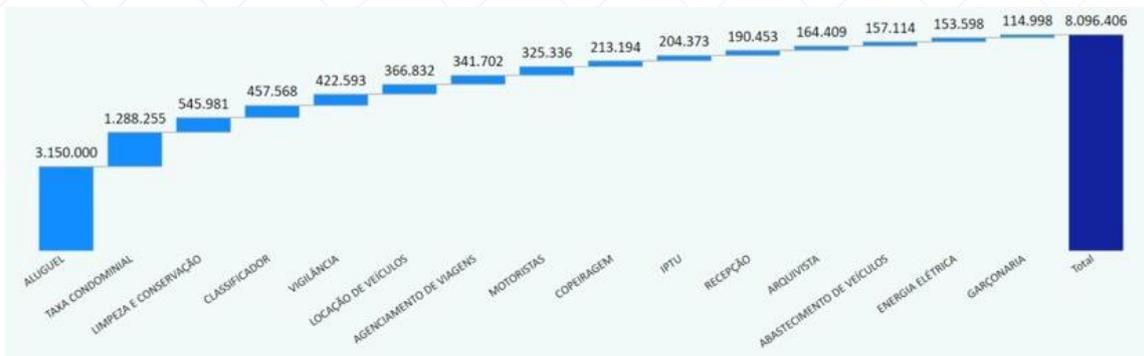


Figura 49 – Valor por objeto – Valec – Janeiro a setembro de 2022
Fonte: Registros de pagamentos constantes do SEI e do SIAFI – Valec

O Gráfico acima demonstra a distribuição das 15 (quinze) maiores despesas administrativas em valor total. O período compreendido é Janeiro a Setembro de 2022, considerando a operação exclusivamente da Valec. Conforme pode ser verificado, a maior parte das despesas é representada pela Locação de Imóvel e Serviços com Terceirização de Mão de Obra. Apenas esse grupo de 15 (quinze) objetos de despesa totalizou **R\$ 8.096.406,32 (97,80% do total)**.

4.6.6. Gestão Patrimonial

Em 2022 a gestão patrimonial das empresas era realizada de forma descentralizada até incorporação da EPL pela Valec. Os bens patrimoniais e o acervo documental continuaram separados fisicamente até o final de 2022.

A SUADM é responsável por acompanhar a gestão dos canteiros de obras localizados nos municípios de Guanambi, São Félix do Coribe e São Desidério, na Bahia, bem como o escritório de apoio jurídico localizado em Goiânia.

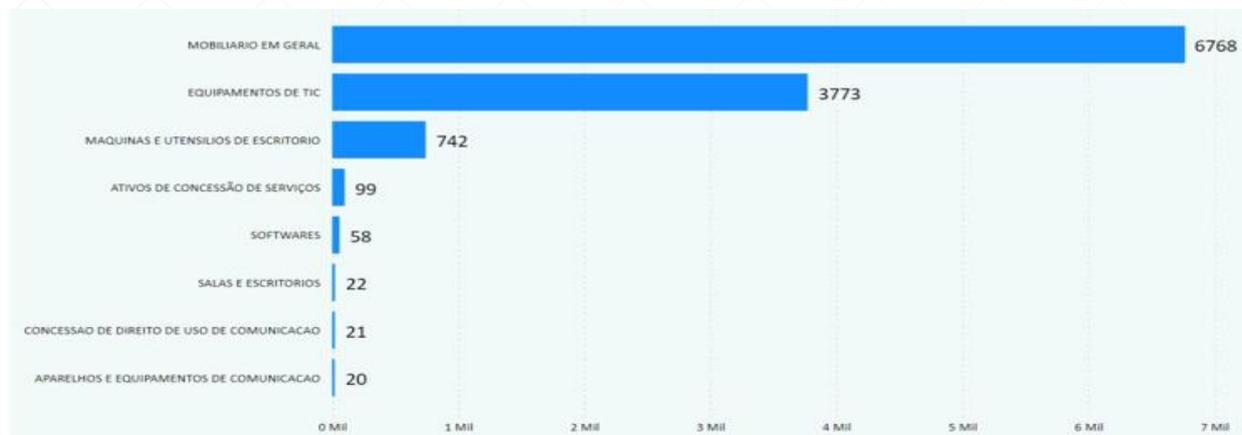


Figura 50 – Quantidade de bens por conta contábil – Valec – Janeiro a setembro de 2022
Fonte: Registros de Bens Patrimoniais constantes do SIADS – Valec

A maior parte dos bens integrante do Patrimônio da Valec até setembro de 2022 correspondiam a Mobiliário em Geral e Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Somados, essas duas contas contábeis representavam **91,64%** do total de itens tombados. Antes da incorporação, a Valec possuía um total de 11.503 (onze mil quinhentos e três) bens patrimoniais cujo valor contábil corresponde a **R\$ 14.594.031,74**.

O Patrimônio da Infra S.A. está distribuído em 7 (sete) estados do território nacional: Distrito Federal, Bahia, Goiás, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins. Destaca-se que o maior valor contábil dos bens corresponde ao Maranhão em funções dos Ativos de Concessão de Serviços – Pátio Modal de Porto Franco/MA que são de alto valor.

4.6.7. Infra S.A. – Outubro a Dezembro de 2022

Após a concretização da incorporação e início da operação da Infra S.A., foram integrados à gestão da SUADM 10 (dez) novos contratos advindos da extinta EPL. Os gastos com Locação de Imóvel e Serviços com Mão de Obra Dedicada permaneceram representando a maior parcela no último trimestre de 2022. O total das despesas nesse período correspondeu a **R\$ 4.256.127,25**.

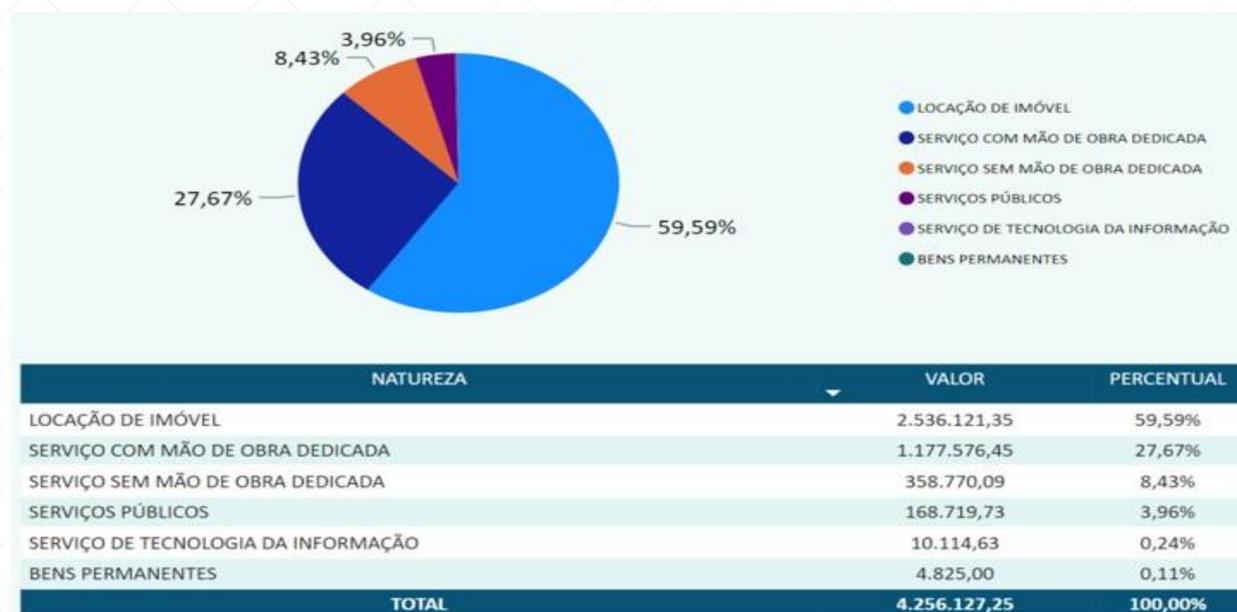


Figura 51 – Distribuição por natureza – Infra – Setembro a dezembro de 2022
Fonte: Registros de pagamentos constantes do SEI e do SIAFI – Infra S.A.

4.6.8. Despesas com diárias e passagens

Com a criação da Infra S.A., houve um incremento nos gastos com diárias e passagem que totalizaram um valor de **R\$ 345.474,93**, no período, sendo R\$ 146.173,78 em diárias e R\$ 199.301,15 em passagens. Esse acréscimo é devido ao aumento da força de trabalho e do valor das passagens aéreas no final de 2022. Cabe destacar, que essa diferença é em relação a 2021, quando ainda existiam as restrições devido a pandemia de COVID-19.

4.6.9. Gestão Patrimonial e de infraestrutura

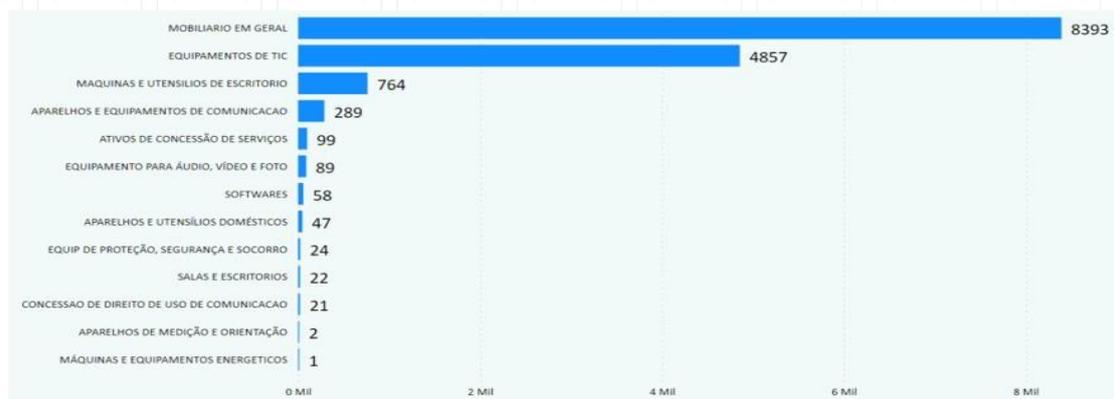


Figura 52 – Quantidade de bens por conta contábil – Infra – Setembro de 2022

Fonte: Registros de Bens Patrimoniais constantes do SIADS – Valec e Planilha de Controle Infra S.A.

Com a concretização da incorporação da EPL, a distribuição entre as contas contábeis foi alterada com a adição de novos tipos de equipamentos e materiais. Contudo a maior parcela continua concentrada nas duas contas citadas anteriormente, agora representando 90,34%. Ao término de 2022, o total de bens integrantes do Patrimônio da Infra S.A. correspondia a 14.666 (quatorze mil seiscentos e sessenta e seis) itens, cujo valor contábil é de **R\$ 15.855.933,06**. A quantidade de bens por conta contábil é a constante no gráfico apresentado na sequência.

4.6.10. Normas Aplicáveis à Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

As principais normas internas e externas aplicáveis à Gestão Patrimonial e de Infraestrutura executada pela SUADM no exercício de suas funções regimentais, são as relacionadas abaixo:

- Lei nº 13.303, de 30 de Junho de 2016 – Lei das Estatais;
- Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 – Custeio de Viagens ao Exterior;
- Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 – Locação de Imóveis Urbanos;
- Instrução Normativa SPU nº 5, de 28 de novembro de 2018 – Avaliação de Bens Imóveis da União;
- Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- Instrução Normativa SEDAP nº 5, de 8 de abril de 1988 – Racionalização de Custo e Uso de Materiais no âmbito do SISG;
- Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973 – Custeio de Viagens ao Exterior;
- Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1985 – Regulamento de Viagens ao Exterior;
- Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 – Regulamento dos Serviços de

Vigilância;

- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Terceirização de Serviços na Administração Pública Federal;
- Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 – Limites e Instâncias de Governança na Concessão de Diárias e Passagens;
- Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012 – Regulamento das Atividades de Segurança Privada;
- Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018 - Terceirização de Serviços na Administração Pública Federal;
- Acórdão nº 1.479/2019-TCU-Plenário – Procedimentos para Locação de Imóveis;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 – Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e Contratação de Serviços;
- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5 de 26 de maio de 2017 – Contratação de Serviços Continuados ou Não;
- Resolução nº 4/2022/CONSAD-Valec - Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Infra S.A.;
- Resolução nº 2/2021/DIREX/Valec/PRESI-Valec – Norma de Gestão e Fiscalização de Contratos relativos às Atividades Meio da Infra S.A.;
- 2.8.0.NGL.6.001 - Norma Geral para Gestão de Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis Edificados e Materiais de Consumo;
- Portaria Normativa nº 3/2022/ASSDIRAF-Valec – Manual de Concessão de Diárias e Passagens;
- Política de Utilização de Veículos da Infra S.A.;
- Plano de Logística Sustentável da Infra S.A. (PLS);
- Código de Ética da Infra S.A.

4.6.11. Locação de Imóveis e Equipamentos

A Infra S.A. dispunha de imóveis nas cidades de Brasília/DF, sua sede, objeto do Contrato nº 031/2016 e Goiânia/GO, objeto de Cessão não Onerosa firmada junto ao DNIT. Além disso, até o 3º trimestre de 2022, havia 2 (duas) salas nas cidades de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, cuja ocupação era ressarcida ao antigo Ministério da Economia, por meio de Descentralização de Recursos. A Infra S.A. não realizou locação de equipamentos ou teve contratos de tal natureza durante o exercício de 2022.

A partir de Outubro de 2022, com a materialização da criação da Infra S.A., além dos imóveis citados anteriormente, houve a inclusão do edifício objeto do contrato nº 028/2012, onde funciona a filial da empresa.

4.6.12. Principais Desafios para 2023

Os principais desafios projetados para o ano de 2023 estão relacionados à concretização da sinergia das duas estruturas que hoje integram a Infra S.A., com a integração das equipes, otimização de custos de funcionamento e definição de um local para Sede da Empresa.

No Plano Estratégico da Infra S.A. para 2023 a 2027, estão estipulados os seguintes objetivos, metas e iniciativas estratégicas a serem atingidas pela SUADM:

Manter o total anual da despesa administrativa de custeio realizada em 2023 abaixo de **R\$ 21.732.020,13**.

Indicador: Total de despesas administrativas de custeio.

Iniciativas:

1. Realizar ações contínuas para a redução da despesa de custeio realizada em 2023 em comparação às despesas de mesma natureza em 2022;
2. Realizar ações de negociações de contratos que utilizam o IPCA como índice de reajuste, tanto na SUADM quanto da SUPTI;
3. Melhoria dos procedimentos internos de concessão de passagens, de forma a reduzir as emissões com prazo inferior ao estipulado em norma (atualmente 15 dias da data da viagem);
4. Melhoria dos procedimentos internos de envio de correspondências externas, utilizando prioritariamente meios eletrônicos;
5. Realização de campanhas de consumo consciente de energia elétrica e avaliação de implantação de sistema de automação; e
6. Revisão da política de trabalho remoto com expansão do quantitativo de profissionais em trabalho híbrido e/ou implantação do trabalho remoto integral.

4.7. Gestão tecnologia da informação

A tecnologia da informação é fundamental para as estratégias e operações de todas as organizações. Na Infra S.A., a Superintendência de Tecnologia da Informação (SUPTI) tem como principais objetivos, aperfeiçoar os serviços e a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC), bem como a segurança das informações e aprimorar a governança de tecnologia da informação (GovTIC), contribuindo diretamente para o aprimoramento da governança e a integridade institucional.

A tecnologia da informação se difundiu no dinâmico ambiente de negócios, potencializando a alta dependência das organizações em relação à TIC, implicando em maiores vulnerabilidades inerentes aos ambientes de TIC.

Para isso, essa SUPTI concentra seus esforços em práticas para reduzir os riscos operacionais e garantir a continuidade dos serviços de tecnologia da informação à Infra S.A.

Nesse contexto, em cumprimento às disposições da Secretaria de Coordenação das Estatais (Sest), da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias

da União (CGPAR), do Sistema de planejamento, coordenação, organização, operação, controle e supervisão dos recursos de tecnologia da informação da administração pública (SISP), da Secretaria de Governo Digital (SGD), e em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa, as áreas de tecnologia da informação da incorporadora (Valec) e da incorporada (EPL), desenvolveram suas respectivas estratégias para o ano de 2022, por meio de instrumentos estratégicos, táticos e operacionais alinhados ao planejamento estratégico institucional (PEI) e em consonância com a Estratégia de Governança Digital (EGD).

4.7.1. Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

A governança de tecnologia da informação (GovTIC) é o sistema pelo qual a tecnologia da informação é dirigida e controlada. A GovTIC é responsável por avaliar e direcionar a utilização de TIC para apoiar a Infra S.A.

Em consonância com a direção definida pela função de governança, o planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TIC são tratados pela gestão. A imagem a seguir traz as 10 (dez) boas práticas do guia de governança do SISP, que são referência para as ações da GovTIC.

ENVOLVIMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO	COMITÊS DIAGNÓSTICOS	PORTFÓLIO INVESTIMENTOS ORÇAMENTO	COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	MONITORAMENTO DO DESEMPENHO DE TIC
DIREITOS DECISÓRIOS	RISCOS DE TIC	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	CONFORMIDADE DO AMBIENTE DE TIC	AValiação DO USO DA TIC

*Figura 53 – Boas Práticas de GovTIC adotadas na Infra S.A
Extraído do Guia de Governança do SISP versão 2.1*

Em 2022, o foco da GovTIC foi no desenvolvimento e no aperfeiçoamento do modelo adotado em conformidade com o referencial de governança de TIC do SISP, estruturado em princípios, diretrizes, práticas e condicionantes, além de dicas, orientações e sugestões sobre como implantar o modelo.

A GovTIC da Infra S.A. busca continuamente estratégias para aprimorar o sistema de governança de tecnologia da empresa, sempre atenta ao arcabouço legal, bem como boas práticas da administração pública.

A imagem abaixo destaca as principais referências que a GovTIC se baseia, a saber: Legislação, guias, orientações, questionários para autoavaliações, dicas e modelos disponibilizados pela Secretaria de Governo Digital por meio do SISP; Indicadores e relatórios de governança e gestão do Sest e do TCU; Resolução que trata da implantação da GovTIC nas empresas públicas e kit modelo para todos os níveis de GovTIC e o guia de boas práticas COBIT 2019 (Control Objectives for Information and related Technology), modelo de referência nacional e internacional consolidada em GovTIC.

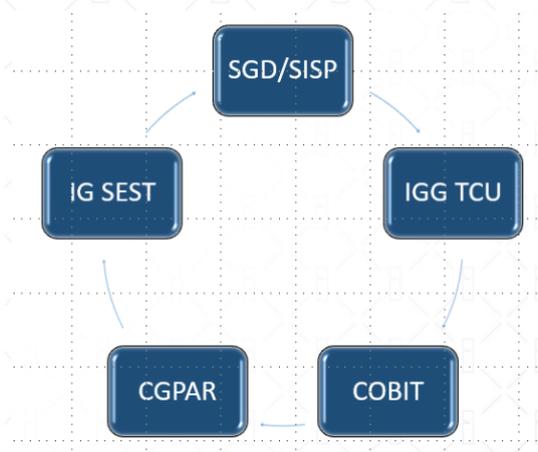


Figura 54 – Principais referências de GovTIC

4.7.2. Alinhamento Estratégico

A GovTIC da Infra S.A. apresenta a relação entre os níveis dos instrumentos de planejamento, a saber:

- Nível estratégico; e
- Nível tático.

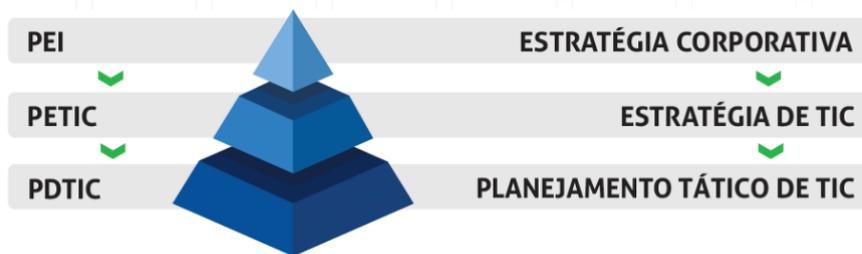


Figura 55 – Instrumentos de Planejamento de TIC

4.7.3. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

No nível estratégico, para suportar o planejamento organizacional, a TIC tem suas estratégias e planos alinhados às estratégias organizacionais. Nesse sentido, foram elaborados os respectivos Planos Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) com vistas a tratar dos aspectos mais estratégicos relacionados à utilização de tecnologia da informação por ambas as empresas (incorporadora e incorporada).

4.7.4. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

No nível tático, para suportar o planejamento estratégico de tecnologia da informação, a TIC tem seus planos e operações alinhados à estratégia de TIC. Nesse sentido, foram elaborados os respectivos Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) com vistas a tratar dos aspectos táticos e operacionais relacionados à utilização de tecnologia da informação por ambas as empresas (incorporadora e incorporada).

O PDTIC vigente se refere ao período 2022-2024. Do total de 105 ações previstas, 28 foram

concluídas e 39 ações estavam em andamento ao fim do ano de 2022.

Com meta para o exercício de 2022, de 30% do total das ações previstas, o resultado alcançado foi superior, alcançando o patamar de 42,27%.

Considerando o quantitativo de ações do PDTIC 2022-2024, o percentual de execução física, o percentual de desempenho físico e a referência das dez boas práticas de governança do SISP, esta SUPTI tem direcionado seus esforços para o avanço da maturidade em governança de tecnologia da informação em conformidade com a legislação e orientada pelas boas práticas da administração pública. A ilustração a seguir busca refletir esse cenário:

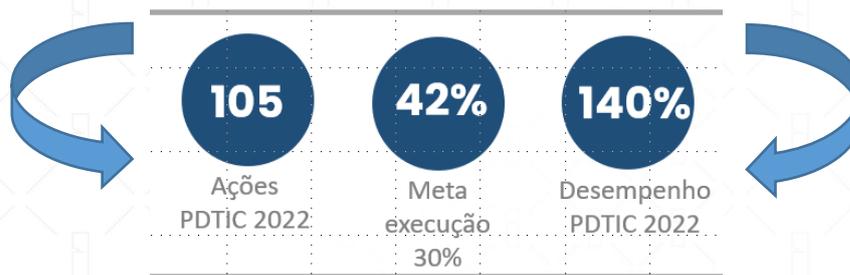


Figura 56 – Boas Práticas de Governança de TIC

4.7.5. Infraestrutura de Tecnologia da Informação

A infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (InfraTIC) da Infra S.A. atua continuamente para garantir a alta disponibilidade dos serviços de TIC para os usuários, com foco nos principais temas tratados pela InfraTIC.

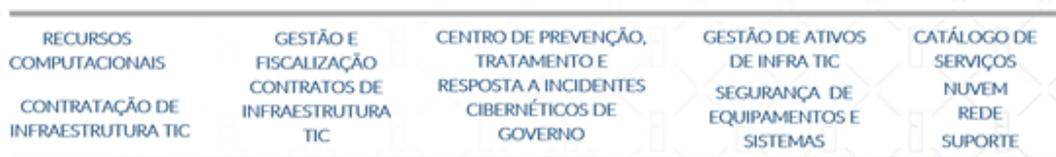


Figura 57 – Principais temas tratados pela InfraTIC

Para isso, a InfraTIC atua no gerenciamento das chamadas “ilhas de sustentação”, conforme ilustrado na imagem a seguir:

Ilhas	Monitoramento
	Aplicações
	Armazenamento
	Banco de Dados
	Portais Corporativos
	Redes
	Segurança da Informação
	Sistemas Operacionais
	Virtualização e Cloud

Figura 58 – Sustentação dos Serviços de InfraTIC

4.7.6. Relatórios de Gestão de TIC

A imagem abaixo destaca os pontos relevantes para demonstrar a InfraTIC em números: 19 contratos de InfraTIC; cerca de 648 usuários ativos; cerca de 472 atendimentos mês e 99,78% de alta disponibilidade de rede e sistemas.



Figura 59 – InfraTIC em números

A imagem abaixo destaca os principais contratos gerenciados pela InfraTIC para garantir a disponibilidade dos serviços de TIC na Infra S.A.

Certificados Digitais	Equipamentos	Storage	Firewall
Microsoft 365	Suporte aos usuários	Sustentação Infraestrutura	Link Internet
Antivirus	Manutenção datacenter	Impressão	Nuvem computacional

Figura 60 – Principais contratos gerenciados pela InfraTIC

4.7.7. Sistemas

A área de Sistemas de Informação da Infra S.A. atua continuamente para desenvolver e manter sistemas de informação, fornecer e dar suporte a softwares licenciados, promover e atender melhores práticas e aderência aos processos de qualidade de software, com foco nos principais temas tratados pela área de Sistemas de Informação.

FORNECER SOLUÇÕES	DESENVOLVER SISTEMAS	SUPORTE A SISTEMAS	PROCESSO QUALIDADE SOFTWARE	GERENCIAMENTO DE REQUISITOS
MANUTENÇÃO SISTEMAS DE TIC	CONTRATAÇÃO SISTEMAS DE TIC	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATOS SISTEMAS	GESTÃO DE ATIVOS DE SISTEMAS	SOFTWARE SEGURO PROTEÇÃO PRIVACIDADE

Figura 61 – Principais temas tratados pela área de Sistemas de Informação

A imagem abaixo destaca os pontos relevantes para demonstrar a área de Sistemas de Informação em números: 12 contratos de contratação de soluções de sistemas de informação; cerca de 72 sistemas, sendo que 42 sistemas estão em operação e 25 sistemas estão em desenvolvimento.



Figura 62 – Sistemas de Informação em números

A imagem abaixo destaca os principais contratos gerenciados pela área de Sistemas de Informação conjuntamente com as respectivas áreas requisitantes para garantir a disponibilidade dos sistemas de informações e softwares necessários para a Infra S.A.

ArcGIS	Adobe/Autodesk	Alteryx	Tron (Contabilidade)
Fábrica de Software	Métricas de Software	VISUM-VISSIM	QlikSense

Figura 63 – Principais contratos gerenciados pela área de Sistemas de Informação

4.7.8. Segurança da Informação

A área de Segurança da Informação da Infra S.A. atua fundamentalmente na gestão da segurança da informação, nos riscos de segurança da informação, nos assuntos transversais que impactem ou sejam demandados por outras esferas com relação à segurança da informação, na implementação da política de segurança da informação e nos normativos de segurança da informação, no desenvolvimento e divulgação para aumentar a cultura de segurança da informação e no apoio da resolução de incidentes cibernéticos, com foco nos principais temas tratados pela área de Segurança da Informação.

IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA E NORMAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	CAMPANHAS COMITÊS CONFORMIDADE PROTEÇÃO DADOS	CONTROLES RISCOS DIAGNÓSTICOS PRIVACIDADE DADOS	EQUIPE DE TRATAMENTO E RESPOSTA A INCIDENTES DE REDES COMPUTACIONAIS
---	---	---	--

Figura 64 – Principais temas tratados pela área de Segurança da Informação

A imagem abaixo destaca os pontos relevantes para demonstrar a área de Segurança da Informação em números: 25 normativos de segurança da informação elaborados (Política de Segurança da Informação e Normativos de SI); Participação em 04 colegiados (CTIR - CSIC - ETIR - GT LGPD) e ações baseadas nos diagnósticos de segurança da informação (LGPD - SGD/SISP – ISO 27001/ISO 27002 –

ISO 27701/ISO 27702 – Controles Críticos de Segurança Cibernética – CIS).



Figura 65 – Segurança da Informação em números

4.7.9. Limites Orçamentários

Considerando a importância da alta administração ter o controle, a previsão e o acompanhamento do orçamento de TIC, a fim de monitorar as despesas e investimentos realizados.

Esta SUPTI busca monitorar a disponibilidade e a previsibilidade sobre o orçamento de TIC, buscando direcionamento e mantendo alinhamento e reporte junto à alta administração.

Apresenta-se o gráfico abaixo com as informações referentes à 2022 para as contratações das soluções, bens e serviços de TIC, a saber: valores previstos, dotação e valores empenhados.

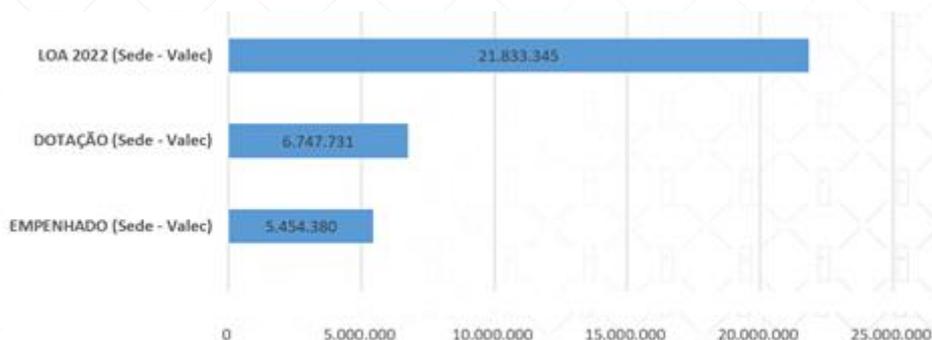


Figura 66 – Orçamento de TIC

4.7.10. Resultados

Tanto a governança quanto a gestão de TIC envolvem as áreas responsáveis pelos diversos processos, alguns dos quais são relacionados, porém não subordinados, diretamente à área de TIC.

4.7.10.1. Objetivo: Modernizar a Infraestrutura de TI

A TIC da Infra S.A. envidou esforços e alcançou os resultados:

- execução física de 42,27% do PDTIC considerando a meta de 30%;
- alta disponibilidade de 99,78% da infraestrutura de redes e sistemas;
- 43,96% de sistemas elegíveis integrados entre si; e
- 100% do parque tecnológico atualizado.

4.7.10.2. Objetivo: Fortalecer a integridade, confiabilidade e transparência

A TIC da Infra S.A. envidou esforços e alcançou os resultados:

- 84% de práticas de governança de TIC em aderência à resolução CGPAR nº 41/2022. A implantação das práticas de governança de TIC trata-se de um processo evolutivo que envolve além da área de TIC, também diversas instâncias e áreas responsáveis por diversos processos.
- O sistema de GovTIC abrange entre outros, comitês, planos, políticas, diretrizes, normativos, processos, autoavaliações (diagnósticos), auditorias e controles internos. Sua implantação envolve iniciativas e ações que podem ser implementadas por meio de projetos ou planos de ação dependendo de vários fatores como complexidade, escopo e prazo. Os produtos dos projetos geram novos processos ou aprimoramentos de processos existentes e devem ser continuamente aprimorados por meio do ciclo PDCA (Planejar – Executar – Verificar – Agir).
- É um desafio implantar e aprimorar as práticas de governança de TIC e os avanços estão diretamente relacionados à maturidade organizacional.
- A incorporadora e a incorporada atingiram nível intermediário e em alguns aspectos, nível avançado em GovTIC. Com a incorporação serão realizadas as unificações e aperfeiçoamentos necessários para a consolidação da GovTIC na Infra S.A.

4.7.10.3. Objetivo: Adequar o ambiente tecnológico para apoiar os negócios da empresa

A TIC da Infra S.A. envidou esforços e alcançou os resultados:

- 100% remodelagem do parque tecnológico para suportar o negócio da empresa;
- 100% elaboração dos normativos de segurança da informação; e
- 100% elaboração dos planos estratégico e tático de tecnologia da informação.

4.7.11. Principais desafios

É grande o desafio manter a TIC alinhada ao negócio de forma a agregar valor a ele para que se obtenha os melhores resultados.

Nesse contexto, apresenta-se os principais desafios enfrentados pela TIC:

4.7.11.1. Datacenters (Centros de Processamento de Dados)

Um dos principais desafios superados pela TIC durante o processo de incorporação, após a criação da Infra S.A., foi garantir a disponibilidade e a continuidade dos serviços de TIC, providos por meio de dois datacenters físicos, ou seja, locais destinados ao armazenamento dos equipamentos de TIC, como servidores, roteadores, cabos, hardware, Infraestrutura de energia e refrigeração, banco de dados para armazenar informações, computação, memória, poder de processamento e rede para conectar os componentes e acessar a internet, garantindo assim a continuidade do negócio da Infra S.A.

Considerando a complexidade de se assegurar a confiabilidade, visto que cada um dos elementos de um datacenter está sujeito a riscos, que podem impactar na continuidade do negócio, foram realizadas avaliações de riscos e analisadas hipóteses e cenários físicos e lógicos para a transição adequada.

4.7.11.2. Nuvem Computacional

Cada vez mais, a computação em nuvem se torna uma exigência para os negócios atuais. Por isso, é possível afirmar que a tendência é a adoção gradativa de datacenter virtual, onde toda infraestrutura é centralizada em um provedor especializado, que possui espaço físico e capacidade de manter equipamentos de última geração. Afinal, então por que o datacenter físico ainda é considerado tão relevante nesse momento? Porque existe alto investimento e atualmente grande parte dos sistemas, aplicativos e dados estão dentro do datacenter físico.

A empresa incorporada havia iniciado o processo de migração dos seus serviços para a nuvem, executando um plano de médio prazo, inclusive se preparando para abarcar dados da incorporadora.

Considerando o risco de eventos indesejados como problemas com compatibilidade de aplicativos e configurações, torna-se sobremaneira desafiador o processo de migração, dificultando estimativas mais precisas de tempo, custo e prazo. Por esse motivo, o trabalho de migração tem sido realizado de forma gradativa. Por outro lado, considerando a hipótese e cenário em que haja a necessidade de transportar os equipamentos, os sistemas, aplicativos e bases de dados já estariam disponíveis, de ambas as empresas.

Vale ressaltar a hipótese e cenário onde haja a adoção de uma estratégia híbrida (comumente utilizada) com servidores físicos e virtuais.

4.7.11.3. Estrutura

Um dos desafios mais relevantes na administração pública se refere à capacidade de entrega que está diretamente relacionada aos recursos disponíveis. Sendo assim, adequações das estruturas certamente contribuem para a otimização e potencialização dos times.

Nesse contexto, visando adequar a estrutura da área de tecnologia da informação, para melhores resultados e aderência às boas práticas, foram realizados estudos e proposições relacionadas ao estabelecimento de um Comitê de Governança Digital, ou órgão colegiado equivalente de nível estratégico de TIC, composição, descrição de competências e fortalecimento dos temas: infraestrutura de TIC, sistemas de informação, governança de TIC e segurança da informação.

4.7.11.4. Programa de Privacidade e Segurança da Informação

O Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) tem como objetivo elevar o grau de maturidade e resiliência em privacidade e segurança da informação dos sistemas de informação. Para melhoria na estratégia de tratamento de incidentes, e resposta a ataques, a TIC da Infra S.A. realizou testes iniciais de intrusão e análises de vulnerabilidades. Atualmente a TIC tem se preparado para implementar as melhorias necessárias a fim de resolver vulnerabilidades para que possa então avançar nos testes de intrusão. Portanto, o foco ao longo de 2022 foi em reduzir vulnerabilidades identificadas por meio de implementações técnicas, como por exemplo, ferramentas sobre análises sofisticadas para identificar e combater ameaças cibernéticas em todos os seus serviços de nuvem.

Nesse contexto, a Infra S.A. tem o desafio de envidar esforços para o aperfeiçoamento das ações de

prevenção, tratamento e resposta a incidentes e acidentes cibernéticos.

4.7.11.5. Sistema de Gestão e Continuidade de Negócio

Foram elaborados: Plano de Continuidade de Negócio, Planos Operacionais e Inventários de Uso de Sistemas Críticos. Foram ampliadas as contribuições multidisciplinares e aprofundados os questionamentos às demais áreas em relação à continuidade do negócio e o impacto nas mesmas a fim de agregar maior robustez aos documentos. Considerando o rico material coletado e elaborado e considerando a incorporação, a Empresa se prepara para o desafio de estruturar o Sistema de Gestão e Continuidade de Negócio da Infra S.A.

4.7.12. Conclusão

Analisando os esforços e os resultados, torna-se relevante celebrar as conquistas, refletir, aprender e preparar para os novos desafios. De acordo com o histórico de evolução dos objetivos estratégicos, observa-se evolução consistente. Por fim, o aprimoramento contínuo do monitoramento dos objetivos estratégicos, contribuirá de forma relevante para a continuidade e aperfeiçoamento da estratégia, tradução tática e operações de TIC na Infra S.A.

4.7.13. Conformidade legal

1. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.
2. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, alterada pela Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
3. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
4. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI - Lei de Acesso à Informação), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
5. Decreto nº 11.260, de 22 de novembro de 2022, que dispõe sobre a elaboração e o encaminhamento da Estratégia Nacional de Governo Digital e prorroga o período de vigência da Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020.
6. Decreto nº 10.222, de 05 de fevereiro de 2020, que aprova a Estratégia Nacional de Segurança

Cibernética.

7. Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, que institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.
8. Resolução CGPAR/ME nº 41, de 4 de agosto de 2022, que estabelece diretrizes e parâmetros para implementação, desenvolvimento e aperfeiçoamento da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nas empresas estatais federais.
9. Portaria SGD/ME nº 18.152, de 4 de agosto de 2020, que altera a Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019 e dispõe sobre a Implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP.
10. Portaria GSI/PR nº 93, de 18 de outubro de 2021, que aprova o glossário de segurança da informação.
11. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
12. Instrução Normativa SGD/ME nº 128, de 28 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as condições a serem observadas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista para a adesão ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, nos termos do art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011.
13. Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 1/2016, que trata de controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal (BRASIL, 2016).

4.7.14. Documentos de Referência

Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU 3ª Edição, elaborado com fundamento em boas práticas internacionalmente aceitas na literatura sobre o tema de governança organizacional, e que, eventualmente foram positivadas na legislação brasileira.

Guia de Elaboração do PDTIC do SISP v2.1, que trata da revisão realizada no "Guia de PDTIC do SISP v2.0".

Guia de Governança de TIC do SISP v2.0.

kits de Governança de TI da SEST.

Acórdão 2164/2021 - TCU - Plenário - Relatório Individual de autoavaliação do IGG 2021 - idBase = 79 (EPL)

Acórdão 2164/2021 - TCU - Plenário - Relatório Individual de autoavaliação do IGG 2021 - idBase = 460 (Valec)

Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para o período de 2023-2027.

Plano de Negócios (PN) para o período de 2023.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o período de 2022-2024.

4.8. Sustentabilidade ambiental

O cuidado com o meio ambiente sempre foi conduzido com atenção no desenvolvimento das atividades meio e finalísticas necessárias à sustentação dos negócios da Infra S.A., não apenas em atenção aos instrumentos de comando e controle, mas visando à preservação do meio ambiente e à reponsabilidade social. A seguir são apresentadas as principais entregas realizadas pela Infra S.A. no exercício de 2022 no campo da Sustentabilidade Ambiental.

4.8.1. 2º Relatório de Execução da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P

Em abril de 2022 a Infra encaminhou ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) o 2º Relatório da Agenda Ambiental da Administração (5568362) referente ao ano de 2021.

O programa A3P tem por objetivo promover e incentivar as instituições públicas no país a adotarem e implantarem ações na área de responsabilidade socioambiental em suas atividades internas e externas. É uma iniciativa voluntária e que demanda engajamento pessoal e coletivo. As instituições e seus funcionários são incentivados a adotar ações sustentáveis no ambiente de trabalho, desde pequenas mudanças de hábito, até atitudes que geram economia, com base em cinco eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação e licitações sustentáveis.

4.8.2. Selo A3P 2021

Em abril de 2022, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) concedeu à Infra o Selo de Monitoramento da A3P (5568829) (Figura 25), referente ao ano de 2021, reconhecendo que a empresa executou as ações de sustentabilidade socioambiental previstas no Plano de Ação desse programa.



Figura 67 – Selo A3P 2021, concedido à Infra S.A. pelo Ministério do Meio Ambiente

4.8.3. VIII Relatório de Execução do Plano Gestor de Logística Sustentável - PLS

Em junho de 2022 a Infra S.A. finalizou a elaboração do VIII Relatório do Plano de Logística

Sustentável. O PLS estabelece a implantação e o contínuo aperfeiçoamento de práticas de sustentabilidade dentro da organização, em atendimento à determinação contida na Instrução Normativa Nº 10/2012 SLTI/MPOG. Possui objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, permitindo a entidade estabelecer a sua política de sustentabilidade.

4.8.4. Política Ambiental e Territorial da Infra S.A.

Está em vigor desde outubro de 2021 a Resolução Normativa nº 17 (4686411), que institui a Política Ambiental e Territorial no âmbito da Infra, que objetiva assegurar a atuação da Infra em consonância com o princípio da sustentabilidade e da responsabilidade social, promovendo a incorporação dos princípios e diretrizes desta política nos projetos, negócios e nos relacionamentos com as partes interessadas.

4.8.5. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições.

Em fevereiro de 2022 foi expedida a Resolução Normativa nº 1º 1/2022/CONSAD (5155971), que constitui o Guia de Contratações Públicas Sustentáveis.

Tal guia prevê a facilitação da inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade na contratação pública, que devem perpassar todas as fases da contratação, desde o planejamento até a fiscalização da execução e a gestão dos resíduos decorrentes.

Os critérios e práticas de sustentabilidade indicados no guia deverão ser veiculados como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial, em conformidade com artigo 3º, Decreto 7.746/2012.

4.8.6. Ações para redução do consumo de recursos naturais

A Infra S.A., mediante os instrumentos do Plano de Logística Sustentável – PLS e da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P, monitora seu consumo de energia elétrica e água mediante indicadores de consumo, quais sejam:

Indicador (cód)	Descrição
CE1	Consumo de energia elétrica: Quantidade de kwh consumidos
CE3	Gasto com energia: Valor da fatura em reais (R\$)
AE1	Volume de água utilizada: Quantidade de m3 de água
AE3	Gasto com água: Valor da fatura em reais (R\$)

Tabela 30 – Indicadores de Consumo de Energia Elétrica

Além do monitoramento do consumo de energia elétrica e água, também é feito monitoramento dos seguintes recursos: Material de consumo (papel e copos); Telefonia fixa e móvel; Diárias e passagens aéreas; Combustíveis automotivos.

Em relação ao consumo de copos descartáveis, por exemplo, em 2022 houve a continuidade da Campanha Caneque-se, pela qual se incentivou o uso de canecas duráveis. Ressalta-se que desde 2018, retirou-se os copos descartáveis de circulação, disponibilizando copos biodegradáveis apenas para os visitantes e para os empregados, no caso de esquecerem suas canecas ou garrafas.

Os copos biodegradáveis disponibilizados pela Infra são de dois tipos:

- a) Copos de Polipropileno Biodegradável;
- b) Copos de bioplástico elaborado a partir de amido de milho.

Além disso, as seguintes medidas foram recomendadas:

Da utilização de aparelhos de ar-condicionado:

- Desligar o aparelho de ar-condicionado quando o ambiente estiver desocupado;
- Utilizar apenas ventilação natural nos dias com temperaturas amenas;
- Manter as portas e as janelas fechadas quando o aparelho de ar-condicionado estiver ligado (observar as restrições aos ambientes fechados devido à Covid-19);

Da iluminação:

- Desligar a iluminação dos locais que não estiverem em uso;
- Orientar os agentes públicos e os empregados terceirizados a desligarem a iluminação de todos os locais que não estiverem em uso, em especial ao final do expediente;
- Não utilizar iluminação elétrica quando estiver disponível iluminação natural;
- Reduzir a iluminação elétrica em áreas de circulação, pátios de estacionamento, garagem e áreas externas ao mínimo necessário para não prejudicar a circulação e a segurança;

Da tecnologia da informação:

- Programar o computador para o menor consumo de energia elétrica possível quando deixar de ser utilizado por alguns minutos;
- Desligar o monitor, a impressora, o estabilizador, a caixa de som, o microfone e outros acessórios sempre que não estiverem em uso;
- Disponibilizar acesso ao sistema do órgão diretamente da nuvem, de modo permitir o desligamento das estações de trabalho nos casos de trabalho remoto.

Das geladeiras e dos congeladores:

- Evitar que as portas dos equipamentos fiquem abertas desnecessariamente;
- Regular a potência dos equipamentos conforme a temperatura ambiente e a capacidade utilizada;
- Manter os equipamentos fora do alcance de raios solares ou de outras fontes de calor;
- Manter os equipamentos em local com espaço para dissipação do calor;
- Desligar os equipamentos cujo uso não seja necessário e constante;
- Realizar o degelo de acordo com o definido em manual do consumidor para os equipamentos que

não disponham de degelo automático.

Dos elevadores:

- Utilizar, sempre que possível, as escadas para acesso aos primeiros pavimentos e para subir ou descer poucos andares; e
- Acionar apenas um elevador.

Dos equipamentos de refrigeração e de água potável:

- Desligar os equipamentos de refrigeração de água potável ao final do expediente e sempre que não estiverem em uso.

Do consumo em modo de espera:

- Desligar por completo e desconectar da energia elétrica equipamentos que gerem consumo em modo de espera.

Da conscientização:

- Promover a conscientização dos agentes públicos com relação à necessidade de redução do consumo de energia elétrica.

4.8.7. Resíduos Sólidos

Em agosto de 2018, a Infra S.A. contratou empresa para executar os serviços de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos recicláveis. Assim, desde setembro de 2018, o gerenciamento de resíduos sólidos é feito por meio do descarte, com segregação, em coletores com as cores conforme determina a Resolução CONAMA nº 275/2001. Os resíduos, que são descartados nos coletores que estão dispostos nas salas, copas e corredores, são recolhidos diariamente.

Após o recolhimento, esses resíduos são armazenados temporariamente em contêineres. Os resíduos orgânicos e demais resíduos Classe II não recicláveis são armazenados e, diariamente, recolhidos pela empresa de limpeza urbana distrital.

Já os resíduos recicláveis, segregados em material plástico, papel, papelão, embalagens metálicas, são armazenados em contêineres até atingirem um volume apreciável, e então, são encaminhados para reciclagem na empresa recicladora contratada.

Em 2022 a Infra continuou recebendo também lixo eletrônico. Contudo, esses resíduos não foram encaminhados para a empresa coletora, devido ao baixo volume acumulado. Esses resíduos foram então acondicionados e reservados até alcançarem volume apreciável que justifique a coleta.

4.8.8. Inventário de Gases de Efeito Estufa

Em março de 2022 a Infra começou a elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa, do ano de 2021, pelo método do Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol).

Para elaborar esse inventário, a Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial (SUGAT) contou

com a participação da Superintendência de Empreendimentos (SUDEM) e a Superintendência de Administração (SUADM) no fornecimento de dados primários.

Em maio de 2022, a SUGAT finalizou o Inventário e submeteu à avaliação da instituição certificadora, a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP).

Já em outubro do mesmo ano a FGV-EAESP aprovou o Inventário de GEE elaborado pela SUGAT, o que culminou com:

- Emissão do Selo Prata para a Infra S.A. (Figura 26), em 06/10/2022;
- Emissão do Selo de membro do Programa Brasileiro GHG Protocol (Figura 27), em 06/10/2022;
- Emissão da lâmina de membros, em 11/10/2022;
- Publicação do Inventário de GEE da Infra S.A. no Registro Público de Emissões, em 17/10/2022.



Figura 68 – Selo Prata conferido à Infra S.A.



Figura 69 – Selo de membro do Programa Brasileiro GHG Protocol 2022

4.9. Gestão da comunicação com a sociedade

4.9.1. Ações de supervisão, controle e correição

No ano de 2022, a Corregedoria voltou seus esforços para dar continuidade ao plano de gestão proposto, de acelerar a conclusão de procedimentos correccionais pendentes e de tornar sua equipe capacitada para as habilidades correccionais necessárias.

Para consolidar as competências de sua equipe, a COGER teve diversas modificações em seu quadro de pessoal, contando inclusive com a criação da Gerência de Processos Administrativos de Responsabilização e Disciplinares. Ademais, a capacitação constante dos colaboradores, foi uma das estratégias adotadas, submetendo-os à realização de cursos disponibilizados pela CGU, dentre outros, tornando tal prática exigência para novos empregados que vieram a compor o quadro, independentemente de sua função. Tais iniciativas refletem o comprometimento desta setorial que buscou atender ao Modelo de Maturidade Correccional, proposto pela CGU, considerando que o exercício em questão também foi marcado pela inclusão desta unidade correccional no referido modelo.

A identificação dos processos que demandavam maior urgência, baseando-se no mapeamento de penalidades e eventual incidência de prescrição, permitiu com que a equipe correccional pudesse agir de forma diligente, atuando com maior eficácia e eficiência para cumprir com a proposta iniciada já no ano anterior, o que pode ser observado no gráfico abaixo, que reflete a quantidade de processos correccionais concluídos no decorrer do período:

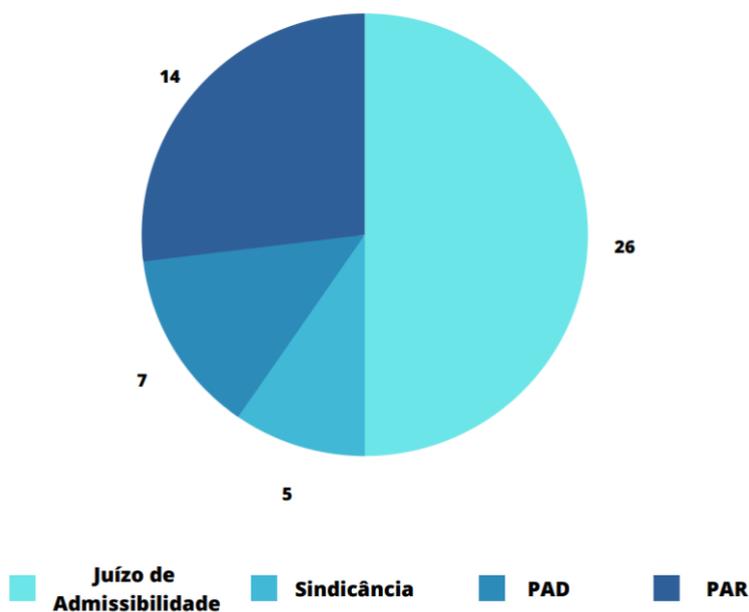


Figura 70 – Quantidade de processos correccionais concluídos no decorrer do período

4.9.1.1. Resultados dos serviços da Ouvidoria

A Ouvidoria é uma unidade organizacional dividida em duas áreas de atuação, distintas e complementares, a saber: a) Serviço de Informação ao Cidadão- SIC, instituído em obediência à Lei nº

12.527/2011 (LAI) e b) Canal de recebimento e tratamento de manifestações dos usuários de serviços públicos, regido pela Lei Federal nº 13.460/2017, pela Portaria nº 581/2021 - CGU, além de outros dispositivos legais internos e externos aplicáveis às duas interfaces.

Para o cumprimento das suas atribuições bipartidas, a Ouvidoria da Infra S.A. dispõe de multicanais de atendimento, referenciados no sítio da empresa na Internet, ressaltando que tanto para recebimento de manifestações típicas de Ouvidoria (elogio, sugestão, solicitação, reclamação, denúncia, comunicações de irregularidades e simplifique) quanto para processamento de pedidos de acesso à informação (LAI), são disponibilizados formulários eletrônicos (E-OUV e E-SIC) integrados à plataforma Fala.Br., da CGU.

Ao longo de 2022, a Ouvidoria da Infra S.A. recebeu 166 pedidos de acesso à informação, sendo contabilizados os pedidos que foram recebidos pelos canais do Fala.br, por e-mail e considerado o acervo da EPL, que foi incorporada à Valec em setembro do citado ano, e juntas formaram a Infra SA.

Além desses, a Unidade recepcionou 96 manifestações de Ouvidoria no canal do Fala.br e por e-mail institucional, incluídos os pronunciamentos da incorporada.

Totalizando 262 atendimentos em todo o período, além de um aumento de 50% no número de atendimentos em relação ao ano anterior (2021).

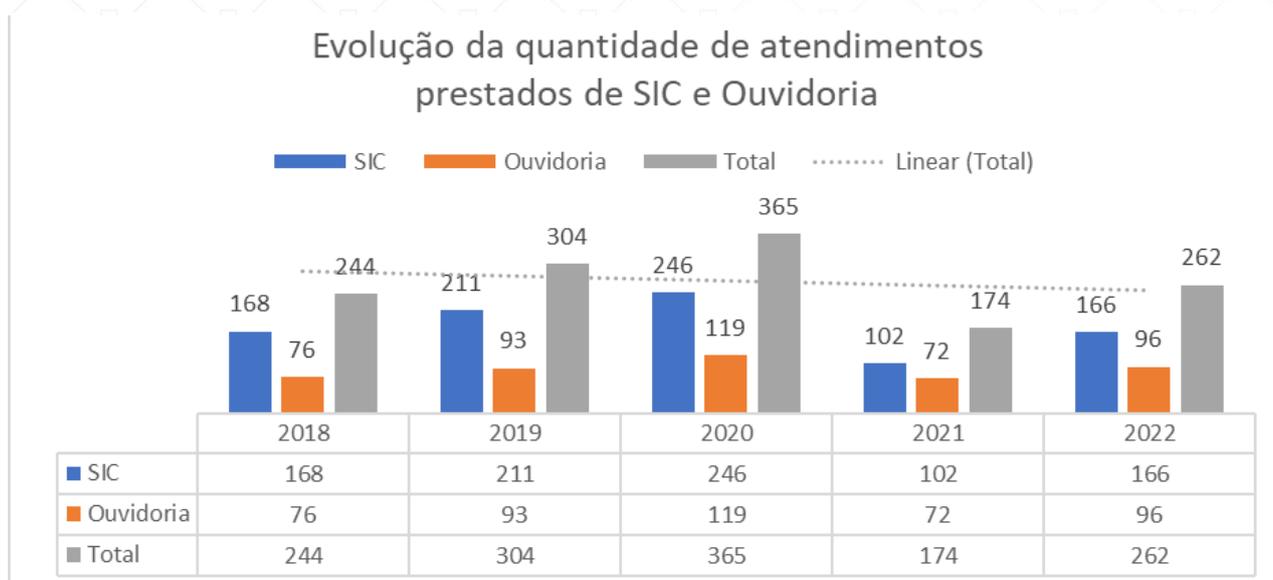


Figura 71 – Evolução da quantidade das manifestações de SIC e de Ouvidoria entre os anos de 2019 a 2022

Ano	2019		2020		2021		2022	
	Manifes- tações	Ranking	Manifes- tações	Ranking	Manifes- tações	Ranking	Manifes- tações	Ranking
SIC/Infra S.A.	211	112º/295	246	100º/296	102	170º/306	123	165º/302
Ouvidoria/ Infra S.A.	93	**	119	**	72	**	76	**
TOTAL	304	-	365	-	174	-	199	-

Tabela 31 – Quantidade de manifestações e Ranking de SIC e de Ouvidoria da Infra S.A. entre os anos de 2019 a 2022*

Fonte: Painel Resolveu e Painel SIC da CGU.

* Dados de ranqueamento da EPL não inclusos, pois são inexistentes no painel resolveu

** Ranking não informado no Painel Resolveu (dados do SisOuv)

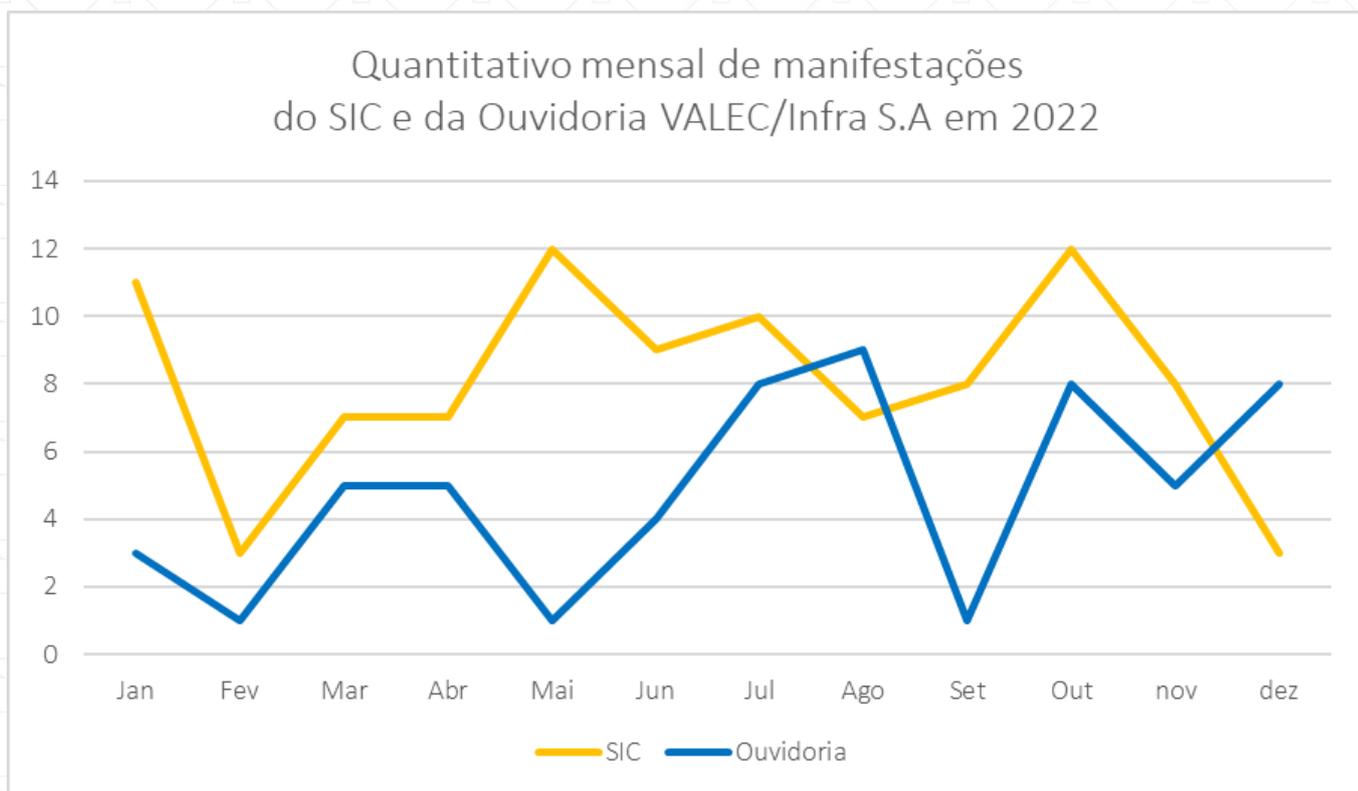


Figura 72 – Evolução mês a mês da quantidade de manifestações de SIC e de Ouvidoria da Infra S.A em 2022

4.9.1.2. Tempo de resposta e ranking da CGU

A Ouvidoria da Infra vem alcançando aperfeiçoamento em relação ao tempo médio de resposta aos manifestantes, com reduções significativas ao longo dos anos, além da variação entre os anos de 2021 e 2022, conforme a tabela abaixo:

	2020 (dias)	2021 (dias)	2022 (dias)	Redução (dias)	Varição (%)
SIC/Infra S.A.	20,66	8,82	6,24	2,58	- 29,25
Ouvidoria/Infra S.A.	17	10,53	6,68	3,85	- 36,56

Tabela 32 – Variação do tempo de resposta nas manifestações de Ouvidoria

4.9.1.3. Resultados do SIC e da Ouvidoria

Em 2022, todas as manifestações de ouvidoria foram respondidas dentro do prazo. O comparativo percentual de manifestações de ouvidoria na Infra S.A. dentro e fora do prazo entre os anos de 2019 a 2022 é representado no gráfico abaixo:

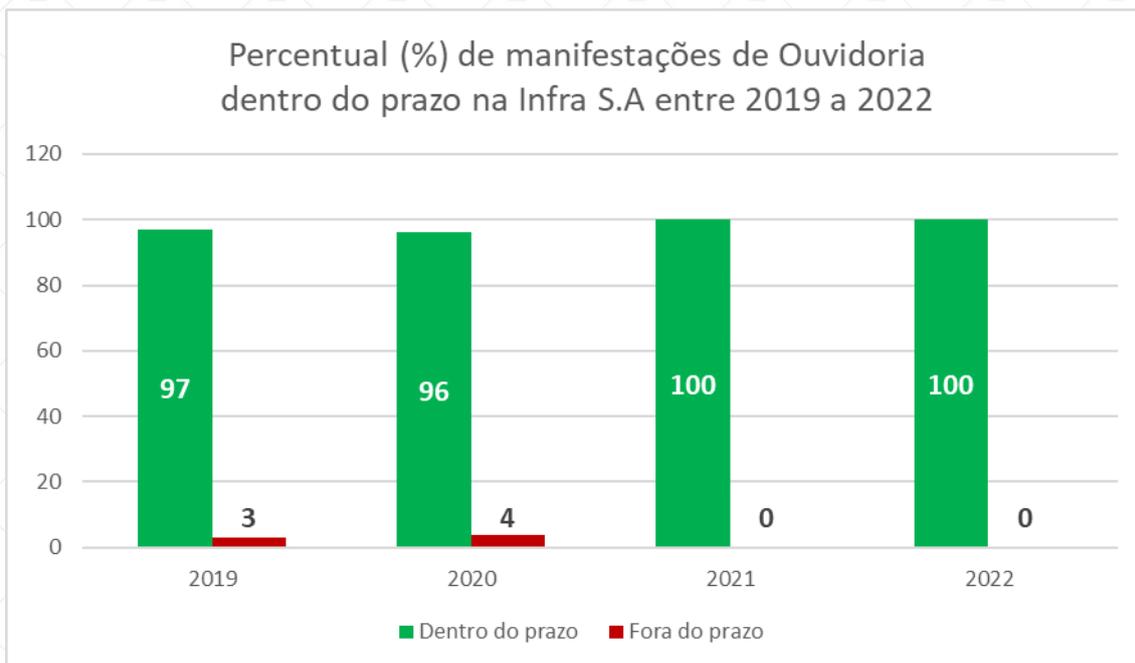


Figura 73 – Porcentagem de respostas dentro do prazo da Ouvidoria

Em 2022 todos os pedidos de acesso à informação que ingressaram no sistema do SIC na Infra S.A. foram respondidos dentro do prazo. O comparativo percentual de pedidos de acesso direcionados ao SIC na Infra S.A. dentro e fora do prazo entre os anos de 2019 a 2022 é representado no gráfico abaixo:

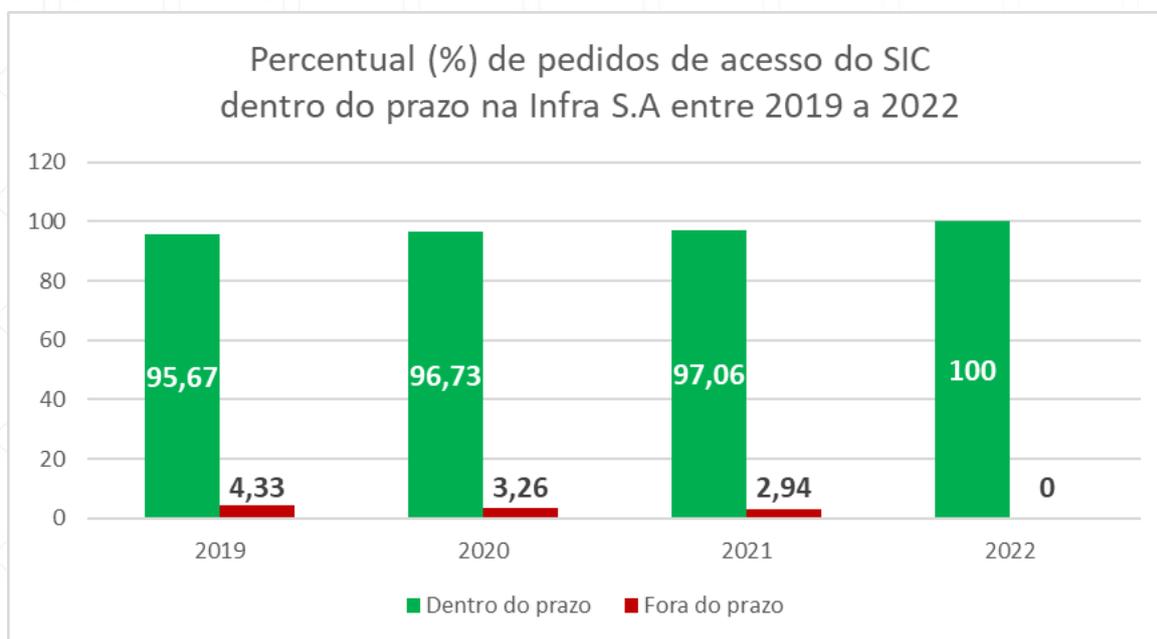


Figura 74 – Porcentagem de respostas dentro do prazo do SIC

O tipo de resposta varia em pedidos de acesso à informação direcionados ao SIC, tendo diversas classificações, como será visto a seguir.

Em 2022, houve um aumento no tipo de resposta “Acesso Concedido” nos pedidos de acesso à informação, atingindo valores superiores a 81%, além de não haver nenhum acesso negado, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

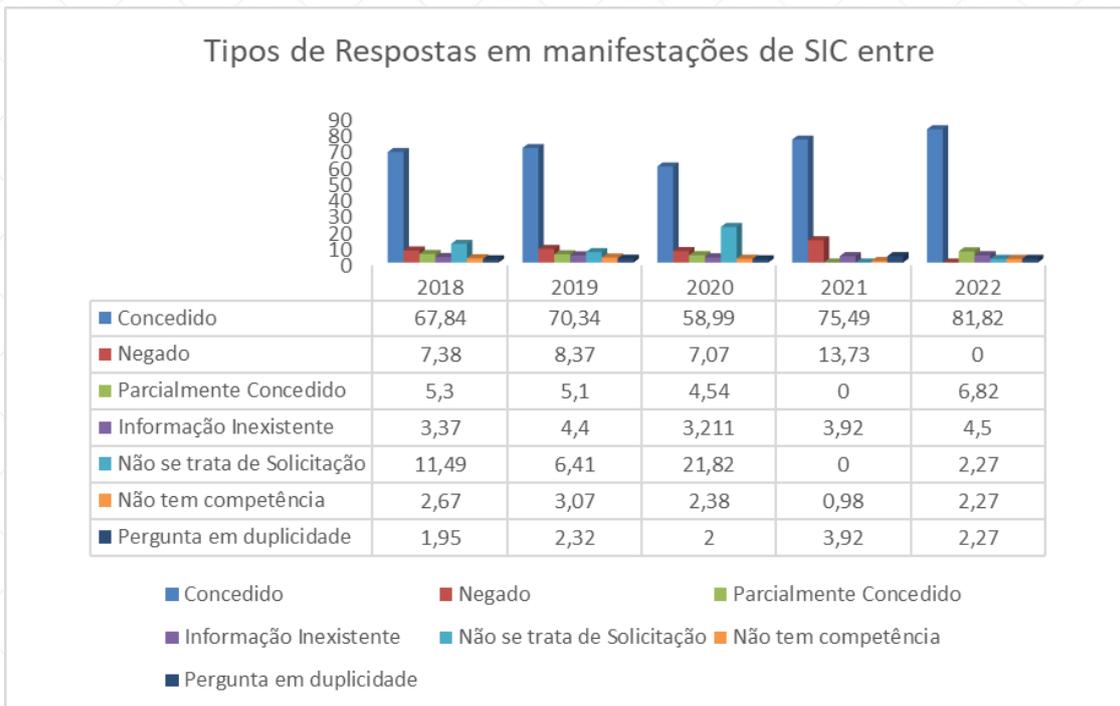


Figura 75 – Percentual de cada tipo de resposta dentro do prazo

O uso das ferramentas de classificação de assuntos, subassuntos na plataforma Fala.Br permite categorizar melhor as manifestações, de forma a compreender melhor o cenário da Empresa.

Desta forma, a equipe da OUVIR/Infra S.A. vem se adequando ao uso desta ferramenta do sistema da CGU para fins de relatórios mais precisos, implementando esta ação no setor.

Abaixo, seguem os Assuntos abordados por Tipo de Manifestação de Ouvidoria, em 2022.

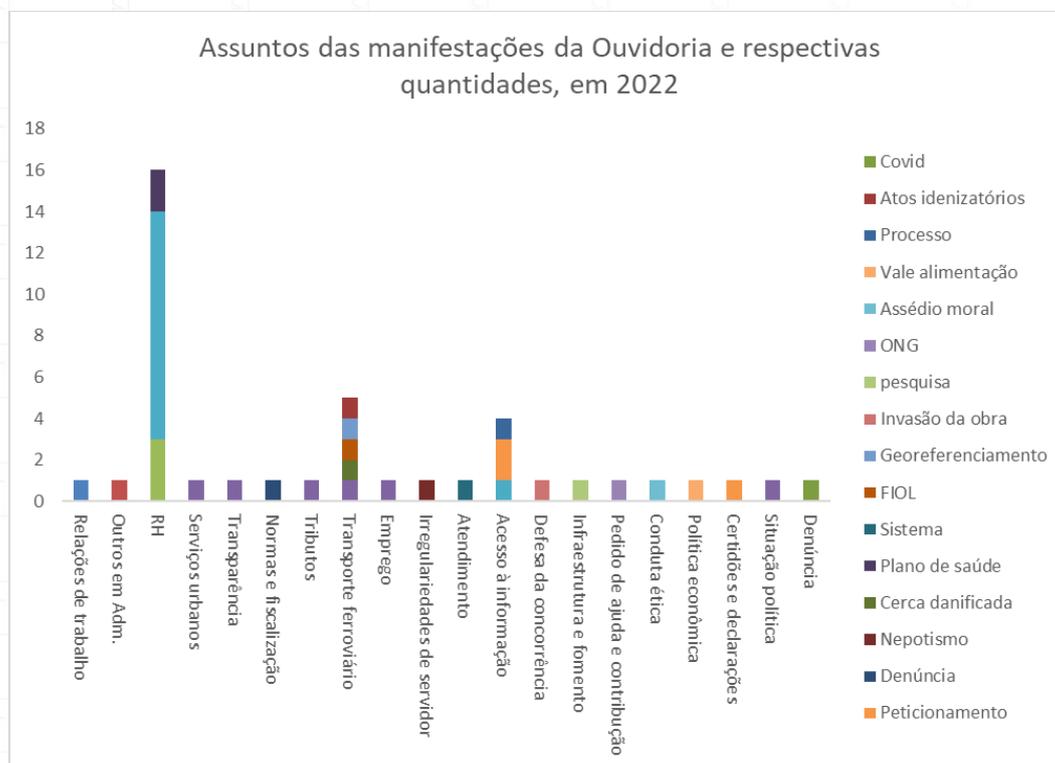


Figura 76 – Assuntos das Manifestações de Ouvidoria da Infra S.A. em 2022

Já no gráfico abaixo estão listados os assuntos dos pedidos de acesso à informação do SIC em 2022.

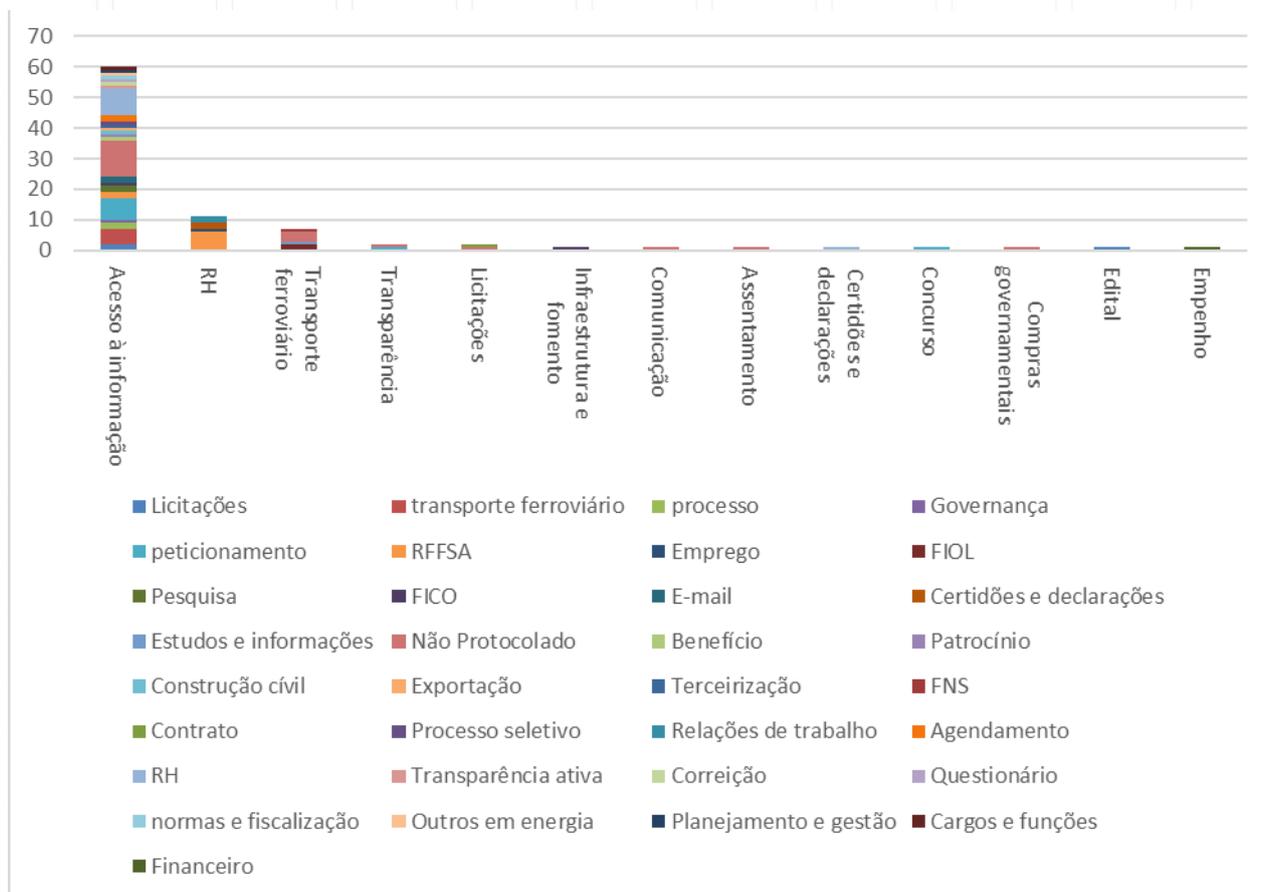


Figura 77 – Assuntos do Pedidos de Acesso à Informação da Infra S.A. em 2022

4.9.1.4. Resultados qualitativos

Ao longo dos últimos anos houve um fortalecimento da legislação do SisOuv no país, com processos e fluxos de trabalho específicos para cada tipologia de manifestação, os quais são rigorosamente observados pela Ouvidoria desta empresa pública, com especial atenção às Denúncias e Comunicações de Irregularidades, cujos normativos de tratamento interno foram remodelados, refletindo o compromisso robusto e real da Alta Administração e demais atores corporativos com um sistema de governança íntegro e transparente.

Nesse sentido, foram elaborados e aprovados os seguintes normativos:

- Resolução Normativa Valec Nº 9/2022/CONSAD-Valec, que regula os serviços de atendimento ao usuário feitos pela Ouvidoria e pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.
- Resolução Normativa Valec Nº 10/2022/CONSAD-Valec, que dispõe sobre o recebimento, tratamento e tramitação de denúncias no âmbito da Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
- Além dos manuais: “Analisar pronunciamento do usuário”; “Tratar Demais Manifestações.”; Tratar Denúncia e Comunicações de Irregularidades; “Analisar pronunciamento do usuário e “Tratar

Serviço de Informação ao Cidadão”.

- Carta de Serviços.

4.9.1.5. Denúncias e comunicações (denúncias anônimas)

Em 2022 houve aumento no número de denúncias e comunicações de irregularidades, em relação ao ano anterior, a saber:

2021 - 72 Manifestações de Ouvidoria + 102 pedidos de Acesso à Informação distribuídas da seguinte forma:

Sendo 21 reclamações, 30 solicitações, 4 denúncias, 7 sugestões, 1 elogio, 0 simplifique e 10 comunicações.

2022 - 76 Manifestações de Ouvidoria + 123 pedidos de Acesso à Informação distribuídas da seguinte forma:

Sendo 14 reclamações, 36 solicitações, 9 denúncias, 4 sugestões, 4 elogios, 0 simplifique e 9 comunicações. Além de duas manifestações arquivadas.

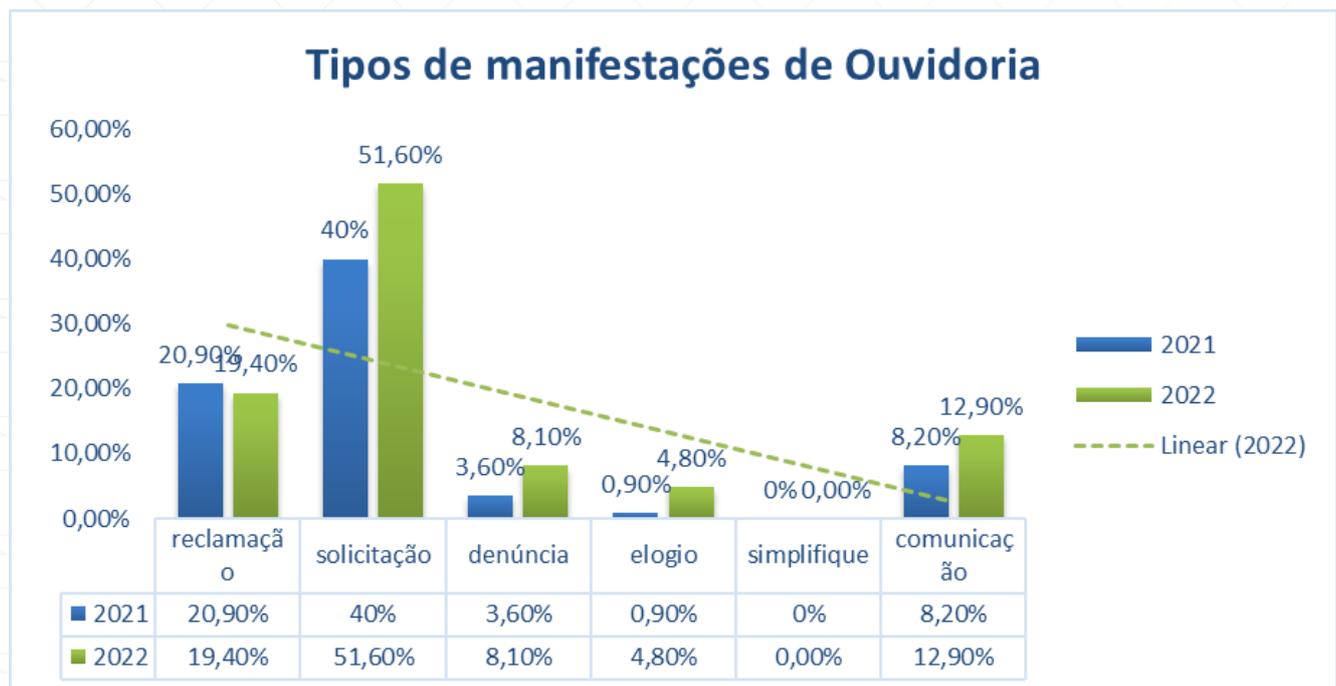


Figura 78 – Comparativo dos tipos de manifestações de Ouvidoria

Importante destacar que das 18 denúncias e comunicações recebidas em 2022, 11 delas não eram competência da Infra S.A. e/ou não tinham materialidade. As demais, foram recebidas e tratadas pelas Unidades competentes.

4.9.1.6. Serviço de informação ao cidadão – SIC

A crescente tendência de atendimento tempestivo e a redução no tempo de respostas das áreas demandadas revelam o nível de maturidade da empresa no que tange ao indicador de transparência passiva, compreendendo que o controle exercido pelo usuário é uma fonte de legitimação de suas decisões e resultados.

No tocante ao tempo de resposta, importante destacar que o ano 2022 não teve nenhuma demanda extemporânea, nos termos das Leis nº 12.527/2011 e nº 13.709/2018.

Ademais, houve um aumento no tipo de resposta “Acesso Concedido” nos pedidos de acesso à informação, atingindo valores superiores a 81%, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

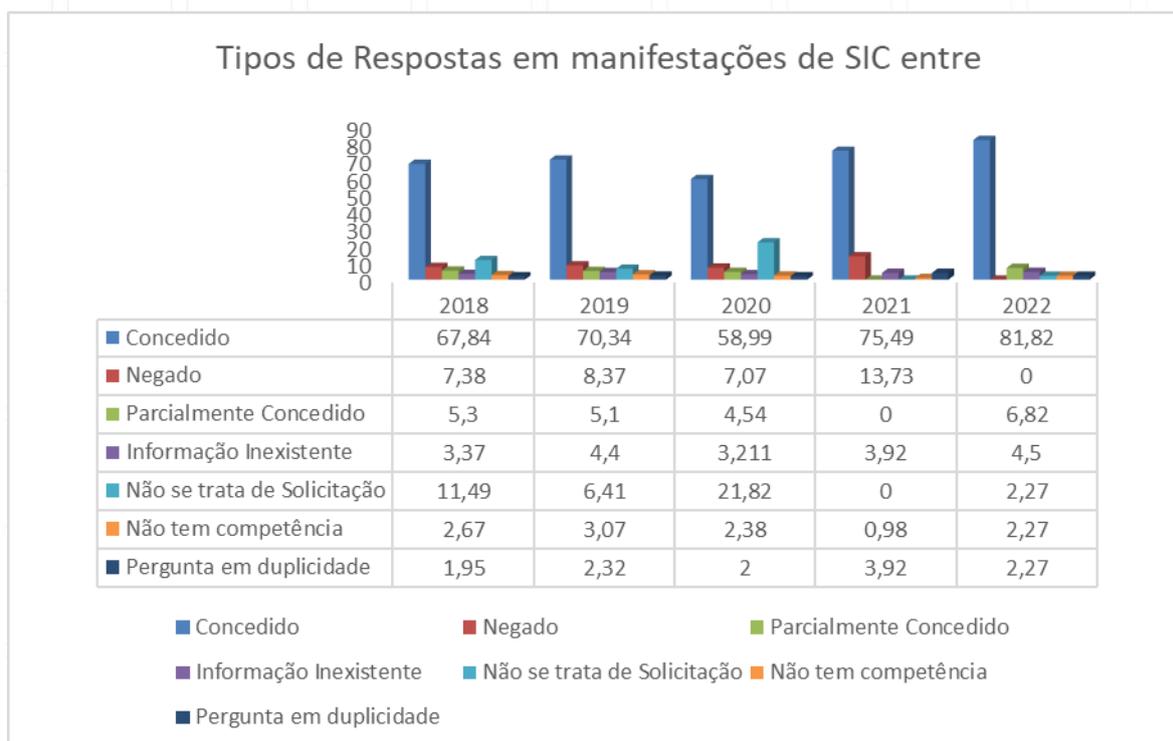


Figura 79 – Percentual de cada tipo de respostas dentro do prazo

4.9.2. atendimentos de expropriados FICO/FIOL II pela Ouvidoria

A partir de setembro de 2022, a empresa passou a divulgar a Ouvidoria como o canal de atendimento para receber sugestões e reclamações referentes aos serviços de desapropriação, monitoramento e gestão fundiária. A iniciativa, conduzida pela Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial (SUGAT), foi desenvolvida com o objetivo de receber informações e aperfeiçoar o processo expropriatório entre a estatal e expropriados das áreas desapropriadas para a instalação da Ferrovia de Integração Oeste- Leste (FIOL) e Ferrovia de Integração Centro - Oeste (FICO).

Com o novo serviço, a equipe da Ouvidoria examina as solicitações e encaminha diretamente aos setores competentes, otimizando o fluxo de informações e mediando possíveis conflitos.

A partir desse marco, o setor prestou atendimento a 3 expropriados da FIOL e foram encaminhadas as solicitações ao setor competente (SUGAT).

DATA	FICO / FIOL		ENCAMINHAMENTO / ORIENTAÇÃO	
			FALA.BR	SETOR COMPETENTE
26/09		X		X
20/10		X		X
27/10		X		X

Tabela 33 – Atendimento de expropriados FICO/FIOL em 2022

4.9.3. Oportunidades de aprimoramento, Desafios e Sugestões de Melhoria

Dando continuidade ao trabalho iniciado ainda em 2021, de fortalecimento e reestruturação da Ouvidoria, no ano de 2022 o setor buscou aprimorar os seus processos internos, aperfeiçoar os seus normativos, aprimorar a gestão dos seus principais riscos mapeados, tudo isso sem perder de vista o aperfeiçoamento do atendimento, tanto ao público interno quanto externo.

O tratamento especial às Denúncias e às Comunicações de Irregularidades também continuou como uma das prioridades do setor, em alinhamento às políticas da empresa no que tange à manutenção de um sistema de governança íntegro e transparente, que contemple não só o alcance de bons resultados, como também o direito de participação da sociedade na dinâmica que envolve as atividades da empresa, a utilização de recursos públicos e a probidade de seus agentes.

Quanto aos atendimentos de Pedidos de Acesso à Informação – SIC, o atendimento tempestivo e a redução no tempo de respostas das áreas demandadas reforçam o comprometimento do setor com o seu mister, além de refletir o aumento do nível de maturidade da empresa no que tange ao indicador de transparência passiva, compreendendo que o controle exercido pelo usuário é uma fonte de legitimação de suas decisões e resultados.

Em relação ao aprimoramento das habilidades e competências da equipe, destaca-se a realização de importantes capacitações, que totalizaram 965 horas.

No que tange à estrutura física, há que se mencionar que em abril de 2022 a Ouvidoria passou a contar com novo espaço para abrigar a equipe no 14º andar e uma sala no 10º andar destinada apenas ao acolhimento e à escuta dos públicos que buscam atendimento pessoal no setor, um importante ganho em termos de privacidade, conforto e confidencialidade na recepção e tratamento dos relatos.

Por fim, no que se refere às ações de implementação de um Plano de Comunicação para a Unidade, destaca-se a criação de uma identidade visual para o setor, elaboração de vídeos e outros conteúdos pela ASCOM, a fim de divulgar as atribuições da Ouvidoria, seus diferentes canais de atendimento e recebimento de manifestações e pedidos de acesso à informação.

Não obstante todo os avanços alcançados, há oportunidades de aprimoramento e sugestões de

melhoria, tais como:

- Fortalecer e intensificar a utilização dos mecanismos de transparência ativa, pois apesar da melhoria verificada em 2022, deve ser um objetivo permanente, inclusive com a adoção de um Plano de Dados Abertos;
- Promover uma reestruturação do site da Empresa com um destaque para as atividades de Ouvidoria, seus canais de acesso e informações de interesse dos públicos que interagem com a empresa;
- Promover a participação em eventos de capacitação e informação sobre Ouvidoria;
- Institucionalizar reuniões de avaliação das demandas recebidas com as Unidades organizacionais da Empresa, a título de cooperação e melhoria;
- Implementar a pesquisa de satisfação do usuário com os serviços prestados pela Empresa;
- Consolidar e dar transparência mensal aos dados estatísticos e progresso dos projetos e estudos por modal, de forma atualizada, a fim de evitar formalização de pedido de acesso;
- Criar indicadores e controles para monitoramento por intermédio de painéis de Business Intelligence (BI);
- Ampliar sua participação nos Comitês e Fóruns de Ouvidorias das Entidades Públicas e Privadas;
- Intensificar as relações institucionais da Ouvidoria com órgãos congênes, fora e dentro do país ;
- Criação do Conselho de usuários.

4.9.4. Avaliação

A plataforma Fala.br oferece uma pesquisa de satisfação do usuário para o SIC e outra para a Ouvidoria, ambas de preenchimento facultativo, que são respondidas pelo solicitante após receber a resposta da Infra S.A..

A Pesquisa de Satisfação do SIC – LAI - possui duas perguntas e os solicitantes as respondem em uma escala de 1 a 5. A pesquisa de satisfação do SIC da Infra S.A. teve 5 respostas num universo de 123 pedidos de acesso e a da Ouvidoria teve 9 respostas, num total de 76 manifestações.

O resultado desta pesquisa para o ano de 2022 pode ser visto na figura abaixo:



Figura 80 – SIC - Pesquisa de Satisfação do Usuário solicitações da LAI na Infra S.A., entre 01/12/2022 e 31/12/2022

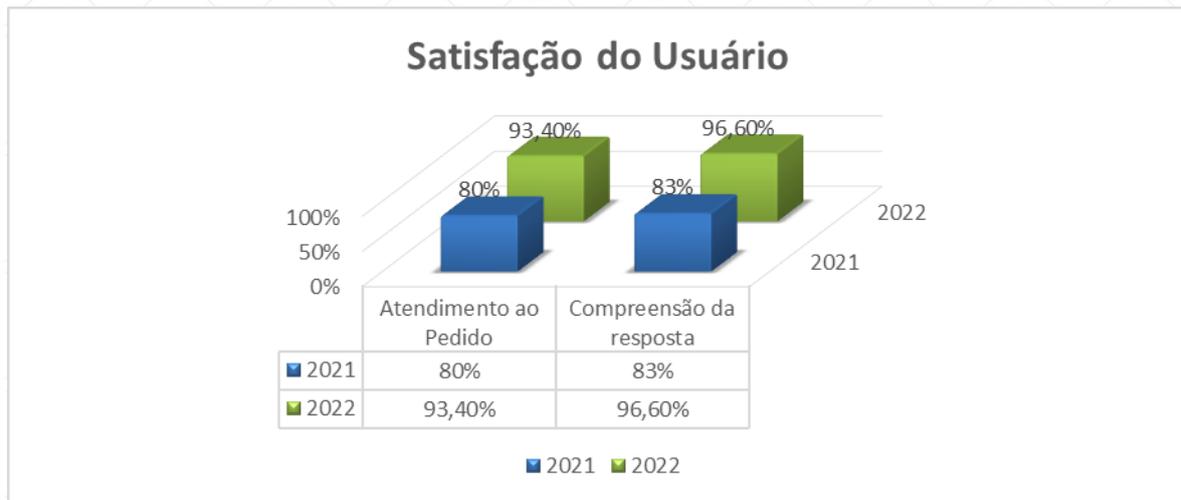


Figura 81 - Comparação quantitativa, em porcentagem, da satisfação dos usuários em relação ao “atendimento ao pedido” e “Compreensão da resposta” nos anos de 2021 e 2022

A figura a seguir mostra o resultado da pesquisa de satisfação do SIC do Governo Federal. Foram respondidas 8.256 pesquisas de opinião de 110,428 pedidos de informação. Portanto, no âmbito federal, **7,7%** das pesquisas foram respondidas pelos usuários, índice próximo do obtido pela empresa (**4,0%**), o que demonstra que a dificuldade de obter o engajamento do usuário na avaliação pós resposta à demanda, é geral.

SATISFAÇÃO DO USUÁRIO ?

Todos ▼

TOTAL DE RESPOSTAS: 8.256

A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?

A resposta fornecida foi de fácil compreensão?



Figura 82 – SIC - Pesquisa de Satisfação do Usuário para solicitações da LAI do Governo Federal, entre 01/12/2022 e 31/12/2022

Já na pesquisa de opinião específica para as manifestações de Ouvidoria, ao receber a resposta, o cidadão é instado a responder duas perguntas. Uma de resolutividade, se a demanda foi resolvida e outra

de satisfação, se ele ficou satisfeito com o atendimento prestado. A figura abaixo mostra este resultado para a Infra S.A.. Já a próxima mostra o resultado para todo o Governo Federal.



Figura 83 – Pesquisa de Satisfação do Usuário solicitações da Ouvidoria na Infra S.A., entre 01/12/2022 e 31/12/2022

As figuras acima denotam que a satisfação do usuário em relação à **resolutividade (56%)** de sua demanda de Ouvidoria e o **atendimento recebido (63,86%)** na Infra S.A é em geral maior do que a média do Governo Federal, que apresentam índices de avaliação menores tanto no quesito **resolutividade (34%)**, quanto na satisfação em relação ao **atendimento que foi prestado (44,82%)**. Conforme a figura abaixo:

RESOLUTIVIDADE (A sua demanda foi resolvida?)



Sim
34%



Parcialmente
17%



Não
49%

TOTAL DE RESPOSTAS 84.684

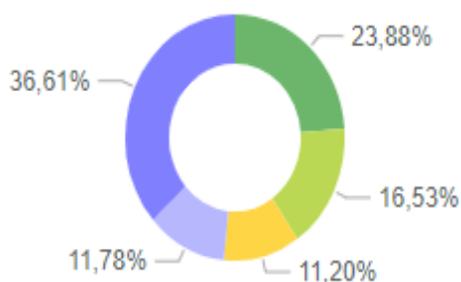
SATISFAÇÃO (Você está satisfeito(a) com o atendimento prestado?)



NÍVEL

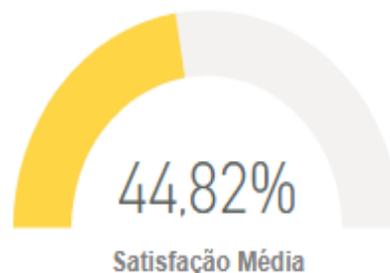


SÉRIE HISTÓRICA



Respostas

- 😄 Muito Satisfeito
- 😊 Satisfeito
- 😐 Regular
- 😞 Insatisfeito
- 😡 Muito Insatisfeito



TOTAL DE RESPOSTAS 84.684

Figura 84 – Pesquisa de Satisfação do Usuário solicitações da Ouvidoria do Governo Federal, entre 01/12/2022 e 31/12/2022

Ainda sob a ótica avaliativa, cabe trazer o ranqueamento de omissões em relação a pedidos de acesso à informação deduzidos por usuários juntos aos canais de atendimento da empresa. Nesse quesito, a Infra SA ocupa a 21° posição dentre outros 302 órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, considerando que a empresa cumpre os prazos em relação aos pedidos de acesso à informação, sem experimentar atrasos à 685 dias, conforme disposto no gráfico 20, abaixo:

Gráfico 20.

OMISSÕES

TOTAL DE OMISSÕES ?

0

RANKING ?

21° / 302

HÁ QUANTOS DIAS O ÓRGÃO ESTÁ
CUMPRINDO TOTALMENTE OS PRAZOS

685

NÍVEL DE OMISSÕES

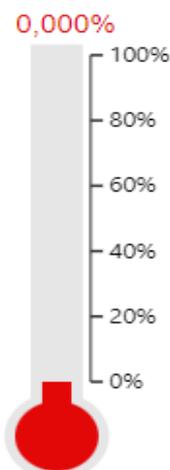


Figura 85 – Omissões nos pedidos de acesso à informação e período sem perda dos prazos

Por fim, percebe-se que grande parte das respostas avaliadas negativamente pelo usuário quanto ao atendimento da Ouvidoria possui potencial de evolução por meio de uma melhora na comunicação com ele, para que compreenda que a atuação da Unidade não pode ser confundida com a solução dada para a sua demanda.

4.9.5. Comitê Técnico de Ouvidoria – CTO

A Ouvidoria da Infra compõe o Comitê Técnico de Ouvidorias das Entidades Vinculadas ao Ministério da Infraestrutura – CTO, instituído pela Portaria nº 2871/2019 do Ministério da Infraestrutura, para funcionar como um fórum permanente de promoção do intercâmbio de técnicas, de boas práticas e de discussões sobre temas de interesses comum das ouvidorias do setor de infraestrutura.

No ano de 2022 foram realizados três encontros ordinários, nos quais a Ouvidoria da Infra S.A. esteve presente.

4.9.5.1. Interlocução da Ouvidoria com entidades e órgãos externos

Em razão da natureza das suas atribuições, a equipe da Ouvidoria mantém contínuo diálogo com agentes externos, com o objetivo precípuo de prestar um atendimento de excelência para os públicos que buscam os canais de atendimento disponibilizados pelo setor e, através destas percepções, contribuir para o aprimoramento das atividades da empresa.

No ano de 2022, a Ouvidoria promoveu as seguintes interlocuções externas:

- Realização de benchmarks: (i) com a Superintendente de Integridade da Federação da Indústrias do Espírito Santo – FINDES e a Gerente de Compliance e Ouvidoria da entidade; (ii) com a Ouvidora-Geral do Ministério Público do Estado de Pernambuco e Presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNOMP.

- Palestrar nos seguintes eventos: (i) “Diálogos correccionais – Edição Goiânia”; (ii) no Hospital da Criança de Brasília José Alencar, com o tema Reposicionamento Estratégico; (iii) na Escola de Contas do Tribunal de Contas do Espírito Santo, com o tema: A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Serviço Público”; (iv) “O Enunciado 004/2022 da CGU e a atuação da Ouvidoria” e “Recomendações e Sugestões de Melhorias – mecanismos de monitoramento e implementação”, no Comitê Técnico de Ouvidorias do Ministério da Infraestrutura e vinculadas; (v) desafios da implementação da LGPD, no Encontro das Seccionais da Associação Brasileira de Ouvidores e Ombudsman – ABO Nacional; (vi) e o impacto da Ouvidoria na governança e na integridade das organizações, no XXII do Encontro Nacional do Fórum Nacional de Ouvidores Universitários e Hospitais de Ensino – FNOUH, no XXII do Encontro Nacional do Fórum Nacional de Ouvidores Universitários e Hospitais de Ensino – FNOUH.
- Participação nos seguintes eventos: (i) evento em comemoração aos 05 anos da Ouvidoria da Presidência da República; (ii) Encontro Estadual da Associação Brasileira de Ouvidores e Ombudsman – Seccional São Paulo (virtualmente); (iii) Dia Nacional do Ouvidor, cuja temática central foi “Prevenção e Enfrentamento aos Assédios e à Violência Laboral”; (iv) " XV Congresso Brasileiro de Ouvidores" que ocorreu nos dias 09, 10 e 11 de novembro, na cidade de Fortaleza-CE; e (v) projeto “Seminários Nacionais de Ouvidoria" realizado no Instituto Federal Catarinense (IFC), em Camboriú.
- Participação nas seguintes reuniões técnicas: (i) reuniões do Comitê Consultivo Regional da América Latina e Caribe (RAC LAC) da International Ombudsman Association – IOA; e (ii) do Comitê Regional da International Ombudsman Association, para a América Latina e Caribe – RAC LAC (02/08); (iii) com a equipe da Secretaria Administrativa do Tribunal de Contas da União -TCU, para tratar do tema: “Política de Prevenção e de Enfrentamento aos Assédios e à Violência Laboral; (iv) Reuniões do Comitê Técnico de Ouvidorias do Ministério da Infraestrutura e entidades vinculadas, nas seguintes datas: 29, 30/06, 1º/07, 05/12 e 5 e 6/12.
- Participação no Workshop de integração, treinamento e desenvolvimento dos Gestores da EPL e Valec, bem como da Oficina de construção do Plano de Ação das equipes de Governança, Integridade e Ouvidoria, oportunidade em que pode participar da apresentação do resultado das reflexões do grupo de trabalho (Ouvidoria, Corregedoria e Assessoria de Relações Institucionais) para os integrantes da Alta Administração da Valec e EPL, quando estavam no processo de incorporação.
- Integração com a comunidade de Caetité-BA no evento "Programa de Educação Ambiental (PEA) em atendimento ao PBA da FIOL" na comunidade de Caetité-BA, em área de influência das obras do empreendimento, no qual a OUVIR destacou o importante papel da comunidade na consolidação dos direitos de cidadania, insculpidos na Constituição Federal de 1988, e como exercer esses direitos através da participação social oportunizada pelos canais da Ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão -SIC.

5. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

5.1. Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Infra S.A. integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na modalidade total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e 11.941, de 27 de maio de 2009.

As demonstrações contábeis da Infra S.A. apresentadas e publicadas são: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Fluxo de Caixa; e Demonstração do Valor Adicionado. Além das Notas Explicativas às demonstrações. Para fins deste Relatório, destacam-se: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício referente ao exercício de 2022.

5.1.1. Balanço Patrimonial de 2022

ATIVO (R\$)	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE	180.557.069	75.567.487
Caixa e equivalente de caixa	126.597.966	56.732.574
Adiantamentos Concedidos	956.644	742.722
Permissões p/uso de pátios a receber	2.872.702	2.144.892
Créditos tributários e previdenciários a compensar	1.593.600	1.773.615
TEDs e Acordos	47.086.600	-
Estoques	275.434	-
Despesas Antecipadas	515.469	-
Outros Créditos a Receber	658.655	14.173.684
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.073.378.527	4.340.781.082
Realizável a Longo Prazo	140.731.557	131.118.510
Depósitos de Cauções	438.122	257.472
Depósitos Judiciais	90.294.328	89.713.629
Permissões p/uso de pátios a receber	49.973.463	41.112.262
Valores a Receber (Assist. Médica-Geipot)	25.644	35.147
Investimentos	902.547.727	921.851.397
Participação Societária - MEP	902.521.449	921.825.119
Participação Societária - CUSTO	26.278	26.278
Imobilizado	3.909.008.505	3.284.926.863
Terrenos	423.736.296	407.966.196
Geral	8.140.482	9.498.275
Bens Imóveis	4.840.583	2.361.441
Bens Móveis	54.807.326	38.761.200
(Depreciações Acumuladas - Bens Imóveis)	(4.724.485)	2.160.227
(Depreciações Acumuladas - Bens Móveis)	(46.764.401)	(29.429.165)
(Redução ao Valor Recuperável - Bens Móveis)	(18.541)	(34.974)
FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste	3.126.246.486	2.674.948.289
Implantação de Ferrovias - FIOL	2.434.095.348	2.134.403.275
Estudos e Projetos - FIOL	5.816.083	640.741

Impl. de Ferrovias - Investimento Cruzado - FIOI	408.104.089	258.532.118
Ativos de Concessão Imóveis - FIOI I	3.498.534.765	3.498.893.434
(Redução ao Valor Recuperável - FIOI I)	(3.220.303.799)	(3.217.521.279)
Outros	333.896.856	170.842.803
Implantação de Ferrovias - FICO	3.555.422	504.021
Impl. de Ferrovias - Investimento Cruzado - FICO	165.222.465	5.398.692
Estudos e Projetos - Outros	157.646.695	157.106.125
Ativos de Concessão Imóveis - Pátios	9.009.461	9.009.461
(Depreciações Acumuladas - Pátios)	(1.537.187)	(1.175.496)
Direito de Uso	16.988.385	21.671.300
Direito de Uso de Imóveis	30.801.070	57.207.327
(Depreciação Acumulada - Direito de Uso)	(13.812.685)	(35.536.027)
Intangível	121.090.738	2.884.312
Direito de Uso de Comunicação	139.790	139.790
Software	23.939.051	11.731.207
Estudos, projetos e licenciamento ambiental	118.140.025	-
(Amortizações Acumuladas)	(21.128.128)	(8.986.685)
TOTAL DO ATIVO	5.253.935.596	4.416.348.569

Tabela 34 – (Ativo) Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$)	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE	148.618.927	110.847.282
Fornecedores	3.131.060	35.830
Obrigações com pessoal	21.204.406	20.703.734
Tributos retidos a recolher	355.407	295.239
Receita a diferir - Subconcessão FIOI	2.182.000	2.182.000
Receita a diferir - Pátios e Terminais	3.265.990	3.031.892
Precatórios de Terceiros	-	679.957
Provisões para Contingências Judiciais	95.218.883	79.197.230
TEDs	17.145.161	-
Passivo de Arrendamento Líquido de Juros a Transcorrer	6.116.020	4.721.400
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.538.484.887	2.267.619.862
Fornecedores	3.077.451	3.077.451
Depósitos retidos sobre fornecedores	26.989.294	27.082.990
Provisões para Contingências Judiciais	1.847.677.298	1.892.365.689
Depósitos de Cauções	438.122	257.472
Precatórios de Terceiros	-	121.593
Receita a diferir - Subconcessão FIOI	27.820.500	30.002.500
Receita a diferir - Pátios e Terminais	38.451.323	33.331.210
Passivo - Investimento Cruzado	583.158.532	264.431.057
Passivo de Arrendamento Líquido de Juros a Transcorrer	10.872.365	16.949.900
TOTAL DO PASSIVO	2.687.103.814	2.378.467.144
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.566.831.782	2.037.881.425
Capital Social	23.678.774.821	22.233.502.272
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	351.003.518	1.288.641.343
Prejuízos Acumulados	(21.462.946.557)	(21.484.262.190)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.253.935.596	4.416.348.569

Tabela 35 – (Passivo) Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

5.1.2. Demonstração do Resultado do Exercício de 2022

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
RECEITAS		
Receita de Exploração da Ferrovia	24.832	119.765
Receita com Subconcessão FIOL	2.182.000	545.500
Permissão para uso de pátios	4.244.986	2.689.734
(-) Dedução de Receita	(256.130)	(166.989)
RECEITAS LÍQUIDAS	6.195.688	3.188.010
DESPESAS OPERACIONAIS	(175.125.297)	(139.798.522)
Pessoal	(131.899.506)	(115.862.656)
Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal	(1.577.269)	(1.570.800)
Depreciação e Amortização	(9.911.571)	(11.719.347)
Gerais e Administrativas	(22.628.989)	(26.447.176)
Diárias, Passagens e Despesas de Locomoção	(855.808)	(586.876)
Transferência Voluntária	(6.002.367)	(1.802.612)
Perda ao Valor Recuperável - FNS	-	(15.034.627)
Perda ao Valor Recuperável - FIOL	(2.782.520)	-
Reversão da Provisão ao valor recuperável - FNS	522.764	4.809.595
Reversão da Provisão ao valor recuperável - FIOL	-	28.415.977
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	27.046.790	(1.231.820.153)
Provisão/Reversão para Contingências	27.214.039	(1.205.432.200)
Outras receitas	31.187.653	24.866.511
Resultado de Equivalência Patrimonial	(19.303.670)	(37.948.896)
Baixa de Ativos - Imobilizado e Intangível	(11.330.637)	(12.814.740)
Baixa de Ativos - Tributos a recuperar/compensar	(720.595)	(510.828)
Diárias, Passagens e Despesas de Locomoção	(855.808)	(586.876)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(141.882.818)	(1.368.430.665)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	1.018.540	4.748.079
Receita Financeira	4.248.817	4.748.288
Despesa Financeira	(3.230.277)	(209)
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL	(141.882.818)	(1.368.430.665)
SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL	154.805.884	133.708.045
Repasse de Custeio/Pessoal	154.805.884	133.708.045
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/LUCRO (IS/CSLL)	13.941.605	(1.229.974.541)
Imposto de Renda	(249.925)	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(271.047)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.420.633	(1.229.974.541)
Lucro/Prejuízo por ação (em reais)	1,66	(152,04)

Tabela 36 – Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro

5.2. Incorporação da Empresa de Planejamento e Logística

Em 24 de maio de 2022, foi autorizada, por meio do Decreto 11.081/2022, a incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Em 30 de setembro de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a União votou pela aprovação da referida operação. A Valec passa a utilizar nome fantasia Infra S.A., após o processo de incorporação da EPL.

O Protocolo e Justificação aprovados determinaram que o valor a ser considerado para incorporação é o equivalente ao Patrimônio Líquido avaliado pelos peritos nomeados, com a data-base de 30/06/2022, a saber: R\$ 161.225.514. As variações patrimoniais sobre ativos e passivos, entre a data-base da incorporação que não estivessem refletidas no referido laudo patrimonial, deveriam ser registrados integralmente nos livros contábeis da EPL e transferidas à Valec para registro na conta de Prejuízos Acumulados.

Sendo assim, apresenta-se a incorporada:

ATIVO	30/06/2022	VARIAÇÃO	30/09/2022
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	53.841.126	22.795.969	76.637.095
Créditos a receber	-	-	-
Acordo de Parceria	15.201.462	(2.208.170)	12.993.292
Tributos a recuperar	1.237.635	(1.236.819)	816
Adiantamento a empregados	1.041.990	(192.559)	849.431
Adiantamento a fornecedores	14.881	(14.811)	-
Estoques	485.615	(209.662)	275.953
Despesas antecipadas	921.736	(121.405)	880.331
Total Circulante	72.744.375	18.812.543	91.556.918
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos recursais/judiciais	664.470	-	664.470
Imobilizado	6.947.288	(823.079)	6.124.209
Intangível	114.733.130	(4.203.699)	110.529.431
Total Não Circulante	122.344.888	(5.026.778)	117.318.110
TOTAL DO ATIVO	195.089.263	13.785.765	208.875.028

Tabela 37 – Variações do período entre 30/06/2022 e 30/09/2022 da EPL

5.3. Base de preparação das demonstrações e principais critério e políticas contábeis

A base de preparação e os principais critérios e políticas contábeis observadas na elaboração das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2022 foram:

- As demonstrações contábeis originam-se de fatos contábeis vinculados ao Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), exceto quando indicado de outra forma, sendo o Real a moeda funcional e de apresentação da Infra S.A.;

- b) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;
- c) Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização e os passivos circulantes e não circulantes, pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização;
- d) O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens;
- e) Após análise do valor recuperável pela Infra S.A. referente à Ferrovia Norte Sul já subconcedida pelo período de 30 anos, foi realizado o reconhecimento da provisão de perda ao valor recuperável no ativo imobilizado da empresa, em consonância com o CPC – 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- f) Após o Leilão para Subconcessão do Trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste, denominado FIOI I, foi realizada a análise do valor recuperável de ativos e reconhecida provisão de perda ao valor recuperável no ativo imobilizado da empresa, em consonância com o CPC – 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- g) O Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, o qual é reconhecido inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e ajustado pela taxa dos respectivos contratos; e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento, mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos. O referido pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento e entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019;
- h) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software, é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação e devem ser mantidas neste grupo até a efetiva baixa. Além disso também são registrados nessa rubrica os estudos e projetos em andamento, advindos da incorporação da EPL;
- i) As provisões para contingências são contabilizadas, com base na posição da Procuradoria Jurídica, a qual é formulada na análise técnica individual dos advogados, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas

possíveis pela Procuradoria Jurídica são divulgadas com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão e divulgação;

- j) Ainda, a propósito das provisões para contingenciamento, cabe esclarecer que a dinâmica comentada na alínea “l”, do ponto de vista da contabilidade, atende o disposto no CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- k) Ativos financeiros são avaliados pelo valor justo decorrentes do resultado. Aos ativos financeiros presentes nesta Companhia incluem-se os equivalentes de caixa, e os direitos creditórios contratuais a receber;
- l) A Infra S.A. avalia durante o encerramento das demonstrações financeiras se transcorreu, em determinado intervalo, a desvalorização econômica (recuperação) do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Terminantemente, considera-se não recuperável quando houver indicação de ausência de retomada do resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrida) e essa perda tenha influência no fluxo de caixa estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente presumida; e
- m) As obrigações financeiras são avaliadas pelo valor justo, de maneira similar ao ativo financeiro. Por conseguinte, envolve as obrigações desta Companhia com terceiros interessados, das quais destacam-se os fornecedores de mercadorias e serviços, as obrigações trabalhistas e tributárias, entre outras.

5.4. Notas explicativas das demonstrações contábeis

Destacam-se aqui as principais Notas Explicativas integrantes das demonstrações contábeis de 2022.

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento registra o valor do limite de saque da Conta Única da União, estabelecido pelo órgão Central de Programação Financeira para atender às despesas com vinculação de pagamentos. Portanto, representa a conta utilizada para movimentação financeira, na qual a Setorial Financeira do Ministério dos Transportes disponibiliza os recursos financeiros para pagamentos efetuados diariamente pela Infra S.A. A Tabela 55 mostra o seguinte saldo em 31 de dezembro de 2022 desta.

VINCULAÇÃO	DESCRIÇÃO DA VINCULAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
308	Contribuição previdência fechada	49.677	65.083
310	Pagamento pessoal	7.780.587	6.141.722
400	Custeio/invest. c/exigência de empenho	118.726.580	50.179.402
510	Custeio pgto. pessoal/auxílios	39.246	307.565
514	Custeio Pagamento Pessoal/Auxílios- Resultado. Primário	1.876	38.802
TOTAL TESOIRO LIMITE DE SAQUE		126.597.966	56.732.574

Tabela 38 – Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

5.4.1. Créditos de curto e longo prazo

Os créditos de curto e longo prazo com destaque no Balanço Patrimonial são: tributos a compensar; depósitos judiciais e permissões para uso de pátios a receber.

5.4.1.1. Tributos a compensar

O saldo de créditos tributários e previdenciários a compensar em 31 de dezembro de 2022 é de aproximadamente R\$ 1,6 milhão, sendo R\$ 1,5 milhão em créditos de PIS e COFINS e R\$ 51,5 mil em créditos previdenciários.

Tributos a Compensar – PIS e COFINS

De acordo com o art. 1º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e art. 1º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a base de cálculo da apuração do PIS e da COFINS pelo regime não-cumulativo é o total das receitas auferidas no mês, excluídas as situações previstas em lei. As referidas leis, em seu art. 3º, preveem a possibilidade de aproveitamento de créditos de PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) sobre “aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos e energia elétrica ou térmica, além das despesas com depreciações e amortizações”. Assim, em 31 de dezembro de 2022 o saldo de crédito de PIS era de R\$ 276 mil e de COFINS era de R\$ 1,26 milhão a serem compensados em períodos posteriores:

TRIBUTOS A COMPENSAR	Saldo em 31/12/2021	Ingresso	Compensado	Saldo em 31/12/2022
COFINS a Compensar	821.965	653.924	(211.362)	1.264.526
PIS a Compensar	179.544	141.970	(44.768)	276.746
IRPJ	0	816	0	816
TOTAL	1.001.509	796.710	(256.130)	1.542.088
TOTAL TESOUREIRO LIMITE DE SAQUE		126.597.966	56.732.574	

Tabela 39 – Tributos a compensar

Crédito Previdenciário a Compensar

Os seguintes fatos e princípios foram determinantes como justificativa para apuração de créditos previdenciários: Índices FAP declarados em divergência ao que determina o Portal FAPWeb; Atividades preponderantes declaradas em discordância com a real atividade exercida pelos funcionários de cada filial, conforme determina a Instrução Normativa 1.453, de 24 de fevereiro de 2014, e COSIT, de 14 de junho de 2016; Alíquota RAT declaradas em discordância com o determinado pelo Decreto 6.957, de 09

de setembro de 2009; Ausência de lançamento de desoneração em folha durante o período em que a mesma era obrigatória para o setor econômico da Infra S.A., conforme Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e posteriores alterações; e Ausência de pagamento de DARF CPRB no período em que a mesma era obrigatória para o setor econômico da Infra S.A., conforme Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e posteriores alterações.

CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO	
Crédito Previdenciário	54.285.136
Crédito Compensado em 2018	(26.966.503)
Crédito Compensado em 2019	(9.477.108)
Reconhecimento de Crédito em 2019	16.613
Baixa por prescrição no 4º trimestre / 2020	(16.171.757)
SALDO DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO APÓS BAIXA POR PRESCRIÇÃO	1.686.381
CRÉDITO PRESCRITO EM 2021 (Até Abr/2021) RECONHECIDO NAS DFS DE 2019	(271.209)
CRÉDITO PRESCRITO EM 2021 (Até jun/2021) RECONHECIDO NAS DFS DE 2020	(132.239)
SALDO DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO EM 31/12/2020	1.282.933
CRÉDITO PRESCRITO EM 2021 RECONHECIDO NAS DFS DE 2021	(510.827)
SALDO DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO EM 31/12/2021	772.106
CRÉDITO PRESCRITO 1º TRIMESTRE DE 2022	(205.186)
CRÉDITO PRESCRITO 2º TRIMESTRE DE 2022	(125.239)
CRÉDITO PRESCRITO 3º TRIMESTRE DE 2022	(145.456)
CRÉDITO PRESCRITO 4º TRIMESTRE DE 2022	(244.714)
SALDO DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO EM 30/12/2022	51.511

Tabela 40 – Crédito previdenciário a compensar

Os créditos previdenciários estavam sendo compensados nas guias de pagamentos do INSS referentes às folhas de pagamentos da Infra S.A. e das extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT.

5.4.1.2. Depósitos judiciais

AÇÕES	SALDO EM 31/12/2021	INGRESSO	BAIXA	BAIXA ATUAL. MONET	SALDO EM 31/12/2022
Cíveis	51.641.802	2.663.669	-	-	54.305.471
Trabalhistas	38.071.827	813.966	(2.649.913)	(247.020)	35.988.859
TOTAL	89.713.629	3.477.634	(2.649.913)	(247.020)	90.294.329

Tabela 41 – Depósitos judiciais

O montante de R\$ 90,29 milhões compreende aos valores depositados em juízo referentes a depósitos recursais, provenientes das ações trabalhistas e cíveis impetradas pelas partes autoras contra a Infra S.A. e as extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, atualizados monetariamente pela taxa JAM-FGTS (ações trabalhistas) ou pela taxa Selic (ações cíveis) até 31 de dezembro de 2018.

Do total de ingressos relativos às ações trabalhistas, R\$ 664,47 mil correspondem aos valores advindos da incorporação da EPL.

5.4.1.3. Permissão de uso de pátio a receber

Para fomentar o transporte ferroviário, a Infra S.A. outorga por meio de Contratos de Permissão de Uso, Pátios de Integração Multimodal, por prazo não inferior a 15 anos. As receitas provindas dessas permissões são consideradas receitas operacionais diferidas pelo prazo do contrato e o recebimento é parcelado conforme acordo contratual. Os saldos dos recursos a receber de curto e longo prazo referentes à Permissão para Uso de Pátios, em 31 de dezembro de 2022, são apresentados nas tabelas a seguir.

Realizáveis a Curto Prazo		
PERMISSÃO PARA USO DE PÁTIOS A RECEBER - CIRCULANTE	31/12/2022	31/12/2021
Saldo do exercício anterior	2.144.892	1.487.338
Recebimentos	(1.527.704)	(1.453.905)
Transferência do não circulante para circulante	1.527.704	1.242.315
Atualização monetária do período	108.960	(33.438)
Novas permissões	618.850	902.582
TOTAL	2.872.702	2.144.892

Tabela 42 – Realizáveis a curto prazo

Realizável a Longo Prazo		
PERMISSÃO DE USO DE PÁTIOS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE	31/12/2022	31/12/2021
Saldo do exercício anterior	41.112.262	25.488.517
Recebimentos	(787.486)	(395.501)
Transferência do não circulante para circulante	(1.527.704)	(1.242.315)
Atualização monetária do período	2.846.690	4.754.140
Novas permissões	8.329.701	12.507.421
TOTAL	49.973.463	41.112.262

Tabela 43 – Realizável a longo prazo

Além dos contratos acima evidenciados, a Infra S.A. possui o Termo de Permissão Especial de Uso

nº 1/2020 firmado com a empresa ADM do Brasil Ltda, destinado ao acesso ao Polo de Cargas de Porto Franco/MA para operação de equipamentos de transbordo de graneis sólidos agrícolas e derivados. o prazo inicial da permissão é de 15 (quinze) anos, prorrogável por igual período, sendo livre a revogação do instrumento. As receitas relativas ao presente Termo de Permissão são calculadas de acordo com a movimentação realizada em cada período, sendo, portanto, variáveis.

5.4.2. Investimentos

INVESTIMENTO									
INVESTIDAS	SALDO EM 31/12/2021	RESULT. MEP	APORTE	SALDO EM 31/12/2022	QTD DE AÇÕES PN	AÇÃO S PN (%)	QTD DE AÇÕES ON	AÇÃO S ON (%)	AÇÃO S TOTAL (%)
Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A	26.278	-	0	26.278 26.278	0	0	1.875.00 0	0,008	0,0027
Transnordestina Logística S/A	921.825.119	(19.303.67 0)	0	902.521.44 9	18.686.075	71,59	1.722.71 6	6,60	39,10
TOTAL	921.851.397	(19.303.67 0)	0	902.547.72 7					

Tabela 44 – Investimentos

5.4.2.1. Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A – FERROESTE

A Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A (FERROESTE) é uma sociedade anônima, de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, com 99,69% de participação acionária, o restante das ações pertence a 46 empresas nacionais, 3 estrangeiras e 6 pessoas físicas. A FERROESTE tem por objetivo a construção, operação, administração, e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem de produtos agrícolas e manufaturados em geral.

A Infra S.A. participa do capital social da Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A (FERROESTE) com 1.875 lotes de 1.000 ações ordinárias. Esse investimento é avaliado pelo método de custo em função da participação da Infra S.A. não apresentar influência significativa, além dessa participação ser inferior a 20% do Capital Social da investida.

5.4.2.2. Transnordestina Logística S/A – TLSA

A Transnordestina Logística S/A (TLSA) é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza/CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A Companhia é controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) e suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários

concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

A Infra S.A. participa do capital social da Transnordestina Logística S/A com 20.408.791 ações (18.686.075 ações preferenciais e 1.722.716 ações ordinárias) que correspondem a 39,10% do total de ações, sendo 71,59% das ações preferenciais e 6,60% das ações ordinárias.

A Infra S.A., nos termos da legislação, dos contratos, do Acordo de Acionistas e do Acordo de Investimento, não é integrante do grupo controlador da TLSA e não possui o controle compartilhado, mantendo a sua característica de acionista minoritária.

A Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, preceitua em seu art.116 o conceito do acionista controlador como a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que: a) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e b) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

Em 27 de dezembro 2013, após a eleição e posse de dois representantes para compor o Conselho de Administração da Transnordestina Logística S/A, a Infra S.A. passou a considerá-la coligada. Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 18 (R3), coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa, isto é, o investidor possui o direito de participar de certas decisões sobre políticas financeiras e operacionais da companhia investida, mas sem exercer controle individual ou conjunto dessas políticas.

A NBC TG 18 (R3) determina que o investimento em coligada seja avaliado pelo método da equivalência patrimonial, o qual deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. A participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida no resultado do período do investidor.

Até o ano de 2016, a Vales aportou o montante de R\$ 1.124,6 milhões na TLSA. Desde janeiro de 2017, por determinação do Tribunal de Contas da União – Acórdão nº 67/2017, estão suspensos novos aportes de recursos públicos para o projeto.

No ano de 2021, a Transnordestina Logística S/A apresentou um resultado negativo de R\$ 97 milhões, o que provocou para a Infra S.A. uma perda de equivalência patrimonial deste investimento na ordem de R\$ 37,9 milhões no período.

5.4.3. Imobilizado

5.4.3.1. Composição e fluxo do ativo imobilizado:

O fluxo de movimentação do ativo imobilizado da Infra S.A. no exercício de 2022 está representado na tabela a seguir e justificado nos itens que segue.

IMOBILIZADO BENS MÓVEIS	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2022	TAXA DEPREC. (%)
Aparelhos de Medição e Orientação	-	3.200	-	-	3.200	10
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	46.130	551.912	-	-	598.042	20
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	-	7.943	-	-	7.943	10
Máquinas e Equipamentos Energéticos	-	2.494.646	-	-	2.494.646	10
Máquinas e Equipamentos Gráficos	-	780	-	-	780	10
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	-	36.200	-	-	36.200	10
Máquinas e Equipamentos Eletroeletrônicos	-	32.333	-	-	32.333	10
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	-	662	-	-	662	10
Equip. de Tecn. da Informação e Comunicação/TIC	24.077.444	9.053.335	(6.000)	170	33.124.949	10 e 20
Aparelhos e Utensílios Domésticos	-	34.846	-	-	34.846	10
Máquinas Instalações e Utensílios de Escritório	408.737	61.282	(49.616)	123.407	543.810	10
Mobiliário em Geral	8.704.128	2.409.296	(22.414)	361.158	11.452.168	10
Coleções e Materiais Bibliográficos	-	25.959	-	-	25.959	10
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	-	791.907	-	-	791.907	10
Estoque Interno	-	135.118	-	-	135.118	20
Ativos de Concessão de Serviços (bens móveis)	5.524.762	-	-	-	5.524.762	10
(Redução ao Valor Recuperável)	(34.974)	-	16.433	-	(18.541)	-
Total Bens Móveis (1)	38.726.226	15.639.419	(61.596)	484.735	54.788.785	-

IMOBILIZADO BENS IMÓVEIS	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2022	TAXA DEPREC. (%)
Terrenos	407.485.211	15.770.101	-	-	423.255.311	-
Terrenos – Permissão de Uso de Pátios	480.985	-	-	-	480.985	-
Salas e Escritórios	2.361.441	-	(165.019)	-	2.196.421	10
Estudos e Projetos	157.746.865	5.715.913	-	-	163.462.778	-
FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste	640.740	5.175.343	-	-	5.816.083	-
Ferrovia Transcontinental	131.581.038	507.696	-	-	132.088.734	-
Outros Empreendimentos	25.525.087	32.874	-	-	25.557.961	-
Implantação - Ferrovias	2.398.838.107	612.265.282	-	(126.066)	3.010.977.323	-
FIOL - Ferrovia de	2.134.403.276	299.818.138	-	(126.066)	2.434.095.348	-

IMOBILIZADO BENS IMÓVEIS	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2022	TAXA DEPREC. (%)
Integração Oeste-Leste						
FICO - Ferrovia Transcontinental	504.022	3.051.400	-	-	3.555.422	-
FICO - INVESTIMENTO CRUZADO	5.398.692	159.823.773	-	-	165.222.465	-
FIOL - INVESTIMENTO CRUZADO	258.532.118	149.571.971	-	-	408.104.089	-
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	-	2.644.161	-	-	2.644.161	-
Ativos de Concessão	15.789.220.082	-	(522.734)	(358.670)	15.788.338.678	-
FNS - Açailândia/MA - Palmas/TO	2.607.268.664	-	-	-	2.607.268.664	4 e 2,86
FNS - Porto Nacional/TO - Anápolis/GO	4.927.704.988	-	-	-	4.927.704.988	4 e 2,86
FNS - Ouro Verde/GO - Estrela D'Oeste/SP	4.746.343.535	-	(522.734)	-	4.745.820.801	-
FIOL - Trecho I	3.498.893.434	-	-	(358.670)	3.498.534.765	-
Pátio Porto Franco	9.009.461	-	-	-	9.009.461	5 a 30
Total Bens Imóveis (2)	18.756.132.691	636.395.457	(687.754)	(484.735)	19.391.355.658	-

DIREITO DE USO	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS CONTR./ AJUSTES	ATUALIZAÇÃO A VP	SALDO EM 31/12/2022	TAXA DEPREC. (%)
Direito de Uso de Veículos	2.700.800	2.387.514	(5.088.314)	0	-	-
Direito de Uso de Imóveis	54.506.527	11.141.936	(34.367.757)	(479.636)	30.801.070	10
Total Direito de Uso (3)	57.207.327	13.529.450	(39.456.071)	(479.636)	30.801.070	

(Redução ao Valor Recuperável - FNS) (4)	(11.364.641.405)	-	522.734	-	(11.364.118.671)	
Ativos de Concessão Imóveis - FNS	(12.281.317.187)	-	522.734	-	(12.280.794.453)	
Depreciação Acumulada das Ferrovias - FNS	916.675.782	-	-	-	916.675.782	

(Redução ao Valor Recuperável - FIOL I) (5)	(3.217.521.280)	(2.782.520)	-	-	(3.220.303.799)	
Ativos de Concessão Imóveis - FIOL I	(3.217.521.280)	(2.782.520)	-	-	(3.220.303.799)	

Depreciação de Bens Móveis e Imóveis (6)	(984.976.696)	(29.016.079)	226.615	38.843.069	(974.923.090)	
Depreciação de Bens Móveis	(29.429.165)	(17.396.832)	61.596	-	(46.764.401)	
Depreciação de Bens Imóveis	(920.011.504)	(446.807)	165.019	-	(920.293.292)	
Salas e Escritórios	(2.160.227)	(85.116)	165.019	-	(2.080.324)	
FNS - Açailândia/MA - Palmas/TO	(293.414.823)	-	-	-	(293.414.823)	
FNS - Porto Nacional/TO - Anápolis/GO	(623.260.959)	-	-	-	(623.260.959)	
Pátio Porto Franco	(1.175.496)	(361.691)	-	-	(1.537.187)	
Amortização Acumulada - Bens	-	(2.644.161)	-	-	(2.644.161)	

Imóveis					
Depreciação Direito de Uso	(35.536.027)	(10.953.153)	-	32.676.495	(13.812.685)
Direito de Uso de Veículos	(979.500)	(74.347)	-	1.053.847	-
Direito de Uso de Imóveis	(34.556.527)	(10.878.806)	-	31.622.648	(13.812.685)
Total Líquido (7) =1+2+3+4+5+6	3.284.926.863	631.340.852	(39.456.071)	32.196.859	3.909.008.505
IMOBILIZADO CONSOLIDADO	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2022
Total Bens Móveis (1)	38.726.226	15.639.419	(61.596)	484.735	54.788.785
Total Bens Imóveis (2)	18.756.132.691	636.395.457	(687.754)	(484.735)	19.391.355.658
Total Direito de Uso (3)	57.207.327	13.529.450	(39.456.071)	(479.636)	30.801.070
(Redução ao Valor Recuperável - FNS) (4)	(11.364.641.405)	-	522.734	-	(11.364.118.671)
(Redução ao Valor Recuperável - FIOFI) (5)	(3.217.521.280)	(2.782.520)	-	-	(3.220.303.799)
Depreciação Acumulada (6)	(984.976.696)	(31.440.954)	226.615	32.676.495	(983.514.540)
TOTAL DO IMOBILIZADO	3.284.926.863	631.340.852	(39.456.071)	32.196.859	3.909.008.505

Tabela 45 – Composição e fluxo do ativo imobilizado

- a) Os bens corpóreos são reconhecidos pelo custo de aquisição. Devido ao desgaste e a obsolescência desses bens ao longo do tempo, exige-se o reconhecimento da despesa em virtude da depreciação calculada por meio do método linear, em função de taxas estabelecidas e do tempo de vida útil, fixadas por espécies de bens;
- b) As ferrovias construídas foram depreciadas retroativamente pela tabela fisco até 31 de dezembro de 2016, a partir dessa data foi utilizada a tabela da ANTT, conforme Resolução ANTT N° 4540, de 19 de dezembro de 2014;
- c) Anualmente, é realizado o inventário dos bens móveis da Infra S.A. e verificado in loco as condições de uso dos bens. Os bens que se apresentam como inservíveis são reparados, doados ou baixados do sistema patrimonial bem como da contabilidade;
- d) Os Ativos Imobilizados da Infra S.A. são registrados em um sistema informatizado que permite controlar sequencialmente os bens móveis, gerando relatórios por localidade ou descrição do bem e são depreciados periodicamente;
- e) No exercício de 2022, foram adquiridos Equipamentos de TI e Comunicação no valor de R\$ 17 mil, bem como Máquinas e Utensílios de Escritório no valor de R\$ 48 mil;
- f) Em virtude da incorporação da EPL, ingressaram no Ativo Imobilizado, o total de R\$ 15,59 milhões referentes a bens móveis bem como 2,64 milhões referentes a Benfeitorias em Propriedade de Terceiros. Do total incorporado, R\$ 16,35 milhões encontram-se depreciados.
- g) A provisão para “Redução ao valor Recuperável – Móveis” no valor de R\$ 18,54 mil se refere:
 - i. Ao valor contábil de 54 bens patrimoniais furtados ou extraviados, mas que se encontram com o processo administrativo de sindicância em andamento, conforme Processo SEI nº 51402.105367/2022-41, totalizando R\$ 661. Ao final da instrução processual, com a

devida autorização da Diretoria Executiva, esses bens serão efetivamente baixados do patrimônio da Infra S.A.; e

- ii. Ao valor contábil de bens móveis que foram doados no exercício de 2021, totalizando R\$ 18 mil, mas que, por questões de regularização de documentos do recebedor, encontram-se pendentes de assinatura do termo de doação, conforme Processo SEI nº 51402.106738/2021-21.
- h) A rubrica contábil “Terrenos” é composta pelos custos relacionados aos processos de desapropriação dos respectivos Terrenos. Além do pagamento ao expropriado, mensalmente são realizados pagamentos de custas do processo, taxas cartoriais, entre outros que compõem o Custo do Terreno;
- i) A rubrica contábil “Estudos e Projetos” é composta pelos custos relacionados ao desenvolvimento de estudos e projetos de obras de Infraestrutura ferroviária. Os Estudos e Projetos compreendem os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, o Projeto Básico – PB e o Projeto Executivo – PE;
- j) A rubrica contábil “Implantação – Ferrovias” é formada pelos custos das obras de construção das ferrovias que ainda se encontram em andamento, após as subconcessões dos trechos, os ativos subconcedidos são transferidos para a rubrica “Ativos de Concessão”;
- k) A rubrica contábil “Direito de Uso” corresponde a direitos com origem em contratos de locação de imóveis conforme estabelecido no CPC 06 (R2).
- l) Um item do ativo imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso. Eventual perda resultante da baixa do ativo (representada pelo valor residual do ativo) é incluída no resultado do exercício em que o ativo for baixado. No exercício de 2022, ocorreram as seguintes baixas:
 - i. Baixa de R\$ 165,02 mil na conta de Salas e Escritórios, devido a devolução de área ocupada pela Infra S.A. à Companhia Imobiliária do Estado de TO conforme Processo 51402.040909/2013-31. O bem baixado já se encontrava totalmente depreciado;
 - ii. Baixa de R\$ 4,40 mil na conta Equipamentos de TI e Comunicação, devido ao furto de 02 bens patrimoniais conforme Processo 51402.165781/2016-61. Do valor total baixado, R\$ 3,96 mil correspondem à depreciação acumulada dos referidos bens;
 - iii. Baixa de R\$ 4,77 mil na conta Máquinas e utensílios de escritório, devido ao furto de 16 bens patrimoniais conforme Processo 51402.165781/2016-61. Do valor total baixado, R\$ 3,98 mil correspondem à depreciação acumulada dos referidos bens;
 - iv. Baixa de R\$ 7,76 mil na conta Mobiliário em geral, devido ao furto de 30 bens patrimoniais conforme Processo 51402.165781/2016-61. Do valor total baixado, R\$ 6,98 mil correspondem à depreciação acumulada dos referidos bens;
 - v. Baixa de R\$ 1,60 mil na conta Equipamentos de TI e Comunicação, devido ao furto de 04 bens patrimoniais conforme Processo 51402.224022/2018-11. Do valor total baixado, R\$ 1,44 mil correspondem à depreciação acumulada dos referidos bens;

- vi. Baixa de R\$ 44,84 mil na conta Máquinas e utensílios de escritório, devido ao furto de 59 bens patrimoniais conforme Processo 51402.224022/2018-11. Do valor total baixado, R\$ 38,84 correspondem à depreciação acumulada dos referidos bens;
 - vii. Baixa de R\$ 14,65 na conta Mobiliário em geral, devido ao furto de 121 bens patrimoniais conforme Processo 51402.224022/2018-11. Do valor total baixado, R\$ 12,19 correspondem à depreciação acumulada dos referidos bens; e
 - viii. Baixa de R\$ 522,73 mil na conta Ativos de Concessão devido à baixa de saldo correspondente na Conta de Depósitos Retidos de Fornecedores, tendo em vista o contrato 042/2014 estar encerrado e não ter sido reclamado administrativamente pelo fornecedor. O valor citado foi revertido da conta de Redução a Valor Recuperável, considerando que o respectivo saldo estava provisionado na mencionada conta.
- m) A coluna “transferências” da Tabela que apresenta o fluxo de movimentação do Imobilizado representa os saldos que são transferidos a outras rubricas do Imobilizado, em geral por motivo de subconcessão de trechos da Ferrovia ou por encerramento dos respectivos contratos. No exercício de 2022, até o 3º trimestre, foi realizada a seguinte transferência entre contas do ativo imobilizado:
- i. Foi transferido da conta Implantação – Ferrovias o valor de R\$ 484 mil, sendo R\$ 170 para a conta Equipamentos de TI e Comunicação, R\$ 361 mil para a conta Mobiliário em Geral e R\$ 123 mil para a conta Utensílios de Escritório, devido ao recebimento e tombamento dos referidos bens localizados no canteiro de obras de São Desidério/BA conforme Processo SEI 51402.104642/2021-28.
- n) Os Ativos de Concessão – Bens Móveis, no valor de R\$ 5,5 milhões, e os Ativos de Concessão – Bens Imóveis, no valor de R\$ 9 milhões são provindos do tombamento dos bens do pátio de Transbordo de Porto Franco/MA referente ao Contrato nº 001/2002 celebrado entre a Infra S.A. e a Multigrain S/A, o qual foi rescindido pelo Termo de Rescisão Contratual amigável datado de 26 de fevereiro de 2019, conforme Processo Administrativo nº 51402.205501/2018-26, em que a Multigrain cede de forma não onerosa à Infra S.A. as benfeitorias que compõem o Pátio de Porto Franco; e
- o) Por meio do Laudo de Avaliação nº 1/2022/GEPAT/SUADM/DIRAF/INFRASA, emitido em 20 de dezembro de 2022, a Gerência de Patrimônio certifica que todos os bens patrimoniais contabilizados, com exceção dos provisionados por redução ao valor recuperável, estão em condições de funcionamento. Informa, ainda, que não há indicativo de perda sobre os bens patrimoniais, portanto, não se verificou a necessidade de teste de recuperabilidade dos bens móveis, bem como dos Ativos de Concessão relacionados ao Pátio de Porto Franco.

5.4.3.2. Ferrovia Norte Sul (FNS)

A Infra S.A. subconcedeu, em 2007, o trecho da Ferrovia Norte Sul que liga Açailândia/MA a Palmas/TO para a Ferrovia Norte Sul S/A. De acordo com o Contrato de Subconcessão nº 033/07, de 20

de dezembro de 2007, nos termos do Edital de Licitação nº 001/2006, a subconcessão foi assinada por um prazo de 30 anos, previa o pagamento a título de outorga de R\$ 1,47 bilhão, dividido em três parcelas corrigidas pelo IGP-DI e juros de 1% ao mês (até maio de 2010), sendo 50% à vista, 25% na entrega do 1º trecho e 25% na entrega do 2º trecho. A primeira parcela foi recebida em dezembro de 2007 no valor de R\$ 739 milhões, a segunda parcela no valor de R\$ 461,8 milhões foi recebida em maio de 2009 e parte da terceira parcela, o valor de R\$ 453,5 milhões, foi recebida em dezembro de 2010. Conforme 2º Termo Aditivo, assinado em 10 de dezembro de 2010, o pagamento do valor correspondente à 20% da terceira parcela foi condicionado à entrega pela Infra S.A. de obras remanescentes. Os recursos recebidos provenientes desta outorga foram repassados diretamente ao Tesouro Nacional.

O trecho da Ferrovia Norte Sul compreendido entre Porto Nacional, no Estado do Tocantins e Estrela D'Oeste, no Estado de São Paulo foi subconcedido à Rumo Malha Central S/A, conforme Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 002/2018, assinado em 31 de julho de 2019. Esse contrato foi assinado entre a União, representada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, a Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, como interveniente subconcedente e a Rumo Malha Central S/A como subconcessionária. O valor do lance da outorga no leilão foi de R\$ 2,7 bilhões. Os direitos creditórios e as receitas provenientes dessa subconcessão serão da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme o artigo 77 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, que dispõe sobre a criação da Agência, e estabelece que é receita da ANTT os recursos provenientes dos instrumentos de outorga administrados pela agência.

A Infra S.A. realizou o teste de recuperabilidade dos ativos relacionados à Ferrovia Norte Sul e, devido à falta benefícios econômicos para a empresa durante os prazos contratuais das subconcessões, reconheceu a provisão para perda ao valor recuperável dos ativos. As provisões foram reconhecidas desde o ano 2007 - quando ocorreu a primeira subconcessão até a dezembro de 2020.

Por ocasião do encerramento do exercício de 2021, o valor da Redução a valor recuperável, referente aos ativos relacionados à Ferrovia Norte Sul, foi acrescido em R\$ 10,2 milhões, considerando a movimentação referente ao Contrato 022/2018 no exercício de 2021 e a baixa dos contratos encerrados classificados como depósitos retidos de fornecedores.

Considerando a baixa de R\$ 522,73 mil na conta Ativos de Concessão e a consequente reversão da conta de Redução a Valor Recuperável, ao final do exercício de 2022, o saldo é de R\$ 11,36 bilhões.

5.4.3.3. Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL)

A Infra S.A. subconcedeu, em agosto de 2021, o trecho ferroviário entre os municípios de Ilhéus/BA a Caetité/BA, com 537 km de extensão, denominado FIOL I, no qual a empresa Bahia Mineração S.A sagrou-se vencedora, com um lance de R\$ 32,7 milhões, adicionado à receita variável, com base no estudo de viabilidade.

O Valor Presente de R\$ 260 milhões, com data base maio de 2021, das receitas de outorga previstas na concessão da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) – EF-334 - trecho denominado FIOL I, realizada por meio do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020, foi calculado pela Superintendência

de Negócios da Infra S.A. e evidenciado no Ofício nº 6/2021/SUNEG-Valec/DINEG-Valec, em 09 de junho de 2021.

Para o encerramento do exercício de 2020, aprovado em agosto de 2021, foi realizado o teste de recuperabilidade dos ativos relativos ao trecho ferroviário denominado FIOL I, reconhecendo uma provisão para perda ao valor recuperável de R\$ 3,5 bilhões de reais.

Por ocasião do encerramento do exercício de 2022, foi efetuado novo cálculo do valor presente, com data base de 30 de novembro de 2022, que resultou no valor de R\$ 278 milhões, conforme Processo SEI nº 50050.001280/2022-70. Portanto, fez-se necessário o acréscimo de de 2,78 milhões à Redução a valor recuperável.

Essa redução patrimonial não altera à continuidade operacional da Infra S.A., visto ser uma empresa pública dependente da União (única acionista) e das políticas públicas traçadas pelo Ministério da Infraestrutura. Seu planejamento financeiro de longo prazo é vinculado ao planejamento orçamentário, por meio do Plano Plurianual de 2020 – 2023, aprovados nos termos da Lei nº 13.971, de 13 de dezembro de 2019, e das políticas governamentais.

Os ativos relacionados aos trechos da Ferrovia de Integração Oeste Leste, denominados de FIOL II não sofreram teste de recuperabilidade de ativos, por estarem em fase de obras em andamento, sem indícios de perdas.

5.4.3.4. Investimento Cruzado

A Lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017 trouxe, como inovação no ordenamento jurídico, a possibilidade de realização de investimentos em malhas ferroviárias distintas como contrapartida às prorrogações de contratos de concessão. A lei estabelece que o órgão ou a entidade competente é autorizada a promover alterações nos contratos de parceria no setor ferroviário a fim de solucionar questões operacionais e logísticas, inclusive por meio de prorrogações ou relicitações da totalidade ou de parte dos empreendimentos contratados.

Permite, ainda, ao órgão ou a entidade competente, de comum acordo com os contratados, buscar soluções para todo o sistema e adotar medidas diferenciadas por contrato ou por trecho ferroviário que considerem a reconfiguração de malhas, admitida a previsão de investimentos pelos contratados em malha própria ou naquelas de interesse da administração pública.

Esse dispositivo passou a ser chamado de 'Investimento Cruzado', pelo qual é possibilitada a ampliação da malha e da capacidade do subsistema ferroviário, sem que haja uma obrigação direta da União em aportar recursos.

Fundamentado na Lei nº 13.448/2017, o Terceiro Termo Aditivo ao contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas, concedida à VALE S/A, prevê a renovação antecipada de outorga e descreve, no Anexo 9, termos que disciplinam as condições de realização das Obrigações de Investimento assumidas pela Concessionária em projetos de titularidade da Infra S.A. conforme a Lei nº 11.772/2008, envolvendo:

- i. A implantação da infraestrutura e superestrutura ferroviária de Trecho da Ferrovia de Integração

Centro-Oeste (FICO), EF-354, compreendido entre os municípios de Água Boa/MT e Mara Rosa/GO;

- ii. A aquisição de Trilhos e Dormentes a serem incorporados no Projeto de Infraestrutura da Ferrovia Integração Oeste Leste (FIOL), EF – 334; e
- iii. Enquadramento do projeto FICO e FIOL no Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

No âmbito do Anexo 9 do Terceiro Termo Aditivo, assinado em 18 de dezembro de 2020, a Infra S.A., na figura de Interveniente Anuente e titular dos Projetos de Infraestrutura da FICO e da FIOL, comprometeu-se a requerer os enquadramentos dos Projetos junto ao Ministério da Infraestrutura, bem como as suas habilitações no regime do REIDI, regulado pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A habilitação da Infra S.A. no regime do REIDI para os Projetos FICO e FIOL foi realizada em 21 de junho de 2021, por meio dos Atos Declaratórios nº 107 e 108 da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial da União em 24 de junho de 2021.

A Infra S.A. comprometeu-se, ainda, a participar dos contratos, aditivos contratuais e demais documentos competentes previstos na legislação do REIDI, inclusive na posição de destinatária das obras de infraestrutura, dos trilhos e dormentes, com o fim único e exclusivo de expressar nesses instrumentos a sua concordância com a aquisição das obras de infraestrutura pelo Projeto de Infraestrutura da FICO e dos Trilhos e Dormentes pelo Projeto de Infraestrutura da FIOL elegíveis ao REIDI e de restar como beneficiária das garantias contratuais perante os fornecedores dos Trilhos e Dormentes.

A título de Investimento Cruzado, no ano de 2021 foram investidos R\$ 258,5 milhões na FIOL e R\$ 5,8 milhões na FICO (Tabela 63).

	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS	SALDO EM 31/12/2022
Terrenos – FICO	500.247	9.331.731	0	9.831.979
Obras em Andamento - FICO	5.398.692	159.823.773	0	165.222.465
Obras em Andamento - FIOL	258.532.118	149.571.971	0	408.104.089
Total Investimento Cruzado	264.431.057	318.727.475	0	583.158.532

Tabela 46 – Investimento cruzado

Os custos incorridos sobre a FIOL, no âmbito do Investimento Cruzado, até o exercício de 2022, somaram R\$ 408,10 milhões.

No projeto FICO foram investidos, no Investimento Cruzado, até exercício de 2022, R\$ 175,04 milhões, sendo R\$ 9,83 milhões em desapropriações e R\$ 165,22 milhões em custos indiretos preliminares de obras, tais como: preparação de canteiros de obras, sondagens, projetos de Obras

Especiais (OAEs), serviços médicos, hospedagem e locação de sala (escritório da Infra S.A. em Alto Horizonte).

5.4.3.5. Intangível

Contrato	Rodovia/Porto	Saldo em 31/12/2021	Entradas	Reclas-sificação	Baixa	Saldo em 31/12/2022
01/2019 – Acordo IFC	Anel de Integração	-	39.671.622	-	-	39.671.622
13/2017 - IFC	BR - 153/080/414 TO/GO	-	10.340.782	-	-	10.340.782
	BR-116/101/SP/RJ (Dutra)					
	BR-040/495/ MG/RJ (Concer)					
	BR-116/493/ RJ/MG (CRT)					
02/2021 - Acordo BID	Malha Rodoviária de SC	-	7.128.367	-	-	7.128.367
05/2019 - MRS	EF-170	-	6.550.677	-	-	6.550.677
12/2013 - STE	BR-116	-	-	-	-	-
11/2018 - Egis/Engemin	BR/364/MT/RO	-	4.051.345	-	-	4.051.345
16/2015 - MRS	BR-156/476/282/ 480	-	3.908.420	-	-	3.908.420
16/2021 - SKILL	BR 158/MT - Trecho Norte e Sul	-	4.153.095	-	-	4.153.095
CT 06/2022 - Consórcio EF 170	EF-170	-	4.863.955	-	-	4.863.955
SR/MT 762/2020 - MRS	BR -158/MT - Trecho Norte	-	3.716.148	-	-	3.716.148
17/2015 - MRS	BR-364	-	2.655.207	-	-	2.655.207
32/2013 - PROSUL	BR-101/324/367	-	2.606.158	-	-	2.606.158
02/2021 - Consórcio Modelador SHAS	BR-155/158/MT/PA	-	1.888.719	-	-	1.888.719
	BR-135/316/MA					
	BR-135/316/MA					
03/2021 - Consórcio Modelador SHAS	BR-060/153/262 DF/GO/MG	-	3.847.843	-	-	3.847.843
	BR-040 DF/GO/MG					
01/2021 - Acordo IFC	FICO 1 - Mara Rosa - Água Boa	-	3.822.457	-	-	3.822.457
	FICO 2 - Lucas do Rio Verde – Água Boa					
	FIOL 2 - Caetité - Barreiras					
	FIOL 3 - Barreiras - Aguiarnópolis					

Contrato	Rodovia/Porto	Saldo em 31/12/2021	Entradas	Reclas-sificação	Baixa	Saldo em 31/12/2022
17/2021 - EVTEA Aeroportos Amazonas	Bloco de Aeroportos do Amazonas	-	1.818.057	-	-	1.818.057
11/2020 - Consórcio Demarest	Porto Organizado de Itajaí - SC	-	1.094.408	-	-	1.094.408
03/2018 - Ecossistema	BR 040	-	770.556	-	-	770.556
09/2021 - MRS	BR 158/MT - Contorno Leste	-	606.383	-	-	606.383
13/2022 - Consorcio Ecoplan/Skill/Celtes	BR- 158/MT	-	196.679	-	-	196.679
08/2021 – Logit Engenharia Consultiva	Plano de Negócios da Rumo Malha Sul S.A.	-	304.590	-	-	304.590
28/2021- Consórcio EVTEA EPL	BR-101/RJ, BR-356/MG/RJ, BR-116/BA, BR-324/BA, BR-101/BA, BA-526 e BA-528	-	993.739	-	-	993.739
Estudos e Projetos em Andamento		-	104.989.207	-	-	104.989.207
13/2013 - STE - LP nº 519/2015	BR/040	-	8.026.718	-	-	8.026.718
04 2014 - MRS - LP nº 505/2015	BR153/262	-	4.679.708	-	-	4.679.708
09/2014 - PROFILL - LP nº 553/2017	BR-153/GO/TO	-	444.392	-	-	444.392
Licença Ambiental		-	13.150.818	-	-	13.150.818
Total Estudos e Projetos em Andamento e Licença Ambiental		-	118.140.025	-	-	118.140.025
Direito de Uso de Comunicação		139.790	-	-	-	139.790
Licenças e Softwares T.I.		11.731.207	12.207.843	-	-	23.939.051
(-) Amortizações Acumuladas (20%)		(8.986.685)	(12.141.442)	-	-	(21.128.128)
Direito de Uso de Comunicação e Licenças e Softwares T.I.		2.884.312	66.401	-	-	2.950.713
Total Intangíveis		2.884.312	118.206.426	-	-	121.090.738

Tabela 47 – Intangível

Em virtude da incorporação da EPL, ingressaram, no Ativo Intangível, o total de R\$ 108,69 milhões referentes a Estudos e Projetos em Andamento e Licença bem como 12,21 milhões referentes a Licenças e Softwares T.I.. Do total incorporado, R\$ 10,37 milhões encontram-se amortizados.

Os estudos e projetos, bem como as licenças ambientais disponíveis para cessão, são registrados em conformidade com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, o qual preceitua que a amortização deve iniciar

a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, e cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda. A Infra S.A. está avaliando a possibilidade de aplicação de outros pronunciamentos técnicos contábeis em relação ao registro dos referidos estudos e projetos.

Dentre os estudos, e buscando a melhoria da infraestrutura e do acesso aos serviços básicos à população, destaca-se o valor de R\$ 39,6 milhões do Acordo de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a Infra S.A. e a International Finance Corporation – IFC. A IFC, membro do Grupo do Banco Mundial (World Bank Group), é uma instituição financeira internacional com a qual o Brasil mantém parcerias e possui experiência comprovada nas áreas de concessão, privatização e reestruturação de sociedades e serviços públicos em vários setores, incluindo o setor de rodovias federais.

O presente Acordo, cujo montante acordado é de R\$ 62,6 milhões, tem por objeto a celebração de parceria para o planejamento e a estruturação de projetos de desestatização, os quais consistem em um programa de concessões comuns no setor rodoviário de titularidade da União Federal e do Estado do Paraná que serão delegadas à União. São aproximadamente 4 (quatro) mil quilômetros de rodovias, localizadas no âmbito do chamado "Anel de Integração", bem como outras rodovias adjacentes, que serão delegadas à iniciativa privada pela União ("Poder Concedente") por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O referido Acordo também visa o ressarcimento dos valores dispendidos pelos licitantes adjudicatários. Tal previsão consta na cláusula primeira, subitem 1.2, do mencionado Acordo: “os recursos necessários para implementação do Projeto serão suportados pelas Partes [...], sendo ressarcidos pelos licitantes adjudicatários”.

Em relação à taxa de amortização dos softwares, foi utilizado as estabelecidas pela RFB. Há também uma licença perpétua, a qual não sofre amortização nos termos do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

5.4.4. Obrigações de curto e longo prazo

As obrigações de curto e longo prazo com destaques no balanço patrimonial foram: Depósitos retidos de fornecedores; Precatórios de Terceiros e Provisões de ações Judiciais.

5.4.4.1. Depósitos retidos sobre fornecedores

DEPÓSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	27.082.990	38.526.493
Retenções sobre fornecedores	432.769	1.603.301
Baixa de depósitos	(522.734)	(12.600.452)
Pagamento de Obrigações	(3.730)	(446.352)
TOTAL	26.989.294	27.082.990

Tabela 48 – Depósitos retidos sobre fornecedores

A conta “Depósitos Retidos de Fornecedores” registra as retenções contratuais sobre pagamentos a fornecedores e outras retenções como glosas por determinações dos Órgãos de Controle.

As baixas que ocorreram referem-se aos contratos encerrados e não reclamados administrativamente dentro do prazo de 5 anos.

5.4.4.2. Provisões de ações judiciais

A Infra S.A. é responsável por ações judiciais impetradas contra Valec e as extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT e Empresa de Planejamento e Logística - EPL.

As provisões para contingências são contabilizadas, com base na posição da Procuradoria Jurídica, a qual é formulada na análise técnica individual dos advogados, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. O valor reconhecido como provisão foi a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica são divulgadas com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão e divulgação.

Conforme o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

I) Critérios de Reconhecimento e Mensuração:

Visando o aprimoramento dos controles internos e conseqüentemente da informação sobre as provisões contingenciais, a Procuradoria Jurídica da Infra S.A. elaborou a Norma de Provisões e Contingências Judiciais na Infra S.A., regulamentada pela Resolução Normativa nº 04/2021/DIREX, de 07 de julho de 2021, a qual dispõe sobre os procedimentos de avaliação e classificação de riscos de processos judiciais e o reconhecimento de provisões e contingências judiciais.

Essa Resolução Normativa trata ainda da valoração das ações, as quais passaram a ser com base no desenvolvimento do processo judicial, não sendo mais efetuada a atualização monetária conforme metodologia utilizada até o exercício de 2020.

A Procuradoria Jurídica após levantamento e aplicação da nova metodologia baseada na Resolução Normativa nº 04/2021/DIREX encaminhou as informações necessárias para o reconhecimento das provisões e passivos contingenciais em 11 de fevereiro de 2022.

As premissas utilizadas na nova metodologia foram:

- a) Classificações de riscos: realizadas por avaliação do advogado responsável pela causa considerando o resultado dos eventos relevantes do processo (instrução processual; sentença; acórdão),
- b) Mensuração: o valor da contingência corresponde ao valor nominal do último evento relevante no processo judicial (perícia, quando houver; sentença; acórdão; liquidação e trânsito em

julgado), utilizando os parâmetros definidos Resolução Normativa nº 4/2021/DIREX-Valec/PRESI-Valec, associado a outras orientações técnicas das respectivas áreas de conhecimento;

- c) Prazo: o prazo foi determinado pelo estágio em que se encontra o feito, com fundamento no tempo de duração dos processos contido no anuário "Justiça em Números", de modo que o que está em primeira ou segunda instância foi considerado como de longo prazo;
- d) Limitações: Não foram consideradas ações vinculadas aos processos principais (a exemplo de agravos de instrumento), ao intuito de evitar a duplicidade de valores, tendo em vista que o risco de perda nestes casos já foi analisado no risco de perda da ação principal; e
- e) Ações de desapropriações: o valor das decisões foi subtraído do valor de depósito já efetuado em juízo para obter a imissão na posse, cujo montante representa o mínimo da condenação possível e que, pela própria natureza da causa, não pode ser recuperado pela Infra S.A.

II) Ações com Risco de Perda Provável:

Após a reclassificação seguindo a nova metodologia, os valores dos processos judiciais classificados como obrigações presentes e com “prováveis” saídas futuras de recursos financeiros apresentaram a seguinte movimentação no exercício de 2022:

AÇÕES	SALDO EM 31/12/2021	INGRESSO	BAIXA/REVERSÃO	SALDO EM 31/12/2022
Desapropriações	62.109.631	4.060.592	(6.156.390)	60.013.833
Trabalhistas	47.815.572	21.480.056	(2.893.714)	66.401.914
Cíveis	1.860.944.791	3.080.311	(46.651.094)	1.817.374.008
Tributárias	434.727	911.048	-	1.345.775
Previdenciárias	258.198	231.573	-	489.771
SALDO	1.971.562.919	29.763.580	(55.701.198)	1.945.625.301
Circulante	79.197.230	23.562.752	(7.541.099)	95.218.883
Desapropriações	18.748.049	4.055.772	(4.461.610)	18.342.210
Trabalhistas	44.752.144	18.968.706	(2.073.412)	61.647.438
Cíveis	15.697.037	538.274	(1.006.076)	15.229.235
Tributárias	-	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-	-
Não Circulante	1.892.365.689	3.471.709	(48.160.100)	1.847.677.298
Desapropriações	43.361.582	4.820	(1.694.780)	41.671.622
Trabalhistas	3.063.428	1.004.993	(820.302)	3.248.119
Cíveis	1.845.247.754	1.319.275	(45.645.018)	1.800.922.011
Tributárias	434.727	911.048	-	1.345.775
Previdenciárias	258.198	231.573	-	489.771

Tabela 49 – Ações com risco de perda provável

i) Contingências de Ações Cíveis:

- a) Em relação aos processos cíveis, tem-se que as temáticas mais recorrentes são as de Ações Indenizatórias ou Ações de Cobrança, as quais dizem respeito, notadamente, no primeiro caso a indenizações por danos supostamente causados aos imóveis dos autores pela construção da ferrovia e quanto às de cobrança, às questões contratuais mais diversas, desde cobranças de medições de contratos, requerimento de valores supostamente não pagos em execuções contratuais, cobrança de reajustes, questionamentos de glosas e outros.
- b) As principais ações com riscos de prováveis perdas são das varas cíveis, dentre as quais se destacam:
- c) 0034224-66.2009.4.01.3400: Trata-se de ação ajuizada em desfavor da Infra S.A. em que se pleiteia o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato 022/2006. Pendem de julgamento a ação e diversos petítórios recursais. Valor provável da provisão da contingência R\$1.059.979.423,63.
- d) 0009921-41.2016.4.01.3400: Trata-se da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nº 054/2010. Encontra-se em fase de produção de provas. Valor provável da provisão da contingência R\$202.069.472,66.
- e) 1018694-24.2017.4.01.3400: Trata-se de ressarcimento de equilíbrio financeiro, em que a autora alega que houve descumprimento de obrigações contratuais e do cronograma por parte da Infra S.A.. Valor provável da provisão da contingência R\$ 165.618.651,85.
- f) 0060773-69.2016.4.01.3400: Trata-se reequilíbrio econômico-financeiro do contrato 007/2014. Valor provável da provisão da contingência R\$ 122.248.435,57.

ii) Contingências de Ações Trabalhistas:

- a) As ações judiciais denominadas de reclamações trabalhistas constituem controvérsias entre os sujeitos da relação de trabalho, frequentemente empregador e empregado, submetidas à resolução jurisdicional. No âmbito da Infra S.A., esses processos são divididos em dois grandes grupos: o primeiro, formado por empregados efetivos que geralmente demandam o judiciário em razão de algum direito trabalhista específico ou supostos descumprimentos do Plano de Cargos e Salários a que se vinculam; e o segundo, por empregados das empresas que mantêm ou mantiveram contratos de fornecimento de mão de obra com a Infra S.A. Nestes últimos, a Infra S.A. é demandada de forma subsidiária.
- b) A temática de responsabilidade subsidiária trabalhista é a mais recorrente no universo quantitativo e diz respeito ao descumprimento, pelas Contratadas da Infra S.A., das obrigações trabalhistas em face aos seus próprios empregados mobilizados para prestação de serviços em

contratos firmados com a Estatal, implicando na inclusão da Infra S.A. como responsável subsidiariamente no polo passivo dessas demandas judiciais.

- c) Além do quadro dito Valec, a Estatal sucedeu ao longo dos anos obrigações de empresas extintas, como GEIPOT, RFFSA e EPL, absorvendo o quadro de pessoal dessas empresas que passaram a compor, dentro das suas particularidades, também o seu quadro efetivo. Necessário explanar que, quando da extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), a transferência dos seus empregados ao quadro especial da Valec ocorreu por força do artigo 26 da Lei nº 11.772/2008, que previu a vedação de comunicação aos planos de cargos e salários da Valec. Embora pacificada na legislação, a questão foi objeto de diversas judicializações face à Estatal, que se amparava nos ditames legais para lograr êxito no judiciário. Ademais, os empregados do extinto GEIPOT também ingressaram com outros pleitos, muitos deles já arquivados, dos quais destacam-se os de incorporação de gratificação, cessão de empregados, plano de saúde e cumprimento do Plano de Cargos e Salários.
- d) Quanto à Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), a alteração do contrato de trabalho com a sucessão trabalhista se deu por força da Lei nº 11.483/2007 e as principais judicializações dessa categoria contemplam pedidos para manutenção dos empregados nas cidades em que laboravam à época da Inventariança. Ademais, também foram propostas ações requerendo equiparação salarial aos empregados da Valec. De igual modo à legislação aplicada ao GEIPOT, há óbice nas demandas apresentadas em razão do disposto no §2º, art. 17 da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que veda a comunicação dos Planos de Cargos e Salários da Valec.
- e) As principais ações com riscos de prováveis perdas são das varas trabalhistas, dentre as quais se destacam:
- f) 0002602-09.2014.5.03.0181: Trata-se de Embargos de Terceiros para discutir a Titularidade de Crédito Remanescente (Cessão Fiduciária) referente ao contrato 053/2010. Valor provável da provisão da contingência R\$ 10.398.125,87.
- g) 0012183-63.2017.5.18.0201: Trata-se da reclamação da autora requerendo indenização por doença ocupacional. Valor provável da provisão da contingência R\$ 2.463.524,00.
- h) 0163600-69.2005.5.01.0003: Trata-se de Ação de Cumprimento visando o pagamento dos reajustes contidos em convenções coletivas do trabalho de 2001,2002e2003. Valor provável da provisão da contingência R\$18.000.000,00.
- i) 0166100-75.1991.5.01.0011: Execução de Contribuição Previdenciária referente pagamento de execução efetuado pela Infra S.A., de reclamação em que o SINTRACONST-RIO pleiteava diferenças salariais devidas aos empregados substituídos (PSC 88, atual 2007). Valor provável da provisão da contingência R\$ 6.139.245,68.

iii) Contingências de Desapropriações:

Os processos de desapropriação são medidas judiciais necessárias à obtenção de imóveis para implantar infraestrutura ferroviária, objeto social da estatal Infra S.A.. Portanto, são parte da atividade fim da companhia. Regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.365/1941, a desapropriação por utilidade pública se inicia como um processo administrativo e, a depender da concordância ou não do expropriado com o valor do bem avaliado, torna-se um processo judicial. A Administração avalia os imóveis que necessita expropriar para implantar a infraestrutura e oferece um valor indenizatório ao proprietário que, aceitando, lavra-se escritura e resta constituída a propriedade da Administração.

Negando-se o expropriado, a Administração ajuíza uma ação de desapropriação por utilidade pública.

iv) Contingências de Ações Tributárias:

As ações tributárias, essencialmente, versam sobre ações em que a Infra S.A. requer o reconhecimento da não incidência de determinado tributo a que é compelida a pagar, assim como a restituição de valores que entende terem sido pagos indevidamente. Por outro lado, quando figura como parte ré, em geral as ações versam sobre execuções fiscais para cobrança de créditos tributários referentes a um determinado tributo.

As principais provisões prováveis tributárias são:

- a) 1005464-23.2019.4.01.3309. Trata-se de ação anulatória de ISS pelo município de Ibiassuncê-BA. Valor provável da provisão da contingência R\$ R\$ 1.105.829,47.

v) Contingências de Ações Previdenciárias:

Nas ações de natureza previdenciária acompanhadas pela Infra S.A. a parte autora pleiteia, da União, a complementação dos vencimentos de aposentadoria (Lei nº 10.233/200) em relação aos valores atualmente pagos ao pessoal do quadro da Infra S.A., estatal que absorveu os empregados ativos da extinta RFFSA (Lei nº 11.483/2007). Não obstante a responsável pela eventual complementação de aposentadoria seja a União, os pedidos direcionados à Infra S.A. resumem-se, basicamente, à apresentação de documentos relativos ao seu quadro de pessoal, como meio de confirmar e calcular esta possível complementação.

As principais provisões prováveis previdenciárias são:

- a) 0044589-52.2013.4.01.3300. Trata-se de pleito para que a União/INSS proceda com a complementação de aposentadoria conforme remuneração do pessoal da ativa da Infra S.A.. Valor provável da provisão da contingência R\$ 100.000,00.
- b) 5000627-71.2021.4.03.6107. Trata-se de pleito para que a União/INSS proceda com a complementação de aposentadoria com equiparação no quadro ativo da Infra S.A.. Valor provável da provisão da contingência R\$ 231.573,00.
- c) 5001880-31.2020.4.03.6107. Autor requer pagamento de diferenças referentes à complementação de aposentadoria com base na Lei nº 8.186/91. Valor provável da provisão da contingência R\$108.197,88.

Do saldo total de Provisões para Contingências Judiciais, R\$ 2,73 milhões são oriundos da incorporação da EPL.

III) Ações com Riscos de Perdas Possíveis:

Conforme Item nº 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; “a entidade deve divulgar para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente...”. Assim, os processos judiciais classificados pela Assessoria Jurídica como obrigações “possíveis”, não foram contabilizados, apenas divulgados em Nota Explicativa.

Os processos judiciais classificados com “possível” risco de perda, apresentaram os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2022.

AÇÕES	31/12/2022
Desapropriações	3.557.912,38
Trabalhistas	64.126.381,05
Cíveis	1.174.802.770,00
Tributárias	8.318.048,89
Previdenciárias	7.697.325,19
EPL Trabalhistas	1.506.357
EPL Cíveis	1.222.763
SALDO	1.261.231.557

Tabela 50 – Ações com riscos de perdas possíveis

Os valores classificados como possíveis “superfaturamentos” ou “sobrepresos” levantados por Tomadas de Contas Especiais do Tribunal de Contas da União, divulgados nas notas explicativas de anos anteriores, foram desconsiderados para fins de divulgação nestas Notas, devido ao reconhecimento da perda pelo valor recuperável após a subconcessão da Ferrovia Norte Sul.

5.4.5. Receita a diferir

5.4.5.1. Receita a diferir – pátios e terminais

A conta Receita a Diferir – Pátios e Terminais expressa os valores contratados, conforme contratos de Permissão para Uso dos Pátios e Terminais da Infra S.A.. Como são de longo prazo (15 anos), em atendimento ao regime de competência, os contratos são reconhecidos como Receita a Diferir, no passivo, para diferimento mensal no resultado (receita operacional) conforme o prazo contratual.

No exercício de 2022, as contas de Receita a Diferir – Pátios e Terminais, de curto e longo prazo, apresentaram os seguintes movimentos:

RECEITA A DIFERIR – PÁTIOS E TERMINAIS			31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior			36.363.102	25.642.834
Novas permissões			8.948.550	13.410.002
Reconhecimento da receita			(3.594.339)	(2.689.734)
TOTAL			41.717.313	36.363.102
Receita a Diferir Pátios e Terminais – Circulante			3.265.990	3.031.892
Receita a Diferir Pátios e Terminais – Não Circulante			38.451.323	33.331.210
SALDO DE RECEITA A DIFERIR POR CONTRATOS	PRAZO A DIFERIR (MESES)		31/12/2022	31/12/2021
Agrex do Brasil S.A. 26/2012	57		1.222.511	1.475.444
Agrex do Brasil S.A. 16/2005	0		0	427.778
Bunge Alimentos S.A. 12/1999	84		1.536.292	1.755.762
Cargill Agrícola S.A. 01/2000	86		1.503.397	1.713.173
Norship Participações e Representações Comerciais LTDA 11/2011	39		100.844	131.873
Nova Agri - Estrutura de Armazenagem e Escoamento S.A. 40/2008	18		33.563	55.938
Nova Agri - Estrutura de Armazenagem e Escoamento S.A. 07/2011	40		115.713	150.427
Nova Agri - Estrutura de Armazenagem e Escoamento S.A. 25/2012	57		633.335	766.669
Consórcio Pedro Afonso – Bunge S.A. 38/2010	29		49.651	69.512
Consórcio Pedro Afonso – Bunge S.A. 39/2010	29		49.651	69.512
Petrobras Distribuidora S.A. 08/2011	40		360.222	468.289
Porto Seco Centro Oeste S.A. 13/2016	281		7.493.333	7.813.333
Raízen Combustíveis S.A. 10/2011	39		224.444	291.778
TDC - Distribuidora de Combustíveis S.A. 01/2016	278		7.799.444	8.136.111
Terminal VLI Porto Franco S.A. 19/2021	163		12.143.502	13.037.503
MIL - Modal de Integração e Logística SPE S/A - 01/2022	169		8.451.408	0
TOTAL			41.717.313	36.363.102

Tabela 51 – Receita a diferir – pátios e terminais

5.4.5.2. Receita e diferir – subconcessão – FIOL I

O trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste, denominado FIOL I, compreendido entre os municípios de Ilhéus/BA e Caetité/BA foi subconcedido à Bahia Ferrovias S/A em um período de 35 anos. O Contrato foi assinado em 03 de setembro de 2021, no valor de R\$ R\$ 32,7 milhões de reais.

Por ser um contrato de longo prazo, em atendimento ao regime de competência, o valor contratual foi registrado no passivo como Receita a Diferir – Subconcessão FIOL I e será diferido no resultado mensalmente pelo prazo contratual.

No exercício de 2022, as contas de Receita a Diferir – Subconcessão FIOL I, de curto e longo prazo, apresentaram os seguintes movimentos:

RECEITA A DIFERIR – SUBCONCESSÃO FIOI I	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	32.184.500	0
Valor Contratual	0	32.730.000
Reconhecimento da receita	(2.182.000)	(545.500)
TOTAL	30.002.500	32.184.500
Receita a Diferir Subconcessão FIOI I – Circulante	2.182.000	2.182.000
Receita a Diferir Subconcessão FIOI I – Não Circulante	27.820.500	30.002.500

Tabela 52 – Receita a Diferir – Subconcessão FIOI I

5.4.6. Passivo investimento cruzado

A Lei nº 13.448/2017 trouxe como inovação no ordenamento jurídico a possibilidade de realização de investimentos em malhas ferroviárias distintas como contrapartida às prorrogações de contratos de concessão, onde configura-se obrigações de fazer, impostas como contrapartida à celebração de um contrato de concessão, em substituição à obrigação de pagar o correspondente valor de outorga.

Como os investimentos cruzados são aqueles realizados sobre malha alheia, diferentemente do investimento ordinário em contratos de concessão, pressupõe-se uma relação trilateral. No caso, envolve a União, como poder concedente; a Vale S/A, como concessionária da Ferrovia Vitória Minas; e a Infra S.A. como concessionária da Ferrovia de Integração Oeste Leste e da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, como titular dos projetos a serem executados.

A relação tripartite requer uma série de especificidades, dentre elas destaca-se necessidade de um crédito em favor da União (enquanto titular do direito à contrapartida exigida da Vale S/A por ocasião da Prorrogação Antecipada da Ferrovia Vitória Minas), contra a Infra S.A. (beneficiária-final dos Investimentos Cruzados empreendidos pela Vale S/A). Está sendo discutido com o Ministério da Infraestrutura, Coordenação de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional e a Coordenação de Participações Societária do Tesouro Nacional uma forma de internalização na Infra S.A. do direito de receber da Vale S/A, se por meio de aumento de capital social ou por outro meio.

No entanto, enquanto não houver um entendimento em comum (discussões e estudos em andamento), mas com custos já efetuados, a Infra S.A. está contabilizando como um ativo e um passivo sem que interfira no orçamento e nem nas contas de resultado, até que seja concluído os estudos e todos os órgãos envolvidos estejam de acordo. Assim, a Infra S.A. reconheceu no Ativo Imobilizado até o exercício 2022 o total de R\$ 583,16 milhões no âmbito do Investimento Cruzado, como contrapartida a presente conta de passivo.

5.4.7. Direitos de uso e passivos de arrendamentos

O Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito

de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, o qual é reconhecido inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e ajustado pela taxa dos respectivos contratos; e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento, mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos.

A Infra S.A. realiza periodicamente a análise de seus contratos de locação vigentes para identificar quais se enquadram no alcance abrangência do referido normativo contábil. Atualmente são contabilizados como Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos os contratos de locação de imóveis e veículos, com período contratual superior a 12 meses, considerando a possibilidade de renovação, que obedecem aos critérios para mensuração, reconhecimento e registro de contratos de arrendamento.

A conta “Direito de Uso de Veículos” trata-se de direitos estabelecidos em contratos de locação de veículos para utilização na sede e nos trechos em obras da Infra S.A.. Já a conta “Direito de Uso de Imóvel” trata-se de direitos com origem em contratos de locação de imóveis que, após análise nos contratos, verificou-se que somente os contratos de locação dos imóveis onde se encontram a sede e a filial da empresa preenchem os requisitos estabelecidos no CPC 06 (R2).

DIREITO DE USO	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	ENTRADA REFERENTE AO CONTRATO DA EPL	BAIXAS CONTR./ AJUSTES	ATUALIZAÇÃO A VP	SALDO EM 31/12/2022
Direito de Uso de Veículos	2.700.800	2.387.514	0	(5.088.314)	0	0
Direito de Uso de Imóveis	54.506.527	0	11.141.936	(34.367.757)	(479.636)	30.801.070
Total Direito de Uso	57.207.327	2.387.514	11.141.936	(39.456.071)	(479.636)	30.801.070
Depreciação Direito de Uso de Veículos	(979.500)	(74.347)	0	1.053.847	0	0
Depreciação Direito de Uso de Imóveis	(34.556.527)	(4.007.946)	(6.870.861)	31.622.648,21	0	(13.812.685)
Total Depreciação Direito de Uso	(35.536.027)	(4.082.293)	(6.870.861)	32.676.495	0	(13.812.685)
TOTAL LÍQUIDO DIREITO DE USO	21.671.300	(1.694.779)	4.271.076	(6.779.576)	(479.636)	16.988.386

Tabela 53 – Conta “Direito de Uso de Veículos”

As obrigações contratuais a pagar referente a contratos de locação de veículos e imóveis classificados como contratos de arrendamentos como base na vigência do contrato, em conformidade com o CPC 06 (R2) apresentam a seguinte movimentação no exercício de 2022:

PASSIVO DE ARRENDAMENTO	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	ENTRADA REFERENTE AO CONTRATO DA EPL	AJUSTES / TRANSFERÊNCIAS	PAGAMENTOS EFETUADOS	SALDO EM 31/12/2022
Passivo de Arrendamento de Veículos	1.721.300	740.561	0	(2.387.514)	(74.347)	0
Passivo de Arrendamento de Imóveis	19.950.000	0	5.401.137	1.022.831	(5.037.909)	21.336.059
TOTAL DE PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	21.671.300	740.561	5.401.137	(1.364.683)	(5.112.256)	21.336.059
Passivo de Arrendamento Circulante	4.721.400					7.557.056
Passivo de Arrendamento Não Circulante	16.949.900					13.779.003
JUROS A TRANSCORRER (REDUTORA)	0	(479.636)		(4.898.001)	1.029.963	(4.347.674)
Juros a Transcorrer Circulante	0	(100.684)		(2.370.315)	1.029.963	(1.441.036)
Juros a Transcorrer Não Circulante	0	(378.951)		(2.527.686)		(2.906.637)
Passivo de Arrendamento Líquido Circulante	4.721.400					6.116.020
Passivo de Arrendamento Líquido Não Circulante	16.949.900					10.872.365
PASSIVO DE ARRENDAMENTO LÍQUIDO TOTAL	21.671.300	260.925	5.401.137	(6.262.684)	(4.082.293)	16.988.385

Tabela 54 – Contratos de arrendamento

5.4.8. Patrimônio líquido

5.4.8.1. Capital social

O Capital Social, após a integralização de capital, conforme Ata da 34ª Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2022, bem como após a incorporação da EPL, totaliza R\$ 23,68 bilhões e é composto de 8.090.009 ações ordinárias, sem valor nominal, no qual a União é detentora de 100% dessas ações.

5.4.8.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Os Adiantamentos para futuros aumentos de capital são compostos de recursos oriundos do

Orçamento Geral da União, nos exercícios de 2021 a 2022, na categoria Investimento, e sua utilização destinou-se à construção das Ferrovias Norte-Sul EF-151, Extensão Sul, Ferrovia Integração Oeste-Leste EF-334 (FIOL) e Ferrovia Integração Centro-Oeste EF-354 (FICO).

O AFAC oriundo da EPL representa os investimentos realizados entre a data de avaliação do laudo de incorporação (30/06/2022) e a data da efetiva incorporação (30/09/2022), aplicado em estudos e projetos de longo prazo, que envolvem custos com contratação de terceiros (fornecedores), e normalmente resultam na obtenção de licenças ambientais.

Conforme o Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, a atualização monetária pela taxa SELIC não incide mais sobre os valores aportados a partir de 01 de janeiro de 2017.

A movimentação de AFAC, no exercício de 2022, foi:

AFAC – PL	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	1.288.641.343	903.489.907
Ingressos	337.586.096	387.808.679
Ingresso oriundo da EPL	8.823.114	0
Integralização	(1.284.047.035)	0
Devolução de AFAC	0	(2.657.243)
TOTAL AFAC Patrimônio Líquido	351.003.518	1.288.641.343
FORMAÇÃO DO SALDO DO AFAC		
Recursos recebidos em 2021		4.594.309
Recursos recebidos em 2022		346.409.210
TOTAL AFAC EM 31/12/2022		351.003.519

Tabela 55 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

5.4.8.3. Prejuízos acumulados

O Prejuízo Acumulado no valor de R\$ 21,4 bilhões decorre das depreciações dos bens patrimoniais e amortizações dos bens intangíveis; dos efeitos inflacionários da atualização monetária dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital; da constituição de provisões e atualizações monetárias; do resultado negativo da equivalência patrimonial sobre o investimento na Transnordestina Logística S/A; da baixa de ativos imobilizados em decorrência da conclusão de Tomadas de Contas Especiais do TCU; e principalmente, pela provisão de perda ao valor recuperável dos ativos da Ferrovia Norte Sul e da Ferrovia de Integração Oeste Leste.

5.5. Principais contas de resultados

As principais contas com destaques na Demonstração do Resultado do Exercício foram: Receita líquida; Despesas com pessoal; Gerais e Administrativas e Outras receitas e despesas operacionais.

5.5.1. Receita líquida

As receitas operacionais da Infra S.A. compreendem as receitas de exploração da ferrovia e as receitas de permissões de uso de pátios. A receita líquida realizada no exercício de 2022 foi de R\$ 6,19 milhões.

RECEITAS LÍQUIDAS	31/12/2022	31/12/2021
Exploração de ferrovia	24.832	119.765
Receita com Subconcessão FIOF	2.182.000	545.500
Permissão de uso de pátios	4.244.986	2.689.734
Dedução de receita (-)	(256.130)	(166.989)
TOTAL	6.195.688	3.188.010

Tabela 56 – Receitas líquidas

5.5.2. Despesas com pessoal

As despesas com pessoal, incluindo remuneração, encargos e benefícios totalizaram no exercício de 2022, R\$ 131,8 milhões:

DESPESAS COM PESSOAL	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração (Salários, gratificações, 13º salário e férias)	88.368.822	76.249.741
Encargos Sociais (INSS, FGTS e Prev. Complementar)	30.326.338	29.701.284
Benefícios (transporte, creche, saúde e alimentação)	13.194.346	9.911.631
Total das Despesas com Pessoal	131.889.506	115.862.656
Quantidade de Funcionários	751	643

Tabela 57 – Despesa com pessoal

5.5.3. Despesas gerais e administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram o valor de R\$ 26,4 milhões:

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	31/12/2022	31/12/2021
Sentenças e Depósitos judiciais	1.042.131	6.040.118
Material de Expediente e Combustíveis	242.801	262.521
Assessoria, Consultoria, Locação de mão-de-obra, limpeza e vigilância	20.013.999	19.262.296
Locação de Imóveis e Equipamentos	998.248	292.779
Energia, Água e Telecomunicações	258.678	259.622
Impostos e Taxas	73.132	311.961
Ajuste para Perdas Estimadas	-	17.879
TOTAL	22.628.989	26.447.176

Tabela 58 – Despesas gerais e administrativas

5.5.4. Outras receitas/ despesas operacionais

A rubrica “Outras Receitas/Despesas Operacionais” apresentou o resultado positivo de R\$ 27 milhões, principalmente em razão da reversão de provisões para contingências, do Termo de Execução Descentralizada (TED) e da baixa de depósitos retidos de fornecedores.

OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Contingências	(28.487.159)	(1.258.801.719)
Reversão de provisões para contingências	55.701.198	53.369.519
Termo de Execução Descentralizada (TED)	16.013.670	9.622.466
Baixa de passivos (desapropriação, fornecedores e depósitos retidos de fornecedores)	2.175.538	12.632.818
Baixa de Passivo relativo a contratos de arrendamento	1.721.299	-
Incorporação de passivo redutor Juros a transcorrer relativo a contratos de arrendamento	4.898.001	-
Incorporação de ativo relativo a contratos de arrendamento	5.221.235	-
Multas administrativas	163.667	-
Restituições	198.349	1.859.243
Imposto a Recuperar (PIS e COFINS)	795.894	771.984
Baixa de Tributos a recuperar/compensar	(720.595)	(510.828)
Baixa de Ativos – Imobilizado e Intangível	(11.330.637)	(12.814.740)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(19.303.670)	(37.948.896)
TOTAL	27.046.790	(1.231.820.153)

Tabela 59 – Outras receitas / despesas operacionais

O resultado com equivalência patrimonial negativo refere-se à participação acionária na companhia Transnordestina Logística S/A, o qual totalizou R\$ 19,3 milhões até o terceiro trimestre de 2022. Quanto

à apropriação do resultado da Equivalência Patrimonial do 4º trimestre de 2022, informa-se que, até a data do seu fechamento contábil anual, a Infra S/A não recebeu as Demonstrações Contábeis da Transnordestina, por isso não foi possível realizar referida apropriação.

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2022
Resultado de Equivalência Patrimonial Negativo – 1º tri/2021	(5.764.122)
Resultado de Equivalência Patrimonial Negativo – 2º tri/2021	(7.367.222)
Resultado de Equivalência Patrimonial Negativo – 3º tri/2021	(6.172.326)
TOTAL	(19.303.670)

Tabela 60 – Resultado da equivalência patrimonial

5.5.5. Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS	31/12/2022	31/12/2021
Juros e Encargos de Mora sobre Receitas	25.100	27.585
Atualização Monetária dos Contratos de Permissão de Uso de Pátios	4.223.717	4.720.703
TOTAL	4.248.817	4.748.288

Tabela 61 – Receitas financeiras

As receitas financeiras da Infra S.A. reconhecidas são provindas das atualizações monetárias sobre os direitos a receber dos Contratos de Permissões de Uso de Pátios, bem como juros de mora por recebimento de receitas em atraso.

5.5.6. Subvenção do Tesouro Nacional

A subvenção para custeio e pessoal repassada à Infra S.A. pela Secretaria do Tesouro Nacional totalizou em 2022, R\$ 154,8 milhões.

EMPRESA	PESSOAL	CUSTEIO	31/12/2022	31/12/2021
Infra S.A.	112.677.738	21.744.299	134.422.037	105.874.489
Extinta RFFSA	15.621.570	933.031	16.554.601	22.776.738
Extinto GEIPOT	3.612.966	216.280	3.829.246	5.056.818
Total Geral	131.912.274	22.893.610	154.805.884	133.708.045

Tabela 62 – Subvenção do Tesouro Nacional

5.6. Execução descentralizada com transferência de recursos

Os Termos de Execução Descentralizada celebrados entre a Infra S.A. e órgãos vinculados à União para execução de serviços de interesse desta empresa, com valor a comprovar em 31 de dezembro de 2022, são:

Nº TED	SIAFI	ÓRGÃO	VIGÊNCIA	VALOR A COMPROVAR
003/2013	690654	CBTU	mar/21	71.948
001/2020	1AABOM	EXÉRCITO BRASILEIRO	set/23	27.402.355
002/2020	1AADXR	Univ. de Brasília	fev/23	400.000
003/2020	1AADXS	Univ. de Brasília	dez/22	776.241
001/2021	1AAETV	Min. da Tecnologia	mar/23	1.488.605
TOTAL ATIVO				30.139.149

Nº TED	SIAFI	ÓRGÃO	VIGÊNCIA	VALOR A COMPROVAR
001/2021 - EPL	1AAF BW	SFPP - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias	jan/24	4.800.773
002/2021 - EPL	1AAF BY	SFPP - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias	jul/23	4.160.644
ASGA/2021 - EPL	1AAF ZU	SFPP - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias	out/22	1.505.719
VCP/2021 - EPL	1AAF ZW	SFPP - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias	out/22	2.526.156
001/2022 - EPL	935736	SFPP - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias	jan/24	2.197.642
002/2022 - EPL	935737	SFPP - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias	jan/24	1.954.227
TOTAL PASSIVO				17.145.161

Tabela 63 – Termos de execução descentralizada

- I. Termo de Execução Descentralizada nº. 002/2013, celebrado entre a Infra S.A. e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, cujo objeto é a prospecção e salvamento de fósseis e educação patrimonial na área de influência da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). No 1º trimestre de 2021, houve a prestação de contas, no valor de R\$ 570 mil. O TED foi devidamente concluído;
- II. Termo de Execução Descentralizada nº. 003/2013, celebrado entre a Infra S.A. e a CIA Brasileira de Trens Urbanos-CBTU, cujo objeto é o disciplinamento do uso compartilhado das áreas de uso comum voltadas à administração, segurança, controle e fiscalização do Edifício Renato Azevedo Feio, situado na praça Procópio Ferreira-RJ, bem como o rateio das correlatas despesas. Compartilham o uso das dependências os seguintes órgãos e entidades partícipes: Inventariança-RFFSA, CBTU, Infra S.A. e AGU, que são representados, oportunamente, nas assembleias por servidores formalmente nomeados pelas respectivas direções. Teve a vigência até 28 de março de 2021, e encontra-se com a prestação de contas em andamento;
- III. Termo de Execução Descentralizada nº. 001/2014, celebrado entre a Infra S.A. e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, cujo objeto é executar a avaliação mecânico metalúrgica de 242.490 (duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa) toneladas de trilhos

ferroviários a serem adquiridos pela Infra S.A.. A Infra S.A. requereu junto à Advocacia Geral da União, em dezembro de 2019, a instauração do procedimento conciliatório com a finalidade de dirimir a controvérsia com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, no que diz respeito à prestação de contas. O processo de conciliação na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF e em junho/2021 houve a prestação de contas e o seu encerramento, conforme consta no processo SEI 51402.001857/2020. e os gastos foram comprovados no 2º trimestre de 2021;

- IV. Termo de Execução Descentralizada nº. 002/2017, celebrado entre a Infra S.A. e a Universidade Federal do Pará – UFPA, cujo objeto é mapear as competências institucionais e individuais da Infra S.A., com vistas a desenvolver as competências qualitativas e quantitativas no âmbito da perspectiva da gestão de pessoas, prevista no mapa estratégico institucional. Com vigência até 12 de dezembro de 2020, o processo de prestação de contas foi concluído em abril de 2021;
- V. Termo de Execução Descentralizada nº. 001/2019, celebrado entre a Infra S.A. e Superintendência Regional Administrativa do Ministério da Economia - Rio de Janeiro, cujo objeto é rateio de despesas administrativas relativas à área ocupada pela Infra S.A. situada a sala 1.112 do Palácio da Fazenda/RJ, bem como ajustar forma de ressarcimento ao Ministério da Economia das despesas proporcionais correspondentes a área ocupada. Com vigência até 09 de dezembro de 2020, a prestação de contas foi concluída em abril de 2021;
- VI. Termo de Execução Descentralizada nº. 001/2020 celebrado entre a Infra S.A. e o Exército Brasileiro, cujo objeto é a execução de obras remanescentes do sub-trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste - FIOOL, compreendido entre Ilhéus/BA a Barreiras/BA sub-trecho Caetitê/BA e Barreiras-BA, referente ao lote 06F - até o início da ponte sobre o rio São Francisco, numa extensão de 18,34km. Com vigência até 08 de setembro de 2023;
- VII. Termo de Execução Descentralizada nº. 002/2020, celebrado entre a Infra S.A. e a Universidade de Brasília, cujo objeto é a avaliação de metodologias desenvolvidas pela Infra S.A. por meio das Notas técnicas Nº 57/2019 (Metodologia de Ensaio de Deformação Permanente do Lastro do Lote 5S da Ferrovia Norte Sul Extensão Sul) e Nº58/2019 (Metodologia de Ensaio de Deformação Permanente do Lastro do Lote 4S da Ferrovia Norte Sul Extensão Sul), bem como, estudar e compreender a vida útil de britas de lastros por meio de ensaios e por avaliações mediante métodos numéricos avançados. Teve a vigência até 22 de dezembro de 2021, e encontra-se com a prestação de contas em andamento;
- VIII. Termo de Execução Descentralizada nº. 003/2020, celebrado entre a Infra S.A. e a Universidade de Brasília, cujo objeto é o desenvolvimento do modelo mental BIM de forma que os profissionais e pessoas fiquem preparadas para trabalharem de maneira integrada junto com tecnologias GIS, onde todos interagem ao mesmo tempo, conectados, com a possibilidade de falar com qualquer membro da equipe quando necessário, trocando informações e compartilhando de forma ostensiva informações, com o desenvolvimento de novas metodologias de integração de

softwares. Com vigência até 17 de março de 2022; e

- IX. Termo de Execução Descentralizada nº 001/2021, celebrado entre a Infra S.A. e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, cujo objeto é a execução de produtos e serviços de comunicação corporativa, no que trata de produção de conteúdo jornalístico, audiovisual e fotográfico, atendimento às demandas de imprensa, monitoramento de veículos online e mídias sociais. Com vigência até 24 de junho de 2022.

5.7. Aprovação das demonstrações contábeis de 2022

A deliberação das demonstrações contábeis do exercício de 2022 em Assembleia Geral Ordinária está prevista para dia 20 de abril de 2023, conforme OFÍCIO SEI Nº 8720/2023/ME.

5.8. Setor de contabilidade da Infra S.A.

A Gerência Contábil (GECON) faz parte da Superintendência de Orçamento e Finanças, a qual é subordinada à Diretoria de Administração e Finanças da Infra S.A..

Em seu corpo funcional, a GECON possui: um gerente que é a contador responsável, cinco contadores e uma assistente I.

As competências desempenhadas pela Gerência Contábil, que estão atribuídas à Superintendência de Orçamento e Finanças (SUPOF), estão descritas no Art. 32 do Regimento Interno:

(...)

IV - praticar atos de gestão orçamentária, financeira e contábil;

V - supervisionar ações inerentes à gestão de custos da empresa;

(...)

VIII - manter atualizado o Rol de Responsáveis junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI;

(...)

X - elaborar termo de referência e gerenciar os serviços de auditoria externa.

Dados do Gerente Contábil:

LEONARDO SILVA MAIA

CRC-DF – 026984/O-3

institucional@infrasa.gov.br
negocios@infrasa.gov.br

SEDE

SAUS, Quadra 01, Bloco "G", Lotes 3 e 5.
Asa Sul, 70.070-010

+ 55 (61) 2029 6100

FILIAL

Edifício Parque Cidade Corporate - Torre
C, SCS Quadra 9, Lote C, Torre C - 7º e 8º
andares, 70.308-200

+ 55 (61) 3426-3967

+ 55 (61) 3426-3941